



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FÁBIO PINHEIRO PACHECO

**RELAÇÕES COMUNITÁRIAS URBANAS EM CONTEXTO DE AMEAÇA DE
DESAPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO**

FORTALEZA

2022

FÁBIO PINHEIRO PACHECO

RELAÇÕES COMUNITÁRIAS URBANAS EM CONTEXTO DE AMEAÇA DE
DESAPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Zulmira Áurea Cruz Bomfim

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- P119r Pacheco, Fábio Pinheiro.
Relações comunitárias urbanas em contexto de ameaça de desapropriação do espaço / Fábio Pinheiro
Pacheco. – 2022.
195 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2022.
Orientação: Profª. Dra. Zulmira Áurea Cruz Bomfim.
1. apropriação do espaço. 2. afetividade. 3. relações comunitárias. 4. espaço urbano. 5. processo grupal. I.
Título.

CDD 150

FÁBIO PINHEIRO PACHECO

RELAÇÕES COMUNITÁRIAS URBANAS EM CONTEXTO DE AMEAÇA DE
DESAPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Zulmira Áurea Cruz Bomfim

Aprovada em: 09 / 12 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Zulmira Áurea Cruz Bomfim (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Nara Maria Forte Diogo Rocha
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Israel Rocha Brandão
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Profa. Dra. Erica Atem Gonçalves de Araújo Costa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Às moradoras da Vila Vicentina da Estância.

AGRADECIMENTOS

À Vida.

Ao amor maior que tenho em minha vida, minha avó/mãe Maria das Graças Pinheiro, que também acredita que sou feito de amor.

À minha irmã, Valentina Pinheiro, por toda paz, carinho e amor que sua inocência me transmite.

À minha mãe, Karina Pinheiro, pela vida, pelo amor, pelas lutas e pelos encontros que nos unem.

Aos meus familiares, cujas lutas e resistências possibilitaram que eu estivesse aqui hoje, conquistando um grande sonho.

À minha querida irmã de coração, Danyelle Almeida Aragão, pela constante presença, carinho, amizade e laços de família que construímos.

Ao Antônio Felipe de Almeida Costa, pelo carinho generoso, amor tranquilo e relação de cura. Amado, sou muitíssimo grato por todos esses meses e anos de incentivo e cuidado.

À amiga amada Jamille Cavalcante de Oliveira, amiga atenciosa que tanto contribuiu na construção final deste trabalho. Acabei porque tu pegaste na minha mão.

Às minhas queridas Karlinne de Oliveira Souza e Glysa de Oliveira Meneses, que me ouvem, que acolhem e até me julgam: “Amigo, para de ser doido!”.

À mais maravilhosa orientadora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará e mãe acadêmica Zulmira Áurea Cruz Bomfim. Sou enormemente grato a essa mulher que, desde a seleção de mestrado, em 2015, enxergou algum potencial em mim e veio me ajudando a percebê-lo, investiu atenção e bons afetos em meu crescimento profissional e pessoal.

À amiga e companheira de aventuras em campo, Aline Maria Matos Rocha. Imagina que já são seis anos desde que a gente se conheceu em uma oficina de bordado lá na Vila?! Sou muito grato pelas ótimas conversas em encontros marcados com o olhar psicossociológico-problematizador-de-pesquisadores-fofoqueiros.

À amiga Mayara Justa, advogada do Escritório de Direitos Humanos do Frei Tito, pelos encontros ricos de risos, reflexões e energia para construção de ações de luta.

Ao Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus), que me recebeu de braços e risos abertos em 2016; e até hoje vem sendo meu lugar de referência de afetos potencializadores e de reflexões comprometidas com a transformação social e a emancipação

humana. Em especial, às queridas Mayara Rocha, Dalice Alexandre, Hellen Barreto, Halaine Bento, Reginaldo Parente, Daniel Welton, Sílvia Heleny e Arthur Petrola.

À minha amiga queridíssima Maria Zelfa de Souza Feitosa, agradeço muito por todos os encontros, palavras de apoio, sugestões, empurrões e arengas. Seu aparecimento nesses últimos anos trouxe-me mais leveza.

À Andie de Castro Lima, um dos maiores presentes que o Locus me deu. Amiga, sou muito grato a todos os momentos que compartilhamos, a todo e qualquer segundo nesses últimos anos. Finalmente, os refrescos. Ao futuro!

À amiga generosa, atenciosa, disponível e arrojada, Cícera Mônica da Silva Sousa Martins. Olha, amiga, sinceramente! Desde os primeiros minutos que você entrou no Locus, já sabíamos que dali em diante estaríamos assim, né? Um segurando o sufoco do outro. Muito obrigado por estar aqui e ter me ajudando tanto a concluir esta pesquisa.

À minha companheira de turma de doutorado e de estágio em docência, Luiza Eridan Elmiro Martins de Sousa. Amiga, entramos juntos e já já estamos saindo. MUITÍSSIMO obrigado por me ensinar a ter “juego de cintura”.

À simpática e amável amiga Janaína Farias de Melo. Todo encontro contigo é uma festa. Grato por toda palavra de apoio.

Ao Antonio Dário Lopes Júnior, amigo querido que disponibilizou seu tempo corrido para ler meu projeto de qualificação e dar aquele puxão para a realidade.

Às professoras Elívia Camurça Cidade, Camila Moreira Maia e Lucila Moraes Cardoso, cuja dedicação, compromisso e ética tanto me inspiraram a seguir a carreira docente.

Aos membros da banca, cujas reflexões e apontamentos que tornaram possível vislumbrar outras possibilidades para o desenvolvimento desta pesquisa. À professora Veriana Colaço por seu olhar minucioso e acolhedor no período de qualificação do projeto de pesquisa. Ao professor Cássio Aquino por agradável, divertida e competente avaliação. Ao professor Israel Brandão por inspirador conhecimento e incentivo ao aprofundamento de questões tão pertinentes. À professora Nara Rocha pela leveza, simplicidade e olhar vivencial como modo de construir do conhecimento. À professora Érica Atem Costa pela agradável presença, pela leitura atenciosa e sensível de toda a tese. Agradeço de coração a todos!

Às moradoras e aos moradores da Vila Vicentina pela vivência incomparável, pela abertura, pelos afetos, pela disponibilidade e pelo interesse em construir a pesquisa. Continuo com vocês!

À fortíssima guerreira Fátima Moura, pelo imenso carinho, pela confiança e pelos encontros carismáticos cheios de risos e bombons.

À queridíssima Anna Erika, *in memoriam*, cuja alegria comprometida, seu olhar sensível e ético que inspiram tantos alunos e profissionais. Agradecido por me permitir fazer parte, mesmo que breve, de seus trabalhos e convívio.

Ao Bruno Souza Barbosa pela disponibilidade atenciosa em me ajudar nas transcrições das entrevistas.

Aos meus alunos e alunas, com os quais tenho tanto aprendido a olhar o mundo outras vezes.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), cujo suporte financeiro foi essencial para o desenvolvimento da tese, principalmente no período de isolamento social.

À Universidade Estadual do Ceará, lugar de afeto onde me formei. Sou agradecido por todos esses anos de relação que construí com os campi e os professores. Estou voltando para ficar!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, com os quais tanto aprendi a ser pesquisador. Em especial, agradeço aos servidores Eveline Assunção, Hélder Hamilton Carmo e Renê Feitosa.

À angústia e às outras dores, pelos ensinamentos que trazem tantas outras possibilidades de se reinventar.

A mim mesmo, porque olha, depois de toda essa correria, estou precisando parar para descansar e colher bons frutos.

Ad infinitum.

“A verdade dos povos latino-americanos não está em seu presente de opressão, mas em seu amanhã de liberdade; a verdade das maiorias populares não deve ser encontrada, mas, sim, deve ser feita”.

(MARTÍN-BARÓ, 2011, p. 192).

“Eu quis o símbolo porque o símbolo é a verdadeira realidade e a nossa vida é que é simbólica ao símbolo”.

(LISPECTOR, 1999, p.223).

RESUMO

O espaço urbano de Fortaleza é marcado pela segregação socioespacial, manifestando-se, muitas vezes, por ações de desapropriações de comunidades localizadas em áreas de interesses do mercado imobiliário. Nessas comunidades, observa-se um movimento de organização entre os moradores, em que parte se reúne para resistir à remoção; e outra parte, aparentemente, opta por sair da comunidade, negociando suas moradias. Diante disso, esta pesquisa objetivou analisar as relações comunitárias, em contexto de desapropriação do espaço, de uma comunidade em Fortaleza-Ceará. Em específico, I) Discorreu-se sobre a construção sócio-histórica da comunidade Vila Vicentina da Estância, considerando o processo de segregação socioespacial na cidade de Fortaleza; II) Analisou, a partir da afetividade, a relação pessoa-ambiente em contexto de desapropriação do espaço; e III) Compreendeu as organizações grupais de (não) resistência à desapropriação do espaço e as suas implicações psicossociais no cotidiano comunitário. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de inspiração etnográfica, em que o pesquisador se inseriu em uma comunidade (2016 - 2022) para acompanhar o movimento de organização grupal de seus moradores, que vivem sob ameaças de desapropriação. Para a construção do *corpus*, utilizou-se como ferramentas I) Observação Participante; II) Diário de Campo; III) Entrevistas; IV) Escala de Estima de Lugar; e V) Índice de Sentido de Comunidade. A Análise de Conteúdo foi utilizada para a sistematização, análise e interpretação das informações. Dentre os resultados, observou-se que, em ambos os grupos (resistentes e “não-resistentes”), há interesses pela permanência na comunidade. Quanto aos afetos presentes na relação morador-comunidade, nos resistentes prevaleceram “Amor” e “Irmandade” (potencializadores) e “Apreensão” (despotencializadora); e nos “não-resistentes”, destacaram-se “Amor” e “Bem-estar” (potencializadores) e “Sensação de Julgamento” (despotencializadora). Os grupos apresentaram Índice de Estima de Lugar potencializadora, não havendo diferença significativa entre eles. Quanto ao Índice de Sentido de Comunidade, o fator Influência obteve a menor concordância entre os moradores, com pontuação mais baixa para os “não-resistentes”, indicando que estes não têm suas opiniões respeitadas na comunidade, tampouco sentem que influenciam nas decisões referentes a ela. Quanto às relações comunitárias, o grupo Resistência Vila Vicentina apresentou-se bem estruturado e ativo no desenvolvimento de atividades comunitárias, porém há conflitos internos relacionados ao uso do poder; já os “não-resistentes” configuraram um não-grupo. Observou-se uma aproximação dos “não-resistentes” aos resistentes, porém estes os recebem com desconfianças. Por fim,

destacaram-se conflitos de poder sobre a gestão dos espaços da comunidade e reprodução de relações de dominador-dominado.

Palavras-chave: apropriação do espaço; afetividade; relações comunitárias; espaço urbano; processo grupal.

ABSTRACT

The urban space of Fortaleza is marked by socio-spatial segregation, often manifested by actions of expropriation of communities located in areas of interest to the real estate market. In these communities, there is a movement of organization among residents, in which part of them gather to resist eviction; and another part, apparently, chooses to leave the community, negotiating their housing. Therefore, this research aimed to analyze community relations, in the context of expropriation of space, of a community in Fortaleza-Ceará. Specifically, I) The socio-historical construction of Vila Vicentina da Estância community was discussed, considering the process of socio-spatial segregation in the city of Fortaleza; II) Analyzed, from affectivity, the person-environment relationship in the context of expropriation of space; and III) Understand the group organizations of (non) resistance to the dispossession of space and its psychosocial implications in the daily life of the community. This is a qualitative ethnographic research, in which the researcher entered a community (2016 - 2022) to attend the group organization movement of its residents, who live under threats of expropriation. For the construction of the corpus, the following tools were used: I) Participant Observation; II) Field Diary; III) Interviews; IV) Place Esteem Scale; and V) Sense of Community Index. Content Analysis was used to systematize, analyze and interpret the information. Among the results, it was observed that, in both groups (resistant and “non-resistant”), there are interests in remaining in the community. As for the affections present in the resident-community relationship, in the resistant ones, “Love” and “Brotherhood” (potentiating) and “Apprehension” (non-potentiating) prevailed; and, in the “non-resistant”, “Love” and “Well-being” (potentiating) and “Sense of Judgment” (non-potentiating) stood out. The groups presented a potentiating Index of Esteem for the Place, with no significant difference between them. As for the Sense of Community Index, the Influence factor obtained the lowest adherence among the residents, with the lowest score for the “non-resistant”, indicating that these do not have their opinions respected in the community, nor do they feel that they influence in decisions relating to it. As for community relations, the Resistência Vila Vicentina group was well structured and active in the development of community activities, but there are internal conflicts related to the use of power; while the “non-resistant” constituted a non-group. There was an approach of the “non-resistant” to the resistant one, but this group received them with distrust. Finally, power conflicts over the management of community spaces and the reproduction of dominator-subjugated relationships were highlighted.

Keywords: appropriation of space; affectivity; community relations; urban space; group process.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 –	Localização da Vila Vicentina.....	67
Figura 02 –	Esquema da Vila Vicentina da Estância.....	68
Figura 03 –	Localização da Estância Castelo, conforme a Planta de Fortaleza de 1945 – destaque à plantação de coqueiros e, em azul, ao terreno em que se localizará a VVE.....	69
Figura 04 –	Fachada das Casas da Vila.....	71
Figura 05 –	Estrutura de relações entre SSVP, vicentinos, doadores, moradoras assistidas e não-assistidos da VVE.....	76
Figura 06 –	Primeira Plenária de Apoiadores.....	82
Figura 07 -	Plenária: Resistência Vila Vicentina.....	84
Figura 08 -	Confraternização de seis anos da Resistência Vila Vicentina.....	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Especificidades sociodemográficas dos participantes do Grupos “Resistência Vila Vicentina”	48
Quadro 02 - Especificidades sociodemográficas dos participantes do Grupo “Não-Resistente”	49
Quadro 03 - Relações entre objetivos específicos, categorias de análise, instrumentos de construção de dados, análise de dados.....	55
Quadro 04 - Avaliação da Vila a partir dos “Resistentes”.....	105
Quadro 05 - Avaliação da Vila a partir dos “Não-Resistentes”.....	108
Quadro 06 - Afetos em relação à Vila do grupo dos “Resistentes”.....	110
Quadro 07 - Afetos em relação à Vila do grupo dos “Não-Resistentes”.....	111
Quadro 08 - Percepção do período de ameaças de desapropriação (Resistência).....	113
Quadro 09 - Percepção de como a situação está agora (Resistência).....	118
Quadro 10 - Percepção do período de ameaças de desapropriação (“Não-resistentes”).....	119
Quadro 11 - Índice de Estima de Lugar (IEL)	122
Quadro 12 - Itens mais pontuados na EEL (Resistência)	124
Quadro 13 - Itens mais pontuados na EEL (Não-Resistência)	126
Quadro 14 - Índice de Sentido de Comunidade (ISC)	128
Quadro 15 - Média dos elementos do Índice de Sentido de Comunidade.....	129
Quadro 16 - Motivos atribuídos pela Resistência.....	133
Quadro 17 - Motivos para sair.....	135
Quadro 18 - O que é a Resistência.....	139
Quadro 19 - Percepção dos moradores resistentes quanto às relações comunitárias na Vila.....	153
Quadro 20 - Relação interna do grupo de Resistência.....	155
Quadro 21 - Percepção sobre a Resistência Vila Vicentina.....	159
Quadro 22 - Aproximação com a Resistência.....	163

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAJU	Centro de Assessoria Jurídica Universitária
Canto	Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo
DC	Diário de Campo
IEL	Índice de Estima de Lugar
ISC	Índice de Sentido de Comunidade
IGMA	Instrumento Gerador de Mapas Afetivos
IPLANFOR	Instituto de Planejamento de Fortaleza
LEHAB	Laboratório de Estudos da Habitação
Locus	Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental
PDPFor	Plano Diretor Participativo de Fortaleza
PIRF	Plano Integrado de Regularização Fundiária
RVV	Resistência Vila Vicentina
SECULTFOR	Secretaria de Cultura de Fortaleza
SSVP	Sociedade São Vicente de Paulo
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
VVE	Vila Vicentina da Estância
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
1.1	Implicações pessoais e acadêmicas.....	18
1.2	Problema de pesquisa.....	21
1.3	Objetivos.....	25
1.3.1	<i>Objetivo Geral.....</i>	25
1.3.2	<i>Objetivos Específicos.....</i>	25
1.4	Delineamento dos estudos.....	26
1.4.1	<i>Estudo I: A construção sócio-histórica da comunidade Vila Vicentina da Estância.....</i>	26
1.4.2	<i>Estudo II: Relação morador-comunidade em contexto de desapropriação do espaço.....</i>	27
1.4.3	<i>Estudo III: Processos grupais e as implicações psicossociais da (não) resistência à desapropriação do espaço.....</i>	27
2	POSTURAS TEÓRICAS.....	29
2.1	A compreensão psicossocial da (des)apropriação do espaço.....	29
2.2	O olhar ético-político sobre a relação pessoa-ambiente.....	32
2.3	O colorido afetivo na relação pessoa-ambiente.....	34
3	DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	45
3.1	Campo de Estudo e Participantes.....	46
3.2	Processo de inserção comunitária e a construção da pesquisa.....	50
3.3	Aspectos éticos.....	54
3.4	Procedimentos de produção e análise de informações do <i>corpus</i>.....	54
3.4.1	<i>Observação Participante e Diário de Campo.....</i>	56
3.4.2	<i>Entrevistas.....</i>	5
3.4.3	<i>Escala de Estima de Lugar.....</i>	60
3.4.4	<i>Índice de Sentido de Comunidade.....</i>	62
3.4.5	<i>Procedimentos de análise e interpretação do corpus.....</i>	63
3.4.6	<i>Construção e partilha de conhecimentos.....</i>	64

4	ESTUDO I: A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA COMUNIDADE VILA VICENTINA DA ESTÂNCIA	66
4.1	Construção sócio-histórica e cultural da comunidade Vila Vicentina da Estância.....	67
4.2	O conflito fundiário e as ameaças de desapropriação.....	75
4.3	A Resistência Vila Vicentina e as atividades comunitárias.....	80
4.4	Tombamento Patrimonial.....	86
4.5	Zona Especial de Interesse Social e o Plano Integrado de Regularização Fundiária.....	90
4.6	A polarização da Vila: as relações entre Resistentes e “Não-Resistentes”..	98
5	ESTUDO II: RELAÇÃO MORADOR-COMUNIDADE EM CONTEXTO DE DESAPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO.....	101
5.1	Encontrando a Vila.....	102
5.2	O que se pensa sobre a Vila.....	105
5.3	O que se sente pela Vila.....	109
5.4	A vida na Vila em contexto de ameaça de desapropriação do espaço.....	112
5.5	O que dizem os números sobre a relação morador-Vila Vicentina.....	120
6	ESTUDO III: PROCESSOS GRUPAIS E AS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DA (NÃO) RESISTÊNCIA À DESAPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO.....	131
6.1	(Não)Resistir: os discursos sobre as decisões de (não)permanecer na comunidade.....	131
6.1.1	<i>“Eles tão visando mais é o dinheiro”</i>	132
6.1.2	<i>“É a história de eu achar que eu não tenho direito”</i>	134
6.2	Formação e processualidade dos grupos.....	136
6.2.1	<i>“O nome já criou por ser resistência, nós queríamos ficar”</i>	138
6.2.2	<i>“Qualquer um pode participar, desde que você queira apoiar aquela causa”...</i>	142
6.2.3	<i>“Ser Resistente” ou “Pagar a Resistência”</i>	144
6.2.4	<i>“Tá todo mundo é, dizer assim, cada um por si”</i>	148
6.3	Relações comunitárias em contexto de desapropriação do espaço.....	152

6.3.1	<i>“Agora é que tá mais ou menos”</i>	153
6.3.2	<i>“Vivem uma família desunida”</i>	155
6.3.3	<i>“Eles têm a opinião deles, eles não aceitam a opinião da gente”</i>	169
6.3.4	<i>“Eu sinto, assim, que a gente é um pouco rejeitada”</i>	163
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
	REFERÊNCIAS	178
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA...	188
	ANEXO A - PARECER CEP	189
	ANEXO B - ESCALA DE ESTIMA DE LUGAR	192
	ANEXO C - ÍNDICE DE SENTIDO DE COMUNIDADE	194

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo introdutório, discorre-se sobre os percursos pessoal e acadêmico do pesquisador que repercutiram na construção desta tese de doutorado. Delineia-se a problemática de estudo, discutindo sobre a construção do espaço urbano de Fortaleza e os processos de segregação socioespacial presente no mesmo. Por fim, são apresentados os objetivos da pesquisa e introduz-se os estudos presentes nesta tese.

1.1 Implicações pessoais e acadêmicas¹

A história dessa pesquisa de doutoramento vem sendo construída desde meu sexto semestre de graduação no curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em 2013. Neste período, entrei em contato com os pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Comunitária, com os quais pude refletir sobre vivências pessoais da minha relação com a minha comunidade de origem, Uruquê, em Quixeramobim-Ceará, e com questões emergentes da cidade onde atualmente moro, Fortaleza-Ceará. Dentre as reflexões, fui me aproximando dos estudos sobre a relação pessoa-ambiente, a fim de compreender as nuances afetivas e psicossociais presentes no sentimento de pertença de moradores de comunidades.

Nesta mesma época, ocorreram as manifestações de junho de 2013 na cidade, nas quais, dentre as reivindicações, encontravam-se as lutas pelo direito à cidade e a discussões sobre os processos de segregação socioespacial na construção do espaço urbano de Fortaleza, fortemente evidenciados pelas obras para a Copa do Mundo de 2014 (MONTEZUMA, 2016). Neste contexto, fiz trabalhos acadêmicos sobre a temática das remoções de comunidades pobres na cidade, demarcando o compromisso social, ético e político que a psicologia deveria adotar em seu *quehacer* frente às desigualdades sociais (LANE, 1989; MARTÍN-BARÓ, 2011; 2017).

Posteriormente, no final de 2015, elaborei um projeto de pesquisa de mestrado, submetido ao processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), para início em 2016. Com a aprovação, desenvolvi uma pesquisa com o objetivo de analisar os afetos e as suas implicações psicossociais vividas por moradores de uma comunidade ameaçada pelo processo de desapropriação em Fortaleza (PACHECO, 2018). Tomei como lócus a comunidade Vila Vicentina da Estância², em Fortaleza-Ceará, com

¹ Essa subseção será escrita em primeira pessoa do singular, por se tratar de experiências pessoais afetivas do pesquisador ao longo de sua formação acadêmica e o encontro com a problemática estudada.

² Apresenta-se com mais detalhes a comunidade na seção metodológica e no primeiro estudo da tese.

ênfoque nas experiências dos moradores que resistem à desapropriação do espaço. Com o andamento do mestrado, surgiu a necessidade de maior aprofundamento de discussões que não foram possíveis dentro do tempo de dois anos.

Após o mestrado, em 2018, continuei acompanhando os moradores da Vila Vicentina, participando de outros processos importantes para a luta da comunidade, tais como o desenvolvimento do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF)³. Ainda em 2018, elaborei outro projeto de pesquisa, agora para o doutorado, submetido ao referido programa de pós-graduação, com início para 2019. Dessa vez, ampliei o olhar sobre os fenômenos da desapropriação para os moradores de toda a comunidade, considerando as vivências dos que resistem e as dos que não resistem à desapropriação do espaço.

Dentre os pontos que carecem de aprofundamento, destacam-se as relações comunitárias. No mestrado, o estudo foi desenvolvido com os moradores que se organizaram em um movimento de resistência à remoção (Resistência Vila Vicentina), porém há um outro lado da história, daqueles que, aparentemente, não resistem à desapropriação, que também precisam ser escutados. Com o acompanhamento contínuo da comunidade, desde 2016, observei a eclosão de diversos conflitos entre os moradores, marcados por discursos ambíguos, como "Gostamos muito de todos aqui, nos conhecemos há muitos anos, mas agora eles são traíras, pois querem sair da Vila" (DC, 2017⁴).

Com a aprovação na seleção, continuei meus registros em diário de campo e, a partir da vivência na comunidade, fui reestruturando o projeto de pesquisa durante o ano de 2019. No entanto, no ano de 2020, em decorrência da pandemia ocasionada pelo Coronavírus (Covid-19), seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) acerca do isolamento social e medidas de contenção da proliferação do vírus, foi necessário interromper as minhas visitas à Vila. Por se tratar de um estudo empírico, as atividades de campo foram postergadas.

A interrupção foi necessária porque a comunidade é composta, em sua maioria, por moradores idosos, sendo estes os principais colaboradores do estudo, os quais estão no grupo de risco de maiores agravos pela doença. Ademais, as principais ferramentas propostas para a construção de informações, tais como observação participante, entrevistas e aplicação de escalas e questionários, requeriam a presença do pesquisador *in loco*. Observei, ainda, a dificuldade da realização e do acompanhamento da aplicação desses instrumentos de modo

³Esse ponto será aprofundado no Estudo I, apresentado mais à frente.

⁴Fala de uma moradora registrada no Diário de Campo, em 2017.

online, uma vez que os participantes são idosos e de uma comunidade pobre, tendo poucas instruções em relação ao acesso e ao uso de recursos tecnológicos, o que apontou para a impossibilidade de levantamento de dados à distância.

Mesmo com esse distanciamento físico, continuei em contato com os moradores, principalmente os denominados "Resistentes"⁵ do movimento Resistência Vila Vicentina. Algumas reuniões foram realizadas *online*, junto ao Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), para dar continuidade ao processo de construção do PIRF. Porém as atividades presenciais voltadas para a construção de informações, com métodos tradicionais de pesquisa, só retornaram a partir de agosto de 2021, quando o cenário cearense passou a ter mais estabilidade quanto ao controle dos casos da doença; além do avançar da vacinação.

Quanto às ameaças de desapropriação sofridas pela comunidade, além da segurança garantida pelo Tombamento Provisório⁶ e pelo andamento do processo de regularização fundiária, durante o período da pandemia foram publicados decretos e leis (Decreto Legislativo nº 6, de 2020 e Lei nº 14.010, de 10 de 2020) que impediam processos de remoções e despejos, até dia 30 de outubro de 2020. No entanto, com o aumento dos casos e sem o avançar da vacinação, o período de validade da Lei foi postergado.

Conforme publicação da Agência Senado⁷, o presidente Jair Bolsonaro até apresentou um Projeto de Lei (PL 827/2020) com a intenção de suspender a medida, alegando que os "ocupantes irregulares de imóveis públicos", frequentemente, podem agir "em caráter de má fé". No entanto, o Congresso Nacional derrubou, por veto total, o texto do presidente, permanecendo a proibição de despejos e desocupações de imóveis. Com a Lei nº 14.216, de 7 de outubro de 2021, houve a suspensão, até 31 de dezembro de 2021, "[...] da medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, exclusivamente urbano, e a concessão de liminar em ação de despejo" (BRASIL, 2021, s/p). Em 2022, surgiu um novo Projeto de Lei (PL 4253/21), com o objetivo de prorrogar até 30 de junho de 2022 a Lei 14.216, além de estender a vedação aos imóveis rurais⁸.

⁵ As nomeações "Resistentes" e "Não-Resistentes" foram atribuídas a partir da vivência em campo. Na seção metodológica, apresenta-se mais detalhadamente as nomenclaturas.

⁶ No primeiro estudo, aprofunda-se a discussão sobre o processo de tombamento da comunidade.

⁷ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/09/27/Lei-que-proibe-despejos-ate-o-fim-de-2021-e-restabelecida> Acesso em: 29 Nov. 2022.

⁸ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/850468-projeto-proibe-despejos-ate-junho-e-estende-a-medida-a-imoveis-rurais/#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%204253,a%20veda%C3%A7%C3%A3o%20aos%20im%C3%B3veis%20rurais>. Acesso em: 29 Nov. 2022.

Embora tenha observado alguns problemas desse distanciamento, principalmente pelo receio quanto ao estabelecimento de vínculos com o lado dos "Não-Resistentes"⁹, a pesquisa seguiu se desenvolvendo - assim como também continuei me descobrindo enquanto pesquisador que precisou se reinventar no cenário político e social dos últimos anos. Marcado pelos desmontes das políticas de incentivo à pesquisa pelo atual governo, com os efeitos restritivos do Teto para os próximos 20 anos, seria possível que o Brasil chegasse em 2030 com uma carga fiscal próxima ao que ao apresentava nos anos 1980, não evoluindo para a constituição de oferta de políticas e serviços públicos (JANNUZZI, 2021). Mesmo com as dificuldades, a pesquisa foi construída a partir do desejo e compromisso de continuidade de minha trajetória acadêmica, orientada para o questionar, dialogar, refletir, mobilizar e atuar sobre as problemáticas sociais presentes na construção do espaço urbano de Fortaleza.

1.2 Problema de pesquisa

Historicamente, a construção das cidades está pautada na segregação e exclusão social, onde há bairros bem estruturados, com melhor infraestrutura; e, nas adjacências, comunidades em condições precárias (VILLAÇA, 1998; BONDUKI, 1998). Vê-se, então, que o espaço urbano se constitui em um processo conflitante, onde “[...] a representação da cidade é uma ardilosa construção ideológica, na qual parte dela, a cidade da elite, toma o lugar do todo” (MARICATO, 2015, p.83). No que tange ao espaço urbano de Fortaleza, assim como nas demais cidades do país, observa-se que uma parcela pobre da população restrita às áreas marginais, normalmente em conjuntos habitacionais ou em comunidades com estruturas precárias, e com pouco acesso a bens e serviços (equipamentos de saúde, educação e lazer), distantes do centro da cidade e dos bairros considerados com melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), estes destinados àqueles com maior poder aquisitivo (GOMES, 2016).

Desde 1813, a construção do espaço urbano de Fortaleza é marcada por processos de segregação socioespacial (BRASIL, 2016; GOMES, 2016). Este processo ocorre quando, cada vez mais, diferentes classes ou camadas sociais se concentram em regiões específicas, que, no caso das pessoas pobres, são excluídas na periferia das metrópoles, configurando uma

⁹ Ao longo da tese, os moradores que não fazem parte do grupo Resistência Vila Vicentina serão identificados como “não-resistentes”, escrito entre aspas. A escolha por essa nomenclatura está melhor explicitada no capítulo metodológico. Ademais, o uso de aspas ocorre por considerar que, mesmo que estes moradores sejam qualificados como aqueles que desejam sair da Vila, os resultados apontaram que eles não são, necessariamente, não-resistentes à desapropriação.

segregação involuntária (VILLAÇA, 1998). Para o autor, há dois tipos de segregação espacial, a saber, a voluntária, que se produz por iniciativa própria do próprio indivíduo, ao buscar viver com pessoas de sua classe; e a involuntária, quando o indivíduo é obrigado, por diversos fatores, a morar em determinada região.

Especificamente em Fortaleza, conforme Amíria Brasil (2016), já nesse período, era possível observar assentamentos informais, identificados na primeira planta da cidade, Planta Silva Paulet. Mesmo com as constatações das áreas com condições precárias, não foram realizadas intervenções que transformassem a problemática, caracterizando a expansão da cidade de modo desarticulado de políticas públicas e habitacionais eficientes que visassem atender à população pobre em situação de moradia precária; oposto a uma moradia digna que engloba pontos de acessos aos meios de subsistência, tais como saúde, educação, transporte, sociabilidade e emprego (GOMES, 2016). A autora aponta que até houve algumas propostas, nos séculos XIX e XX, mas eram medidas de higienização e de embelezamento (BRASIL, 2016).

Dentre as políticas que surgiram, destaca-se a construção de conjuntos habitacionais em todo o país com o intuito de atender às classes de baixa renda (FREITAS; PEQUENO, 2015; BONDUKI, 1998). No entanto, essas medidas, a partir de financiamentos dos Institutos de Aposentadoria e Pensão, embora objetivassem alcançar às classes de baixa renda, acabou por a criar categorias privilegiadas, excluindo outros setores sociais, como trabalhadores informais urbanos e trabalhadores rurais (BONDUKI, 1998).

Em Fortaleza, os conjuntos habitacionais foram construídos distantes do centro da cidade, cujos preços dos terrenos eram mais baixos, o que acabou por evidenciar o processo de exclusão social, uma vez que as pessoas, que já moravam em condições precárias, passaram a morar distantes do centro da cidade, onde se concentravam os locais de trabalho e de equipamentos e serviços públicos (FREITAS; PEQUENO, 2015; BRASIL, 2016). Durante o período da Ditadura Militar, houve outras iniciativas com o intuito de resolver os problemas habitacionais no país, porém continuavam se caracterizando como medidas de caráter segregacionista, de periferização, apresentando baixa qualidade urbanística e arquitetônica.

Na década de 2000, houve um aumento da produção habitacional (BONDUKI, 1998). Com as mudanças no cenário macroeconômico do Brasil, as formas de compreender como a cidade é produzida foram transformadas, aparecendo políticas federais, como o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 2001), Sistema Nacional de Habitação (Lei nº 11.124 de 2005) e até mesmo o programa Minha Casa, Minha Vida, iniciado em 2009 (FREITAS; PEQUENO,

2015). Quanto ao desenvolvimento dessas políticas na região Metropolitana de Fortaleza, o aumento de incentivos à produção habitacional não conseguiu diminuir os processos de exclusão socioespacial, pois faltavam alternativas que pudessem resolver o déficit habitacional também da classe média, que inflacionou os preços para as classes baixas, potencializando o processo de gentrificação (FREITAS; PEQUENO, 2015). A socióloga Ruth Glass utilizou o termo gentrificação, em 1964, para caracterizar os fenômenos sociais nos quais, por conta do mercado imobiliário, os moradores pobres de determinada área foram substituídos por uma classe rica em decorrência das transformações no lugar, como a revitalização da área.

Nos processos de gentrificação observados em Fortaleza, há a prevalência de remoção de comunidades pobres situadas em áreas de interesse do setor imobiliário, por aquelas, por vezes, estarem situadas em terrenos próximos a bairros tidos como nobres ou com aspectos paisagísticos bonitos (como praias, parques ecológicos, etc.), além da infraestrutura (GOMES, 2016). Nestes atos, as comunidades são afastadas dos lugares de origem, intensificando a segregação socioespacial/residencial na cidade e os impactos psicossociais decorrentes da exclusão (VILLAÇA, 1998). Entre 2009 a setembro de 2017, mais de 28 mil famílias foram ameaçadas ou removidas de suas casas na Região Metropolitana de Fortaleza, caracterizada como uma área onde vários municípios estão interligados entre si ou próximo de uma metrópole principal; atualmente, a região metropolitana está composta de 19 municípios. Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba, Aquiraz, Maracanaú, Eusébio, Itaitinga, Guaiúba, Chorozinho, Pacajus, Horizonte, São Gonçalo do Amarante, Pindoretama, Cascavel, Paracuru, Paraipaba, Trairi e São Luís do Curu. Desse número, cerca de 23 mil seriam da cidade de Fortaleza, tendo 53% dos casos sem ordem judicial ou administrativa e, em 61% dos atos, com ação violenta durante a ação de remoção (MAIS, 2017).

Como característica marcante desse processo excludente, tem-se os casos de desapropriações/remoções¹⁰ de comunidades pobres. No âmbito Jurídico, concebe-se a desapropriação como um procedimento pelo qual o Poder Público, ou terceiros, mediante acordo com a Lei, retira a posse do dono de determinada área sob a justificativa de necessidade, utilidade pública ou interesse social (BRASIL, 2021). Para a Psicologia, desapropriar está para além da retirada da posse de um bem, é um processo ou meio de fazer com que os moradores não mais sintam que esses espaços lhes são pertencentes, agindo alheios a eles (POL, 1996).

¹⁰Utiliza-se, eventualmente, os conceitos de desapropriação e remoção como sinônimos, por ambos representarem uma ação de retirada física e sociopsicológica de moradores de suas comunidades, rompendo laços comunitários e referenciais simbólicos, afetivos e sociais.

De modo geral, as comunidades que são alvo de desapropriação, em sua maioria, estão localizadas próximas a bairros de Fortaleza qualificadas como nobres, visados pela especulação imobiliária, que trata a terra como bem particular, desconsiderando as necessidades sociais. Nesse sentido, o mercado imobiliário e os interesses privados unem forças para disputar o espaço urbano; enriquecem determinadas regiões para garantir que os pobres não tenham como se manter nas áreas valorizadas (GOMES, 2016). Normalmente, nos mesmos espaços alvos de desapropriação, portanto, há populações de classes mais favorecidas economicamente que são poupadas das remoções, intensificando ainda mais as segregações socioespaciais. Tendo isso em vista, tomo a comunidade Vila Vicentina da Estância, ameaçada de remoção, como expressão de como se configuram as segregações socioespaciais.

Esta comunidade remonta da primeira metade do século XX, tendo sua história ligada ao desenvolvimento do bairro onde está situada, Dionísio Torres, e à expansão e à urbanização de Fortaleza (DUARTE *et al.*, 2017). É delimitada pela Avenida Antônio Sales e pelas ruas Tibúrcio Cavalcante, Nunes Valente e Dom Expedito Lopes. Inicialmente, havia 44 casas pequenas de paredes conjugadas, com frentes para a rua e fundos para um quintal comunitário; e uma capela. Em 2016, três casas foram demolidas e outras cinco destelhadas, restando 36 casas na Vila; e os moradores continuam a relatar que há anos vêm sofrendo ameaças por meio de assédio moral e pressão psicológica (PACHECO, 2018). No último ano, no lugar onde as casas foram, parcial ou totalmente, demolidas, novas moradias foram reerguidas, totalizando 46 casas.

Desde agosto de 2016, a comunidade vem recebendo apoio de diversos setores sociais, tais como dos advogados do Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar, pesquisadores do Laboratório de Estudos da Habitação da UFC, atores de movimentos sociais e alunos de graduação e pós-graduação de diversos cursos (Direito, Arquitetura, Psicologia, Publicidade, etc.). No entanto, nem todos os moradores fazem parte do movimento de Resistência Vila Vicentina, o que também tem gerado processos conflituosos dentro da comunidade. Dentre as famílias que moram na comunidade, em 2016, 21 desejam negociar as moradias e outras 15 resistem pela permanência. Com a reconstrução das casas por parte dos moradores que resistem à desapropriação, esse número se inverteu, passando a ser 22 famílias identificadas como “não resistentes” e 24 como resistentes.

No mestrado do presente pesquisador, foram investigados os afetos e as implicações psicossociais vividas pelos moradores que lutavam para permanecer na comunidade, a fim de compreender o processo de participação e a mobilização dos moradores na construção de

resistência à desapropriação (PACHECO, 2018). No entanto, na mesma comunidade, há moradores que são identificados como “aqueles que desejam sair de suas casas”, os quais não participaram do estudo anterior. É, portanto, também necessário compreender as configurações afetivas e psicossociais desse outro lado que, geralmente, é culpabilizado pelos moradores da Resistência por suas escolhas, como se “não gostassem da Vila” ou vistos como “traidores” (DC, 2019).

Como resultado da pesquisa anterior, a desunião entre os moradores apareceu como um dos aspectos que mais entristecem e despotencializam as vivências e ações de resistência na comunidade (PACHECO, 2018). Foi observado nos relatos dos moradores resistentes à desapropriação que aqueles moradores que desejam sair da Vila parecem aceitar as negociações “com medo de sair sem nada da comunidade”. No entanto, essas negociações com a imobiliária são incertas, uma vez que os acordos só serão efetivados se toda a comunidade for removida. Corroborando com essas observações, Rocha (2017; 2021) afirma que o dilema principal entre os moradores que querem negociar suas casas se dá sob pressão que os tornam polarizados entre o sair da comunidade “com alguma coisa” ou resistir contra “pessoas poderosas” e sair “sem nada”, o que acaba por acirrar ainda mais os conflitos internos na comunidade.

Cabe salientar também que, nesse contexto, há um processo de culpabilização, por parte dos moradores resistentes, dos moradores que, aparentemente, desejam sair, considerando-os individualistas e traidores. Por outro lado, os “não-resistentes” também culpam os resistentes à desapropriação por estes dificultarem as negociações. Não é só o dilema entre ficar ou partir, mas também um dilema sobre o modo como todos são vistos/tratados/afetados entre si; e mesmo por agentes externos que apoiam a resistência à remoção, que muitas vezes acabam por desconsiderar a possibilidade fatores ideológicos e políticos por trás dos discursos afetivos manifestados no desejo de partir.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

- Analisar as relações comunitárias, em contexto de desapropriação do espaço, de uma comunidade em Fortaleza-Ceará.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Discorrer sobre a construção sócio-histórica da comunidade Vila Vicentina da Estância, considerando o processo de segregação socioespacial na cidade de Fortaleza.

- Analisar, a partir da afetividade, a relação pessoa-ambiente em contexto de desapropriação do espaço;
- Compreender as organizações grupais de (não) resistência à desapropriação do espaço e as suas implicações psicossociais no cotidiano comunitário.

1.4 Delineamento dos estudos

Para o alcance do objetivo geral da pesquisa, foram desenvolvidos três estudos interdependentes, orientados pelos objetivos específicos, a saber, I) *A construção sócio-histórica da comunidade Vila Vicentina da Estância*; II) *Relação morador-comunidade em contexto de desapropriação do espaço*; e III) *Processos grupais e as implicações psicossociais da (não) resistência à desapropriação do espaço*. A seguir, introduz-se o delineamento de cada estudo.

1.4.1 Estudo I: A construção sócio-histórica da comunidade Vila Vicentina da Estância

Este estudo foi delineado para atender ao primeiro objetivo específico – Discorrer sobre a construção sócio-histórica da comunidade Vila Vicentina da Estância, considerando o processo de segregação socioespacial na cidade de Fortaleza. Para este estudo, realizou-se um levantamento sobre os aspectos históricos referentes à construção da comunidade, a partir de fontes formais de informação (jornais, livros, produções acadêmicas, etc.) e, principalmente, a partir do relato dos próprios moradores da comunidade, com auxílio da ferramenta de entrevistas, observação participante e diário de campo.

Tratou-se de uma busca por situar física, histórica e socialmente a comunidade dentro da cidade de Fortaleza, demarcando os conflitos fundiários, as políticas públicas e os processos de inclusão/exclusão presentes no desenvolvimento do espaço urbano. Assim, discute-se sobre a construção física e histórica da comunidade na cidade de Fortaleza; a emergência das ameaças de desapropriação advindas da construção de uma cidade marcada pela segregação socioespacial e potencializada pelos interesses do mercado imobiliário; as ações desenvolvidas pelos moradores para resistir às injustiças; e as contribuições das políticas públicas urbanas voltadas para a moradia.

1.4.2 Estudo II: Relação morador-comunidade em contexto de desapropriação do espaço

Trata-se de um estudo delineado a partir do segundo objetivo específico, que consiste em analisar, a partir da afetividade, a relação pessoa-ambiente em contexto de desapropriação do espaço. Para isso, utilizou-se das informações levantadas a partir das entrevistas semiestruturadas; observação participante e diário de campo; e de escalas. Por seu caráter interdisciplinar, algumas categorias analíticas da Psicologia Social, Psicologia Ambiental e Psicologia Comunitária foram de extrema importância para a compreensão do fenômeno, destacando-se Afetividade (BOMFIM, 2010; BOMFIM; DELABRIDA; FERREIRA, 2018; SAWAIA, 2011); Comunidade (GÓIS, 2005; MONTERO, 2004); Sentido de Comunidade (MCMILLAN; CHAVIS, 1986; MONTERO, 2004); Estima de Lugar (BOMFIM, 2010); Apropriação do Espaço (POL, 1996; PACHECO; MARTINS; BOMFIM, 2020), dentre outras.

Dentre os aspectos abordados neste capítulo, demonstrou-se como se deu a construção das relações afetivas morador-comunidade ao longo do processo de desapropriação, trazendo para reflexão como ocorreu a origem da comunidade e das relações de vizinhanças ali existentes; quais as imagens afetivas predominantes entre os moradores resistentes e moradores “não-resistentes”; quais os sentimentos relatados pelos entrevistados a respeito da sua vivência com o território; e como é morar na Vila Vicentina no contexto de desapropriação. No final do estudo, realizou-se uma síntese das informações obtidas pelas entrevistas, observação participante e escalas, traçando um comparativo entre as vivências dos dois públicos da pesquisa.

1.4.3 Estudo III: Processos grupais e as implicações psicossociais da (não) resistência à desapropriação do espaço.

O terceiro estudo foi delineado com base no terceiro objetivo específico, que consiste em entender as organizações grupais de (não) resistência à desapropriação do espaço e as suas implicações psicossociais no cotidiano comunitário. Para isso, utilizou-se das informações levantadas pelas entrevistas, observação participante e diário de campo. Além das categorias analíticas requeridas pelo estudo anterior, este fenômeno também precisou do entendimento a partir das categorias Processo Grupal (LANE, 1989; MARTÍN-BARÓ, 2017); Relações comunitárias (GUARESCHI, 2007); e Conscientização (FREIRE, 1980).

Neste capítulo, as principais temáticas trabalhadas foram como se formaram as discussões de (não) resistência e (não) permanência na comunidade, partindo das percepções dos sentimentos e sentidos envolvidos na formação dos grupos e da percepção dos moradores acerca dos indivíduos que não se implicaram nas lutas comunitárias. Discutiu-se, também, como ocorreu o processo de organização do grupo de resistência comunitária, quais os processos de manutenção do funcionamento do grupo, seu significado, o perfil dos seus componentes e a percepção dos moradores inseridos no não-grupo dos não resistentes.

2 POSTURAS TEÓRICAS

Neste capítulo, são apresentadas as posturas teóricas que contribuíram para a compreensão do fenômeno estudado. Para melhor organização, o capítulo foi dividido em três seções, a saber, *I) A compreensão psicossocial da (des)apropriação do espaço; II) O olhar ético-político sobre a relação pessoa-ambiente; e III) O colorido afetivo na relação pessoa-ambiente.*

2.1 A compreensão psicossocial da (des)apropriação do espaço

A palavra "apropriação", muitas vezes, foi usada de modo ambígua, sendo vista até mesmo de modo inadequado para o contexto psicológico, embora amplamente utilizada na literatura marxista. Apropriação pode significar o ato de tomar algo como algo próprio, podendo ser de modo impróprio ou ilegal. Dificilmente, a aquisição legal ou adequada do bem foi chamada de apropriação, sendo as conquistas de bens, a partir de esforços ou atividades próprias, chamadas comumente de "aquisição", não de "apropriação" (GRAUMANN, 1976).

Na Psicologia Ambiental, a apropriação do espaço é um processo pelo qual as pessoas, ao transformarem os espaços mediante suas ações, imprimem suas marcas e, ao mesmo tempo, incorporam-nos em seus processos cognitivos (organização, orientação, etc.) e afetivos (apego ao lugar, autoestima, etc.) (POL, 1996; CAVALCANTE; ELIAS, 2011). Nesse processo, as pessoas atribuem qualidades aos espaços e, pela interação dialética, constituem suas identidades, orientam-se simbólica e afetivamente e articulam suas ações, singulares e coletivas. Na apropriação dos espaços, há dois processos fundamentais, a saber, ação-transformação e identificação (POL; VALERA, 1999).

Na *ação-transformação*, as pessoas agem ativamente no território, transformando-o de modo que suas necessidades sejam atendidas. Já no processo de *identificação* (componente simbólico), as pessoas desenvolvem uma interação cognitiva e afetiva com o lugar que repercute na produção de uma identificação com este, diminuindo, em parte, a necessidade de modificações no território.

Embora atuem o tempo todo, há uma prevalência de um processo sobre o outro no decorrer do desenvolvimento humano (POL, 1996). Nas primeiras etapas da vida, há uma primazia das ações sobre os processos de identificação, em que as pessoas buscam mais ativamente transformar os espaços para adaptá-los às suas necessidades; na velhice, por outro

lado, se sobressaem os componentes simbólicos do lugar, agindo de modo a preservá-los como se também estivessem preservando as suas identidades. Ressalta-se que a apropriação do espaço não é um processo instantâneo ou automático, mas um processo constante que exigem várias "reapropriações", apresentando vários níveis para a escolha de objetivos e meios para alcançá-los, podendo estes serem atingidos com sucesso ou serem fracassados (PROSHANSKY, 1976).

Considerando os contextos históricos e sociais, há estruturas sociais que buscam, por meio das relações de poder, fazer com que poucos espaços sejam apropriados por parte de todos, diminuindo as implicações e mobilizações de defesas pelos lugares (POL, 1996; PACHECO; MARTINS; BOMFIM, 2020). Com efeito, se as pessoas não se apropriam dos espaços, não os transformam em lugares significativos, elas não se mobilizam em sua defesa. No campo jurídico, a desapropriação é uma medida pela qual o Poder Público, ou terceiros mediante acordo com a Lei, retira a posse do dono de determinada propriedade sob a justificativa de necessidade, utilidade pública ou interesse social. Já pela perspectiva da Psicologia, a desapropriação é um processo de fazer com que os moradores não mais sintam que os espaços lhes são pertencentes, tornando-os alheios a eles (POL, 1996).

Ao estudar os processos de aglomerações nas cidades, Martín-Baró (1985) identifica dois modelos de compreensão para a problemática, a saber, o sociológico, cujas análises restringiam-se aos fenômenos macrossociais; e o psicológico, que enfatizavam apenas as vivências microssociais. Ao analisar tais modelos, o autor tece críticas quanto à própria conceitualização de espaço presente neles, por conceberam o espaço como um dado *a priori*, desconsiderando a construção histórica de onde o lugar está situado. Há, ainda, uma concepção homeostática nos estudos, distanciando-se do caráter relacional dos ambientes, que se alteram conforme o contexto. Por fim, apontou que há uma tendência à subjetivação da problemática, negligenciando os determinantes históricos, sociais e políticos que negam os espaços às pessoas pobres (MARTIN-BARÓ, 1985).

A partir de tais críticas, Martín-Baró (1985) delinea um modelo psicossocial para os estudos da aglomeração, integrando as dimensões psicológicas e sociológicas. Em seu modelo, cinco aspectos são indispensáveis para a análise do fenômeno, a saber, a) compreensão das estruturas sócio-históricas que determinam a distribuição do espaço; b) as normas culturais que estabelecem o modo de realização das atividades cotidianas de cada grupo; c) as relações e diferenças entre as condições objetivas e as subjetivas do fenômeno; d) o caráter motivacional e suas condições para a construção do espaço; e e) os efeitos imediatos e mediatos da problemática nos indivíduos. Com efeito, o problema passa a ser compreendido enquanto

fenômeno individual, por considerar que qualquer experiência representa um processo subjetivo para as pessoas; e social, pois a constituição das pessoas não é processo unicamente individual, mas acontece em meio às interações sociais (MARTÍN-BARÓ, 1985).

Tomando as concepções de Martín-Baró (1985) como base, Pacheco, Martins e Bomfim (2020) apontam que, nas análises dos processos de desapropriação do espaço deve-se considerar não só os aspectos jurídicos quanto à posse e a estrutura física dos espaços, mas outras dimensões que englobam as relações socioafetivas das pessoas e as questões sociais e políticas em torno das motivações das ações de desapropriações. Desse modo, os autores propõem que os estudos sobre a desapropriação do espaço devam considerar cinco elementos principais, a saber, físicos-estruturais, históricos, sociais, jurídico-políticos e socioafetivos.

O elemento físico-estrutural diz respeito à construção do espaço, localizando geograficamente a comunidade e as condições ambientais. O histórico busca contextualizar o desenvolvimento da comunidade, resgatando os modos e costumes vividos nos espaços, bem como o que os espaços têm a dizer sobre a história de seus moradores e da cidade. O elemento social volta-se para a análises sociodemográficas dos habitantes do lugar, as vulnerabilidades e as políticas sociais atuantes no ambiente.

O aspecto jurídico-político relaciona-se à compreensão das motivações para a desapropriação, demarcando as possíveis relações de poder entre a comunidade removidas e os interesses dos demais setores sociais; bem como os interesses que o espaço físico desperta nas outras camadas sociais; e, por fim, o elemento socioafetivo apreende como a vivência na comunidade atua na construção do psiquismo dos moradores, produzindo relações afetivas, simbólicas, de identidades, etc.

Com essa perspectiva, compreende-se que, muitas vezes, a desapropriação do espaço configura-se como uma ação que contribui com a segregação socioespacial e a quebra de referenciais simbólicos, afetivos e identitários, tornando-se necessário compreender as relações pessoa-ambiente não apenas pela materialidade da ação, a desvinculação física, mas abrangendo as dimensões históricas, sociais, jurídico-políticas e socioafetivas (PACHECO; MARTINS; BOMFIM, 2020). Com efeito, a análise da desapropriação do espaço almeja identificar as origens das iniciativas, explicando suas determinações e as reverberações do processo na construção da história individual e coletiva dos moradores com o lugar (PACHECO; MARTINS; BOMFIM, 2020).

2.2 O olhar ético-político sobre a relação pessoa-ambiente

Na Psicologia Ambiental, estuda-se as inter-relações entre o indivíduo e o ambiente físico e social, enfatizando os processos afetivos e cognitivos que emergem da forma como as pessoas sentem, pensam e vivenciam o ambiente (MOSER, 1998). A partir de uma perspectiva transacionalista, entende-se que a Psicologia Ambiental não se restringe “[...] a interação do indivíduo com o ambiente como um cenário em que um interfere no outro, mas põe em evidência o entorno como uma dimensão da identidade dos indivíduos, em que interagem fatores psicossociais, sociofísicos e histórico-culturais” (BOMFIM, 2010, p.154). Essa perspectiva teórica, juntamente com a Psicologia Social, proporciona a compreensão do encontro do indivíduo com a cidade, uma leitura ética da construção e do envolvimento do indivíduo com o ambiente (BOMFIM, 2010)

A Psicologia Social, ao pautar-se na pluralidade teórico-metodológica de diferentes áreas do conhecimento, na complexificação das análises do contexto social e histórico e na prática interdisciplinar, assume uma visão de mundo e de homem como produto e produtor da história, afirmando a impossibilidade da neutralidade na construção do saber e da atuação do psicólogo (LANE, 1989). Neste sentido, o psicólogo latino-americano deve assumir, em sua *práxis*, a perspectiva das maiorias populares oprimidas, optando por acompanhá-las em seu caminho em direção à libertação, assumindo um compromisso ético no que tange à construção de um conhecimento socialmente relevante e uma atuação orientada para a transformação social (MARTÍN-BARÓ, 1996; 2017).

A Psicologia Comunitária, por sua vez, estuda os significados, os sentidos e os sentimentos individuais e coletivos dos moradores da comunidade; e como essa dinâmica reflete no psiquismo dos que ali moram (GÓIS, 2005; MONTERO, 2004). Fundamenta-se em uma *práxis* libertadora com o objetivo de possibilitar autonomia aos moradores, para que estes compreendam que são responsáveis pela sua realidade histórica-social, e que são capazes de transformá-la (GÓIS, 2005; MONTERO, 2006). O enfoque não é na mudança instrumental do sujeito, mas em uma transformação pautada na reflexão, no diálogo e na solidariedade (FREIRE, 2021; 1980), enfatizando o caráter político e o compromisso social com os pobres; e na busca pela libertação por meio de uma *práxis* libertadora que visa à conquista, à superação e à conscientização (XIMENES; GÓIS, 2010).

Consciência é conceito muito complexo, apresentando várias definições, sendo possível debatê-lo sem esgotar o campo teórico (BOMFIM; PETROLA; PACHECO, 2022).

Vygotsky¹¹ trabalhou sobre o conceito diversas vezes, reelaborando até chegar à ideia de compreendê-lo como um sistema cujas funções superiores, produto e produtoras do sujeito, integram-se com a vivência (BOMFIM; PETROLA; PACHECO, 2022), tornando-se “[...] um todo único e que funções particulares estão inter-relacionadas em sua atividade” (VIGOTSKI, 2009, p. 2). Com efeito, a consciência envolve a capacidade volitiva do sujeito diante de suas necessidades de resolver problemas específicos e como ele expressa tais problemas, é “[...] estado existente ou inexistente de uma relação de compreensão com a realidade externa ou vivencial” (TOASSA, 2006, p. 76).

Arelado à consciência e sua transformação, o conceito de conscientização faz-se mister na compreensão das relações das pessoas com mundo e com os demais. A partir das formulações de Paulo Freire, entende-se a conscientização como um processo de “[...] tomar posse da realidade [...], é o olhar mais crítico possível da realidade, que a ‘des-vela’ para conhecê-la” (FREIRE, 1980, p. 29), por meio qual “[...] aqueles que antes haviam estado submersos na realidade começam a sair, para se reinserir nela com uma consciência crítica” (FREIRE, 1980, p.39). Não consiste apenas em uma mudança de opinião, mas uma transformação na relação com o meio e os demais, promovendo a desalienação das pessoas e dos grupos sobre as raízes objetivas e subjetivas da alienação social (MARTÍN-BARÓ, 1996).

Nesse sentido, a transformação consciente do indivíduo mostra-se como fundamental para o fortalecimento da comunidade e para a luta da classe oprimida em direção à igualdade social. A este ponto, cabe entender a comunidade como um reflexo da sociedade e a sua dinamicidade, configurando-se como “[...] um espaço de mediação entre as pessoas (e sua vida familiar), o município e a sociedade, além de ser um lugar de reconhecimento e de confirmação da identidade pessoal dos moradores” (GÓIS, 2005, p.62). É, portanto, uma rede de interação sociopsicológica e de identidade social, caracterizando-se como um modo de vida social íntimo (GÓIS, 2005).

Ressalta-se, ainda, que embora seja um lugar de permanência estável e duradoura no qual os moradores estabelecem uma relação direta entre si, a comunidade também é um espaço de conflitos e contradições (GÓIS, 2005, 2008). Com efeito, compreender a Vila Vicentina enquanto uma comunidade possibilita apreender nuances sobre o modo como os moradores vivenciam o contexto de desapropriação e as implicações deste nas relações

¹¹ No decorrer da tese, a grafia do nome do autor aparecerá de diferentes formas, respeitando o modo como é escrito nas publicações de suas obras. Dentre as variações, aparecem Vygotski, Vigotski e Vygotsky.

comunitárias.

Neste sentido, para compreender as relações, deve-se partir do entendimento de que “relação” é um direcionamento de uma coisa à outra; uma coisa fazendo parte da outra de modo a se completarem (GUARESCHI, 2007). Ou seja, uma relação é estabelecida quando uma coisa não pode existir sem outra coisa que possa completá-la. Geralmente, as pessoas tendem a acreditar que relação é somente aquilo que une, que liga uma coisa à outra positivamente, no entanto as relações também podem ser conflituosas, de exclusão e rejeição:

Relação existe sempre que uma coisa não pode, sozinha, dar conta de sua existência, de seu ser. O conflito, a exclusão, são relações, pois ninguém pode brigar sozinho, e se há exclusão, há alguém que exclui, e alguém que é excluído. A percepção da relação é, pois, uma percepção dialética, percepção de que algumas coisas “necessitam” de outras para serem elas mesmas (GUARESCHI, 2007, p.83).

Retornando à importância da conscientização, entende-se que esta possibilita a ruptura da reprodução das relações de dominação-submissão, permitindo que os indivíduos se percebam como pessoas capazes de efetivar mudança radical das relações sociais, em que não existam opressores nem oprimidos (MARTÍN-BARÓ, 1996). Quanto à relação com os ambientes, o processo de conscientização contribui para a reflexão da relação pessoa-ambiente a partir de uma perspectiva transformadora, na qual o indivíduo, enquanto ator histórico, enxerga-se como integrante e atuante no meio de forma crítica e comprometida (NÓBREGA; ELIAS; FERREIRA, 2018). Com efeito, ao conscientizar-se, o indivíduo altera o seu olhar e a sua relação com o ambiente, desenvolvendo uma postura mais implicada com o cuidado com o ambiente.

2.3 O colorido afetivo na relação pessoa-ambiente

Historicamente, as emoções foram relegadas ao plano da obscuridade, consideradas como aspectos que obscurecem a razão e impedem a construção do conhecimento, havendo o privilégio do racional na cultura (SAWAIA, 2011). Neste sentido, a busca pela objetividade acaba por produzir resultados que mascaram as vivências afetivas das pessoas, reduzindo as produções a narrações de histórias ou enumerações de problemáticas sem referência aos aspectos afetivos (MONTERO, 2004). Em direção oposta, a partir de estudos da Psicologia Social Sócio-histórica (LANE, 2006), entende-se que afetividade rompe com a neutralidade científica sobre a desigualdade social, mantendo viva a capacidade de indignar-se diante das vulnerabilidades sociais sem, contudo, perder o rigor teórico-metodológico (SAWAIA, 2011).

A afetividade é “[...] a tonalidade e a cor emocional que impregna a existência do ser humano” (SAWAIA, 2011, p.100), constituída pela integração entre os sentimentos e as emoções, enquanto produções psicossociais. As emoções são reações afetivas momentâneas, normalmente com grande intensidade e alguma manifestação biológica, socialmente codificadas.; e os sentimentos são estados afetivos mais duradouros, podendo ser modificados com o tempo (MONTERO, 2004). A partir dessa integração, a afetividade apresenta a capacidade de o indivíduo transformar seus instintos na consciência, atribuindo-os significados (LANE, 2006), mediando as afecções a partir dos signos socialmente construídos, podendo aumentar ou diminuir a sua potência de ação e as suas implicações psicossociais no encontro com os outros e as coisas (SAWAIA, 2011). Neste sentido, constata-se a natureza mediacional das emoções na constituição do psiquismo, considerado a afetividade fundamental na análise das ações, da consciência e da identidade do indivíduo (LANE, 2006).

O delineamento teórico-epistemológico da categoria afetividade dá-se a partir dos postulados de Baruch de Espinosa, Lev Vygotsky e Agnes Heller. As concepções de tais autores foram apropriadas, principalmente, por Bader Sawaia, ajudando-a a compreender a afetividade também em seu caráter ético e político.

Baruch de Espinosa demonstrou como os afetos, outrora vistos como câncer da razão, fazem parte do modo como os indivíduos pensam, julgam e agem no mundo, desenvolvendo, a partir disso, uma teoria de relações humanas ética com base na afetividade, concebendo os afetos como aquilo que colore a existência, tendo suas causas e efeitos tão dignos de atenção que qualquer outra coisa natural (GLEIZER, 2005). Seus postulados trazem grandes contribuições à Psicologia, principalmente no que tange à indissociabilidade entre a mente e o corpo (monismo), a integração entre razão e emoção e a compreensão da dimensão ética e transformadora dos afetos (SAWAIA, 2009).

Em seu pensamento, não há separação entre corpo e ideia, pois tudo que existe no mundo é parte da mesma substância, aquilo “[...] que existe em si mesmo e que por si mesmo é concebido, isto é, aquilo cujo conceito não exige o conceito de outra coisa do qual deva ser formado” (ESPINOSA, 2010, p.13). Assim, a matéria física e a ideia metafísica são manifestações de uma única substância, constituída por diversos atributos, “[...] aquilo que, de uma substância, o intelecto percebe como constituindo a sua essência” (ESPINOSA, 2010, p.13). Dentre esses atributos, encontra-se o pensamento, enquanto aquilo que é chamado de mente ou ideia; e a extensão, denominado de corpo, originados dos modos, sendo estes “[...] as afecções de uma substância, ou seja, aquilo que existe em outra coisa, por meio da qual é

também concebido” (ESPINOSA, 2010, p.13). Com efeito, o corpo e a mente são manifestações diferentes de uma mesma coisa.

Para Espinosa (2010), as coisas estão sempre em movimento, seguindo a sua força, a sua potência de ação, transitando continuamente, produzindo existência e se expandindo. A partir do encontro dos corpos, ocorrem as afecções que os transformam, podendo esses corpos serem afetados de muitas maneiras; ou seja, “[...] o corpo humano, com efeito, é afetado, de muitas maneiras, pelos corpos exteriores, e está arranjado de modo tal que afeta os corpos exteriores de muitas maneiras” (ESPINOSA, 2010, p.107). Nesse processo, a mente percebe tudo o que acontece no corpo, ainda que não estejam os corpos pelos quais o homem fora afetado uma vez. Dá-se, então, que “[...] a mente humana percebe não apenas as afecções do corpo, mas também as ideias dessas afecções” (ESPINOSA, 2010, p.115).

Essas afecções originam os afetos, pelos quais a “[...] potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções” (ESPINOSA, 2010, p.163). Quando se compreende como causa adequada o feito percebido em nós nesse encontro, entende-o indistintamente pela própria causa; por outro lado, quando esse efeito não é compreendido por ele mesmo, há uma causa inadequada ou parcial (ESPINOSA, 2010; BRANDÃO, 2012). Nesse sentido,

Digo que agimos quando, em nós ou fora de nós, sucede algo de que somos a causa adequada, isto é, quando de nossa natureza se segue, em nós ou fora de nós, algo que pode ser compreendido clara e distintamente por ela só. Digo, ao contrário, que padecemos quando, em nós, sucede algo, ou quando de nossa natureza se segue algo de que não somos causa senão parcial. (ESPINOSA, 2010, p.163).

Desse modo, a mente, conforme o corpo é afetado, tanto pode agir como pode padecer, considerando que “[...] à medida que tem ideias adequadas, ela necessariamente age; à medida que tem ideias inadequadas, ela necessariamente padece” (ESPINOSA, 2010, p.165). Com efeito, quando o indivíduo não age com base na própria razão e consciência, mas a partir da compreensão de ideias exteriores, imaginativas, confusas e distorcidas, torna-se causa inadequada da ação, o que diminui a potência de ação, levando-o à passividade. Por outro lado, quando o indivíduo se guia por ideias a partir de uma compreensão clara e distinta das afecções, age de modo mais autônomo e com mais controle sobre a ação, assim, a potência de sua ação é aumentada, tornando-se mais livre e ativo (ESPINOSA, 2010; BRANDÃO, 2012). É importante destacar que a mente, quer com ideias claras e distintas ou quer com ideias confusas, continuará a “[...] esforça-se por perseverar em seu ser por uma duração indefinida, e está consciente desse seu esforço” (ESPINOSA, 2010, p.173).

Há diferentes formas de compreender esse esforço: quando está relacionado apenas à mente, denomina-se de vontade; quando se refere tanto à mente quanto ao corpo, é chamado de apetite. Assim, o “[...] desejo é o apetite ao lado da consciência desse fato, configurando como a “[...] verdadeira essência do homem” (SCRUTON, 2000 p.36). Quanto mais *conatus* uma coisa tem, tanto mais ela é autodependente, tanto mais ela é “em si” mesma (SCRUTON, 2000). Destacam-se, também, os afetos de alegria e tristeza,

Vemos, assim, que a mente pode padecer grandes mudanças, passando ora a uma perfeição maior, ora a uma menor, paixões essas que nos explicam os afetos da alegria e da tristeza. Assim, por alegria compreenderei, daqui por diante, uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição maior. Por tristeza, em troca, compreenderei uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição menor (ESPINOSA, 2010, p.177).

Portanto, a alegria é tudo aquilo que aumenta a potência de ação, que mobiliza para a ação mais autônoma; por outro lado, a tristeza faz padecer, diminuindo a potência de ação, levando à passividade (BRANDÃO, 2012). Ressalta-se que os afetos não são “bons” ou “maus” em si mesmos, não são moralizantes, mas concebidos conforme o indivíduo os percebe como útil a si. Assim, “[...] uma única e mesma coisa pode ser boa e má ao mesmo tempo e ainda indiferente”, sendo o “bem” o que é útil e “mal” aquilo que impede o desfrutar do bem (ESPINOSA, 2010, p.267).

Com base nisso, o indivíduo pode ser afetado de muitas formas no contato com os outros e as coisas que existem no mundo; e por suas relações com os afetos, também pode afetar no encontro com as pessoas (BRANDÃO, 2012). Nesses contatos, o indivíduo ama as causas daquilo que o alegra, que o é útil, portanto, o “bem”; e odeia as causas daquilo que o entristece, que impede de algum “bem”, portanto o “mal” (ESPINOSA, 2010).

Para Espinosa (2010), “[...] entre as coisas singulares, nada que seja mais útil ao homem do que um homem”, sendo a conquista da felicidade o bem que se faz ao outro (BRANDÃO, 2012). Essa felicidade é alcançada a partir do conhecimento verdadeiro das coisas, quando, por meio da razão, o indivíduo é consciente das causas de suas alegrias e de suas tristezas, consciente daquilo que diminui e aquilo que aumenta a sua potência de ação. É o conhecimento racional que permite a passagem por tal caminho, uma vez que o avanço desse conhecimento substitui as percepções distorcidas e inadequadas por ideias adequadas (ESPINOSA, 2010), até que, “[...] no limite, tudo o que pensarmos provirá de uma ideia adequada da essência de Deus, que não é o mesmo Deus transcendente da tradição judaico-cristã, mas um Deus imanente (SCRUTON, 2000, p.26).

Desse Deus, enquanto Natureza Naturante de todas as coisas, se extrai todas as

outras coisas que existe no mundo, como Natureza Naturada. Com isso, tem-se que Deus, enquanto a primeira coisa que existiu e de que coisa alguma depende, é livre, ou seja, “[...] existe exclusivamente pela necessidade de sua natureza e que por si só é determinada a agir”, enquanto a coisa que existe em Deus, e dele depende, “[...] é determinada por outra a existir e a operar de maneira definida e determinada” (ESPINOSA, 2010, p.13).

Para Espinosa, não há uma oposição entre a razão e a afetividade, uma vez que “[...] se o conhecimento intelectual pode interagir com as paixões, moderando-as e transformando nossa vida afetiva, é exatamente porque ele tem a mesma raiz que as paixões, a saber, o desejo” (GLEIZER, 2005, p. 51). A afetividade, então, é matéria-prima para a compreensão de uma vida ética, desvelando o que escraviza e o que liberta os indivíduos (GLEIZER, 2005).

As emoções se constituíram como a porta de entrada de Lev Vygotsky na Psicologia, a partir de seus estudos na obra *Psicologia da Arte*, escrito em 1925 e publicado somente em 1965 (LANE; CAMARGO, 2006). A partir da década de 1930, Vygotsky retoma, de modo mais sistemático, seus estudos sobre as emoções, que viriam a dar origem ao seu manuscrito “A teoria das emoções: uma investigação psicológica” (VAN DER VEER; VALSINER, 2014). Embora não tenha concluído sua teoria das emoções (VYGOTSKI, 2004), aparecem, em toda a sua obra, postulados sobre a importância das emoções na constituição do indivíduo, tanto nas análises sobre a arte ou quanto sobre os processos psicológicos superiores, como a motivação, o pensamento, a linguagem e a criatividade (CAMARGO; LANE, 2006).

Em seu manuscrito sobre as emoções, Vygotsky apresenta como as teorias da época compreendiam as emoções de modo mecanicista e dualista (VYGOTSKY, 2004; VAN DER VEER; VALSINER, 2014). Ao analisar as teorias das emoções de William James e Carl Lange, Vygotsky percebe que, para esses autores, as emoções se originaram conforme surgiam reações fisiológicas periféricas em decorrência da percepção de estímulos, assim, ao indivíduo entrar em contato com determinado estímulo, sentiria medo porque tremeria, ficaria triste porque choraria, etc. (VAN DER VEER; VALSINER, 2014). Tais compreensões se assemelhavam aos pressupostos de René Descartes, pelos quais as emoções eram originadas pelos processos corporais (VYGOTSKY, 2004).

Por seu caráter puramente biológico, tais explicações afastavam-se das especificidades das emoções e da relação destas com aos demais processos psicológicos (LANE; CAMARGO, 2006), ou seja, “os adeptos da teoria organicista esqueceram nada menos que o espírito humano” (VYGOTSKY, 2004, p.214), deixando de lado a explicação sobre os sentimentos superiores, como a religiosidade, contemplação a arte, etc., mediados pelas

relações socioculturais.

Para solucionar o dualismo presente nesses estudos, Vygotsky (1996) recorreu aos postulados de Espinosa sobre os afetos, que representavam uma concepção monista de compreensão do homem (VYGOTSKY, 2004; VAN DER VEER; VALSINER, 2014). Como apontado anteriormente, Espinosa concebe o corpo e a alma como pertencentes a uma mesma substância, na medida em que o que se passa no corpo, também se passa na alma (ESPINOSA, 2010); com efeito, explica os afetos em relação com os aspectos superiores humanos (VYGOTSKY, 2004). Nesse sentido, entende-se a inseparabilidade das emoções dos processos psicológicos superiores, tais como a linguagem, a motivação, a criatividade e o pensamento (VYGOTSKY, 2001; 2004, 2006), “[...] formando um sistema funcional como um conjunto dinâmico” (LANE; CAMARGO, p.132), não sendo possível, por exemplo, separar o pensamento da emoção, pois esta está na gênese daquele (VYGOTSKY, 2001).

Conforme o autor, o pensamento não nasce de si mesmo, mas da atuação da motivação na consciência, que abarca as inclinações, as necessidades, os interesses, os impulsos, os afetos e as emoções (VIGOTSKI, 2001). Compreende, assim, que “Por detrás de todos os pensamentos há uma tendência volitivo-afetiva, que detém a resposta ao derradeiro por que da análise do pensamento” (VIGOTSKI, 2001, p.479).

O autor aponta também para uma relação entre as emoções, a imaginação, a criatividade e a liberdade humana (VIGOTSKI, 2006), defendendo que toda tarefa criadora do homem surge com base naquilo que já existe no mundo concreto, sob determinadas circunstâncias e construções cerebrais; e pela manifestação do sentimento que o indivíduo vivencia (VIGOTSKI, 2006). Essa atividade criativa é forjada a partir da relação entre a fantasia e a realidade, em que os componentes da fantasia são extraídos de experiências anteriores apropriadas pelo homem; ou seja, “[...] a fantasia se constrói sempre com materiais tomados do mundo real”; e, “Por mais individual que pareça, toda criação inclui sempre em si um coeficiente social” (VYGOTSKY, 2006, p.38).

Destarte, o processo de imaginação e da atividade criadora apresenta uma “[...] relação direta com a riqueza e a diversidade da experiência acumulada pelo homem, porque esta experiência oferece o material com o qual os edifícios da fantasia são erguidos” (VIGOTSKI, 2006, p.17). Quanto mais o homem tem experiência e se apropria das produções históricas e culturais do mundo, maior a quantidade de material que terá disponível para a sua imaginação, ampliando as suas próprias experiências e se desprendendo do que viveu individualmente.

Entende-se, portanto, que as emoções não são somente manifestações corporais e alterações nos estados de consciência, mas é uma perejivanie (vivência), um filtro pelo qual experimentamos o mundo, é “[...] uma unidade complexa indivisível de características pessoais e características situacionais” (VIGOTSKI, 1994, p. 342), que indicam que a experiência singular humana é mediada pelas emoções, configurando-se de modos diferentes, apesar do ambiente comum (BOMFIM; PETROLA; PACHECO, 2022). A vivência qualifica a apropriação do mundo externo e a participação nele, assim como o mundo interno, desse modo, o meio é enquanto é para nós e ele existe enquanto a capacidade humana de sentir e de significar (LIMA; BENTO; BOMFIM, 2020). Com efeito, a perejivanie é uma unidade de análise dialética indivíduo-meio, em que o entorno não é algo objetivo e externo, mas se encontra presente em nós (VIGOTSKI, 1998); ou seja, o drama vivido pelo sujeito faz com que ele dê um novo sentido a si mesmo e, por conseguinte, defina-se dentro de uma nova atividade (BOMFIM; PETROLA; PACHECO, 2022).

É com essa construção que se entende a criatividade imbricada à liberdade (VIGOTSKI, 2006; SAWAIA, 2009). Ao se apropriar das produções histórico-culturais das sociedades, o indivíduo de qualquer classe social está superando o determinismo das funções elementares e criando, com seus questionamentos e conhecimentos, uma nova forma de organizar o mundo. Ao ampliar suas percepções sobre o mundo, o homem se liberta dos determinismos biológicos e sociais, estes impostos pelas classes dominantes detentora dos meios de produção (SAWAIA, 2009).

O estudo das emoções relacionadas aos outros processos psicológicos traz importantes contribuições para a psicologia, principalmente à Psicologia Social, ao demarcar que “Toda emoção é um chamamento à ação ou uma renúncia a ela. Nenhum sentimento pode permanecer indiferente e infrutífero no comportamento” (VIGOTSKI, 2001, p. 139), concatenando com a ética dos afetos (ESPINOSA, 2010). Com efeito, as preocupações de Vygotsky em torno das emoções provocam transformações ontológicas e epistemológicas na psicologia, superando a problemática da dicotomia entre emoção e razão, ao posicionar os sentimentos e as emoções, nas construções radicadas pelas vivências cotidianas (SAWAIA, 2011).

A teoria dos sentimentos de Agnes Heller, fundamentada no neomarxismo, traz importantes contribuições sobre a afetividade ao considerar as dimensões éticas e da vida social nas emoções (SAWAIA, 2011). Para a autora, os sentimentos são fundamentais na vida cotidiana, uma vez que “sentir implica estar implicado em algo” (HELLER, 2004, p.15),

podendo esse algo ser qualquer coisa, como uma pessoa, a si mesmo, um conceito, um objeto, um sentimento ou mesmo outra implicação.

Essas implicações advindas do sentir podem configurar-se tanto com positivas como negativas, de modo direto ou ainda indireto (HELLER, 2004). Quando a implicação é positiva e direta, o ato em si gera o sentimento de satisfação, como quando o indivíduo assiste a uma peça de teatro pelo prazer do espetáculo. Quando é positiva e indireta, o ato leva o indivíduo a satisfação em outras coisas, como quando o indivíduo se engaja em movimentos sociais e, como os resultados, conquista direitos que repercutirão em sua vida.

A implicação negativa e direta diz respeito ao que não motiva o indivíduo ou não o interessa, fazendo-o sentir como se não fosse capaz de atingir determinados objetivos. Neste caso, por exemplo, o indivíduo não gosta de estudar física, tem que fazer um exame, mas se sente incapaz de encontrar as soluções para os problemas. Já na implicação negativa e indireta, o indivíduo não conseguirá o resultado que almeja, a aprovação no exame, por exemplo, porque não consegue encontrar a solução para as questões.

As implicações não são estáticas, podendo configurar-se de distintas formas conforme a combinação dos diversos fatores que atuarão na implicação do indivíduo (HELLER, 2004). Uma pessoa, por exemplo, pode acreditar querer transformações sociais para a sua comunidade, no entanto, sente que não tem poder suficiente para influenciar nas decisões sobre seu lugar. Com isso, ela não se vincula a movimentos sociais de direito à moradia e, conseqüentemente, distancia-se da realização de seu desejo.

Nem todo sentimento, pensamento, ação ou reação traz uma implicação; porém a própria implicação é constitutiva da forma de sentir, pensar e atuar, integrada tanto no agir como no reagir (HELLER, 2004). Assim como não é possível “não estar implicado”, mesmo quando o indivíduo parece indiferente a determinada situação, tornando-se uma implicação mínima. Ademais, é possível que uma pessoa se envolva em atividades nas quais não está implicado, porém pensa em outras nas quais tem implicação, caracterizando uma implicação independente da atividade.

A implicação superior, por outro lado, é determinada pelo organismo e as condições sociais, como morrer de amor, de felicidade, de tristeza, configurando como o limite máximo da implicação, em que o próprio indivíduo sucumbe; ou até que seu limite de tempo de duração diminua pelo esgotamento das energias (HELLER, 2004). A esse respeito, Heller (2004) aponta que a sociedade regula a intensidade das expressões dos sentimentos e dos conteúdos advindos das implicações, configurando ritos e costumes sociais, históricos e culturais, na medida em

que a expressão de sua intensidade seja considerada como aceita ou que deva ser contida.

Nem todo sentimento é transformado em ação, uma vez que o homem consegue reserva para si seus sentimentos, como no exemplo de “homem valente” de Aristóteles, em que o indivíduo valente não é aquele não tem medo, mas que, mesmo com medo, age como se não o tivesse (HELLER, 2004). Com isso, tem-se que nem sempre os sentimentos são acessados pelas condutas dos seres humanos.

Em sua discussão antropológica dos sentimentos, Heller (2004) traz que, além da implicação, os sentimentos constituem-se de aspectos biossociais, classificando-os em I) sentimentos impulsivos, II) afetos, III) sentimentos orientativos, IV) emoções, V) sentimentos de caráter e personalidade, e VI) predisposições emocionais. Os *sentimentos impulsivos*, indispensáveis para a preservação da raça, indicam que algo não está em ordem no organismo, alertando sobre uma possível ameaça na homeostase do corpo, ou que necessidades precisam ser satisfeitas. Os *afetos*, diferentemente dos impulsivos, distanciam-se das necessidades inevitáveis, tornando-se fundamental na homeostase social das pessoas, sendo construídos como expressões culturais de determinadas épocas.

Os *sentimentos orientativos*, concebidos como puramente sociais, possibilitam a afirmação ou negação na compreensão/realização de algo, seja uma ação, um pensamento, um juízo, etc. Não são moralmente “bons” ou “ruins” em si mesmos, tampouco confundem-se como “alegres” (afirmativos) e “tristes” (negativos), mas como a possibilidade de que algo possa se tornar bom ou ruim, causador de uma alegria ou tristeza; um sentimento negativo, por exemplo, pode torna-se fonte de uma alegria. Quanto mais o indivíduo experimenta relações sociais complexas, mais comum se torna a orientação por meio dos sentimentos; por outro lado, quanto menos o indivíduo tiver experiências e mais controladora for a sociedade, menos ele se guiará pelos sentimentos.

As *emoções* são desenvolvidas conforme as estruturas sociais, devendo ser conhecidas ou interpretadas a partir do contexto em que elas aparecem, sendo inseparável do que a causou e de onde ocorreu. Nem todas as emoções estão presentes em determinada cultura e, apesar de não serem primordiais do funcionamento e manutenção biológica do indivíduo, elas são indispensáveis para a estruturação da sociedade.

O *caráter e a personalidade emocionais* são hábitos sentimentais duradouros, generalizados e típicos no modo de sentir, pensar e agir das pessoas diante das situações. Especificamente, o caráter emocional pode ser compreendido como uma categoria ampla, relacionado às características genéticas ou informações desprovidas de valor que foram fixadas

no indivíduo antes mesmo da constituição moral de sua personalidade. Já a personalidade diz respeito ao caráter mais valorativo, pelo qual a pessoa julga o que é bom ou mau, vergonhoso ou não, etc., conforme seu modo de pensar.

Por fim, *as predisposições emocionais* são tendências, duradouras, mas passíveis de transformação, para sentir determinados sentimentos em detrimento de outros, podendo ser originadas a partir de padrões de pensar, sentir e agir mantidos ao longo da vida, ou na carga genética ou ainda nas experiências sociais. Nesse caso, alguns indivíduos, por exemplo, podem apresentar propensão para lidarem com determinadas situações cotidianas de modo mais alegre e otimista; e outros de modo mais triste e pessimista.

Inspirada em Espinosa, Vygotsky e Heller, Sawaia (2009, p.366) defende que as emoções e a criatividade “[...] são dimensões ético-políticas da ação transformadora, de superação da desigualdade, [...] um meio de atuar no que há de mais singular da ação política emancipadora”. Ao eleger os sofrimentos e as felicidades como categorias de análise, rompe-se com a perspectiva de que a preocupação das pessoas em situação de pobreza é unicamente a sobrevivência, não sendo necessário, portanto, trabalhar as emoções em quem passa fome (SAWAIA, 2011).

Ao guiar-se pela afetividade, compreende-se que o indivíduo apresenta um sofrimento cuja gênese não está nele, mas em intersubjetividades socialmente construídas que configuram um sofrimento ético-político. Este sofrimento “[...] retrata a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (SAWAIA, 2011, p.104); é uma dor mediada pelas injustiças sociais, decorrente de um encontro que demarca um processo de servidão e injustiça que mantém as condições sociais de desigualdade social (SAWAIA, 2009).

A superação do sofrimento ético-político ocorre quando o indivíduo alcança a felicidade, que, ultrapassando as práticas individualistas, mostra-se como pública, abrindo-o à humanidade. Destarte, a felicidade pública somente “[...] é experienciada pelos que sentem a vitória como conquista da cidadania e da emancipação de si e do outro, e não apenas de bens materiais circunscritos” (SAWAIA, 2011, p.107); ela é um ato político, cuja busca revela um processo de conscientização, resultado de uma decisão autônoma de não obedecer aos comandos exteriormente determinados (SAWAIA, 2009).

Na relação dialética pessoa-comunidade, entende-se que o ambiente provoca emoções e sentimentos, sendo a compreensão dessa afetividade um indicador de ação de como habitante se implica na comunidade, na cidade e na sociedade, repercutindo em uma ética

cidadã (BOMFIM; DELABRIDA; FERREIRA, 2018). Para avaliar essa implicação, Bomfim (2010) desenvolve a categoria estima de lugar, como uma síntese do encontro da pessoa com o ambiente, expressando a afetividade decorrente dessa inter-relação, por meio de imagens e representações sociais do sujeito que revelam a sua forma de sentir, pensar, implicar-se e agir sobre seu meio.

Conforme Bomfim (2010, p.218), a estima de lugar é, portanto, “[...] forma específica de conhecimento, relativa ao aspecto de significado ambiental na dimensão de emoções e sentimentos sobre o ambiente construído” (BOMFIM, 2010, p. 218), que indica um processo de apropriação, de identificação e de ação-transformação por parte de seus habitantes. A estima de lugar tanto pode ser potencializadora, repercutindo no aumento da potência de ação do indivíduo (ESPINOSA, 2010; SAWAIA 2009), podendo denotar maior implicação psicossocial e participação cidadã do indivíduo, sentindo-se capaz de lutar pelos seus direitos (BOMFIM, 2010); como também despotencializadora, atuando como uma potência de padecimento no indivíduo (ESPINOSA, 2010; SAWAIA, 2009), em que vivências negativas o levam a implicar-se negativamente com o ambiente, percebendo-se como incapaz de transformar a realidade, o que contribui para a manutenção da opressão (BOMFIM, 2010).

Nesse sentido, Sawaia (1995) entende a cidade não como um conjunto de casas, ruas, edifícios e praças, mas como um símbolo que expressa a tensão entre a racionalidade e a vivência humana. Os espaços representam, portanto, modelos de subjetividade, portando histórias, desejos, carências e conflitos, delineados não somente pelo planejamento urbano e pela geografia, mas também pelo encontro de identidades na relação pessoa-ambiente.

Nessa dialética, deve-se entender, ainda, os espaços e os lugares¹² como produções ideológicas, sendo necessário analisar as relações de apropriação e as significações deles para além da dimensão da ocupação física, apreendendo a produção de signos históricos e culturais neles imbricados, que carregam e atendem aos interesses sociais de determinados grupos sociais (PONTE; BOMFIM; PASCUAL, 2009). A afetividade, portanto, torna-se uma categoria de análise tanto de aspectos relacionados às vinculações sujeito-comunidade como de questões sociais e políticas que atravessam essa relação.

¹² Os lugares podem ser definidos a partir das pausas, ambientes onde as pessoas param e se estabelecem. Os espaços, por outro lado, são ambientes de passagem. No entanto, esse “[...] espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 1983, p.6).

3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A construção metodológica de uma pesquisa deve responder às práxis da vida cotidiana, considerando a realidade concreta em que os problemas se situam, devendo acompanhar a dinâmica do meio em que a pesquisa se insere (MONTERO, 2006), uma vez que as pesquisas “[...] são frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas raízes e seus objetivos” (MINAYO, 1994, p.18). Desse modo, aqui são apresentados alguns dos métodos utilizados para o desenvolvimento dessa pesquisa, delineados a partir da vivência do pesquisador na comunidade ao longo dos últimos seis anos (2016 - 2022), respeitando o movimento da comunidade e se adequando metodologicamente a ela.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de inspiração etnográfica, em que o pesquisador se insere na comunidade para acompanhar o movimento de organização grupal de seus moradores. Cecília Minayo (1994) aponta que “[...] o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo”, sendo a preocupação desse enfoque responder às questões particulares em um nível de realidade que, muitas vezes, a perspectiva quantitativa não alcança (MINAYO, 1994, p.15). Com a orientação etnográfica, entende-se que a pesquisa se volta para o entendimento do significado da vida cotidiana, delineando-se a partir de uma postura metodológica que se cria na própria interação, propícia para a compreensão do modo de viver das pessoas, com seus sentimentos, ritos, significados, atitudes, comportamentos, ações, etc., permitindo a apreensão do fenômeno em sua totalidade (LIMA *et al.*, 1996).

Dentre as características principais de uma pesquisa qualitativa, aponta-se a sua realização no ambiente natural onde o fenômeno estudado ocorre (CRESWELL, 2010). Nesse caso, o pesquisador atua como ferramenta fundamental, utilizando-se de diversas fontes para a construção do *corpus* de pesquisa, tornando-se a observação, descrição e análise das tradições da população que está sendo estudada fundamentais para sua compreensão (LIMA *et al.*, 1996). Tais informações, analisadas de modo indutivo, possibilitam a compreensão e explicação de fenômenos da realidade social dos seres humanos, tais como significados, motivos, aspirações, valores etc. (MINAYO, 1994). Ao considerar o fluxo das dinâmicas comunitárias, as mudanças que vão acontecendo em campo e as reflexões em cima dessas transformações, pode-se entender que o desenvolvimento da pesquisa qualitativa desenha um projeto flexível, que se modifica conforme a dinâmica psicossocial do campo de estudo (CRESWELL, 2010).

Cabe salientar que, embora a relação entre a abordagem qualitativa e “o mundo dos significados e relações humanas” seja considerada mais profunda do que na perspectiva

quantitativa, estes métodos não são opostos ou excludentes, pois se complementam de modo a abranger a realidade e a romper dicotomias (MINAYO, 1994). Desse modo, embora a essa pesquisa seja qualitativa, a compreensão dos fenômenos estudados requereu, de modo complementar, a utilização de instrumentos quantitativos, como o Índice de Sentido de Comunidade (PERKINS *et al.*, 1990; XIMENES *et al.*, 2019) e a Escala de Estima de Lugar (BOMFIM *et al.*, 2014). A intenção, além de contribuir para o fortalecimento dos critérios de confiança dos resultados obtidos (MONTERO, 2006), é de que os itens e os fatores das escalas, ao serem lidos pelos participantes, instiguem novas percepções e discussões, servindo, então, como estímulos disparadores para reflexões junto aos moradores.

3.1 Campo de Estudo e Participantes

A pesquisa foi realizada na comunidade Vila Vicentina da Estância, na cidade de Fortaleza, no estado do Ceará. Conforme abordado anteriormente, foi nesta mesma comunidade que o pesquisador realizou os estudos de mestrado e que, por compromisso social, político e ético que transcende o âmbito acadêmico, continuou inserido, desde 2016, acompanhando seus movimentos em contexto de ameaças de desapropriação. Desse modo, a partir do processo de inserção e familiarização com a comunidade, a vivência em campo permite o contato com a vivência comunitária e estabelece relações de confiança entre moradores e agentes externos (MONTERO, 2006).

A Vila Vicentina, até 2021, tinha 36 casas habitadas, com aproximadamente 95 pessoas, em sua maioria mulheres (58,85%). Ademais, destaca-se que 60% dos moradores estão na comunidade há mais de 30 anos; e os mais recentes (9%) vivem lá entre um a cinco anos. A maioria dos moradores tem idade acima dos 50 anos (47,76%) (IPLANFOR, 2020). Entre o ano de 2021 e 2022, dez casas foram construídas nos espaços que, anteriormente, eram ocupadas pelas oito (08) casas que foram demolidas. Em campo, a pesquisa foi realizada com moradores, maiores de 18 anos, “Resistentes” e “Não-Resistentes” à desapropriação.

As nomeações "Resistentes" e "Não-Resistentes" foram atribuídas a partir da vivência do pesquisador em campo, juntamente com a pesquisadora Aline Rocha, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, que também desenvolveu um estudo de doutorado na Vila (ROCHA, 2021). Abertamente, os moradores que compõem a Resistência Vila Vicentina (RVV), que lutam em resistência à desapropriação do

espaço, se autodenominam de "resistentes"; e apontam os demais moradores como "traíras" que ficam "em cima do muro".

Os moradores que não se posicionam abertamente são chamados, neste trabalho, de "Não-Resistentes" em decorrência de não haver, até o momento, uma nomenclatura atribuída por eles próprios. Em diálogos em campo com a socióloga Aline Rocha, os pesquisadores acharam adequado chamá-los de "Não-Resistentes" ao invés de "Traíras", por esta última parecer uma categoria de acusação feita por parte da RVV.

Quanto à seleção dos participantes, utilizou-se como método a bola de neve, que é uma forma de construir uma amostragem não probabilística, que utiliza cadeias de referências. Inicialmente, localiza-se algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa dentro do contexto estudado (identificadas como sementes), em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes, após serem entrevistadas, indiquem outras pessoas que também possam participar da pesquisa (VINUTO, 2014). Durante a participação da pesquisa, o pesquisador solicitou que o participante se auto atribuísse um nome fictício, por meio do qual seria referenciado na pesquisa, de modo a manter sua identidade anônima, resguardando questões éticas.

Na Vila, iniciou-se a seleção dos participantes pelos moradores da Resistência, por conta da maior familiaridade do pesquisador com esses moradores, facilitando o contato. Os moradores resistentes são aqueles que compõem o movimento Resistência Vila Vicentina (RVV). Esta, inicialmente, era composta por 15 famílias que, desde as primeiras investidas por parte do Conselho Metropolitano de Fortaleza da Sociedade São Vicente de Paulo junto às imobiliárias, resistem à desapropriação. Posteriormente, com a reconstrução de casas que haviam sido destelhadas e/ou demolidas, outras famílias passaram a fazer parte da Resistência, totalizando, atualmente, 24 famílias.

O grupo tem realizado atividades comunitárias para fortalecer os vínculos entre eles, atrair apoiadores e construir ações de visibilidade para a luta (PACHECO, 2018; FELIX *et al.*, 2021). Neste sentido, a RVV é bastante ativa no que diz respeito à defesa pelo direito à moradia. Na comunidade, são os responsáveis por acionar órgãos públicos, conseguindo que fossem realizadas audiências públicas, nos âmbitos municipal e estadual, a fim de discutir o caso da Vila e dos demais processos de remoção de comunidades na cidade - situações que serão discutidas no Estudo I desta tese.

A semente inicial foi uma liderança comunitária, com a qual, no dia de comemoração dos seis anos de luta da comunidade, 28 de outubro de 2022, o pesquisador

perguntou se ela poderia indicar alguém, que fizesse parte da Resistência, para realizar uma entrevista nos próximos dias. No dia seguinte, o pesquisador, juntamente com essa referência comunitária, foi até a casa da moradora indicada, que aceitou participar da pesquisa e, em seguida, indicou outra pessoa que poderia participar. No quadro 01, são apresentados os perfis dos moradores que compõem a Resistência que aceitaram participar da pesquisa:

Quadro 01 - Especificidades sociodemográficas dos participantes do Grupo “Resistência Vila Vicentina”

Nome Fictício	Sexo	Idade (Anos)	Tempo de Moradia (Anos)	Escolaridade
Amanda	Feminino	30	06	Médio Completo
Beta	Masculino	42	42	Pós-Graduação
Cláudia	Feminino	67	47	Médio Incompleto
Cristina	Feminino	60	30	Fundamental Completo
Girassol	Feminino	62	30	Fundamental Incompleto
Josué	Masculino	20	20	Superior Incompleto
Letícia	Feminino	27	22	Superior Incompleto
Lindalva	Feminino	53	41	Superior Incompleto
Lourdes	Feminino	51	34	Fundamental Incompleto
Mabel	Feminino	44	44	Superior Completo
Maria	Feminino	67	44	Médio Completo
Rosana	Feminino	43	26	Pós-Graduação
Sandra	Feminino	43	18	Médio Completo
Sara	Feminino	47	2	Superior Completo
Socorro	Feminino	65	27	Médio Completo

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Os moradores “não-resistentes” são aqueles que não se organizaram em um grupo formal de defesa pela comunidade; ou ainda indicados como os moradores organizaram um grupo para “vender a Vila” (DC, 2022). "Este polo da comunidade" atualmente é composto por

22 famílias que, em face às ameaças de desapropriação, optaram por negociar suas casas ou não se posicionar pela venda ou pela oposição à desapropriação. Os moradores “não-resistentes” são comumente referenciados pela RVV como "traíras" ou "do outro lado", acusados de não se importarem com a Vila ou de ficarem "em cima do muro" (DC, 2017). Em sua pesquisa de doutorado, Rocha (2021) aponta que, apesar dos moradores “não-resistentes” não se vincularem à RVV, parte deles afirma não querer sair da comunidade, defendendo sua permanência, sendo a decisão de não vinculação à RVV decorrente da situação de vulnerabilidade ante às pressões dos compradores - no entanto, não são considerados como "resistentes" que lutam pela comunidade, conforme a RVV.

Para a seleção dos “não-resistentes”, foi consultada outra referência comunitária do grupo de resistentes se ela poderia indicar algum morador do “outro lado” que aceitaria participar da pesquisa. Após a indicação, o pesquisador foi até a casa da pessoa indicada, que se prontificou em participar e, após a entrevista, indicou a próxima moradora. No Quadro 02, apresenta-se os perfis dos participantes “Não-Resistentes”:

Quadro 02 - Especificidades sociodemográficas dos participantes do Grupo “Não-Resistente”

Nome Fictício	Sexo	Idade (Anos)	Tempo de Moradia (Anos)	Escolaridade
Alba	Feminino	61	20	Fundamental Incompleto
Américo	Masculino	50	47	Médio Completo
Bribola	Feminino	73	47	Fundamental Incompleto
Carla	Feminino	28	18	Superior Incompleto
Renato	Masculino	67	62	Fundamental Incompleto
Grilo	Feminino	71	50	Fundamental Completo
Jaqueline	Feminino	48	18	Fundamental Incompleto
Joana	Feminino	57	40	Médio Completo
Maria Moreira	Feminino	40	09	Superior Completo
Sabrina	Feminino	51	22	Fundamental Incompleto

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Cabe destacar que, entre os moradores identificados como “não resistentes”, há três moradoras que estão se aproximando do grupo da RVV. No entanto, essa aproximação ainda não é suficiente para ser reconhecida como “resistente”, mas como “pagante da Resistência” - questões que serão discutidas no Estudo III da tese.

No total, foram realizadas 25 entrevistas, sendo 15 com moradores da Resistência e 10 com os moradores “não-resistentes”. Normalmente, o quadro de amostragem se encerra quando o pesquisador percebe que houve a saturação dos dados, uma vez que as informações oferecidas (VINUTO, 2014). Com isso, percebeu-se que a saturação das informações com a Resistência havia ocorrido a partir da sexta entrevista, porém os moradores continuaram indicando pessoas a serem entrevistadas e, por reconhecimento a esse fenômeno, optou-se por continuar as entrevistas. O mesmo movimento ocorreu com os moradores “não-resistentes”, cujas informações saturaram na sétima entrevista, porém outras três foram realizadas.

3.2 Processo de inserção comunitária e a construção da pesquisa

O pesquisador acompanha a Vila Vicentina desde o dia 02 de novembro de 2016 e, como bem diz Maritza Montero, todo trabalho psicossocial comunitário se inicia a partir do processo de inserção e familiarização com a dinâmica da comunidade de estudo (MONTERO, 2006). Nesse processo, os agentes externos à comunidade buscam estabelecer contatos com os agentes internos (moradores), permitindo que aqueles se aproximem da vivência comunitária, conhecendo as problemáticas e potencialidades do contexto. Desse modo, a familiarização é um primeiro passo para desenvolvimento de um trabalho comunitário, que pode ser compreendida como um processo no qual os agentes, internos e externos,

[...] iniciam ou aprofundam seu conhecimento mútuo, captando e apreendendo aspectos da cultura de cada grupo, [...] avaliam os interesses que movem cada grupo, desenvolvem formas de comunicação, descobrem peculiaridades linguísticas e começam a desenvolver um projeto compartilhado (MONTERO, 2006, p.78).

Na Vila Vicentina, os agentes externos que buscam contribuir com as problemáticas da comunidade são reconhecidos pela Resistência Vila Vicentina (RVV) como "Apoiadores". Aos apoiadores se apresentarem, e a partir do estabelecimento de relações de confiança, os moradores que compõem a RVV passam a convidá-los para os eventos que ocorrem dentro na comunidade e/ou para lutas que envolvem a defesa do direito à cidade e à moradia digna.

Desde o dia 28 de outubro de 2016, quando ocorreram demolições de casas na comunidade, a situação da Vila foi ganhando cada vez mais repercussão midiática e atraindo

diversos atores sociais para a luta. Poucos dias depois da demolição total de três casas, e parcialmente em outras três, no dia 02 de novembro de 2016, a RVV organizou o primeiro grande evento da comunidade, denominado “Apoio à resistência da Vila Vicentina” ou “Primeira Plenária de Apoiadores”. A organização desse evento decorreu da necessidade emergente de construir estratégias de resistências frente ao conflito da Vila com o Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo, buscando o apoio de outros órgãos e atores sociais para contribuir nessa luta.

Embora o pesquisador estivesse acompanhando as notícias sobre a comunidade a partir de publicações na página do Facebook Resistência Vila Vicentina, sua inserção comunitária começou a partir da primeira grande plenária do dia 02 de novembro de 2016. Nesta, foi solicitado que todas aquelas pessoas de fora da Vila se apresentassem e, caso desejassem, falassem como poderiam ajudar na causa, comungando com o que Montero (2006) aponta sobre a necessidade de que os moradores saibam quem são os agentes externos, quais são seus interesses ao estarem ali.

Na experiência do pesquisador com a Vila, corroborando com os apontamentos de Montero (2006), observou-se que foi somente a partir do contato constante e profundo com os moradores que, de fato, ele passou a sentir-se inserido na comunidade, participando ativamente de atividades de visibilização e mobilização. No período inicial de inserção, juntamente com os núcleos e laboratórios *Centro de Assessoria Jurídica Universitária (Caju)*, *Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (Canto)* e o *Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus)*, o pesquisador organizou e participou de ações de apoio, tais como oficinas de cartazes, construção de fanzines e outras atividades comunitárias que contribuíram na visibilidade da situação da Vila (PACHECO, 2018; FÉLIX *et al.*, 2021). Com a presença frequente, os moradores passaram a enxergar não somente como agentes externos, mas como “apoiadores fiéis” (DC, 2017).

Inicialmente, o contato mais próximo do pesquisador foi com uma das figuras de lideranças dentro da RVV, a partir da qual teve mais acessos aos espaços da Vila, bem como conheceu os demais moradores. O contato com as figuras de liderança é fundamental, uma vez que as lideranças comunitárias auxiliam no levantamento de informações e ajudam o pesquisador a entrar em contato direto com o cotidiano estudado (MONTERO, 2006). Com o tempo, já sendo reconhecido pelos demais moradores da RVV, passou a dialogar mais com os demais moradores resistentes, buscando apreender a percepção que eles tinham sobre a situação de ameaças e como organizavam as ações de luta.

No desenvolvimento da dissertação de mestrado, defendida no final de maio de 2018, o presente pesquisador sistematizou sua presença na comunidade, até então, em quatro momentos principais (PACHECO, 2018). O primeiro foi marcado pelo processo de inserção, familiarização e, principalmente, pelas participações nas atividades comunitárias de mobilização e visibilidade desenvolvidas na Vila, de outubro de 2016 a fevereiro de 2017. O segundo, de fevereiro de 2017 até maio do mesmo ano, a participação foi direcionada para as ações do Ateliê de Tombamento da Vila, coordenado pelo professor Romeu Duarte, ajudando no levantamento de dados sobre os aspectos históricos, sociais, simbólicos e afetivos presentes na comunidade, que foram sintetizados no relatório "*Contribuição Técnica ao Tombamento Municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE*" (DUARTE *et al.*, 2017).

No terceiro momento de presença, a ênfase foi no desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado, com a utilização de métodos sistemáticos de pesquisa, tais como a realização da oficina de mapas afetivos (BOMFIM, 2010) e entrevistas (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005). No período, apresentou-se a proposta de estudo para os moradores e, seguindo a organização da comunidade, levantou-se informações com as quais, juntamente com os registros do diário de campo, a dissertação foi escrita.

O quarto momento voltou-se para o acompanhamento da comunidade, não mais como pesquisador, mas como apoiador participante de movimentos sociais. À época, mesmo com o encerramento formal do mestrado, o pesquisador não enxergava tempo determinado para encerrar o acompanhamento da Vila, principalmente porque os moradores continuavam convidando a participar dos processos comunitários, tanto de luta como os de confraternizações. Desse modo, desde 2018, sua participação ocorre em reuniões do Conselho Gestor da ZEIS¹³ Dionísio Torres, acompanhando o processo de construção do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF). Como colaborador¹⁴, participou das ações de mobilização dos moradores para a eleição de conselheiros, na aplicação de questionários para o diagnóstico da comunidade (IPLANFOR, 2020) e apoiou nas oficinas de cartografia social (IFCE, 2020).

Atualmente, o pesquisador encerra o quinto período de atividades com a comunidade, que seria a construção da pesquisa de doutorado, iniciada em 2019. Dando continuidade aos estudos acadêmicos, além de acompanhar o desenvolvimento dos produtos do

¹³ Conforme a Lei n.º 10.257/2001, as Zona Especial de Interesse Social foram criadas em 1980 como estratégia para viabilizar a regularização fundiária de assentamentos precários, sendo um instrumento nacionalmente previsto no Estatuto da Cidade.

¹⁴No Estudo I, aborda-se com mais detalhes essas ações desenvolvidas na comunidade e o modo como colaborou.

PIRF, o pesquisador deu atenção especial à configuração das relações comunitárias na Vila. Nos primeiros anos, de 2016 a 2018, sua presença foi junto aos moradores da RVV, no entanto, já observava a necessidade de aproximação e análise da dimensão afetiva e das implicações psicossociais da desapropriação do espaço também vividas pelos moradores "não-resistentes".

Dentre os contatos com os “não-resistentes”, destaca as visitas às casas para informar e mobilizar para a eleição do Conselho Gestor da Vila, levantamento de informações para a construção PIRF e dados para a contribuição técnica do tombamento. Nesses momentos, explicou aos “não-resistentes” sobre a importância do desenvolvimento desses produtos técnicos para a Vila e quais as implicações práticas na vida deles – os quais o receberam bem e demonstraram bastante interesse; e, em outras circunstâncias, procuram-lhe para obter mais esclarecimentos (DC, 2019).

Deste modo, a inserção do pesquisador, desde então, voltou-se para vivência com toda a comunidade, com moradores participantes da RVV e os não participantes. Pela constante presença na Vila, com exceção no período de isolamento social causado pelo COVID-19, os moradores do "outro lado" passaram a lhe reconhecer e, em determinados momentos, o pesquisador estabeleceu contatos e diálogos, destacando os momentos de mobilização para eleição do Conselho Gestor e nas reuniões do referido conselho (DC, 2021).

Durante o período de elaboração do projeto de doutorado, questionava-se como a forte vinculação com a RVV implicaria nos resultados da pesquisa. Preocupava-se sobre como os moradores resistentes perceberiam a aproximação com o “outro lado”, qualificado como “traíra”; como também se questionava sobre a abertura e confiança que os “não-resistentes” teriam quanto a aproximação do pesquisador, se eles confiaram revelar seus e percepções para alguém que, comumente, é visto do lado da RVV. Tais preocupações foram importantes para identificar os possíveis vieses e, na medida do possível, criar estratégias para superá-los.

No entanto, durante a construção de informações, ambos os lados da comunidade foram receptivos e demonstraram bastante interesse em participar do estudo. Especificamente quanto aos “não-resistentes”, estes apontaram o quanto era importante eles serem ouvidos, pois, normalmente, a história sobre as negociações e a vivência do contexto de ameaças de desapropriação era contada somente pelos moradores lado da Resistência, que, por vezes, apontavam os “não-resistentes” como “vilões”, “traidores”, “traíras”, etc. Desse modo, contar seu lado da história era, também, uma forma de se defender das acusações e apontar, de certo modo, contradições da Resistência - aspectos que serão discutidos nos Estudos II e III.

Por fim, assim como ocorreu no período de encerramento do mestrado, o pesquisador se compromete a permanecer na comunidade, enquanto apoiador. Desse modo, pretende-se continuar contribuindo nos processos de resistência e, com base no que foi observado na análise das informações desta pesquisa, auxiliando no restabelecimento das relações comunitárias.

3.3 Aspectos éticos

A proposta de estudo se adequa aos princípios éticos de pesquisas com seres humanos do Conselho Nacional de Saúde, com base na Resolução número 466 de dezembro de 2012 e na Resolução número 510 de abril de 2016; e desenvolvida com a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará. Os participantes, quando submetidos aos métodos de construção do *corpus*, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que versou sobre a proposta da pesquisa, os possíveis riscos psicossociais e os seus direitos como participantes. Cada participante, a seu critério, atribuiu um nome fictício a si próprio, pelo qual é referido ao longo dos estudos da tese.

Ressalta-se que algumas discussões presentes trazem citações e/ou informações de campo, tais como materiais de entrevistas do período de construção da dissertação de mestrado (2016-2018). Nesse caso, pontua-se que as informações utilizadas compõem o *corpus* desta pesquisa, tendo sido levantadas, no período, também com a aprovação do referido comitê de ética, CAAE 80786817.5.0000.5054, com o número do parecer 2.456.364 (ANEXO A). Destaca-se, ainda, que, conforme são apresentados dados do estudo anterior, sinaliza-se o ano em que a informação foi obtida. Assim, quando incluir a fala de determinado participante, colocarei o nome fictício e o ano em que a informação foi obtida. Por exemplo: "*Quem quer ficar se uniu mais. Agora quem quer sair, a gente deixou pra lá*" (Entrevista de Gordinha, 2018); e "*Aqui é uma comunidade, então era pra todo mundo agora tá unido, lutar pela mesma coisa*" (Entrevista de Sabrina, 2022).

3.4 Procedimentos de produção e análise de informações do *corpus*

Nesta subseção, apresenta-se as ferramentas que auxiliaram na construção de informações e na análise do *corpus* da pesquisa. Em conformidade com a complexidade do fenômeno estudado, utilizou-se a perspectiva multimétodos, caracterizada pelo uso de dois ou

mais métodos, qualitativos e/ou quantitativos, tendo o "[...] propósito de diminuir os vieses inerentes à adoção de procedimentos que ressaltem apenas um aspecto do objeto em estudo” (GUNTHER; ELALI; PINHEIRO, 2011, p.241-242). Essa abordagem coaduna com os pressupostos da Psicologia Social, Psicologia Comunitária e Psicologia Ambiental, pelo caráter transdisciplinar da área e pela forma que estuda as interações pessoa-ambiente, em diálogo com outros campos do saber.

Para desenvolver os estudos delineados, atendendo aos objetivos específicos, utilizou-se como ferramentas para produção de informações 3.4.1) Observação Participante e Diário de Campo; 3.4.2) Entrevistas semiestruturadas; 3.4.3 Escala de Estima de Lugar; e 3.4.4 Índice de Sentido de Comunidade. Como procedimentos de análise das informações, recorreu-se à 3.4.5) Análise de Conteúdo. Por fim, destaca-se a importância da 3.4.6) Construção e partilha das informações de pesquisa durante a construção da pesquisa.

A proposta foi formulada a partir da inserção em campo, considerando as transformações contextuais que ocorreram na comunidade, que direcionam, inclusive, novas necessidades de atividades comunitárias – nas quais houve a inserção como observador participante. No quadro a seguir (Quadro 03), apresenta-se a relação entre os objetivos específicos da pesquisa e os procedimentos de construção e análise *do corpus*.

Quadro 03 - Relações entre objetivos específicos, categorias de análise, instrumentos de construção de dados, análise de dados

Objetivo Geral	Analisar as relações comunitárias, em contexto de desapropriação do espaço, de uma comunidade em Fortaleza-Ceará		
Estudos	Estudo I	Estudo II	Estudo III
Objetivos Específicos	Discorrer sobre a construção sócio-histórica da comunidade Vila Vicentina da Estância, considerando o processo de segregação socioespacial na cidade de Fortaleza.	Analisar, a partir da afetividade, a relação pessoa-ambiente em contexto de desapropriação do espaço;	Compreender as organizações grupais de (não) resistência à desapropriação do espaço e as suas implicações psicossociais no cotidiano comunitário.
Instrumentos de construção do Corpus	Entrevistas; Observação Participante; Diário de Campo.	Entrevistas; Observação Participante; Diário de Campo; Escala de Estima de Lugar; Índice de Sentido de Comunidade.	Entrevistas; Observação Participante; Diário de Campo.
Análise do Corpus	Análise de Conteúdo	Análise de Conteúdo Modo de interpretação próprio das escalas	Análise de Conteúdo

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

3.4.1 Observação Participante e Diário de Campo

Inserido na comunidade, realizou-se diversas visitas, sob o prisma da observação participante, em diversos momentos na comunidade nos últimos seis anos (novembro de 2016 a novembro de 2022). Foram realizadas visitas à Vila para participar de atividades comunitárias para atrair apoiadores e ganhar visibilidade, realizar levantamento de informações para os processos de tombamento e de regularização fundiária, para construção de informações para pesquisa de mestrado e de doutorado, para confraternizações e, até mesmo, só para visitar moradores e tomar café no quintal.

Como uma técnica de cunho etnográfico, a observação-participante exige a presença ativa do pesquisador dentro da comunidade, tornando-se também parte do cotidiano do lugar, seja indo morar no local, trabalhando ali ou mesmo visitando periodicamente (GÓIS, 2008). Desse modo, a interação contínua permite que as vivências das relações dos moradores com a comunidade não sejam apreendidas de modo superficial. Entre as principais características da observação participante, podem ser destacadas a facilitação da percepção sobre o fenômeno; maior facilidade no processo de inserção comunitária; diversidade de situações observadas e, conseqüentemente, uma maior variedade de informações (GÓIS, 2008).

Por se tratar de uma inserção profunda, a observação participante deve ser realizada de modo sistemático, uma vez que, ao mesmo tempo que favorece acesso aos dados, tais informações podem ser construídas de modo enviesado, tanto em decorrência da subjetividade do pesquisador quanto da possível falta de espontaneidade dos atores envolvidos; além do desvio do objetivo da pesquisa, por conta da riqueza de informações (GÓIS, 2008). Nesse sentido, a preparação pessoal do pesquisador é fundamental para que não confunda seus próprios processos subjetivos com os processos da comunidade, sendo “[...] condição é essencial para que ele não entre em confluência (perda da diferenciação), contamine os dados levantados e se envolva inadequadamente com os moradores” (GÓIS, 2008, p.151).

Estar atento à vinculação afetiva do pesquisador com a Vila foi um fator de constante preocupação. Por se tratar de uma vivência com mais de seis anos, os moradores mostravam-se muito abertos e espontâneos a falar sobre todas as questões referentes à vida na Vila, como conflitos familiares, organizações dos espaços, as disputas de poder entre os grupos, etc., por vezes, solicitando a opinião do pesquisador. Com isso, o pesquisador frequentemente se questionava sobre a sua “neutralidade” em relação à determinadas problemáticas entre os moradores, principalmente quanto o modo de organização dos grupos, as relações internas com

os seus conflitos e contradições, o olhar dos moradores resistentes em relação aos “não-resistentes”, etc. Este último, principalmente, despertou grandes reflexões sobre a qualidade das informações observadas ou levantadas a partir das entrevistas.

Como o pesquisador, de modo geral, teve inserção mais forte com os moradores da Resistência Vila Vicentina, temia que o olhar sobre o “outro lado” pudesse ser enviesado, ou mesmo que os “não-resistentes” não se sentissem à vontade para relatar suas histórias. Temia-se, ainda, que os moradores o enxergassem como um agente duplo que transita entre os lados, observação coerente com os receios dos moradores, principalmente os resistentes, que temem que sejam repassadas informações que os prejudiquem na conquista de suas lutas (DC, 2022). Neste ponto, as constantes revisões sobre as percepções de campo e o partilhar com outros interlocutores de pesquisa, como a socióloga Aline Rocha, possibilitou que houvesse, quando necessário, uma revisão da postura do pesquisador quanto a sua participação em campo e as interpretações dos fenômenos observados. Eis, pois, a importância da sistematização das informações, constantes as análises críticas quanto às produções em campo e da autorreflexão sobre o papel que o pesquisador ocupa em campo.

Ademais, a vivência em comunidade, por vezes, expressa diversas situações contraditórias e, aparentemente sem nexos (GÓIS, 2008) A esse respeito, Montero (2006) salienta que realizar observação participante não é só tomar notas de qualquer forma, mas é realizar uma atividade que requer manter sempre os objetivos claros em relação ao que se está pesquisando, considerando “para que queremos investigar”, “por que queremos” e “por que se está observando algo”. Com isso, as descrições devem ser amplas, completas, detalhadas e analíticas, mas sem perder a visão de totalidade sobre o fenômeno.

Com isso, a análise sistemática das observações revela uma lógica que explica as práticas psicossociais relativas ao modo de vida do lugar, devendo estas serem compreendidas a partir dos próprios significados atribuídos pelos moradores (GÓIS, 2008). Assim, como uma atividade metodologicamente sistemática, a observação participante possibilita a geração de dados e de conhecimento, uma vez que, a partir da realização de anotações sobre as vivências da e na comunidade, orientadas por objetivos definidos, pode-se produzir teorizações (MONTERO, 2006).

Para o registro das interações na Vila, utilizou-se como ferramentas as anotações de campo e do Diário de Campo (DC), que auxiliam no registro de observações e vivências que se destacam por seu caráter psicossocial e que, de alguma forma, têm relação com o fenômeno estudado (MONTERO, 2006). As anotações são observações registradas de modo rápido e

abreviado durante a visita em campo, muitas vezes com o intuito de fazer com que o pesquisador lembre posteriormente sobre o tópico abordado no campo. O diário de campo, por sua vez, caracteriza-se pela extensão escrita, detalhada e aprofundada, sobre as vivências em campo, as quais podem se combinar com métodos de análise e interpretação (MONTERO, 2006).

Tendo isso em vista, foram registrados acontecimentos, impressões, sensações, sentimentos e informações obtidas durante as visitas à Vila Vicentina, desde o dia 02 de novembro de 2016, dia em que ocorreu a primeira Plenária de Apoiadores. Ressalta-se que, durante esse período, as visitas foram interrompidas entre março de 2020 a junho de 2021, por conta do isolamento social em decorrência da Covid-19. Durante esse período de isolamento, o contato com a comunidade ocorreu por meio mensagens e reuniões online, principalmente junto aos moradores resistentes que fazem parte do conselho gestor da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) - Dionísio Torres e os conselheiros do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR). As visitas somente retornaram no dia de 10 de julho de 2021, ocasião em que ocorreu um evento denominado "Plenária: Resistência Vila Vicentina", com o objetivo de retornar as mobilizações na comunidade.

Para a sistematização das informações, as anotações de campo, posteriormente, são digitadas em texto corrido, em meio digital, a fim de que facilite o processo de leitura, a articulação com a perspectiva teórico-metodológica requerida para compreensão do fenômeno e a visualização de novos rumos para a pesquisa. As informações foram digitadas em um arquivo em formato “.docx”, com especificações de fonte *Times New Roman*, tamanho 12 e espaçamento 1,5 entre as linhas.

Para cada visita, foi escrito um novo tópico no arquivo, com um cabeçalho contendo a data da interação, a temática principal da visita e os envolvidos; em seguida, descreve-se as principais observações e reflexões. Nas discussões presentes na tese, as informações que forem retiradas do diário de campo serão sinalizadas com a sigla “DC” (Diário de Campo), seguido pelo ano de registro da informação. Por exemplo: "A quarta reunião ordinária, última de 2019, aconteceu em 11 de novembro, na capela da comunidade. Na ocasião, foi apresentado e aprovado o Plano de Trabalho do IPLANFOR (DC, 11/11/2019)".

3.4.2 Entrevistas

A utilização do método de entrevista semiestruturada visou alcançar, principalmente, o segundo e terceiro objetivos específicos da tese, a saber, II) Analisar, a partir

da afetividade, a relação pessoa-ambiente em contexto de desapropriação do espaço; III) Compreender as organizações grupais de (não) resistência à desapropriação do espaço e as suas implicações psicossociais no cotidiano comunitário. Durante a realização de trabalhos comunitários, a entrevista é frequentemente utilizada para que sejam levantadas informações sobre a história do lugar e para produzir também opiniões sobre o modo de vida da comunidade ou de uma pessoa em particular (MONTERO, 2006). Desse modo, torna-se possível apreender o sentido que as pessoas constroem acerca de vivências pessoais e acontecimentos sobre os quais são convidadas a falar, manifestando, neste processo, sistema de valores, modos de compreensão e interpretação da situação, referências normativas, etc. (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005).

Operacionalmente, o pesquisador apresenta os objetivos da entrevista para o entrevistado, informando-lhe sobre o que se trata e para que é; e as perguntas são realizadas em um clima cordial, acolhedor e que incentive a livre expressão dos participantes (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005). É importante destacar que a entrevista, no contexto da pesquisa social, não consiste apenas em um processo de coleta de dados de mão única, mas em uma interação de trocas de ideias e de significados entre pesquisador e pesquisado, explorando as realidades e percepções sobre o fenômeno estudado e, conseqüentemente, construindo o conhecimento em conjunto (GASKELL, 2002).

Com base nisso, utilizou-se um roteiro semiestruturado (APÊNDICE A), com perguntas abertas que auxiliaram os moradores a expressarem seus sentimentos e compreensões sobre a atual situação das relações comunitárias na Vila. Quanto à seleção dos participantes, foram entrevistados os moradores que compõem a Resistência Vila Vicentina, indicados por eles mesmos, e moradores considerados "não resistentes", também a partir da indicação entre eles, conforme descrito na subseção referente ao Campo e Participantes. Todas as entrevistas foram realizadas individualmente, na casa dos participantes, com o áudio gravado para transcrição posteriormente. Ressalta-se que, durante a pesquisa de mestrado, outras entrevistas foram realizadas, cujas informações também fazem parte do corpus desta tese. Como apontado anteriormente, após cada relato do participante, será acrescentado o ano em que a informação foi obtida.

Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas para compor o *corpus* que será analisado. Esse processo de transcrição possibilita que o pesquisador já inicie a análise, pois “[...] escutar as gravações com cuidado e ler e conferir a transcrição produzida faz com que você se familiarize muito com o conteúdo” (GIBBS, 2009, p.33). Acrescenta-se que a

análise das transcrições de entrevista também está associada, comumente, com o método de Análise de Conteúdo (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005; BARDIN, 1977), também utilizado nesta pesquisa.

Por fim, as informações levantadas pelas Entrevistas e pelo Diário de Campo, após transcritas, foram discutidas em conjunto com os dados obtidos pela Escala de Estima de Lugar (BOMFIM *et al.*, 2014) e Índice Breve de Sentido de Comunidade (PERKINS *et al.*, 1990; XIMENES *et al.*, 2019). Com isso, almejou-se compreender os afetos dos moradores em relação à comunidade, o modo como têm se organizado em grupos, a forma de participação nos grupos e as conseqüentes repercussões na relação com o espaço físico, afetivo e simbólico da comunidade.

3.4.3 Escala de Estima de Lugar

Para contribuir, também, no alcance dos objetivos específicos dois e três, a Escala de Estima de Lugar (BOMFIM *et al.*, 2014) foi utilizada. Esta escala é componente do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos, sendo a parte quantitativa complementar do instrumento, pela qual o participante é estimulado a responder a 41 itens de uma escala do tipo *Likert* de cinco pontos (ANEXO B), sendo possível, assim, calcular a estima de lugar que a pessoa tem em relação ao lugar investigado.

Os itens da escala são referentes às avaliações do espaços físico bem como às relações estabelecidas com o mesmo, abrangendo aspectos de imagens afetivas de I) *Agradabilidade*, relacionada à vinculação da pessoa com o lugar em consequência das qualidades ambientais, as quais são sentidas como agradáveis pelas pessoas, produzindo sentimentos de prazer; II) *Pertencimento*, referente aos pensamentos, às ações e aos sentimentos que denotam a identificação da pessoa com os lugares; III) *Destruição*, que evidencia experiências nas quais o ambiente é tido como degradado, malcuidado e destruído; e *Insegurança*, que denota algo inesperado e instável, sobressaindo sentimentos de medo, insegurança e ameaça. Embora não haja itens diretamente relacionados a ela, a escala também apreende imagens afetivas de V) *Contraste*, referente aos sentimentos, às emoções e às palavras contraditórias, ambíguas, expressando vivências positivas e negativas, atribuídas simultaneamente ao ambiente (BOMFIM, 2010; BOMFIM *et al.*, 2014).

A combinação entre essas imagens configura a Estima de Lugar (BOMFIM, 2010), que deflagra a síntese do encontro do indivíduo com o ambiente, expressando a afetividade

decorrente dessa inter-relação, por meio de imagens e representações sociais do sujeito. Como categoria social, a estima de lugar estrutura-se como um modo de pensar socialmente construído em paralelo com as dimensões de simbolismo do espaço, identidade social urbana e de uma afetividade do lugar. Ou seja, configura-se como “[...] expressão das dimensões afetiva, de atração do lugar e de autoestima”, sendo “[...] indicadora de um processo de apropriação dos habitantes, de identificação e de ação-transformação” (BOMFIM, 2010, p.218).

Nos estudos de validade da escala, foi observado que os itens relacionados aos indicadores de Agradabilidade e de Pertencimento, por suas similaridades, foram agrupados em um mesmo fator (Fator I - Estima de lugar potencializadora); enquanto os itens referentes aos indicadores de Destruição e de Insegurança foram agrupados em um segundo fator (Fator II - Estima de lugar despotencializadora) (BOMFIM *et al.*, 2014). Nesse caso, quando o participante expressa mais concordância com os itens que representam as imagens de Agradabilidade e Pertencimento, tem-se a estima potencializadora, expressando a potência de ação do indivíduo, podendo denotar maior implicação psicossocial e participação cidadã do sujeito.

Por outro lado, quando a concordância é maior com os itens que representam as imagens de Destruição e Insegurança, há a expressão de uma estima despotencializadora, denotando uma potência de padecimento no indivíduo, em que vivências negativas o levam a implicar-se negativamente com o ambiente e à servidão (BOMFIM, 2010; BOMFIM *et al.*, 2014). Cabe salientar que as duas formas de estima de lugar coexistem no mesmo ambiente. Neste sentido, tem-se uma categoria transversal de análise, a imagem de *Contraste*, podendo direcionar-se tanto para uma estima de lugar potencializadora como despotencializadora (BOMFIM *et al.*, 2014).

Operacionalmente, a estima de lugar é calculada pela somatória dos itens referentes ao Fator I menos a somatória dos itens referentes ao Fator II, gerando o Índice de Estima de Lugar (IEL). Ou seja, o Índice de Estima de Lugar é obtido por:

$$\text{IEL} = \sum \text{Fator I} - \sum \text{Fator II}$$

A estima potencializadora é determinada quando o respondente obtém um escore final positivo, maior que zero; por outro lado, a estima de lugar despotencializadora é determinada quando o escore final do respondente tem um valor negativo, menor que zero. A

concentração do número próximo ao zero denota a imagem Contraste entre as estimas, demonstrando que, mesmo nas análises quantitativas, há a presença dialética do modo como o indivíduo pode ser afetado (BOMFIM *et al.*, 2014).

3.4.4 *Índice de Sentido de Comunidade*

Para contribuir no aprofundamento dos Estudos II e III, foi utilizada, ainda, outra escala, o Índice de Sentido de Comunidade. Há uma relação intrínseca entre a comunidade e o sentido de comunidade (MONTERO, 2004). Este último, pode ser definido como a forma como moradores se sentem pertencentes ao lugar, fazendo parte de um grupo de pessoas, onde todos têm importância uns para os outros, compartilham crenças, costumes e hábitos e, em consequência dessa convivência, sentem-se protegidos e consideram que suas necessidades são atendidas (MCMILLAN; CHAVIS, 1986). Os autores propõem esse conceito de modo multifatorial, constituído de quatro componentes, a saber, I) Filiação como membro; II) Influência; III) Integração e satisfação das necessidades; e IV) Conexão emocional compartilhada. Com base nesses fatores, desenvolveram o instrumento “Sense of Community Profile”, com 46 itens.

A *filiação como membro* diz respeito ao indivíduo se sentir pertencente ou de compartilhar um sentimento pessoal com um grupo (MCMILLAN; CHAVIS, 1986). Neste caso, os membros apresentam identificação uns com os outros e compartilham um sistema simbólico com quem pertencente ou não à comunidade. Na *influência*, os moradores percebem que são importantes no grupo, de que fazem diferença no contexto comunitário e podem influenciar nas decisões do grupo como um todo (MCMILLAN; CHAVIS, 1986). Nesse caso, sentem-se também capazes de interferir na dinâmica da comunidade.

O terceiro elemento, *integração e satisfação de necessidades*, diz respeito ao fato de que, na comunidade, os moradores podem sentir que suas necessidades são atendidas, a partir da integração, reconhecimento e articulação entre os moradores (MCMILLAN; CHAVIS, 1986). Nesse caso, há uma consideração positiva da qualidade do local ante às necessidades do indivíduo. Por fim, há a *conexão emocional compartilhada* entre os moradores, que se caracteriza pela partilha de compromissos, crenças e costumes, e lembranças coletivas, pelas quais “[...] os membros compartilharão a história da comunidade, tempos juntos e experiências semelhantes” (MCMILLAN; CHAVIS, 1986, p.9).

A partir dos postulados de McMillan e Chavis (1986), Perkins *et al.* (1990)

realizaram uma adaptação da escala, diminuindo-a para 12 itens, ainda considerando os quatro componentes principais. Embora diversos estudos apontem inconsistências entre os componentes e a pesquisa empírica, o conceito de sentido de comunidade continua a ser amplamente utilizado em diversos estudos, havendo adaptações tanto teóricas quanto nos aspectos psicométricos, adequando o instrumento para o contexto em que as pesquisas são desenvolvidas (BARBOSA, 2020).

Levando em consideração a dinâmica da Vila, com as rupturas nas relações comunitárias e com o próprio espaço, utilizou-se a escala de Perkins *et al.* (1990), com tradução para o português por Ximenes *et al.* (2019). Desse modo, o Índice de Sentimento de Comunidade conterà os 12 itens (ANEXO C), aos quais os participantes atribuíram um grau de concordância entre discordo totalmente (0) e concordo totalmente (04). Com a análise das pontuações, analisou-se a vivência dos moradores, resistentes e não resistentes à desapropriação, identificando quais componentes estão fortalecidos e quais estão fragilizados.

3.4.5 Procedimentos de análise e interpretação do corpus

Para a análise das informações do *corpus*, foi utilizada a Análise de Conteúdo, compreendida como um conjunto sistematizado de técnicas e/ou procedimentos de análise da comunicação (BARDIN, 1977). Com essa abordagem, obtêm-se indicadores com os quais se pode fazer inferências para a construção de conhecimentos com base em conteúdos presentes, explícita e implicitamente, na produção e recepção da comunicação sobre o fenômeno estudado (BARDIN, 1977).

O processo de análise pode ser organizado em três fases principais (BARDIN, 1977). Inicialmente, tem-se a 1) *pré-análise*, voltada para organização dos dados, a fim de operacionalizar e sistematizar as primeiras ideias. Em seguida, há a 2) *exploração do material*, compreendida como a análise propriamente dita, em que o pesquisador realiza operações de codificação, decomposição ou enumeração dos dados. Por fim, o 3) *tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação*, em que os resultados são tratados de modo a serem significativos e válidos, estabelecendo quadros, diagramas, figuras e modelos que forneçam as informações principais levantadas nas análises. Por ser sistemático, a análise de conteúdo proporciona distância entre as interpretações imanentes dos dados e os valores pessoais do pesquisador, evitando vieses e distorções nas análises e interpretações, sem perder a profundidade e complexidade do fenômeno estudado (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005).

A partir da análise, o pesquisador efetua uma leitura aprofundada da comunicação, não se limitando ao conteúdo dito, mas a “[...] outros significantes de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc.” (BARDIN, 1977, p.43), procurando “[...] conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais debruça” (p.45). Neste estudo, a análise de conteúdo ajudou a sistematizar as categorias empíricas, bem como a apreensão dos sentimentos e das emoções presentes nas falas dos participantes.

3.4.6 Construção e partilha de conhecimentos

Como se propôs realizar uma pesquisa socialmente engajada, tornou-se necessário que a produção dos conhecimentos fosse difundida, tanto na comunidade como em outros setores sociais, para que aumentassem as discussões sobre a problemática. Neste sentido, a partilha dos conhecimentos produzidos foi um processo contínuo com a comunidade, principalmente com os moradores que compõem a Resistência Vila Vicentina. A partir das observações e anotações em diário de campo, percepções foram compartilhadas com os moradores, com as quais pode-se desenvolver atividades e ações para a transformação ou resolução de problemáticas (MONTERO, 2006).

Cabe salientar que esse processo de devolutiva orientou-se em uma perspectiva ético e social da produção de conhecimento científico (MONTERO, 2006), uma vez que o processo de compartilhar os resultados levantados a partir da vivência na comunidade entre pesquisadores (apoiadores) e moradores configura-se para além do ato de colher dados, “[...] possibilitando o olhar crítico, o exercício da cidadania e a corresponsabilização pelo desenvolvimento e transformação da realidade social (XIMENES; CIDADE; SILVA, 2016, p.174). Ademais, o processo de socialização dos conhecimentos junto aos participantes tem possibilitado a ampliação de uma nova forma fazer ciência, “[...] capaz de afirmar a retroalimentação permanente entre pesquisar e intervir na realidade social e de integrar a sociedade civil como um todo no conhecimento sobre as condições de vida entre as questões psicológicas das populações pobres [...]” (XIMENES; CIDADE; SILVA, 2016, p.176-177).

Ainda, acredita-se que participação do pesquisador nas atividades da Vila contribuiu de modo direto, com a presença nas reuniões do Conselho Gestor da ZEIS Dionísio Torres, bem como na colaboração no levantamento de informações para a produção de relatórios úteis à luta dos moradores, tais como a aplicação de questionários para o diagnóstico da comunidade (IPLANFOR, 2020), apoio nas oficinas de cartografia social (IFCE, 2020) e

escrita de um seção sobre os aspectos afetivos e psicossociais no relatório "*Contribuição Técnica ao Tombamento Municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE*" (DUARTE *et al.*, 2017).

Além disso, atrelada à construção e à partilha de dados com os moradores, foram publicados diversos trabalhos sobre o caso da Vila em eventos acadêmicos, artigos científicos (FÉLIX *et al.*, 2021; PACHECO; MARTINS; BOMFIM, 2020; PACHECO; BOMFIM, 2021b; PACHECO; BOMFIM, 2022), capítulos de livros (PACHECO; BOMFIM, 2021a; PACHECO; BOMFIM, 2022), dissertação de mestrado (PACHECO, 2018) e a publicação desta tese de doutoramento. Corroborando com Martín-Baró (2017), tais produções possibilitam a ampliação das discussões sobre a problemática no meio acadêmico, de modo a contribuir para que, cada vez mais, estudantes e pesquisadores estejam atentos aos problemas emergentes na cidade e seus que-fazerem orientem-se a partir de uma postura comprometida com a transformação social.

4 ESTUDO I: A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA COMUNIDADE VILA VICENTINA DA ESTÂNCIA

Este capítulo busca atender ao primeiro objetivo específico da tese, *I) Discorrer sobre a construção sócio-histórica da comunidade Vila Vicentina da Estância, identificando-a dentro do processo de segregação socioespacial na cidade de Fortaleza*. Para o seu desenvolvimento, inspirou-se nos três princípios fundamentais, delineados por Vygotsky (1995; 2007), sobre a construção de uma pesquisa, a saber, I) Análise voltada para os processos e não objetos, destacando uma exposição dinâmica dos principais pontos constituintes da história dos processos; II) Explicação em detrimento da descrição, uma vez que a mera descrição não revela as relações dinâmico-causais reais subjacentes ao fenômeno; e a III) Compreensão da origem dos comportamentos fossilizados – processos que, ao longo do desenvolvimento, tornaram-se automatizados e mecanizados. Nesta perspectiva, busca-se uma análise que reconstrua todos os pontos do desenvolvimento de determinado fato a fim de chegar à origem de uma determinada estrutura.

A partir desses princípios, Vygotsky (2007) elabora seu método com a perspectiva de pesquisar os processos psicológicos de modo histórico, significando estudá-los no processo de mudança, sendo este o requisito básico do método dialético. Para o estudo processual da Vila, utilizou-se de informações registradas, a partir da observação participante (2016 - 2022), em diários de campo, entrevistas e levantamento bibliográfico sobre a comunidade, entendendo que a pesquisa tem que partir de baixo, das próprias maiorias populares oprimidas, demarcando que "[...] somente a partir do próprio povo oprimido será possível descobrir e construir a verdade existencial dos povos latino-americanos" (MARTIN-BARÓ, 2011, p.193).

A seguir, apresenta-se a I) construção sócio-histórica e cultural da comunidade Vila Vicentina; II) contextualiza-se o conflito fundiário e as ameaças de desapropriação; III) apresenta-se a organização do movimento Resistência Vila Vicentina e as atividades comunitárias. Ademais, são relatados os principais processos em andamento junto às políticas urbanas, a saber, IV) o tombamento patrimonial e V) a consolidação da comunidade como uma Zona Especial de Interesse Social e o Plano Integrado de Regularização Fundiária. Por fim, introduz-se V) a polarização da Vila, a partir das relações entre Resistentes e “Não-Resistentes”.

4.1 Construção sócio-histórica e cultural da comunidade Vila Vicentina da Estância

A Vila Vicentina da Estância, também conhecida como Vila Cinzenta, remonta da primeira metade do século XX, tendo sua história ligada ao desenvolvimento do próprio bairro onde está situada, Dionísio Torres¹⁵, e a consequente expansão do espaço urbano de Fortaleza. Conforme Duarte *et al.* (2017), a Vila Vicentina está localizada em uma área que, originalmente, pertenceu a Gonçalo Baptista Vieira, o Barão de Aquiraz, posteriormente adquirida pelo farmacêutico Dionísio de Oliveira Torres, em meados de 1906.

O bairro Dionísio Torres integra a área da Secretaria Executiva Regional II da Prefeitura Municipal de Fortaleza, onde também estão localizados alguns dos bairros mais ricos da cidade, tais como Aldeota, Cocó e Joaquim Távora. A população do bairro está em torno de 15.600 habitantes, cuja renda média é de 2.700,05 reais (IPECE, 2012). Estruturalmente, dispõe de rede de abastecimento de água, de saneamento sanitário, energia elétrica, coleta de lixo, pavimentação, além da presença de equipamentos e serviços públicos nas proximidades, como unidades básicas de saúde e ampla possibilidade de acesso aos transportes públicos (IPLANFOR, 2020). Dentro do bairro, a Vila é delimitada pela Avenida Antônio Sales e pelas ruas Tibúrcio Cavalcante, Nunes Valente e Dom Expedito Lopes (Ver Figuras 01 e 02).

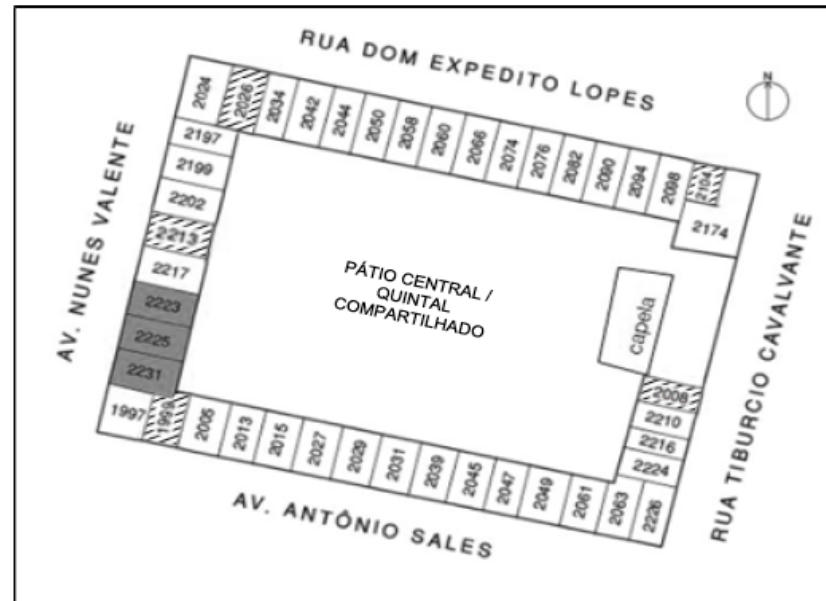
Figura 01 – Localização da Vila Vicentina



Fonte: Duarte Junior *et al.* (2017, p.17).

¹⁵Conforme a Lei nº 3.500 de 09 de dezembro de 1967, sancionada pelo prefeito José Walter Barbosa Cavalcante e secretário municipal de Administração Milton Pinheiro, o bairro que antes se chamava de Estância passa a ser denominado de Dionísio Torres, em homenagem a Dionísio de Oliveira Torres.

Figura 02- Esquema da Vila Vicentina da Estância



Legenda:

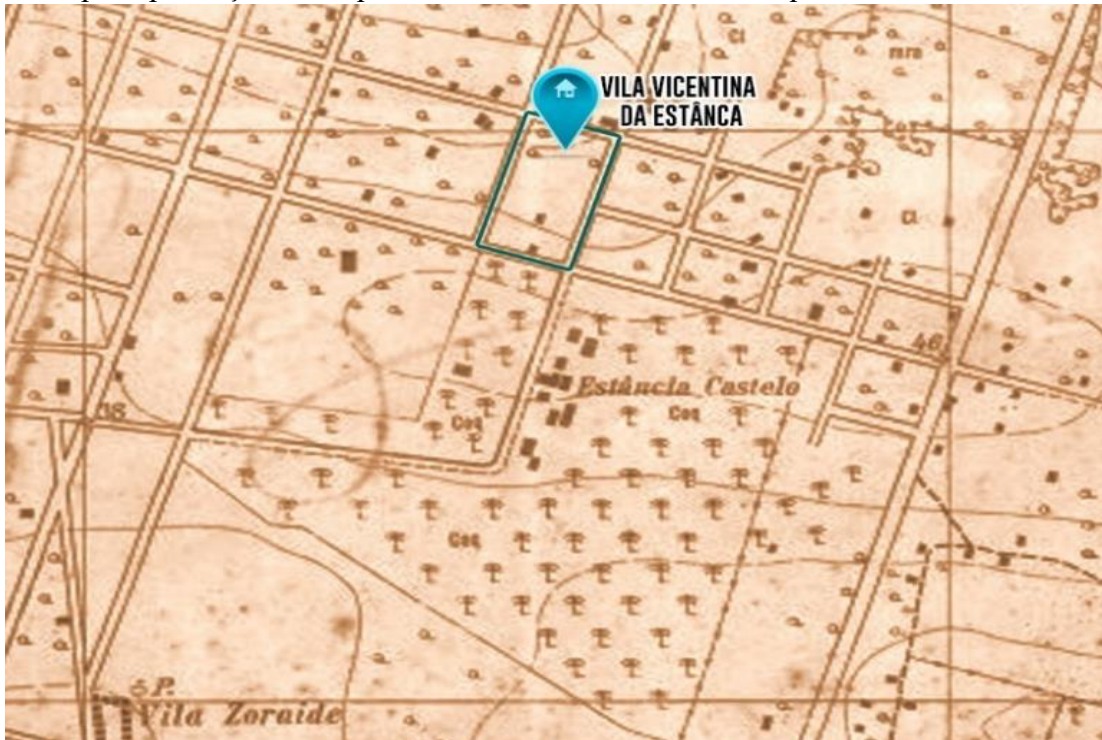
- | | | | |
|--|------------------------|--|--------------------------|
| | Casas demolidas (2016) | | Casas destelhadas (2016) |
| | Casas Ocupadas | | |

Fonte: Duarte *et al.*, (2017), adaptada por Rocha (2021, p.55).

Historicamente, o farmacêutico Dionísio Torres adquiriu terras da parte mais alta da cidade, uma área cheia de espaços amplos e verdes, denominando-as posteriormente de Estância, por onde começou parte do processo de urbanização da zona leste de Fortaleza (IPLANFOR, 2020). É em parte dessas áreas que a Vila Vicentina vai ser construída. No centro da propriedade, Dionísio Torres construiu a Granja-Leiteira Estância-Castelo, que tinha suas atividades voltadas para as atividades de pecuária, avicultura e caprinocultura (DUARTE *et al.*, 2017).

A partir de 1939, começa o processo de urbanização da área, dividindo suas terras em 58 hectares, empreendimento conhecido como Loteamento Terras da Estância Castelo (Ver Figura 03), acrescentando na região luz elétrica, calçamento e a construção de reservatório de água para as populações futuras que viessem a morar na região. Além de iniciar o processo de urbanização da área, o farmacêutico realizou obras de infraestrutura urbana e de moradia, construindo vilas populares de cunho assistencialista (IPLANFOR, 2020).

Figura 03 - Localização da Estância Castelo, conforme a Planta de Fortaleza de 1945 – destaque à plantação de coqueiros e, em azul, ao terreno em que se localizará a VVE.



Fonte: Duarte *et al.*, (2017), adaptada por Rocha (2021, p.66).

Entre os grandes projetos de Dionísio Torres em relação ao povoamento da região, houve a construção de três vilas populares, a saber, Vila Estância, Vila Zoraide e Vila Vicentina da Estância (DUARTE *et al.*, 2017). A Vila Estância era composta por 60 casas simples, alugadas para os trabalhadores da região, os quais, com o passar do tempo, adquiriram a titularidade de propriedade. A Vila Zoraide foi construída com a proposta de atender às camadas mais pobres de Fortaleza da época, sendo composta por 58 casas, situadas no que então era a periferia urbana, tal como se apresenta na Planta de Saboya Ribeiro de Fortaleza de 1945 (DUARTE *et al.*, 2017).

Por fim, tem-se a Vila Vicentina da Estância. O terreno foi doado por Dionísio de Oliveira Torres e sua esposa Geórgia Mota Torres ao Senhor Raimundo de Alencar Araripe, representante da Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo (SSVP), conforme Certidão do 1º Ofício de Registro de Imóveis (DUARTE *et al.*, 2017; IPLANFOR, 2020), a fim de que fosse construída habitação de cunho social. Até então, a região ainda era marcada pela grande quantidade de áreas verdes, sem a presença de edificações e/ou equipamentos urbanos. Tais

aspectos históricos podem ser observados a partir da leitura do cordel “A História da Vila Cinzenta”, escrito pela moradora Maria Onira de Albuquerque, no dia 07 de abril de 1970¹⁶:

<p>1</p> <p>Num recanto de minha cidade Num bairro pouco além Quase desconhecido por todos Porém pertencia a alguém.</p>	<p>3</p> <p>Doando êle êste recanto Para um grande senhor Passando por tinta e papel Com todo carinho e amor. [...]</p>
<p>2</p> <p>Era de um homem bastante rico Cheio de vida e fulgor Era amigo da pobreza Pois assim o demonstrou</p>	<p>6</p> <p>Falo de uma sociedade De um órgão beneficente Aqui deixo frisado o nome Dos confrades de São Vicente. Que transformaram <u>aquele</u> recanto No mais belo ambiente.</p>

Fonte: Albuquerque (1970, s/p).

Estruturalmente, a Vila Vicentina da Estância apresenta uma tipologia de vila popular, comuns na década de 1940, construídas em alvenaria, sendo, atualmente, uma das poucas vilas que ainda se encontram preservadas e resistindo às alterações do processo de urbanização da cidade, mantendo grande parte de suas configurações originais (LEITE, MIYASAKI, LOPES, 2017). Alguns moradores apontam que a Vila não foi construída exatamente como está hoje, tendo algumas alterações sendo realizadas ao longo do tempo, em torno do quintal comunitário, mas mantendo o padrão em relação ao entorno - ou seja, as casas de alvenaria, simples, com muros baixos em suas frentes (antigamente, não havia muros na Avenida Antônio Sales e nem na rua Tibúrcio Cavalcante) e da cor cinza (Ver Figura 04).

¹⁶Maria Albuquerque morreu há alguns anos, mas deixou essa valiosa descrição histórica da Vila, por meio da arte, que foi resgatada pelas lideranças da comunidade.

Figura 04 - Fachada das Casas da Vila



Fonte: Arquivos da pesquisa (2022).

Por conta da cor de suas fachadas, a Vila Vicentina também é conhecida como Vila Cinzenta. Como apontou uma moradora: *"o padrão de ser pintada é de cinza, até hoje [...] era uma exigência fundamental do Conselho Metropolitano de ser cinza, não podia ser outra cor"* (Entrevista de Capitã, 2018). Outra moradora ressaltou que, mesmo dentro das casas, *"[...] se você pintasse rosa choque, verde limão... ele [administrador Coronel Adacto] chegava e dizia: 'Dona Maria José [outra administradora que ajudava o Coronel], eu dou tantas horas pra passar água, porque não pode'. Ele olhava todos os cômodos dentro de casa para ter que ser do jeito que ele queria"* (Entrevista de Zil, 2018). Também não poderia ter plantações dentro da Vila nem fazer cercadinho, pois o quintal era comunitário. Além das casas para moradia, havia outros espaços nos quais eram oferecidos serviços assistenciais aos moradores:

11	12	13
Nesta vila tudo humilde e simples Porém tudo existe nela Ambulatório médico Gabinete dentário E uma pequena capela.	Enfermaria e leitos com precisão Gabinete do administrador Tesouraria, secretaria E salão de recreação.	Tudo bem dividido Cada coisa em seu lugar Procurando a melhor maneira Do mais bem-estar.

Fonte: Albuquerque (1970, s/p).

Parte dos moradores atuais, com os quais foram realizadas entrevistas, afirmaram que, quando chegaram à Vila, tinha salas de reuniões, que posteriormente virou uma escola, gabinete dentário, enfermaria para atendimento médico, tesouraria, um telefone público, uma caixa d'água para uso de moradores da região, um chafariz, um cacimbão e uma lavanderia: "*Tinha caixa d'água que abrangia a todos os moradores dos arredores, porque [tinha] a dificuldade da água, e tinha uma bomba. Vinha gente dessas casas que não eram prédios lavar roupa aqui na lavanderia*" (Entrevista de Zil, 2018). Dentre ações, havia doação de alimentos para os moradores:

[...] a padaria Napolitana, que hoje é a [loja] Macavi, o Moura [que era o dono da padaria] doava pães para os idosos da Vila [...] Ai toda sexta-feira, à tarde, chegava um caminhão, entrava por esse portão. Ai ficava [...] ficava todos os idosos com a bacia pra receber [...] pão que o Moura doava e carne que o exército doava (Entrevista de Zil, 2018).

A organização e gestão da Vila contava com administradores. Dentre os principais citados pelos moradores, destacam-se Coronel Adacto, dona Maria José, Irmã Maria e Dejanira. O coronel Adacto foi descrito como atencioso, "*[...] um homem bom, com suas qualidades e seus defeitos*" (Entrevista de Zil, 2018), que conseguia doações para a Vila, presenteava os moradores e até realizava festas na comunidade. No entanto, ele exigia que todos os moradores cumprissem as regras estabelecidas para a comunidade, como participar das reuniões dominicais. A dona Maria José era uma moradora e ajudante do Coronel Adacto, descrita como uma mulher que "*[...] tinha mão de ferro e organizava tudo isso aqui, e ninguém fazia o que queria aqui não*" (Entrevista de Gordinha, 2018), ficando a Vila desorganizada depois de sua morte.

A Irmã Maria era uma freira aposentada que, assim como Maria José, morava e administrava a Vila. Essa administradora foi descrita como uma pessoa muito preocupada com a limpeza da comunidade, além de ser responsável pela organização da capela e realização de missas. Por fim, os moradores destacaram a Dejanira, que era presidente do Conselho Metropolitano da SSVP. Conforme os moradores, os principais conflitos na comunidade começaram a partir da administração de Dejanira, que começou a descaracterizar a comunidade, "*Ai destruiu a caixa d'água e destruiu a cacimba*" (Entrevista de Gordinha, 2018).

A partir do relato dos moradores, observou-se que as histórias dos atuais moradores com Vila podem ter três origens (PACHECO, 2018). A primeira está relacionada às primeiras moradoras da Vila, ou seja, alguns dos atuais moradores(as) são filhos e/ou netos das viúvas.

Neste caso, esses atuais moradores vieram juntamente com as viúvas e permaneceram nas casas após falecimento destas. A segunda origem da história dos moradores com a comunidade diz respeito à procura das pessoas por uma casa na Vila ou às indicações de antigos moradores ou amigos. Em ambos os casos, os atuais moradores dialogaram com os administradores da Vila, à época, a fim de conseguirem uma casinha.

A terceira origem está relacionada à vinculação com algum familiar. Neste caso, o(a) morador(a) não pertencia à Vila, mas tinha um parente que morava na comunidade e veio morar junto, ou casou com alguém da comunidade. Desse modo, percebe-se que os descendentes das primeiras famílias constituem a maior parte dos moradores atuais e outros tiveram acesso à Vila a partir da negociação com os administradores vicentinos. Ademais, com o passar do tempo, as primeiras viúvas foram falecendo e as casas foram passando para seus descendentes, que casaram e constituíram suas famílias na comunidade: *"Tem um morador aqui, que a mãe dele morreu, ele ficou na casa, mas nunca pagou nada. Os filhos das assistidas que morreram, eles ficaram e não pagaram aluguel"* (Entrevista de Gordinha, 2018).

Nas primeiras décadas, todas as moradias eram para as "pessoas assistidas", que significava que eram pessoas literalmente assistidas pela SSVP, portanto não pagavam uma taxa para morar e ainda contavam com ajudas beneficentes de vicentinos (ROCHA, 2021). As pessoas assistidas precisavam cumprir regras:

Ser assistido tinha que fazer o que o administrador quisesse, dormir tal hora. Não era democracia. Era na ditadura. Se sua mãe ou avó morasse aqui na vila e fosse assistida, e você viesse visitar, tinha hora de ir embora. Porque você não estava pagando a taxa, vocês estavam morando de graça (Entrevista de Zil, 2018).

Posteriormente, conforme ocorria a mudança de administradores, algumas casas começaram a ser alugadas. Esses outros moradores, não assistidos, pagavam uma taxa mensal para a manutenção da comunidade e seus ambientes comuns; e a eles era dado o direito de receber membros da família para dividir a habitação (LEITE; MIYASAKI; LOPES, 2017). Conforme relatos, *"[...] tinham poucas casas alugadas, eram mais as senhoras, velhinhas mesmo. Eu mesma fui pra uma depois que ela faleceu"* (Entrevista de Margarida, 2018).

Para esses moradores não assistidos conseguirem as casas, precisavam participar, todo domingo, de uma reunião, na qual *"[...] você lia uma parte do evangelho e dali você tirava o que você iria aplicar"* (Entrevista de Gordinha, 2018). Caso o morador passasse a morar na Vila, precisava também prestar atenção às pessoas assistidas, que poderiam ser da Vila ou de outras comunidades: *"Aí a gente fazia uma coleta e toda semana levava o valor 'x' para a*

assistida. E às vezes levava também uma cestinha" (Entrevista de Gordinha, 2018). Os possíveis moradores inquilinos deveriam ser pobres, sem moradias, porém não havia outros critérios explícitos para a aquisição das casas:

Ele [Adacto] não falava dos critérios [para a aquisição] da casa, não, isso era particular. Ele dizia que essas casas foram construídas para poder as idosas viúvas morarem com seus filhos, mas que foram alugadas por uma taxa simbólica para poder ajudar as outras conferências (Entrevista de Gordinha, 2018).

Os administradores realizavam um contrato, com duração inicial de um ano, devendo os moradores pagarem um aluguel simbólico. O dinheiro "*[...] não era nem no intuito de adquirir verba, era uma taxa para cuidar dos assistidos*" (Entrevista de J., 2018).

Alguns moradores relataram que, quando chegaram à comunidade, tiveram que fazer reformas nas casas, pois estas estavam com estruturas precárias, além de não ter água encanada e energia: "*[...] Lá em casa, eu troquei tudo. Eu troquei a fiação e o telhado todinho. As portas troquei*" (Entrevista de Capitã, 2018). Além disso, "*[...] se sua casa era pequena e sua família ia crescendo, você podia pedir ao administrador [...] para tocar de casa. Que era no caso de uma pessoa sair, aí a gente trocava de casa*" (Entrevista de Gordinha, 2018).

A partir da década de 1970, já com a diversificação de moradores na comunidade, em decorrência das mortes das primeiras assistidas, os filhos assumindo as casas e os novos moradores inquilinos, "*[...] os benfeitores foram sumindo, e ficava só a gente*" (Entrevista de Gordinha, 2018), então algumas regras na comunidade foram alteradas. Os moradores passaram a perceber que essas moradoras assistidas estavam desamparadas. Conforme relatos, todo o dia 10 do mês, os administradores vinham recolher a taxa, no entanto não havia o cuidado com as assistidas: "*[...] Nunca chegou um administrador na porta dessas senhoras para dizer 'tá aqui um pacotinho de café' [...]. Se não fosse os próprios vizinhos que cuidassem quando estavam precisando, ninguém queria saber*" (Entrevista de J., 2018).

Com o tempo, houve a retirada do auxílio financeiro às pessoas assistidas e a falta de manutenção nos espaços da comunidade, tornando os próprios moradores os responsáveis pelas modificações, organização e manutenção dos espaços, pois os administradores "*[...] não pintavam nem o muro*" (Entrevista de Cláudia, 2018). Reagindo às tais ações, os moradores pararam de pagar as taxas de moradia: "*Aí foi que o povo percebeu que as assistidas não estavam sendo assistidas, aí deixaram de pagar*" (Entrevista de J., 2018). Realizaram também outras alterações nas casas, que antes não eram permitidas, tais como pintar

o interior e, em algumas, construir outros cômodos. No entanto, mantiveram as fachadas preservadas de cinza.

Os administradores, então, começaram a ameaçar despejar os moradores, por conta da inadimplência. Alguns moradores relataram que as ameaças já ocorriam há muitos anos: *"Como eu estou aqui há vinte anos, quando eu entrei, [...] eu já soube que já tava com a espada na cabeça. Já existiam aquelas conversinhas: 'a vila parece que vai ser vendida'"* (Entrevista de Capitã, 2018). Inicialmente, os moradores não compreendiam porque, embora houvesse ameaças e descaracterização da Vila, pois os administradores *"[...] faziam ameaças, mostravam uns papéis, umas coisas"* (Entrevista de Capitã, 2018), porém nenhum despejo realmente aconteceu. Posteriormente, *"[...] a gente foi entender porque: não existia documento para legalizar [...] E a gente era enganado, pensando que isso aqui realmente era deles [da SSVP]. Depois foi que a gente foi descobrir"* (Entrevista de Gordinha, 2018).

4.2 O conflito fundiário e as ameaças de desapropriação

A história da Vila Vicentina começa a ser escrita, vivida e contada a partir de 28 de outubro de 1938, quando um terreno foi doado pelo farmacêutico Dionísio Torres e sua esposa, Geórgia Mota Torres, à uma instituição beneficente ligada à Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP), conforme a escritura simples e pura de doação registrada no Cartório de Registro de Imóveis do 1o. Ofício de Registro Fortaleza (IPLANFOR, 2020). O intuito de tal benfeitoria era de ajudar viúvas pobres e/ou retirantes da seca a terem um lar, para se fortalecerem e continuarem com suas vidas, superando as adversidades da pobreza (ALBUQUERQUE, 1970; DUARTE *et al.*, 2017).

A Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) é uma entidade dedicada a ações de caridade, cuja representação em Fortaleza se dá pelo Conselho Metropolitano de Fortaleza da Sociedade São Vicente de Paulo (CMFSSVP). Os conselhos vicentinos não são vinculados à Igreja Católica, nem seu patrimônio, mesmo que adotem os preceitos da liturgia católica romana (ROCHA, 2021). Como objetivo, tem-se o trabalho cristão para “aliviar o sofrimento de pessoas vulneráveis e fortalecer a fé de seus membros”, cuja atuação se dá por meio de Conferências, que são comunidades de oração e caridade (SSVP, 2019).

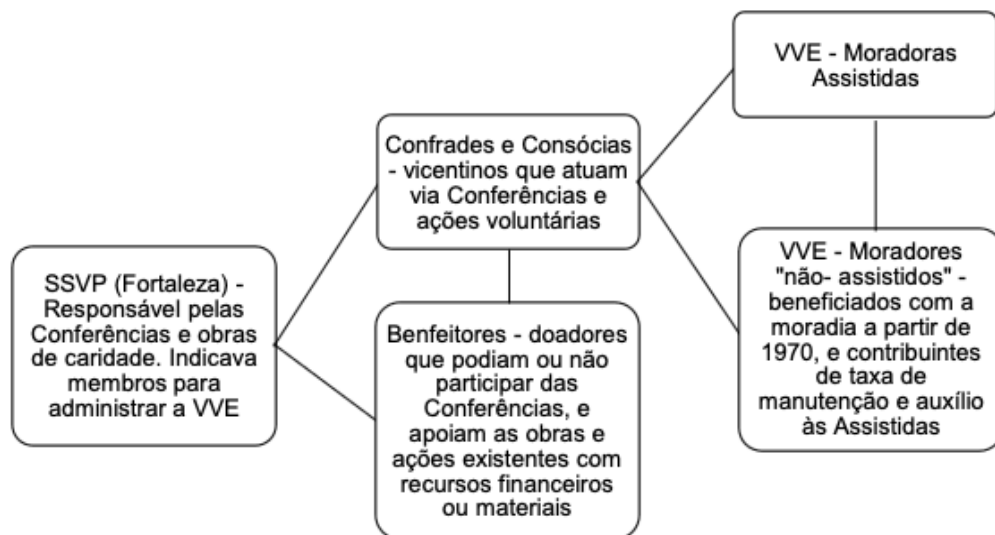
O CMFSSVP está submetido ao conselho nacional, no Rio de Janeiro, para o qual presta contas sobre as atividades realizadas, enviando, periodicamente, atas de reuniões e recibo dos recursos recebidos para as benfeitorias. A sede do Rio de Janeiro, hierarquicamente, está

associada às entidades da Sociedade São Vicente de Paulo, com sede na França.

Os moradores beneficiados pela instituição deveriam seguir um código de condutas moral e religiosa, elaborado e fiscalizado pela instituição. Entre as normas, como relatado anteriormente pelos participantes da pesquisa, os moradores não poderiam pintar as casas de outras cores, até determinado período, não podiam levar visitas para as suas casas sem comunicar à administração, deveriam participar de reuniões religiosas do conselho, os moradores não-assistidos deveriam pagar uma taxa como forma de aluguel e, ainda, prestar serviços às moradoras assistidas, entre outras exigências (ROCHA, 2021).

Rocha (2021) aponta que as três primeiras décadas de ocupação da Vila (1939 - 1969) foram marcadas pelo atendimento às moradoras qualificadas como “Assistidas”, tendo esse perfil alterado a partir da década de 1970, quando o CMFSSVP começou a receber famílias e moradores com outras condições que não de “assistidos”, no entanto mantendo o critério de “baixas condições financeiras”. Na Figura 05, observa-se a estrutura das relações entre os moradores com a SSVP:

Figura 05 – Estrutura de relações entre SSVP, vicentinos, doadores, moradoras assistidas e não-assistidos da VVE



Fonte: Rocha (2021, p.125).

Atualmente, o CMFSSVP reivindica a posse do terreno onde a Vila está construída, pois foi a ela que Dionísio Torres doou as terras, tendo sido responsável por gerir a comunidade até 2016, período de auge do conflito fundiário, em que ocorreram os destelhamentos de cinco

casas e a demolição de outras três, que haviam sido negociadas pelos moradores. Na certidão de posse, há alterações que apresentam a evolução urbana da área, indicando tanto as transformações que foram ocorrendo na comunidade como também equívocos que repercutiram no conflito entre os moradores da Vila e o Conselho Metropolitano de Fortaleza da Sociedade São Vicente de Paulo (IPLANFOR, 2020; ROCHA, 2021).

Na primeira alteração, realizada em primeiro de dezembro de 1944, discrimina-se a desapropriação de parte do terreno para a abertura de novas vias públicas no perímetro do terreno. Na segunda averbação, de 13 de agosto de 1960, aparecem 34 edificações. Na terceira, em 02 de maio de 1961, há uma retificação no nome da sociedade beneficente, constando "Conselho Central Metropolitano de Fortaleza da Sociedade São Vicente de Paulo no Ceará".

Essa última modificação tem ocasionado parte do conflito em relação a titularidade de posse, uma vez que foi realizada no nome de uma entidade jurídica inexistente: "**Conselho Central Metropolitano** de Fortaleza da Sociedade São Vicente de Paulo", embora existam duas entidades jurídicas com nomes semelhantes, a saber, o Conselho Central de Fortaleza da Sociedade São Vicente de Paulo no Ceará (CNPJ 41.457.417/0001-65) e o Conselho Metropolitano de Fortaleza da Sociedade São Vicente de Paulo no Ceará (CNPJ 07.355.886/0001-35) (IPLANFOR, 2020). Tanto o Conselho Central como o Conselho Metropolitano entraram com ações pela titularidade da propriedade.

Com a finalidade de tentar demonstrar seu direito de propriedade, o Conselho Central entrou com ação para recorrer a titularidade, porém o processo ficou sem resolução e foi extinto em 04 de março de 2020. No registro, não consta a averbação relacionada à construção das 44 casas geminadas, com características e áreas diferentes, à capela e ao quintal comunitário. Por tais questões jurídicas, o Conselho Metropolitano também não tem a titularidade do direito de propriedade reconhecida pelo Cartório de Registro de Imóveis do 4. Ofício de Registros de Fortaleza (IPLANFOR, 2020).

Com o passar dos anos e os processos de urbanização na cidade, a área tornou-se extremamente valorizada, atraindo os interesses do mercado imobiliário (GOMES, 2016). No entanto, por não terem o averbamento do loteamento e da construção dos imóveis, tendo somente o registro do terreno onde a Vila está localizada, o Conselho Metropolitano optou pela retirada dos moradores de outro modo (IPLANFOR, 2020). Os moradores relataram que sofrem há anos as ameaças de remoção, por meio de assédio moral e pressão psicológica. No entanto, nenhuma ação concreta havia sido realizada, além das caracterizações originais dos espaços:

Dejanira [...] fez um contrato por debaixo dos panos, de gaveta. Ela mandou derrubar a caixa d'água, ela alugou isso aqui [quintal na frente da capela] pra estacionamento da Uniodonto. Ela levou o altar, levou até [a escultura de] São Vicente. Que era pra acabar com a capela. Para descaracterizar (Entrevista de Capitã, 2018).

Em 2016, alegando dificuldades financeiras, o Conselho Metropolitano decidiu vender a Vila Vicentina para uma construtora. Em entrevista concedida ao Observatório das Remoções, a advogada que acompanha o caso, Mayara Justa, relatou que, em agosto de 2016, um representante da construtora BSPAR Incorporações pressionava os moradores para que aceitassem as negociações (OBSERVATÓRIO, 2017). No mesmo período, alguns moradores aceitaram uma proposta de compra de seus imóveis, que previa o pagamento de 50 mil reais ou um apartamento situado no município de Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza. A negociação resultou na desocupação de 12 casas. Os moradores que não aceitaram as negociações, com medo de que a comunidade fosse vendida e eles não mais tivessem local para morar, buscaram apoio no Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA).

Para conseguir visibilidade e enfrentar as pressões, os moradores resistentes à desapropriação organizaram o movimento denominado Resistência Vila Vicentina (RVV). Desde agosto de 2016, a RVV vem recebendo apoio de diversos setores sociais, tais como dos advogados do EFTA, pesquisadores do Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB) da Universidade Federal do Ceará (UFC), atores de movimentos sociais (como a Frente de Luta por Moradia Digna) e alunos de graduação e pós-graduação de diversos cursos (Direito, Arquitetura, Psicologia, Publicidade, etc.).

Em relação aos imóveis negociados, a fim de garantir que não voltassem a ser ocupados, o comprador emprestou as casas para pessoas de sua confiança morarem temporariamente. No entanto, a presença de tais pessoas estranhas na comunidade, onde todos os moradores se conhecem, ocasionou medos, inseguranças e eles se sentiram intimidados, principalmente por ouvirem falas sobre esses novos ocupantes estarem “vigiando umas casas na Aldeota” (GONDIM; ROCHA, 2019). Tais desconfortos ocasionaram um conflito, no qual os moradores da RVV expulsaram os ocupantes estranhos das casas e, em seguida, ocuparam as tais casas para evitar que novos estranhos aparecessem.

O conflito fez com que ocupantes anteriores fizessem um Boletim de Ocorrência (BO) e o Conselho Metropolitano entrou com um pedido de reintegração de posse (processo de nº 0178950-30.2016.8.06.0001), que tramita perante à 27ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza (BARBOSA; SOUZA; AZEVEDO, 2020). No dia 28 de outubro do mesmo ano, ocorreu a

execução da decisão judicial de reintegração de posse, contando com a presença de um oficial de justiça, policiais e trabalhadores da construção civil contratados pelo Conselho Metropolitano¹⁷. A situação culminou na demolição completa de três casas e outras cinco foram parcialmente demolidas, apesar de a ordem judicial limitar-se à retirada dos moradores ocupantes (NEVES; OLIVEIRA; FERREIRA, 2017).

Dentre as casas que deveriam ser desapropriadas, havia, inclusive, casas de moradores que não haviam negociado: "*A pior foi a minha, que a minha estava no meio da demolição, eles colocaram a minha casa como se tivesse invadida. [...] Eu disse 'não vou sair daqui, não. [...] eu morro aqui dentro, mas não saio'*" (Entrevista de Margarida, 2018). Por serem casas geminadas, a demolição acabou por prejudicar as edificações vizinhas, comprometendo as estruturas com infiltrações, rachaduras, etc., além de, no âmbito psicológico, deixar os moradores inseguros não só quanto à remoção de toda a comunidade, mas também quanto à possibilidade de as casas desabarem: "*Perigoso e frágil. Mudou a insegurança... eu ainda mais, estou solta [casa]*" (Entrevista de Marília, 2018). Esse evento de demolição ganhou grande repercussão midiática, atraindo movimentos sociais e demais pessoas da sociedade civil¹⁸ para o local, a fim de evitar que as demais casas fossem demolidas (ROCHA, 2017).

Com o alvoroço, a advogada Mayara Justa conseguiu, ao final do dia, suspender parcialmente a ordem de demolição das casas, com a determinação judicial de que qualquer ação de demolição resultaria em uma multa de 100 mil reais por dia. Dentre as ações realizadas pelo EFTA, houve a notificação ao Ministério Público e aos demais órgãos municipais sobre as irregularidades envolvendo o processo de reintegração de posse e a ausência do título de propriedade. Mesmo com a ação de reintegração, o processo referente à posse da propriedade ainda estava em discussão, uma vez que havia equívocos nos registros de titularidade da propriedade.

Com a defesa apresentada, o juiz responsável pelo processo suspendeu as ações por considerar que a decisão foi tomada de modo precipitado e prejudicial aos moradores, uma vez que ele não tinha conhecimento das particularidades do caso (NEVES; OLIVEIRA; FERREIRA, 2017). Sobre a suspensão das demolições, as advogadas do Conselho Metropolitano apontaram que essa decisão foi em decorrência de “[...] uma mídia

¹⁷ Reportagem abordando as demolições. Disponível em:

<https://www.facebook.com/vilavicentinadaestancia/videos/851041575435336/> Acesso em: 27 Nov. 2022.

¹⁸ Vídeo que mostra apoio de outros atores sociais, moradores de outras ZEIS da cidade de Fortaleza. Disponível em: <https://www.facebook.com/vilavicentinadaestancia/videos/1115422555237724> Acesso em: 26 Nov. 2022.

sensacionalista e descompromissada com a verdade dos fatos”, levando o juiz a agir sob pressão de “[...] ativistas de boutique e políticos que se aproveitam da repercussão da causa para granjear popularidade” (FORTALEZA, 2017, p.6).

Além da suspensão das demolições, foi solicitado à Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR) o tombamento da Vila, que, ao ser acatado, possibilitou um tombamento provisório até que estudos sobre a relevância patrimonial, histórica e cultural do lugar para a cidade fossem realizados. Outro ponto de destaque que tem assegurado a permanência dos moradores na comunidade é por ela estar situada em uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)¹⁹, prevista pelo o Plano Diretor Participativo de Fortaleza desde 2009 (FORTALEZA, 2009). Desse modo, o processo de regularização da Vila como uma ZEIS e o processo de tombamento da comunidade passaram a ser as principais frentes de luta da comunidade - ambos os processos serão detalhados no decorrer deste capítulo.

4.3 A Resistência Vila Vicentina e as atividades comunitárias²⁰

Como modo de enfrentamento do conflito fundiário, parte dos moradores se organizaram em um movimento denominado Resistência Vila Vicentina (RVV), por meio do qual realizam atividades na comunidade a fim de ampliar a visibilidade dos problemas e das suas reivindicações, bem como criar estratégias de enfrentamento da situação (GONDIM; ROCHA, 2019). Nas palavras de uma das moradoras, “[...] o que provocou a união entre nós e eu acho que a cada dia que passa, eu me sinto mais incentivada a procurar apoiadores, meios, todas as formas de a gente ir em frente e chegar à vitória. Eu me sinto cada dia mais entusiasmada pela luta” (Entrevista de Capitã, 2018).

É importante destacar que nem todos os moradores fazem parte da RVV, sendo apontado que *“Quem quer ficar se uniu mais. Agora quem quer sair, a gente deixou pra lá”* (Entrevista de Gordinha, 2018), referindo-se a alguns moradores que cederam às pressões da imobiliária e negociaram suas casas e aos que não deixam explícito suas posições (nem resistem nem cedem). As primeiras propostas previam uma quantia de cinquenta mil reais ou um apartamento na Região Metropolitana de Fortaleza, na cidade de Maracanaú.

¹⁹Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) constituem uma ferramenta de combate às segregações socioespaciais, prevista em política pública nacional estabelecida pelo Estatuto da Cidade.

²⁰Parte das discussões presentes nessa seção foram aprofundadas em trabalhos desenvolvidos pelo presente autor anteriormente, tais como Pacheco (2018), Félix *et al.* (2021) e Pacheco e Bomfim (2022).

O movimento da RVV começou no ano de 2016, a partir de uma página na rede social Facebook para abordar o problema fundiário bem como divulgar e viabilizar suas atividades de resistência realizadas na comunidade, tendo sua primeira publicação no dia 15 de outubro do mesmo ano²¹. As publicações abordam sobre a história do local e as denúncias sobre a remoção sofrida (ROCHA, 2017). Neves, Oliveira e Ferreira (2017) apontaram que um fator crucial para o fortalecimento da RVV tenha sido a efetivação das demolições, em 28 de outubro de 2016, que acabaram por mobilizar ainda mais os moradores e outros agentes sociais externos, a fim de defender a permanência da comunidade e a proteção de uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)²².

Os movimentos sociais urbanos se constituem como ações mais ou menos organizadas, fundamentadas pelo direito e defesa à moradia digna e à cidade, podendo englobar questões relacionadas ao transporte, ao meio ambiente, ao gênero, à configuração do espaço físico, dentre outras problemáticas (ROCHA, 2017). Gondim e Rocha (2019) compreendem a organização de movimentos sociais a partir da ação coletiva orientada pela conquista de interesses e também pela defesa de valores e visões de mundo. Os movimentos não são homogêneos, embora compartilhem objetivos comuns, porém há uma diversidade de integrantes que podem não se vincular diretamente aos problemas enfrentados, mas pelos valores que o movimento representa, como é o caso dos apoiadores externos, laboratórios de pesquisa e demais movimentos sociais de direito à moradia, no caso da Vila.

Como dito anteriormente, o dia 28 de outubro de 2016 é considerado um grande marco para RVV, por conta das demolições que ocorreram na comunidade e a grande visibilidade que o acontecimento gerou, mobilizando apoiadores para a causa. Desde então, todos os anos os moradores organizam uma confraternização, convidando os apoiadores externos, para comemorarem os alcances da luta. No entanto, o dia 02 de novembro de 2016 também ganha destaque nessa história, por ter ocorrido, na ocasião, um evento denominado de “Apoio à Resistência da Vila Vicentina” ou “Primeira Plenária de Apoiadores” (Ver Figura 06), para o qual diversos movimentos e atores sociais, pesquisadores etc. foram convocados para discutir a necessidade emergente de construir estratégias de resistências frente ao conflito da Vila com a Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) (PACHECO, 2018).

²¹Página Resistência Vila Vicentina no Facebook: <https://www.facebook.com/vilavicentinadaestancia>

²² No subtópico 4.5, aprofunda-se as discussões sobre as Zonas Especiais de Interesse Social e a importância para a luta da Vila.

Figura 06 - Primeira Plenária de Apoiadores



Fonte: Página do Facebook Resistência Vila Vicentina (2016)²³

A partir de então, diversas atividades foram organizadas e executadas como ações de resistência às demolições e desapropriações²⁴. Essas atividades podem ser categorizadas em I) resgate, preservação e construção histórica da comunidade; II) recreação; III) discussão e mobilização; e IV) diálogo com representações da sociedade civil (PACHECO, 2018). Após a realização das ações, para não deixar a causa esquecida, a RVV publiciza nas redes sociais, em página no *Facebook* (Resistencia Vila Vicentina) e em um perfil no *Instagram* (Viva Vila Vicentina) (FELIX *et al.*, 2021).

As *atividades de resgate, construção e preservação histórica* são caracterizadas como os momentos nos quais os moradores buscam memórias, histórias, objetos, lugares e símbolos característicos do desenvolvimento da Vila (PACHECO, 2018), que são importantes no processo de enfrentamento das opressões (MARTIN-BARÓ, 2017). Nessa categoria, são observadas a construção de oficinas de fotografia, para registrar imagens significativas do lugar; as oficinas de fanzines para resgatar história dos moradores com a comunidade; reapropriação dos lugares simbólicos da comunidade para a realização de atividades compartilhadas. Nas *atividades de recreação*, tem-se os eventos desenvolvidos com o intuito de integrar os moradores e atrair apoiadores para a luta, por meio da descontração, lazer e celebração

²³Disponível em: <https://www.facebook.com/vilavicentinadaestancia/photos/1122065317906781> Acesso em: 25 Nov. 2022.

²⁴Vídeo com algumas atividades realizadas na comunidade. Disponível em: <https://www.facebook.com/vilavicentinadaestancia/videos/2039859712817763/> Acesso em: 25 Nov. de 2022.

(PACHECO, 2018). Nesta categoria, aparecem ações como oficinas de bordado, exibição de filmes, organização de festividades simbólicas para a comunidade etc.

Nas *atividades de discussão e mobilização*, a dimensão comunicativa da atividade comunitária se destaca, uma vez que os moradores discutem o andamento do caso da comunidade, fazendo o levantamento de suas conquistas e projeção dos próximos passos na Resistência (PACHECO, 2018). Nessa categoria, concentram-se atividades como reuniões internas e externas com os apoiadores, a fim de discutir situações de descaso e opressão em seus contextos, criar mobilizações e construir alternativas para transformá-las. Por fim, as *atividades de diálogo com representações da sociedade civil e jurídica* voltam-se para o contato direto com as entidades públicas, exigindo posicionamento das mesmas frente ao caso da Vila (PACHECO, 2018). Dentre as ações, podem ser destacadas a regulamentação das ZEIS, o tombamento, as audiências públicas sobre temáticas voltadas para desapropriação, remoção e despejos de moradores de comunidades pobres.

Nos primeiros meses de luta, aconteciam atividades todos os finais de semana, gerando grande mobilização dos moradores e apoiadores. Em meados de 2018, a quantidade de atividades foi diminuindo, bem como a presença de apoiadores externos (PACHECO, 2018). Durante os anos de 2019 e 2020, a realização de atividades na comunidade diminuiu bastante, principalmente as caracterizadas como recreação, com exceção das comemorações da RVV, nos dias 28 de outubro, e das confraternizações de Natal (DC, 2020).

Isso se deve, em parte, pelo direcionamento das ações dos moradores para a elaboração do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), bem como para as participações em reuniões do movimento de Frente de Luta por Moradia Digna, que acompanha discussões sobre as políticas urbanas em Fortaleza - tendo todas as participações nessas ações registradas e publicadas nas redes sociais. Acrescenta-se, ainda, o período de pandemia pelo COVID-19, sendo necessário o isolamento social, o que ocasionou a suspensão de atividades presenciais.

Somente a partir de 10 de julho de 2021 que atividades presenciais de mobilização na comunidade retornaram, com a organização de um evento denominado "Plenária: Resistência Vila Vicentina", que ocorreu no quintal comunitário da comunidade (Figura 07). O objetivo principal consistiu em reafirmar as parcerias com os apoiadores externos, organizar novas ações de resistência e tensionar as instituições públicas, principalmente o IPLANFOR e a SECULTFOR, quanto ao andamento do PIRF e do Tombamento Definitivo. Neste encontro, estiveram presentes entidades acadêmicas, artistas, conselheiros de outras ZEIS, representantes

da Frente de Luta por Moradia Digna, Pastorais Sociais da Igreja Católica, mandatos legislativos da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa e a Liga Experimental de Comunicação da UFC, que anunciou o desenvolvimento de projetos com a comunidade, como a campanha "Abraça a Vila Vicentina" (DC, 10/07/2021).

Figura 07 – Plenária: Resistência Vila Vicentina



Fonte: Página do Facebook Resistência Vila Vicentina (2021)²⁵

De modo geral, as atividades da Resistência têm sido exitosas no alcance de mecanismos legais de defesa do direito à cidade, à moradia digna e na participação em outros movimentos sociais que lutam por políticas urbanas (ROCHA, 2017). A repercussão da RVV trouxe diversas conquistas para a comunidade, como a inclusão da mesma como a décima ZEIS prioritária - ZEIS Dionísio Torres - a passar pelo processo de regularização fundiária (IPLANFOR, 2020); e o tombamento provisório²⁶, considerando a comunidade como um lugar com características sócio-históricas e culturais importantes para o patrimônio histórico de Fortaleza (DUARTE *et al.*, 2017). Além disso, a Resistência Vila Vicentina, em 2017, ganhou da Defensoria Pública do Estado do Ceará um prêmio por "Experiências Exitosas em Assentamentos Informais de Fortaleza", por suas ações de luta.

Com o uso das redes sociais, as atividades de resistência foram ganhando cada vez mais visibilidade, atraindo diversos apoiadores, tanto por meio da virtualidade como pela

²⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/vilavicentinadaestancia/photos/4194568247323124> Acesso em: 25 Nov. 2022.

²⁶ Na subseção 4.4, aprofunda-se as discussões relacionadas ao processo de tombamento da Vila Vicentina.

presença na realização de ações na própria comunidade. Tais publicações, portanto, tornaram-se uma estratégia de enfrentamento dos moradores e seus apoiadores contra os opositores à Vila (GONDIM; ROCHA, 2019). Com o suporte dos apoiadores externos (representantes de movimentos sociais, estudantes e pesquisadores de diversas universidades) e o alcance dos movimentos da internet – principalmente a partir das publicações das páginas *online* (Facebook e Instagram) - os moradores têm conseguido resistir, reivindicar e ter ânimo para continuar a luta por permanência (ROCHA, 2017; FELIX *et al.*, 2021). A luta dos moradores, então, adquire uma dimensão híbrida, a partir de ações presenciais e uso de recursos digitais (ROCHA, 2017), por construir atividades na própria comunidade e/ou outros espaços da cidade e, em seguida, publicizar em redes sociais, expondo suas reivindicações, para que outros agentes sociais tenham conhecimento da mobilização.

Outro fator que pode ter contribuído para a grande visibilidade e engajamento de apoiadores na luta da comunidade diz respeito a sua localização. Por estar situada em uma área de fácil acesso (ônibus, bicicleta, carros e até mesmo a pé), torna-se relativamente fácil participar das atividades. Ademais, a localização privilegiada, afastando-se dos estereótipos como de “perigosa”, contribuiu para que o conflito fosse considerado relevante, visto que, infelizmente, há uma repercussão menor desses conflitos quando ocorrem na periferia, muitas vezes de difícil acesso por transporte público e associada à marginalidade, insegurança, dentre outras problemáticas (FÉLIX *et al.*, 2021).

Além das dimensões de reivindicações e visibilidade, torna-se importante destacar que o desenvolvimento de atividades repercute de modo psicossocial no processo de conscientização dos moradores (PACHECO, 2018). Pode-se entender a atividade como ação sobre o meio, pela qual o homem passa a modificar, conscientemente, a natureza e sendo por ela também modificado (VYGOTSKY, 2007). Além de denotar forte expressão da estima de lugar pelo ambiente em que vivem (BOMFIM, 2010), essas ações podem ser compreendidas como atividades comunitárias (GÓIS, 2005), as quais atuam no processo de conscientização (FREIRE, 1980) dos moradores, tornando-os cada vez mais ativos na participação de lutas frente às desigualdades socioespaciais. Góis (2005, p.89) define atividade comunitária como

A atividade prática e coletiva realizada por meio da cooperação e do diálogo em uma comunidade, sendo orientada por ela mesma e pelo significado (sentido coletivo) e sentido (significado pessoal) que a própria atividade e a vida comunitária têm para os moradores da comunidade. Ela é uma rede de interações sociais, instrumental e comunicativa, direcionada para a autonomia do morador e da própria comunidade, na perspectiva do fortalecimento de uma identidade social [...] de comunitário, do

desenvolvimento da consciência social e pessoal, e da construção da responsabilidade comunitária.

A atividade comunitária, por meio de suas dimensões instrumental e comunicativa, atua como mediadora no desenvolvimento da consciência dos moradores (GÓIS, 2005). Na dimensão instrumental, há a elaboração e o uso de ferramentas necessárias à transformação objetiva e funcionamento da comunidade; na dimensão comunicativa, há o diálogo, a expressão de sentimentos e a cooperação entre os moradores, que favorece o desenvolvimento das relações sociais da comunidade e o alcance dos objetivos.

Em estudos anteriores, observou-se que a participação ativa dos moradores nessas atividades, proporcionaram maior engajamento em processos voltados para o resgate de aspectos históricos da comunidade, fortalecimento de vínculos e integração dos moradores à luta de outras comunidades que também sofrem com as desigualdades (PACHECO; BOMFIM, 2022). Conseqüentemente, houve uma forte relação entre o desenvolvimento de atividades comunitárias (GÓIS, 2005), o índice de estima de lugar (BOMFIM *et al.*, 2014) e os processos de transformação da consciência (FREIRE, 1980). Com efeito, a organização e participação nas atividades da comunidade favoreceu o vínculo, a expressão potencializadora da afetividade e a implicação do morador com a comunidade, aumentando a potência de ação em direção à uma consciência crítica sobre a problemática.

4.4 Tombamento Patrimonial²⁷

Os moradores da RVV vêm apostando na possibilidade de tombamento da comunidade como um passo à frente para conquista, não só pela permanência, mas também pela valorização das dimensões físicas, históricas e sociais da comunidade (DUARTE *et al.*, 2017; PACHECO; BOMFIM, 2021a). O tombamento é uma medida de proteção, consistindo em um processo administrativo do Poder Público com o objetivo de preservar o patrimônio cultural brasileiro, de natureza material e imaterial, cujos bens são “[...] portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, p.160).

Conforme a Lei Municipal número 9.347, de 11 de março de 2008, os bens públicos ou privados podem ser protegidos parcial ou totalmente, isolados ou em conjunto, sendo a

²⁷Parte das discussões aqui apresentadas são aprofundadas em publicações anteriores do autor, tais como Duarte *et al.* (2017); Pacheco (2018); e Pacheco e Bomfim (2021a).

particularidade de cada bem tombado o que vai definir os limites e as possibilidades de alterações no bem, de modo que este não seja descaracterizado (FORTALEZA, 2008). Ressalta-se, ainda, que qualquer desejo de alteração física, por parte do proprietário, deve ser informado à Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), que deve fazer uma análise da solicitação para aprovar ou não a intervenção.

Na Vila, o processo de tombamento começou pouco tempo depois da demolição, completa e parcial, de oito casas, em outubro de 2016. Por conta das mobilizações da Resistência Vila Vicentina e consequente visibilidade, no mesmo mês, a SECULTFOR recebeu três pedidos de tombamentos da comunidade, solicitados pelos vereadores Guilherme Sampaio (Partido dos Trabalhadores/PT) e João Alfredo (Partido Socialismo e Liberdade/PSOL) e pelo professor Romeu Duarte do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC, tendo sido atendida esta última solicitação (PACHECO, 2018). Para contribuir no levantamento de informações para a elaboração do relatório, o professor Romeu Duarte Junior mobilizou alunos do curso de Arquitetura, juntamente com a participação do presente pesquisador, enquanto psicólogo, e da socióloga Aline Rocha, com os quais desenvolveu o documento "*Contribuição Técnica ao Tombamento Municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE*" (DUARTE *et al.*, 2017).

Dentre as justificativas para o tombamento, levantou-se a relevância sócio-histórica do bem imóvel; sua pitoresca implantação em bairro alvo de intensa verticalização; a amenização ambiental que promove com sua presença verde e horizontal; e a rara tipologia arquitetônica em Fortaleza (DUARTE *et al.*, 2017). Nesse sentido, pensa-se que a Vila "[...] deve ser tombada porque é antiga, se torna um patrimônio histórico [...]. Ela tem vários sentidos do tombamento. Primeiro, se torna um patrimônio histórico, foi o primeiro conjunto da Aldeota²⁸ feito de mutirão. Segundo, porque ela iniciou a Aldeota" (Entrevista de J., 2018).

A história da Vila se entrelaça à história de crescimento do bairro Dionísio Torres e da própria cidade, uma vez que possibilitou a expansão da cidade para uma região, até então, pouco povoada (DUARTE *et al.*, 2017; ALBUQUERQUE, 1970). Do ponto de vista estrutural, a comunidade apresenta uma organização horizontal que, juntamente com os aspectos paisagísticos (arborização das áreas internas e externas), atribuem valor ambiental ao bairro, este marcado pela crescente verticalização.

²⁸Por estar em uma região próxima à Aldeota, muitos moradores fazem referência a esse bairro, bem como ao bairro em que estão, oficialmente, localizados.

O entorno da comunidade apresenta um nível considerável de verticalização, destacando a intensa atuação do mercado imobiliário (IPLANFOR, 2020). A esse respeito, entende-se que a verticalização nas cidades altera as formas de vida das pessoas, repercutindo nas relações familiares e de vizinhança e nas relações com o solo e a natureza, havendo uma intensa valorização da vida privada, diminuindo a relação indivíduo-sociedade (BERNAL; BOMFIM, MUDO, 2009). Para as autoras, nos lugares mais verticalizados, há uma “[...] substituição da ‘cultura das calçadas’ pela ‘cultura do elevador’” (p.264), que desagrega “[...] o cidadão do resto da sua vizinhança, da rua, e muitas vezes da própria cidade” (p.265).

O espaço urbano repleto de prédios e condomínios fechados transforma a cidade, suas ruas e seus espaços públicos em ambientes esvaziados, sem usos tradicionais que possibilitem as interações sociais e a sociabilidade (GONDIM; ROCHA, 2019). Apesar de serem imóveis simples, as casas da Vila se configuram como um conjunto residencial em termos históricos, arquitetônicos e urbanísticos para a cidade, associado, ainda, às memórias afetivas dos moradores (GONDIM; ROCHA, 2019). Com efeito, a configuração socioespacial da Vila retoma modos de convivência urbana perdidos ao longo do tempo, preservando a dimensão do patrimônio imaterial (DUARTE *et al.*, 2017). Como observa um dos moradores:

Eu acho que uma cidade significa população e comunicação. No próprio instante que colocam umas torres e cerca de muros altos, acabou-se a comunicação. Acabou-se o sentido de cidade. Essas são umas das razões que eu acho que deve ser tombada. [...] Não só por nós precisar da moradia, mas pelo símbolo, porque se acabar essa Vila, acabou-se o símbolo do progresso da Aldeota, do bairro, porque só tem arranha-céu (Entrevista de J., 2018).

Destaca-se, também, que os moradores, em sua maioria idosos, pertencem aos setores de baixa e média-baixa renda. Neste ponto, a permanência na comunidade ajuda a diminuir as segregações socioespaciais e enriquece as convivências de classes sociais diferentes no mesmo bairro (DUARTE *et al.*, 2017; VILLAÇA, 1998). Com efeito, o pedido de tombamento para a Vila se ampara “[...] nos marcos do direito à cidade, considerando a importância da cidade como patrimônio ambiental que a todos pertencem [...]” (DUARTE *et al.*, 2017, p.50).

A contribuição à instrução de tombamento foi entregue à Secretaria de Cultura de Fortaleza no dia 23 de maio de 2017. Após a elaboração final do relatório de tombamento, a decisão definitiva deverá ser votada no Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural de Fortaleza. O prazo era de seis meses, mas até hoje, dezembro de 2022, não ocorreu a votação, o que faz ainda ecoar a fala: “A gente tá lidando, de alguma forma, com

os órgãos públicos. E eu vou dizer, viu? Eu não tenho totalmente credibilidade nesses órgãos públicos, não. A prefeitura até hoje não se manifestou, né?" (Entrevista de Gordinha, 2018).

A iniciativa, garantiu, provisoriamente, que a comunidade fosse tombada, evitando mais demolições (PACHECO, 2018; PACHECO; BOMFIM, 2021a). Principalmente porque o tombamento de casas em zonas privilegiadas da cidade não consiste em um bom negócio para seus donos. Conforme Lemos (2013, p.94), “[...] o proprietário se sente prejudicado com a distinção muito honrosa para os outros, mas altamente danosa para si, já que seu patrimônio material viu-se repentinamente alcançado devido à inevitável desvalorização”, pois um imóvel com muitas restrições nada vale. Desse modo, para os moradores, o tombamento provisório de seis meses também significou poder “respirar mais tranquilamente” diante das ameaças (DC, 2017); e um tempo a mais para encontrar outros meios para defender a permanência (PACHECO; BOMFIM, 2021a; GONDIM; ROCHA, 2019), uma vez que o bem tombado, mesmo que provisoriamente, não pode ser demolido, destruído ou mutilado (FORTALEZA, 2008).

No entanto, cabe destacar que, mesmo que o tombamento provisório tenha garantido a permanência dos moradores, outras famílias que já haviam negociado suas casas permanecem na comunidade, mesmo não se vinculando à Resistência Vila Vicentina. Quanto a essa configuração, até 2016, a comunidade tinha 44 casas habitadas; com as ameaças de desapropriação, algumas famílias negociaram suas casas e, dessas, oito (08) saíram da Vila. Em 28 de outubro de 2016, as casas negociadas, cujos moradores já haviam saído da comunidade, foram parcial ou totalmente demolidas, restando 36 famílias. Nesse período, 15 famílias faziam parte da Resistência Vila Vicentina e outras 21 eram identificadas como “não-resistentes”.

Nos anos de 2021 e 2022, nos espaços cujas casas foram demolidas, os moradores ergueram novas moradias, totalizando, atualmente, 46 habitações. Destas, 22 famílias são “não-resistentes” e 24 estão vinculadas ao grupo RVV. Em estudo realizado pelo Instituto de Planejamento de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), observou-se que a maioria dos moradores (75%) concorda com o processo de tombamento, no entanto, não é uma questão unânime, apresentando 13% dos entrevistados se posicionando como desfavoráveis e outros 13% não sabiam opinar (IPLANFOR, 2020).

Por fim, pontua-se que alguns moradores têm realizado pequenas alterações em suas casas (IPLANFOR, 2020), principalmente reformas consideradas como medidas de proteção dos imóveis e de segurança para os moradores, uma vez que as demolições, em 2016, deixaram rachaduras, infiltrações e outros problemas estruturais nas demais casas. Neste quesito, a

própria lei permite que o bem, se for necessário, pode ser reparado ou restaurado, mediante autorização prévia da SECULTFOR, desde que não descaracterize o mesmo (FORTALEZA, 2008). Assim, observou-se que metade dos moradores ainda precisam de maiores explicações sobre o papel dos mesmos como agentes de proteção da comunidade tombada, a fim de que possam entender quais as restrições e limitações quanto às alterações físicas na comunidade (IPLANFOR, 2020).

Neste sentido, o professor Romeu Duarte, responsável pelo pedido de tombamento da comunidade e principal autor da contribuição técnica entregue à SECULTFOR, produziu o documento “Código de Condutas da Vila Vicentina” (CdCVV), com o objetivo de orientar os moradores sobre a gestão correta dos imóveis e do pátio interna à Vila, considerando as exigências patrimoniais da comunidade. O CdCVV apresenta três partes principais, a saber, I) habitações privadas (casa dos moradores); II) pátio comum (quintal comunitário e áreas verdes); e III) Espaços externos (Capela e demais espaços externos). Tais orientações possibilitaram que os moradores pudessem realizar melhorias em suas casas sem que isso implicasse prejuízos ou descaracterização do bem como patrimônio.

4.5 Zona Especial de Interesse Social e o Plano Integrado de Regularização Fundiária

A Vila Vicentina está localizada em uma área compreendida como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 182 e 183, é prevista uma política de desenvolvimento urbano, a ser executada pelos municípios, com o “[...] objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, 1988, s/p), destacando a obrigatoriedade da elaboração de um Plano Diretor como instrumento básico para a efetivação da política de desenvolvimento e de expansão urbana das cidades.

Em 2001, é promulgada a Lei Federal número 10.257/2001, conhecida como o Estatuto da Cidade, que regulamenta e estabelece diretrizes gerais da política urbana anunciadas pela Constituição (BRASIL, 2001). A partir do Estatuto da Cidade, tem-se a previsão de demarcação de áreas voltadas para a habitação de interesse social, identificadas como Zonas Especiais de Interesse Social, um instrumento a ser desenvolvido com diretrizes para a regularização fundiária de assentamentos urbanos irregulares, devendo estar previsto no Plano Diretor das cidades. No âmbito municipal, o primeiro Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor) foi promulgado pela Lei Complementar número 062/2009, no qual aparecem as

delimitações das ZEIS na cidade bem como traça o seu processo de regulamentação a partir da eleição de Conselhos Gestores e elaboração do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) (FORTALEZA, 2009).

Como foi dito, as ZEIS fazem parte de uma política pública urbana voltada para a demarcação de determinadas áreas na cidade, estabelecendo regras de uso e de ocupação do solo, com o objetivo de diminuir as desigualdades socioespaciais e efetivar o direito à moradia (BRASIL, 2001; BARBOSA; SOUZA; AZEVEDO, 2020). No PDPFor, as ZEIS são conceituadas como

[...] porções do território, de propriedade pública ou privada, destinadas prioritariamente à promoção da regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais de baixa renda existentes e consolidados e ao desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social e de mercado popular nas áreas não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas, estando sujeitas a critérios especiais de edificação, parcelamento, uso e ocupação do solo (FORTALEZA, 2009, p.55).

As ZEIS podem se configurar de três modos distintos, a saber, ZEIS do Tipo I, caracterizadas como áreas compostas por assentamentos irregulares, precários urbanística e habitacionalmente, construídos por ocupação desordenada em áreas públicas ou privadas, por parte da população de baixa renda. As ZEIS do Tipo II são áreas parcialmente urbanizadas, onde há loteamentos clandestinos ou irregulares e conjuntos habitacionais (públicos ou privados), também habitados por pessoas de baixa renda. Por fim, as ZEIS do tipo III são aquelas áreas que apresentam boa infraestrutura, porém não há edificações ou há imóveis inutilizados/subutilizados, devendo, portanto, serem utilizadas para construções habitacionais de interesse social (FORTALEZA, 2009).

As ZEIS dão a oportunidade de efetivar avanços nos direitos relacionados à moradia para as classes mais pobres, principalmente porque elas têm como premissa prioritária a regularização fundiária (A. BRASIL, 2016). Desse modo, esse instrumento de política pública urbana é potencialmente capaz de concretizar as diretrizes e os princípios de planejamento urbano previstos na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e no PDPFor (BARBOSA; SOUZA; AZEVEDO, 2020).

No caso da Vila Vicentina, a comunidade aparece no PDPFor como a ZEIS Dionísio Torres, delimitada por todo o quadrilátero que a comunidade ocupa (FORTALEZA, 2009). Na Lei, a Vila é concebida como ZEIS do tipo 1, por se tratar de uma comunidade de assentamento precário. Inicialmente, os moradores não sabiam que moravam em uma zona especial. Em meio

a efervescência do conflito fundiário e as demolições, em 2016, com a atuação do Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB), os moradores descobriram as especificidades do seu território, com isso, passaram a se mobilizar, participando do movimento Frente de Luta por Moradia, que possibilitou que a comunidade fosse incluída como a décima ZEIS Prioritária²⁹ no processo de implementação previsto no Plano Diretor, discutidas durante o ano de 2017 (PACHECO, 2018; BARBOSA; SOUZA; AZEVEDO, 2020).

Com isso, moradores que integram a RVV mobilizaram também outros agentes sociais ligados às questões urbanas e moradia em Fortaleza, ampliando a luta não só pela própria comunidade, mas também em defesa das demais ZEIS (BARBOSA; SOUZA; AZEVEDO, 2020). Esse movimento, inclusive, possibilitou que as outras nove zonas prioritárias, eleitas pela prefeitura, lutassem para que a ZEIS Dionísio Torres fosse integrada como a décima ZEIS prioritária no processo de regularização fundiária a ser executado. Com efeito, a descoberta da Vila como zona especial contribuiu para intensificar ainda mais a mobilização social em defesa da comunidade e da permanência dos moradores (BARBOSA; SOUZA; AZEVEDO, 2020).

Para a regularização das ZEIS, é necessária a elaboração de um Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), com a efetiva participação dos moradores do local e representantes do poder público, compreendido como um conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento da área, "[...] abrangendo aspectos urbanísticos, socioeconômicos, de infraestrutura, jurídicos, ambientais e de mobilidade e acessibilidade urbana" (FORTALEZA, 2009, p.91). Cada ZEIS tem seu próprio plano, respeitando as especificidades de cada contexto, sendo importante conter, no mínimo os seguintes conteúdos:

I - diagnóstico da realidade local, com análises físico-ambiental, urbanística e fundiária, mapeamento de áreas de risco, identificação da oferta de equipamentos públicos e infraestrutura, caracterização socioeconômica da população e mapeamento das demandas comunitárias; II - normatização especial de parcelamento, edificação, uso e ocupação do solo; III - plano de urbanização; IV - plano de regularização fundiária; V - plano de geração de trabalho e renda; VI - plano de participação comunitária e desenvolvimento social (FORTALEZA, 2009, p.92).

É importante destacar que as ZEIS não foram efetivadas no município de Fortaleza. Mesmo após dez anos da publicação do PDPFor, nenhum dos três tipos de ZEIS foi regulamentado. Barbosa, Souza e Azevedo (2020) discutem que, apesar das intensas

²⁹ As ZEIS prioritárias são: I - ZEIS Bom Jardim; II - ZEIS Lagamar; III - ZEIS Moura Brasil; IV - ZEIS Mucuripe; V - ZEIS Pici; VI - ZEIS Pirambu; VII - ZEIS Poço da Draga; VIII - ZEIS Praia do Futuro IIB; IX - ZEIS Serviluz; X - ZEIS Dionísio Torres.

mobilizações sociais, o Poder Público tem demorado a efetivar os planos de regularização por dar margem também às pressões do mercado imobiliário, que atuam no sentido contrário à regulamentação das ZEIS. Mesmo com a luta das comunidades, tal instrumento precisa da força normativa advinda da atuação municipal para ser garantido.

Atualmente, a Prefeitura de Fortaleza tem trabalhado com as dez ZEIS prioritárias que, desde 2018, estão com o processo de elaboração dos PIRFs em andamento. No caso da Vila, em 2018, iniciou-se a mobilização dos moradores, principalmente dos que compõem a Resistência Vila Vicentina, para informar e convidar os demais moradores da comunidade a participarem da eleição do Conselho Gestor da ZEIS Dionísio Torres. No mesmo ano, a comunidade elegeu o seu Conselho Gestor, que deve ser composto por moradores da comunidade e representantes do Município, devendo todos participar das etapas de elaboração, implementação e monitoramento do PIRF (FORTALEZA, 2009). Ao eleger o seu Conselho Gestor, a comunidade avança mais um passo no processo de regularização da ZEIS Dionísio Torres, bem como fortalece ainda mais sua luta contra as investidas do mercado imobiliário (BARBOSA; SOUZA; AZEVEDO, 2020).

Com base nas informações do Diário de Campo (DC), juntamente com as atas das reuniões realizadas pelo Conselho Gestor, registrou-se o andamento da construção do PIRF da Vila. No dia 27 de fevereiro de 2019, a primeira reunião ordinária aconteceu na capela da comunidade, com o objetivo de aprovar o Regimento Interno do Conselho Gestor da ZEIS Dionísio Torres; e realizar a eleição do Presidente e Vice-Presidente (DC, 27/02/2019). No dia 16 de julho, ocorreu a segunda reunião ordinária, realizada na capela, para abordar sobre a Regularização Fundiária da ZEIS Dionísio Torres; e também houve uma discussão acerca do processo de tombamento da Vila Vicentina (DC, 16/07/2019), pois compreendeu-se que esses dois processos deveriam caminhar juntos para que as proposições do PIRF não alterassem os aspectos patrimoniais da Vila, prejudicando a possibilidade de tombamento definitivo.

A terceira reunião ordinária ocorreu no dia 26 de setembro de 2019, também na capela. Nessa reunião, foi aprovado o IPLANFOR como responsável pela elaboração do Plano Integrado de Regularização Fundiária da Vila (DC, 26/07/2019). Anteriormente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) tinha sido apontado como a instituição que ficaria responsável pela elaboração do PIRF da Vila, porém a prefeitura voltou atrás e o IPLANFOR foi apontado como a instituição responsável por dar continuidade no processo. Essa mudança provocou diversos sentimentos de medo, instabilidade e revolta nos moradores, pois acreditavam se tratar de uma estratégia do poder público para atrasar o processo

da comunidade, já que o conflito fundiário quanto à posse da titularidade do terreno ainda não estava resolvido (DC, 26/07/2019). A quarta reunião ordinária, última de 2019, aconteceu em 11 de novembro, na capela da comunidade. Na ocasião, foi apresentado e aprovado o Plano de Trabalho do IPLANFOR (DC, 11/11/2019), estabelecendo um cronograma para o desenvolvimento dos produtos iniciais do PIRF.

As reuniões retornaram em 2020, ocorrendo a quinta no dia 14 de janeiro, na capela da comunidade. A reunião teve como objetivo apresentar a metodologia para a elaboração do Diagnóstico Socioeconômico, Histórico Cultural, Urbanístico e Fundiário Preliminar; e também apresentar a proposta de realização de uma cartografia social (DC, 14/01/2020). A partir desta reunião, iniciou-se o processo de elaboração da primeira etapa do diagnóstico da comunidade, com levantamento de informações socioeconômicas dos moradores, medição das casas, avaliação dos espaços internos e externos da Vila.

No processo de diagnóstico, todas as casas foram visitadas e os representantes foram entrevistados. Este momento foi de fundamental importância para a inserção e familiarização do pesquisador com o “outro lado” da comunidade, os “não-resistentes” (DC, 24/01/2020). Nesse período, também se observa maior curiosidade por parte dos moradores “não-resistentes” sobre o que significava o PIRF, demonstrando interesse em participar dos processos. Inclusive, no mesmo período, foi realizada a cartografia social da comunidade, mediada pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFCE. Na ocasião, além dos moradores do grupo Resistência Vila Vicentina, outros moradores da comunidade apareceram para participar da cartografia. Percebeu-se, durante as atividades, situações de tensões, discordâncias e conflitos, principalmente pela tendência dos moradores resistentes em desconsiderar as opiniões dos “não-resistentes” com o receio de que estes pudessem atrapalhar o andamento do processo, prejudicando a Vila.

Em março, em decorrência da pandemia ocasionada pelo COVID-19, as atividades presenciais foram suspensas (DC, 30/07/2020). No entanto, o IPLANFOR já havia levantado todas as informações necessárias para a construção do diagnóstico. Com isso, a sexta reunião ordinária ocorreu no dia 30 de junho, realizada *online*, via *Google Meet*, com o objetivo de apresentar e aprovar o Diagnóstico Socioeconômico, Histórico-Cultural, Urbanístico e Fundiário Preliminar do PIRF da ZEIS Dionísio Torres; e a Cartografia Social realizada pelo NEABI do IFCE, que se disponibilizou para também contribuir com o processo de regularização da ZEIS Dionísio Torres, mesmo tendo sido afastado oficialmente do processo.

A sétima reunião ordinária ocorreu no dia 14 de agosto. Esta reunião também

aconteceu *online*, pela plataforma *Google Meet*, com o objetivo de aprovar as atas anteriores, aprovar o diagnóstico elaborado e discutir como ficaria o processo de trabalho durante o período eleitoral (DC, 14/08/2020). No diagnóstico, o IPLANFOR aponta que um dos principais objetivos do PIRF da Vila é fornecer a regularização fundiária plena para consolidar a comunidade em seu lugar de origem e, conseqüentemente, diminuir as pressões do mercado imobiliário. Ademais, destacou-se a importância histórica do conjunto de casas, sendo necessário reconhecer e ressaltar os valores patrimoniais que a comunidade apresenta; portanto, o projeto arquitetônico deveria respeitar e contemplar esse aspecto (IPLANFOR, 2020).

Quanto ao período eleitoral, Juliana Sena, representante do IPLANFOR na época, informou que, o trabalho com a ZEIS Dionísio Torres continuaria, no entanto, seria um trabalho interno, podendo até haver reuniões do Conselho Gestor para informar e esclarecer sobre as futuras produções técnicas, que não seriam publicadas oficialmente, apenas encaminhadas para os conselheiros e apoiadores externos (DC, 14/08/2020). Também foi acordado que um cronograma dessas atividades internas seria enviado para os membros conselheiros. No entanto, nenhum cronograma nem as demais produções foram enviadas no período.

Ao final de 2020, o PIRF da Vila contava somente com Diagnóstico Socioeconômico, Histórico-cultural, Arquitetônico e Fundiário, elaborado em 2020 (IPLANFOR, 2020) e com a contribuição do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFCE, que construíram um relatório "Cadernos da cartografia social da ZEIS Dionísio Torres" (IFCE, 2020), tornando-se o único dentre os das dez ZEIS Prioritárias a não ser concluído. Por esse motivo, a ZEIS Dionísio Torres ficou fora do Decreto Municipal das ZEIS Prioritárias, cujos PIRFs "[...] foram aprovados e entregues pelos seus respectivos conselhos gestores, e contemplam, em atendimento ao Plano Diretor Participativo de Fortaleza" (FORTALEZA, 2020, p.1).

É previsto em lei que o Plano Diretor da cidade seja revisto a cada dez anos (FORTALEZA, 2009). No caso de Fortaleza, o PDPFor encontra-se em revisão, sem que as ZEIS tenham sido regularizadas, o que tem gerado inseguranças em moradores que habitam essas áreas, pois correm o risco de que, no novo Plano Diretor, as zonas anteriormente demarcadas sejam excluídas. Ademais, ao fim de 2020, em meio a mudança de gestão municipal com as eleições, temiam que o processo de regularização das dez ZEIS prioritárias não tenha continuidade, em decorrência das mudanças na gestão municipal (BARBOSA; SOUZA; AZEVEDO, 2020).

Na Vila, as reuniões do Conselho Gestor retornaram somente em 29 de julho de

2021, sendo a oitava reunião ordinária, realizada de modo *online* (DC, 29/07/2021). Por conta da mudança de gestão municipal, nessa reunião foi apresentada uma nova composição de conselheiros do poder público. A nova equipe deu informes sobre a continuidade do PIRF; propuseram um calendário de reuniões ordinárias; e marcaram uma reunião extraordinária para discutir a retomada dos produtos.

A reunião extraordinária aconteceu no dia 10 de setembro, presencialmente na capela da Vila (DC, 10/09/2021). Na ocasião, realizou-se uma pequena capacitação sobre o que são as ZEIS e o PIRF, resgataram os principais pontos do diagnóstico aprovado (IPLANFOR, 2020) e apresentaram quais seriam os próximos produtos a serem elaborados, a saber, o I) Plano urbanístico; II) Normatização especial de parcelamento, edificação, uso e ocupação do solo; III) plano de regularização fundiária; IV) Plano de geração de trabalho e renda; e V) Plano de participação comunitária e desenvolvimento social.

Em 30 de setembro de 2021, realizou-se a nona reunião ordinária do Conselho Gestor, presencialmente na capela da Vila (DC, 30/09/2021). Na ocasião, houve a apresentação do Plano Urbanístico Preliminar, sendo o terceiro produto do PIRF. Ademais, o arquiteto e professor da UFC, Romeu Duarte esteve presente para fazer uma explanação inicial do "Código de Conduta da Vila Vicentina da Estância", um documento sobre processo do Tombamento Provisório da Vila, a ser apresentado para a comunidade em outra reunião.

A iniciativa se deu porque, conforme o tempo foi passando, os moradores começaram a sentir a necessidade de modificar suas casas, seja reformando ou construindo novos cômodos. No entanto, essas alterações precisam ser aprovadas pela SECULTFOR a fim de que não haja a descaracterização do bem (FORTALEZA, 2008). Assim, o professor Romeu Duarte elaborou esse código para, novamente, explicar o que se trata o tombamento e quais os cuidados e medidas que os moradores precisam tomar quanto à preservação das casas.

No dia 18 de outubro de 2021, ocorreu uma reunião extraordinária, na capela da Vila Vicentina. Nesta, houve a apresentação do Plano de Normatização Especial de Uso e Ocupação do Solo da ZEIS Dionísio Torres. O caderno sugeria que, nos espaços da comunidade, principalmente nas áreas onde as casas haviam sido demolidas, fossem construídos equipamentos públicos que todos da cidade pudessem ter acesso, o que "abriria" os portões da Vila, possibilitando o transitar pelos espaços internos da comunidade, como o quintal comunitário. A esse respeito, Pol e Valera (1999) apontam que, quando são propostas alterações nos espaços, os moradores que ali moram ou podem aceitar as transformações, incluindo-as em suas identidades; ou podem rebelar-se contra as alterações, pois não as mudanças não são

integradas às identidades das pessoas.

No caso da Vila, essas propostas geraram comoção nos moradores, pois sentiam que tais alterações nos espaços poderiam colocar em risco a caracterização da Vila, que estava em avaliação para tombamento, e, principalmente, alterava os costumes e normas sociais da comunidade, marcados pela intimidade e reserva que o quintal proporciona desde a década de 1940. Importante destacar que, no estudo Rocha (2021), observou-se que, de fato, todo o fluxo da vida comunitária da Vila é interno, no quintal comunitário, cujas portas das casas ficam abertas umas para as outras; enquanto as portas para as ruas são fechadas.

Ressalta-se, ainda, que os moradores defenderam que, nesses espaços vazios em decorrência das demolições, deveriam ser construídas casas, pois a maior demanda da comunidade era moradia. Nesse caso, as casas construídas serviriam para abrigar parentes de moradores da Vila que viviam em outras comunidades em situações precárias (DC, 18/10/2021). Atualmente, novas casas foram reerguidas nesses espaços vazios e abrigam moradores parentes dos que já viviam na comunidade.

Após a discussão, o caderno foi aprovado, porém com ressalvas, devendo o Plano Urbanístico ser compatibilizado com os ajustes sugeridos pelos moradores, tais como manter as áreas internas da comunidade privadas e, em relação a alguns equipamentos sugeridos (Praça, Hortas, Museu, etc.), ficassem na parte externa (DC, 18/10/2021). Assim, registrou-se em ata as solicitações de alterações nos produtos apresentados, considerando que os moradores apontaram que as propostas geraram sentimentos de "invasão" e "perda de privacidade" com modificação dos espaços internos da comunidade; além do receio de que a construção de tais equipamentos pudesse descaracterizar a Vila como um patrimônio cultural (DC, 18/10/2021).

Uma segunda reunião extraordinária ocorreu no dia 26 de outubro de 2021, também na capela da Vila Vicentina. Nesta reunião, foi apresentado todo o Plano de Regularização Fundiária da ZEIS Dionísio Torres desenvolvido ao longo do processo, considerando as ressalvas levantadas nas produções anteriores. O Plano foi aprovado pela comunidade e agora os moradores aguardam pela aprovação da Secretaria de Habitação (DC, 26/10/2021).

Entre os meses de outubro e novembro, os demais produtos do PIRF que faltavam foram desenvolvidos e, no dia 25 de novembro de 2021, realizou-se a décima reunião do Conselho Gestor, na capela da Vila. Na ocasião, as pautas foram a aprovação dos cadernos Compatibilização; Plano Urbanístico; Participação Comunitária e Desenvolvimento Social. Todos estes foram aprovados, sendo comemorado pelos moradores.

No dia 02 de fevereiro de 2022, saiu o Decreto número 15.245, que institui o Plano

Integrado de Regularização Fundiária da Zona Especial de Interesse Social Dionísio Torres. No Decreto, há a aprovação do PIRF. No entanto, até o presente momento, dezembro de 2022, nenhuma ZEIS das dez foi, efetivamente, regulamentada, como relatou uma moradora, “[...] apesar do PIRF tá pronto, mas ainda tem que caminhar um bocado pra gente conseguir chegar na vitória final da posse da Vila” (Entrevista de Socorro, 2022).

4.6 A polarização da Vila: as relações entre Resistentes e “Não-Resistentes”

Na Vila, organizou-se o movimento Resistência Vila Vicentina (RVV), mas nem todos os moradores fazem parte da Resistência, sendo este também um processo conflituoso dentro da comunidade. Dentre as famílias que, atualmente, moram na comunidade, 24 fazem parte da RVV, enquanto outras 22 não participam das ações. Dentre essas 22 famílias "não-resistentes", há aquelas que iniciaram os processos de negociação de suas casas, porém a transação não se concretizou, e há outras famílias que não negociaram, mas também não se vincularam à RVV.

Os moradores vinculados à RVV afirmam que aqueles moradores que desejam sair, em muitos casos, parecem aceitar as negociações “com medo de sair sem nada da Vila”. No entanto, as negociações com a imobiliária são incertas, uma vez que colocam como condicionalidade a saída de toda a comunidade. Acredita-se que as imobiliárias, estrategicamente, colocam como condicionalidade para a efetivação da negociação a saída de todos os moradores, para haver o aumento das tensões e dos conflitos, resultando em desrespeito e rompimento dos vínculos comunitários, enfraquecendo a comunidade. Tal clima de insegurança perante as negociações pode ser visto como uma estratégia de desmobilização social, afetando diretamente os movimentos de resistência (ASCERALD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Por conta dessa polarização, tem-se observado vários conflitos internos. Os moradores da RVV acabam por culpabilizar os que estão "em cima do muro" e os que negociaram. Desse modo, evitam manter interações com eles, gerando fragmentação das relações comunitárias. Em estudo anterior, observou-se pelos relatos dos moradores da RVV que, dentre os elementos que mais entristecem a vida na Vila, há destaque para a desunião, sendo essa desunião relacionada à divisão da comunidade entre aqueles que resistem à desapropriação e aqueles que buscam negociar suas casas (PACHECO, 2018), como bem

aponta uma moradora: "*Me entristece a divisão de alguns querendo sair e outros querendo ficar, gerando conflito*" (Entrevista de Cida, 2018).

Como os processos do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) e do Tombamento envolvem toda a comunidade, tem-se observado mais o acirramento dos conflitos. Moradores da RVV, embora sejam informados da importância da participação de todos, sentem-se receosos de convidar e/ou incluir os demais "não-resistentes", pois acreditam que estes poderiam coletar informações e usá-las contra a RVV, repassando para as imobiliárias e outras instituições que poderiam afetar a luta da Resistência. No entanto, para o processo eleitoral do Conselho Gestor e para elaboração dos produtos do PIRF, houve o convite para que o "outro lado" estivesse presente (DC, 08/02/2020).

De modo geral, havia pouca participação de moradores que não eram da RVV e, frequentemente, acontecia algum conflito, tais como fofocas, acusações e até a exclusão de alguns nas reuniões (DC, 08/02/2020). Em reuniões do Conselho Gestor, a partir de 2021, observou-se uma maior presença dos moradores "não-resistentes" (DC, 10/09/2021). Como as reuniões retornaram a acontecer presencialmente na capela da Vila, percebeu-se que, de modo geral, de um lado da capela, juntam-se os moradores da RVV e, do outro lado da capela, agrupam-se os "não-resistentes".

Nessas reuniões, os moradores "não-resistentes" têm feito perguntas aos Conselheiros da prefeitura, a fim de compreender melhor o que está acontecendo. Grande parte dos esclarecimentos parece estimulá-los a participar, denotando que eles não tinham informações suficientes sobre o que estava acontecendo (DC, 10/09/2021). A participação ainda é bastante tímida, mas a quantidade de participantes vai aumentando.

Nessas ocasiões, os moradores "não-resistentes", normalmente, não se apresentam - é comum uma rodada de apresentação inicial em toda reunião (DC, 30/09/2021). Cabe salientar que, mesmo que os "não-resistentes" estejam participando das reuniões referentes aos processos que envolvem toda a comunidade, eles não são aceitos pela RVV; e como não fazem parte do Conselho, não têm poder de voto.

Considerando tal cenário, a ênfase desta tese de doutorado é voltada para a compreensão das configurações grupais e das relações comunitárias em contexto de desapropriação do espaço. Acredita-se que o entendimento dessas relações auxilia no desenvolvimento de processos de intervenções/facilitações que podem fortalecer a resistência no enfrentamento das ameaças, auxiliar na diminuição dos conflitos e "desculpabilizar" a postura dos "não-resistentes", muitas vezes vistos como "traíras" pela RVV.

5 ESTUDO II: RELAÇÃO MORADOR-COMUNIDADE EM CONTEXTO DE DESAPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

O Estudo II) *Relações morador-comunidade em contexto de desapropriação* é delineado a partir do segundo objetivo específico, que consiste em analisar, a partir da afetividade, as relações pessoa-ambiente, em contexto de ameaça de desapropriação. Para o desenvolvimento do estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 25 moradores da Comunidade Vila Vicentina da Estância, Fortaleza-Ceará, sendo 15 identificados como participantes do grupo Resistência Vila Vicentina e 10 como “não-resistentes”. Também foram aplicadas, em todos os 25 moradores, a Escala de Estima de Lugar e o Índice de Sentido de Comunidade. Desse modo, espera-se compreender como os moradores se relacionam com o lugar em que vivem, apreendendo os afetos referentes à essa relação.

A interpretação das informações ocorreu, principalmente, com base nas cinco imagens afetivas, a saber, Agradabilidade, Pertencimento, Destruição, Insegurança e Contrastes, que configuram síntese de afetos vividos no encontro do indivíduo com o lugar, seja ele a casa, o bairro, a cidade, etc. (BOMFIM, 2010). A *Agradabilidade* remete aos sentimentos de vinculação com o lugar em consequência às suas qualidades ambientais, construídas ou naturais, as quais são sentidas como agradáveis pelos indivíduos, produzindo sentimentos de prazer. O *Pertencimento* refere-se aos pensamentos, às ações e aos sentimentos que denotam a identificação da pessoa com os lugares.

A imagem de *Destruição* evidencia experiências em que o ambiente é tido como degradado, malcuidado e destruído. Na imagem de *Insegurança*, observa-se a sensação de algo inesperado e instável, sobressaindo sentimentos de medo, insegurança e ameaça. Por fim, o *Contraste* expressa sentimentos, emoções e palavras contraditórias, ambíguas, expressando vivências positivas e negativas, atribuídas simultaneamente ao ambiente.

A combinação entre essas imagens configura a estima de lugar (BOMFIM, 2010), que deflagra a síntese do encontro do indivíduo com o ambiente, expressando a afetividade decorrente dessa inter-relação, por meio de imagens e representações sociais do sujeito. Trata-se de “[...] uma forma específica de conhecimento, relativa ao aspecto de significado ambiental na dimensão de emoções e sentimentos sobre o ambiente construído” (BOMFIM, 2010, p.218). Como categoria social, atua como “[...] indicadora de um processo de apropriação dos habitantes, de identificação e de ação-transformação” (BOMFIM, 2010, p.218).

As imagens de Agradabilidade e Pertencimento configuram uma estima de lugar potencializadora da relação pessoa-ambiente, que implicam no aumento da potência de ação do indivíduo, denotando maior implicação psicossocial e participação cidadã do sujeito. Desse modo, as vivências positivas (agradabilidade, alegria, identificação, prazer, etc.) promovem ações de cuidado, de preservação e participação dos indivíduos, fazendo com que estes percebam que a sua relação com o ambiente não é somente instrumental, mas também uma relação simbólica que medeia as (re)construções da identidade pessoal e coletiva (BOMFIM, 2010).

Por outro lado, as imagens de Destruição e Insegurança compõem uma estima de lugar despotencializadora, gerando uma potência de padecimento no indivíduo, em que vivências negativas o levam a implicar-se negativamente com o ambiente e à servidão (BOMFIM, 2010; BOMFIM *et al.*, 2014). Assim, as vivências negativas do indivíduo (medo, insegurança, frustração, raiva, etc.) para com o lugar diminuem a sua implicação com o ambiente, tornando-os alheios aos ambientes, não investindo em melhorias, etc.

Como forma de organizar a apresentação do estudo, o capítulo foi estruturado em cinco seções principais, a saber, I) Encontrando com a Vila; II) O que se pensa sobre a Vila; III) O que se sente pela Vila; IV) A vida na Vila em contexto de ameaça de desapropriação do espaço; e V) O que dizem os números sobre a relação morador-Vila Vicentina.

5.1 Encontrando a Vila

Comunidade é um conceito polissêmico, complexo e confuso (MONTERO, 2004), sendo a sua inclusão na Psicologia Social a representação de posicionamento crítico com o qual se pretende interpretar o mundo com a finalidade de transformá-lo (SAWAIA, 2007). A comunidade reflete a relação do homem com a sociedade em consonância com o contexto histórico, representando a aparição do conceito uma explicitação de dimensões políticas, forjado no embate entre os valores coletivistas e individualistas. Por sua complexidade, o termo “comunidade” tem gerado diversas controvérsias, possibilitando inúmeras definições e dificultando a apropriação de um denominador comum (GÓIS, 2008).

Inicialmente, comunidade poderia ser compreendida a partir de uma delimitação espacial/geográfica, um lugar de unidade consensual homogeneizado, no qual poderia ser gerenciado conflitos e mudanças de atitudes (SAWAIA, 2007). Há definições, no entanto, que enfocam a dimensão das relações entre as pessoas, tal como a compreensão de Karl Marx, na

qual comunidade deve ser entendida a partir de um tipo de vida, um lugar onde as pessoas se chamam pelo nome, significando uma vivência em que as pessoas, além de singulares, participam ativamente e expressam seus pensamentos (GUARESCHI, 2007).

Na Psicologia Comunitária, as distintas noções sobre o conceito apresentam elementos comuns, a saber, o território, a história, os valores compartilhados e o modo de vida social, bem como o compartilhamento de um sistema de representação social, sentimento de pertença e identidade social (GÓIS, 2005, 2008). Portanto, compreende-se a comunidade não somente com o enfoque na delimitação espacial, mas também por meio de outros aspectos que interferem na dinâmica social, cultural, psicológica, econômica e política. Com efeito, entende-se que comunidade não é somente uma categoria científico-analítica, mas é “[...] orientadora da ação e da reflexão e seu conteúdo é extremamente sensível ao contexto social em que se insere, pois está associada ao debate milenar sobre exclusão e ética do bem viver” (SAWAIA, 2007, p. 50).

Aproximando-se dos estudos da relação pessoa-ambiente, entende-se que todo lugar provoca emoções e sentimentos, sendo possível “[...] compreender como os ambientes afetam nossos estados emocionais e como, dialeticamente, nossos estados emocionais afetam nossa ação no ambiente” (BOMFIM; DELABRIDA; FERREIRA, 2018, p.70). Além disso, é importante ressaltar que, quando se fala da dimensão subjetiva dos fenômenos urbanos, refere-se essencialmente à vivência das pessoas em uma sociedade que é desigual e repleta de assimetrias refletidas nos modos de vida, e refere-se sobretudo ao sofrimento físico, social ou psíquico, mobilizado pela vida na cidade (ESTEVES; COHEN, 2021).

Nesse sentido, a tarefa da Psicologia Social é demonstrar a centralidade da cidade como lugar de socialização, de vida e de trabalho, onde se estabelecem violentos processos de segregação socioespacial, desigualdade no acesso às políticas públicas e às oportunidades privadas, mas também lugar de solidariedade, de organização comunitária e de luta coletiva (ESTEVES; COHEN, 2021). Tendo isso em vista, esse estudo apresenta de que modos os moradores foram construindo suas relações com a comunidade, os afetos que sentem por ela e como, no atual contexto de ameaças de desapropriação do espaço, vivenciam essa relação.

Os primeiros moradores da Vila Vicentina chegaram à comunidade, a partir da década de 1940, por meio de caridades realizadas pela Sociedade São Vicente de Paulo, que transformaram terras doadas por Dionísio Torres em uma Vila que pudesse abrigar os “inúmeros velinhos sem teto, sem comida e sem lar” (ALBUQUERQUE, 1970). Inicialmente, as casas eram disponibilizadas para viúvas pobres e/ou retirantes da seca que não tivessem onde

morar. Posteriormente, a origem da vinculação dos moradores com a Vila foi sendo transformada, sendo identificados três modos diferentes de como os moradores ingressaram na comunidade (PACHECO, 2018).

A primeira origem está relacionada às viúvas e/ou retirantes da seca que vieram morar na comunidade; nesse caso, são filhas(os) e/ou netas(os) dessas primeiras moradoras, que vieram juntamente com elas, e permaneceram nas casas após falecimento destas, como relata o seguinte morador: *“A partir de cinco anos [...] vim com a mãe, meus irmãos... Nós viemos morar, mas aí, essa parte aí, eu quase não tenho muita lembrança”* (Entrevista de Renato, 2022, morador há 62 anos).

A segunda origem diz respeito à procura das pessoas, homens ou mulheres, viúvas(os) ou não, por uma casa na Vila. Nesse caso, os moradores procuraram os antigos administradores, participaram de reuniões religiosas obrigatórias e, finalmente, conseguiram uma casa para morar com sua família. Tais moradores, conforme os relatos, assim como as viúvas pobres, também não tinham boas condições financeiras nem suporte familiar que pudessem auxiliar na questão da moradia. Relato: *“Eu cheguei aqui através de uma senhora que conhecia a minha mãe. E ela era amiga do Coronel Adacto, que era administrador. Aí ela falou com ele e ele arranhou uma casa pra gente aqui. A minha situação não era boa”* (Entrevista de Cláudia, 2022, moradora há 47 anos).

Por fim, a terceira origem está relacionada à vinculação com algum parente que já morava na Vila. Desse modo, inicialmente, o(a) morador(a) tinha algum familiar que morava na comunidade e veio morar junto; ou casou com alguém da comunidade, como aponta o relato de Amanda: *“eu morava no interior, né... aí eu conheci o meu esposo mas ele sempre morou aqui, ele tem 40 anos, ele nasceu aqui né... [...] Aí foi daí que eu conheci a Vila assim né... passei a morar com ele aqui”* (Entrevista de Amanda, 2022, moradora há 06 anos).

Entende-se que esse encontro com a comunidade possibilitou a construção de novas formas de vida. Com o passar dos anos, os moradores foram ampliando suas famílias, estabelecendo novos laços comunitários e criando novas identidades marcadas pela convivência. Desse modo, sentir-se parte do cotidiano da comunidade, atribuindo significações às atividades, contribui no processo de apego ao lugar, onde este lugar passa a ter relação com a identidade da pessoa ao mesmo passo que o próprio lugar também passa a carregar valores simbólicos de identidade pessoal e coletiva (GIULIANI, 2004).

5.2 O que se pensa sobre a Vila

Para o desenvolvimento desta seção, orientou-se pela pergunta da entrevista “O que você pensa da Vila Vicentina?”. Tal questionamento toma como base um item do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), no qual é perguntado ao participante o que ele pensa sobre o ambiente pesquisado, assim “[...] o sujeito pode falar algo mais do que realmente pensa sobre a cidade e tornar aparente o que é figura na conjuntura das significações de seus sentimentos” (BOMFIM, 2010, p. 144).

Em relação aos moradores que compõem o movimento de resistência à desapropriação, conforme observa-se no Quadro 04, todos os 15 moradores expressaram somente palavras positivas sobre o modo como enxergam a Vila. Dentre tais palavras, destacam-se “Vizinhança/Família” (05), “Tranquilidade” (05), “Bom” (05) e “Segurança” (02), que, modo geral, expressam as imagens afetivas de Pertencimento e Agradabilidade.

Quadro 04 - Avaliação da Vila a partir dos “Resistentes”

Avaliação Potencializadora*
Vizinhança/Família (5)**, Tranquilo (5), Bom (5), Segurança (2), Maravilhoso (2), Bonito (01), Preservado (01), Permanência (01), Privilegiado (01), Fácil Acesso (01), Patrimônio (01), Paz (01).

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

*Os moradores não expressaram palavras que demonstrem uma avaliação ruim da comunidade.

**Os números estão relacionados à quantidade de entrevistas em que o elemento apareceu; na mesma entrevista de um participante, podem aparecer diversos elementos apontados no quadro.

As palavras “Vizinhança”, “Família” e “Permanência” denotam a expressão da imagem afetiva de Pertencimento, que é configurada por sentimentos, emoções e palavras que denotam a identificação do indivíduo com o lugar, revelando aspectos da identidade, do apego e da amorosidade aos lugares e aos demais moradores; além de expressar relações familiares (BOMFIM, 2010). Tais aspectos podem ser observados em “*Como se nós todos aqui fossemos uma família, é... é como se fosse uma mãe, a “Mãe Vila”, a Mãe Vila, ela que nos acolheu, ela*

que nos protege, porque ela é toda circulada. [...] Então o nosso vínculo, é aqui, internamente, eu sinto isso, essa proteção” (Entrevista de Rosana, 2022).

Outro morador aponta que *“Os vizinhos se conhecem. [...] Eu nasci numa casa, mas eu tinha contato com as outras casas, porque se juntava com aquela amizade de criança, às vezes almoçava na casa do vizinho, merendava, ou seja, eu me sinto como se eu tivesse morado na vila, nas casas, em todas as casas da vila, né?”* (Entrevista de Beta, 2022). A existência de redes de apoio social é um índice importante para compreender como se desenvolvem as relações de pertencimento com o lugar, visto que essas redes se configuram como suporte substancial para prolongar a permanência em um lugar. Martins (2020) observou, ao estudar o processo de desapropriação vivenciado por atingidos pelas obras do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), que o elemento vizinhança fora recorrente nas falas dos moradores, sendo essa relação vizinho-vizinho enxergada pelas lideranças comunitárias como um fator importante para o fortalecimento da identidade e luta comunitária.

Ao verificar as diferentes formas de construção das relações dos moradores com a comunidade, é interessante pontuar que, como se observa em tais relatos, o estabelecimento de significado e sentidos, individuais e coletivos, relacionados aos lugares de vida, não se baseiam somente nas vivências diretas e na prática funcional ou subversiva que se desdobra. Há também o valor simbólico que essas pessoas e grupos atribuem ao lugar, constituídos pela cultura, pelas relações sociais e pelas relações de poder (JODELET, 2002).

Destaca-se, ainda, que a imagem de Pertencimento é o inverso da imagem de Insegurança. Esta última diz respeito aos sentimentos e às emoções que denotam o que é inesperado e instável, além dos índices objetivos de insegurança e de violência do lugar (BOMFIM; FEITOSA; FARIAS, 2018). Em relação à Vila, o pertencimento é fortalecido pela sensação de “Paz” e “Segurança”, conforme expresso pelos seguintes moradores: *“É o lugar que eu quero viver até quando eu puder, né? Por justamente um lugar tranquilo, que traz paz pra gente”* (Entrevista de Leticia, 2022); *“[...] até hoje não houve relatos de crime, de ódio, ou algum atentado contra algum vizinho, isso nunca aconteceu”* (Entrevista de Josué, 2022); e *“É tranquilo, meus filhos podem brincar aqui dentro, eu não fico preocupada”* (Entrevista de Amanda, 2022).

As palavras “Tranquilidade”, “Bom”, “Bonito”, “Preservado” e “Patrimônio” remetem à imagem afetiva de Agradabilidade, que se refere a sentimentos de vinculação ao ambiente decorrentes da percepção de qualidades ambientais, sejam construídas ou naturais, que produzem a sensação de prazer, de comodidade ou admiração pela beleza (BOMFIM,

2010). Sobre a avaliação a partir da Agradabilidade, observa-se que a Vila “[...] *é um local bem acolhedor, aconchegante, parece assim que a gente tá em um outro universo em meio a toda, todo esse concreto de edifícios, a gente tá em um local como se morasse num interior, num sítio, um clima muito agradável*” (Entrevista de Sara, 2022); e é “[...] *um local muito bonito, é um local bem preservado, existem pessoas muito boas*” (Entrevista de Josué, 2022), destacando elementos físicos do ambiente.

Ademais, a imagem de Agradabilidade também está relacionada às possibilidades de atração que os ambientes proporcionam quando “[...] estes são percebidos como capazes de suprir as necessidades funcionais dos sujeitos, como por exemplo, as oportunidades de trabalho, cultura, educação, interação, entre outros” (BOMFIM; FEITOSA; FARIAS, 2018, p.460). Tais aspectos podem ser observados, neste estudo, pelas palavras “Privilegiado”, “Fácil Acesso”, bem como no relato da seguinte moradora: “[...] *aqui dá acesso a tudo, mercantil, escola, é tudo, tudo pertinho, entendeu? Eu gosto demais daqui*” (Entrevista de Amanda, 2022).

A esse respeito, Pacheco (2018) realizou o levantamento de quais os atrativos percebidos pelos moradores em relação à comunidade e ao seu entorno, organizando-os em Equipamentos Básicos e Equipamentos de Entretenimento. Os primeiros correspondem aos lugares e/ou serviços, públicos ou privados, tais como postos de saúde, escolas e transportes coletivos. Já os Equipamentos de Entretenimento dizem respeito aos lugares que os moradores mais frequentam no momento de lazer, tais como igrejas, shoppings, praças e espaços da própria comunidade. Tais atrativos fortalecem a vinculação morador-comunidade, ao possibilitar o estreitamento das relações comunitárias com a convivência diária nos espaços compartilhados, além de possibilitarem a apropriação da cidade por parte dos moradores, ao terem mais acesso aos serviços de saúde, educação, lazer, dentre outros (PACHECO, 2018).

Em relação aos moradores da Vila identificados como “não-resistentes”, conforme observa-se no Quadro 05, estes avaliam a comunidade de forma positiva, de modo geral. Entre os pontos de destaque, tem-se como elementos o “Gostar da Moradia” (07), Lugar de Apoio (02), “Segurança” (02), “Boa Vizinhança”, etc.

Quadro 05 - Avaliação da Vila a partir dos “Não-Resistentes”

Avaliação Potencializadora	Avaliação Despotencializadora
Gostar da Moradia (7)*, Lugar de apoio/Acolhimento (02), Segurança (02), Boa vizinhança (01), Sentir-se bem (01), Felicidade (01).	Administração ruim (01).

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

*Os números estão relacionados à quantidade de entrevistas em que o elemento apareceu; na mesma entrevista de um participante, podem aparecer diversos elementos apontados no quadro.

Considerando os elementos apontados, a imagem afetiva que mais se destaca é a de Agradabilidade. Destaca-se a avaliação de ser um lugar bom para a moradia, conforme aponta a moradora Carla: “Penso num lugar maravilhoso, assim, de conviver, de morar. De residir, na verdade. Se sentir bem à vontade” (Entrevista de Carla, 2022). Em relação ao aspecto “Lugar de apoio” (02), é apontado que “[...] um lugar que é... Acolheu, né, os moradores, aquelas pessoas que não tinha... É onde mora principalmente os idosos” (Entrevista de Maria Moreira, 2022). Quanto ao aspecto da segurança, uma moradora aponta que “Eu gosto de morar aqui, que é seguro, gosto de todo mundo, meus vizinhos, são gente boa. Eu gosto. Eu sinto segurança, me sinto segura aqui, entendeu?” (Entrevista de Alba, 2022).

Cabe destacar que, além da avaliação positiva da Vila, um morador também apresentou uma avaliação negativa, apontando o elemento “Administração ruim”. Para ele, “A vila tá boa, agora a administração que tá tendo aí é que não tá muito boa também, né?” (Entrevista de Renato, 2022). Tal percepção aproxima-se da imagem afetiva de Contrastes, caracterizada por palavras que denotam sentimentos, emoções, percepções e vivências contraditórias, ambíguas, revelando uma polarização entre avaliações negativas e positivas em relação ao lugar (BOMFIM, 2010). Esse contraste se revela por, ao mesmo tempo, o morador apontar que a Vila está “boa”, porém, há o uso de poder, por parte dos Resistentes, em relação ao uso dos espaços “Eles que manda. [...] A igreja é pra ser liberada pra qualquer um, mas não é. [...] se você quiser rezar na igreja, não pode, aí só se pedir autorização do pessoal que manda aí, que toma conta, né?” (Entrevista de Renato, 2022).

Além do modo como avaliam a comunidade, é importante apreender quais os sentimentos que os moradores apresentam em relação à Vila. Como afirma Heller (2004, p.21),

“Sentir significa estar implicado”, assim, ao apreender as dimensões afetivas dos moradores, de ambos os lados, pode-se analisar de que forma seus sentimentos, pensamentos e ações se desenvolvem no contexto comunitário. Diante disso, a subseção a seguir versará sobre os sentimentos que predominam nas vivências comunitárias em contexto de desapropriação do espaço.

5.3 O que se sente pela Vila

A afetividade é um aspecto constitutivo da atividade humana, que se expressa nos inúmeros atos da vida cotidiana. Nesse sentido, o trabalho comunitário deve considerar a parte afetiva dos processos de problematização, desideologização e conscientização (MONTERO, 2004). Tendo isso em vista, a pergunta que orientou a construção dessa seção foi “O que você sente pela Vila?”, tomando como base itens do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos, especificamente os que dizem respeito aos sentimentos que os participantes atribuem ao lugar pesquisado, pois, ao solicitar que as pessoas descrevem os sentimentos que têm referentes a determinado lugar, pode-se apreender a expressão dos afetos subjacentes a essa relação, remetendo o respondente à sua representação do ambiente (BOMFIM, 2010).

Com efeito, as pessoas podem ser afetadas de diversas formas no contato uns com os outros, assim como as coisas que no mundo existem, por suas relações com os afetos humanos, também podem afetar no encontro com as pessoas (ESPINOSA, 2010). Os afetos não são concebidos como “bons” ou “maus” em si mesmos, mas a partir da forma como o indivíduo o percebe como útil a si, pois “[...] uma única e mesma coisa pode ser boa e má ao mesmo tempo e ainda indiferente”, sendo boa quando se torna algo útil e má quando impede o acesso ao bom (ESPINOSA, 2010, p. 267).

Como apontado anteriormente, esses encontros afetivos guiam as ações, podendo levar as pessoas à atividade como também à passividade (SAWAIA, 2009). No âmbito das relações pessoa-ambiente, os afetos potencializadores configuram uma estima de lugar potencializadora, que aumenta a potência de ação do indivíduo, levando-o a uma maior implicação psicossocial e participação cidadã do sujeito; por outro lado, os afetos despotencializadores configuram uma estima de lugar despotencializadora, gerando uma potência de padecimento no indivíduo, levando-o a implicar-se negativamente com o ambiente e à servidão (BOMFIM, 2010; BOMFIM *et al.*, 2014).

De modo geral, como se pode observar no Quadro 06, há a prevalência dos afetos potencializadores nos moradores da Resistência em relação à comunidade, destacando-se as palavras “Amor” (05) e “Irmandade” (03). A expressão de tais afetos pode ser observada em: *“Eu sinto pela vila um amor muito grande, não somente um amor comum mas um amor materno, como se a vila fosse uma mãe pra mim, onde eu me sinto totalmente acolhido”* (Entrevista de Josué, 2022).

Quadro 06 - Afetos em relação à Vila do grupo dos “Resistentes”

Afetos Potencializadores	Afetos Despotencializadores
Amor (5)*, Irmandade (3), Apego (2), Bem (2), Carinho (2), Feliz (01), Prazer (01).	Apreensão (2).

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

*Os números estão relacionados à quantidade de entrevistas em que o elemento apareceu; na mesma entrevista de um participante, podem aparecer diversos elementos apontados no quadro.

Lindalva também destaca seu amor e apego pela Vila, ao expressar: *“Amor, né? É... Eu sinto um amor tão grande pela vila e aquele apego. Não é adoração, mas um apego, sabe, que você... Quando você tá aqui, sabe, naquele aconchego, eu não troco por nada, nem por um apartamento desse, que você me desse de graça”* (Entrevista de Lindalva, 2022). Neste ponto, observa-se o apego ao lugar como um laço afetivo estabelecido entre a pessoa e o seu ambiente, promovendo assim o desejo de estar próximo a esse local, de modo que, como destaca Giuliani (2004), estar emocionalmente ligado a um lugar torna mais difícil apegar-se a outro.

No entanto, observa-se também a presença de um afeto despotencializador, a “Apreensão”, que apareceu em duas entrevistas. Tal afeto é característico da imagem afetiva de Insegurança, que denota algo inesperado e instável, sobressaindo sentimentos de medo, insegurança, surpresa e ameaça (BOMFIM, 2010). Na Vila, esse afeto emergiu do contexto de incertezas quanto à permanência na comunidade, como é evidenciado em *“Acordava achando que ia acontecer alguma coisa. Sempre alerta. A qualidade de vida não ficou muito boa, né? Porque a gente fica sempre apreensiva”* (Entrevista de Leticia, 2022).

É importante destacar que, em parte, os afetos despotencializadores que surgiram dizem respeito ao contexto de ameaças, não necessariamente à relação com a comunidade em si. Em estudo anterior, observou-se que o viver sob ameaças de desapropriação afloraram novos

afetos (plano de frente) como modo de compreender e lidar com as adversidades (afetos ocasionados pela situação emergente). No entanto, as boas vivências relacionadas à comunidade permaneceram como fundo, potencializando as ações de superação dos indicadores despotencializadores presentes no plano de frente (PACHECO, 2018).

Quanto aos moradores “não-resistentes”, como mostra o Quadro 07, há a presença tanto de afetos potencializadores quanto despotencializadores, com maior destaque para os primeiros. Dentre os sentimentos potencializadores mais apontados, tem-se “Bem” (03), “Amor” (03) e “Felicidade” (02), característicos das imagens de Pertencimento e Agradabilidade. Tais sentimentos são relacionados à moradia na comunidade e às pessoas que nela vivem, como pode ser observado nas falas das moradoras Sabrina e Bribola: *“Eu sinto um carinho pela vila, a localidade, é um carinho que eu sinto por ela”* (Entrevista de Sabrina, 2022); e *“Eu vou te dizer, eu amo a vila. Não, é assim, eu amo as pessoas que moram aqui, eu gosto de todas”* (Entrevista de Bribola, 2022).

Quadro 07 - Afetos em relação à Vila do grupo dos “Não-Resistentes”

Afetos Potencializadores	Afetos Despotencializadores
Bem(03)*, Amor (03), Felicidade (2), Segurança (01), Carinho (01), Prazer (01).	Julgamento (02), Nostalgia (01).

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

*Os números estão relacionados à quantidade de entrevistas em que o elemento apareceu; na mesma entrevista de um participante, podem aparecer diversos elementos apontados no quadro.

Por outro lado, também há os afetos despotencializadores, identificados a partir da sensação de “Julgamento” e de “Nostalgia”, que caracterizam a imagem de Contrastes. Tais aspectos, por exemplo, podem ser observados em *“[...] eu sinto amor, sinto segurança, mas ao mesmo tempo tem essa... essa... toda essa questão que foi criada onde as pessoas se dividiram, um dia... As pessoas julgam, condenam sem nem sequer ouvir a pessoa, que podia parar e pensar, né?”* (Entrevista de Joana, 2022). O processo de conflitos, em casos de desapropriação, é recorrente em várias comunidades afetadas e, muita das vezes, pode ser estimulado pelo setor que move o processo de desapropriação. Pinto, Monzoni Neto e Ang (2018) afirmam que a fragilização das redes de suporte é um dos danos diretos gerados por desapropriações que reverberam tanto na vida dos desapropriados, como na vida dos remanescentes.

Quanto à sensação de nostalgia, o morador aponta que “[...] *eu me sinto só um pouco assim, porque quando eu penso na vila, no tempo que a vila foi bem legal, bem... O pessoal tinha a festa aí, quadrilha e acendia fogueira, fazia fogueira aí, tinha...*” (Entrevista de Renato, 2022). Nesse caso, observa-se uma tendência do apego ao passado, cujo resgate pode representar uma forma de fortalecer os sentidos do eu em situações de ameaça à identidade psicossocial (TUAN, 1983).

Após esse retrospecto dos sentimentos e sentidos atribuídos a Vila Vicentina, na subseção a seguir será trabalhado a percepção dos moradores sobre o viver sob ameaças de perder a própria moradia. Ademais, investiga-se quais as reverberações psicossociais dessas ameaças na relação morador-comunidade.

5.4 A vida na Vila em contexto de ameaça de desapropriação do espaço

No estudo das relações pessoa-ambiente, a apropriação do espaço não diz respeito, necessariamente, à posse dos lugares, mas à apropriação dos significados dos lugares e aos modos como as pessoas se relacionam com eles (GRAUMANN, 1976). Entende-se, assim, que a apropriação do espaço é um processo pelo qual as pessoas, ao transformar os ambientes mediante suas ações, imprimem suas marcas e, ao mesmo tempo, incorporam-nos em seus processos cognitivos e afetivos (CAVALCANTE; ELIAS, 2011; POL, 1996). A apropriação do espaço não ocorre de modo individual e isolado, mas sim como um processo social, coletivo, que gera mobilizações e demandas de criação compartilhadas, consequência de uma memória viva (CHOMBART DE LAUWE, 1976).

No entanto, a estrutura social busca, por meio das relações de poder, fazer com que poucos espaços sejam apropriados por parte de todos (POL, 1996). Do ponto de vista jurídico, a desapropriação no Brasil é uma medida pela qual o Poder Público, ou terceiros mediante acordo com a Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, que retira a posse do dono de determinada propriedade sob a justificativa de necessidade, que pode ser utilidade pública ou interesse social (BRASIL, 1941). Para a Psicologia Ambiental, a desapropriação do espaço é uma forma de fazer com que as pessoas não sintam que os espaços lhes são pertencentes, tornando-se alheias a eles e, conseqüentemente, não se mobilizando em sua defesa (POL, 1996). Relaciona-se, assim, com a diminuição das possibilidades da atuação e do movimento das pessoas sobre os espaços, gerando isolamento e enclausuramento nos espaços, afastando-se do entendimento dos lugares como “lar” (CHOMBART DE LAUWE, 1976).

Entende-se que a comunidade é um lugar de permanência estável e duradoura no qual os moradores estabelecem uma relação direta entre si, porém também se configura como um espaço de conflitos e contradições (GÓIS, 2005, 2008). Como apontado ao longo da tese, os moradores da comunidade, há anos, são ameaçados de serem desapropriados de suas casas, tendo o auge do conflito em 2016, quando três casas foram demolidas e outras cinco destelhadas. No período, alguns moradores chegaram a negociar suas moradias, mudando-se da comunidade para outros bairros; outros permaneceram, sem saber ao certo se aceitavam ou não a negociação; e outros formaram um grupo de resistência às ameaças. Tendo isso em vista, a construção dessa seção deu-se por meio dos relatos das vivências dos moradores da Vila apreendidos pela pergunta “Como tem sido morar na Vila nesse atual contexto de ameaça de desapropriação?”.

Em relação à percepção sobre como é viver na Vila em contexto de ameaças, observa-se (como mostra o Quadro 08) a prevalência de palavras despontencializadoras, com destaque para “Medo/Assustado/Apavorado” (09), “Ameaça” (03), Insegurança (03) e Preocupação (03). Tais características podem ser observadas nos relatos de Josué e Cristina: “*Nesse período, foi muito conturbado, porque eu senti que qualquer coisa poderia acontecer, seja da venda da mesma até uma demolição indevida ou ilegal da parte de quem pretende comprar*” (Entrevista de Josué, 2022). O medo apresenta-se como uma natureza instável, nascida da imagem de uma coisa duvidosa (ESPINOSA, 2010), como se pode perceber em: “*Sempre assim, assustado, né? Porque a vila sempre se sente ameaçada, né? Aqui acolá a gente tem umas ameaçazinhas [...] Medo de alguém chegar, comprar, né?*” (Entrevista de Cristina, 2022).

Quadro 08 - Percepção do período de ameaças de desapropriação (Resistência)

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
Ajuda/Apoio (5)*, Luta (2), Conscientização (02), Não sentiu medo (01),	Medo/Assustado/Apavorado (9), Ameaça (3), Insegurança (3), Preocupação (3), Turbulento/Conturbado (2), Atrito/Desunião (02), Dor (01), Difícil (01), Horrível (01), Pressão (01), Perder o sono (01).

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

*Os números estão relacionados à quantidade de entrevistas em que o elemento apareceu; na mesma entrevista de um participante, podem aparecer diversos elementos apontados no quadro.

As ameaças mencionadas pelos moradores dizem respeito às investidas das imobiliárias, cujos profissionais representantes passavam de casa em casa tentando realizar as negociações das casas, utilizando-se de ameaças para o convencimento. Girassol relata como a abordagem lhe foi feita:

“Olhe, Dona Girassol, é o seguinte, você vai sair daqui. De qualquer maneira você vai sair, porque vai sair todo mundo. [...] Não há inverno, não haverá verão, tudo, de qualquer maneira. [...] Não tinha vela, nem oração que desse jeito, ou mais cedo ou mais tarde, não tinha vela e nem oração que desse jeito, de qualquer maneira vai sair todo mundo. A senhora não tá querendo negociar agora. A senhora vai negociar de qualquer maneira”, aí aquilo ali eu me senti pressionada (Entrevista de Girassol, 2022).

Tal processo de pressão é uma prática recorrente em casos de desapropriação. De acordo com Silva (2016), no que se refere à desapropriação de comunidades vulneráveis, não há transparência da parte dos negociadores com os atingidos. Nesse processo, ocorrem práticas como o cheque-despejo e a coerção social como artifícios para acelerar a expropriação do morador. Tal fato também foi observado por Martins (2020), a partir do caso dos atingidos pelo CAC, em que os moradores só foram informados que seriam desapropriados no dia que começou as marcações dos pontos de construção da obra, sendo a falta de informação sobre como se daria essa desapropriação um dos estopins do conflito socioambiental vivenciado pelas comunidades afetadas.

Salienta-se que a insegurança, inclusive, refletiu no modo como os moradores, em alguns momentos, deixaram de investir em melhorias em suas casas, como aponta a seguinte moradora: *“É a única coisa que é chato aqui da vila, é essa insegurança. A gente construir, a gente cuidar, a gente zelar, sem saber o que é que vai acontecer. Se a gente vai perder tudo, se a gente vai ter que sair para um lugar que não sabe onde”* (Entrevista de Sara, 2022). Nota-se que, em um cotidiano marcado pela espera da mudança, essa indefinição sobre o futuro tomou centralidade em vários discursos. Tais relatos também foram encontrados nos estudos de Esteves e Cohen (2021), em que moradores de uma comunidade a ser removida, mesmo com entulhos e, até mesmo, partes de suas casas destruídas por enchentes, deixaram de investir na reconstrução dos espaços por conta das inseguranças e incertezas sobre a permanência no lugar.

Quanto às expressões de “Atrito/Desunião (03)”, estas referem-se às relações comunitárias estabelecidas pelos moradores nesse período, como se pode observar em “[...] a

gente ficou mais assim chocado, porque vizinhos que... Que sabiam da nossa realidade, tudo, pode fazer isso com a gente né? Porque, assim, preferiu ficar do lado da construtora, [achando que] era melhor do que a gente se unir e lutar por isso aqui, né?” (Entrevista de Beta, 2022). Tais características configuram a imagem de Destruição, caracterizada por evidenciar experiências despotencializadoras, expressas por percepções e vivências sobre um ambiente desagradável, degradado, malcuidado, destruído, cujas relações também são conflitantes e desgastadas (BOMFIM, 2010). As técnicas de aproximação das empresas que conduzem processos de desapropriação, muitas vezes, possuem o foco em gerar a desmobilização da comunidade por meio de conflitos internos. Em caso estudado por Martins (2020), observou-se que a terceirizada contratada pelo Governo do Estado do Ceará para conduzir o processo, inicialmente, descumpriu o acordo coletivo feito junto a comunidade e passou a realizar negociações sigilosas com famílias afetadas tendo o intuito de desmobilizar os movimentos sociais locais, trazendo tensão nos vínculos entre as três famílias indenizadas e os demais membros da comunidade.

É importante destacar que, como discutem Pol e Valera (1999), as transformações urbanísticas podem ser processos drásticos e rápidos (decorrentes de fatores econômicos, por exemplo), porém as transformações e reconstruções de uma identidade social, que possibilite a coesão entre os membros e o estabelecimento de vínculos fortes, são processos demorados e até mesmo dolosos para as pessoas que, neste ambiente, estabelecem relações capazes de atender suas necessidades pessoais e redes de apoio social. Dentre as consequências da perda dos referenciais simbólicos das relações das pessoas com seus espaços e de suas relações sociais, podem ser citados a marginalização, o individualismo, a falta de solidariedade, o mal-estar pessoal e social, dentre outros (POL; VALERA, 1999).

Observa-se, ainda, palavras relacionadas à saúde física e psicológica, tais como “Dor” e “Perder o sono”, “Preocupação”, etc. Conforme uma moradora, “[...] teve um tempo que eu perdi o sono, acordava assustada, [...] achando que ia acontecer alguma coisa. (Entrevista de Letícia, 2022). Para Amanda, “[...] era muito ameaçador, a gente dormia preocupado, né? Ficava pensando: ‘será que eles vão conseguir colocar a gente pra fora ou não?’” (Entrevista de Amanda, 2022).

Aspectos relacionados à processo saúde doença em situações de desapropriação não são considerados nem durante o planejamento da ação, nem no momento de construção de medidas mitigadoras sobre os danos gerados pelo despejo. Em estudos anteriores, observou-se

a prevalência de casos de problemas cardíacos, depressão e ansiedade durante o processo de chegada e implementação da obra nas comunidades rurais afetadas (MARTINS, 2020).

Além dos aspectos despotencializadores, os moradores da Resistência também relatam percepções positivas e potencializadoras emergentes no contexto de desapropriação. Como mostra o Quadro 08, há referências à “Ajuda/Apoio” (5), “Luta” (2) e “Conscientização” (02). Tais elementos aparecem nos relatos em referência à organização do grupo Resistência Vila Vicentina, que vem realizando atividades comunitárias para visibilizar suas causas e resistir à desapropriação do espaço (ROCHA, 2021). Com efeito, embora o contexto de ameaças de desapropriação gere impactos negativos para a vida dos moradores, pode também trazer implicações positivas que contribuem no desenvolvimento de ações de resistência e enfrentamento das situações de sofrimento, repercutindo no fortalecimento dos vínculos comunitários, no resgate dos espaços “inativados”, na reconstrução histórica da vida coletiva dos moradores, no processo de conscientização a respeito dos problemas particulares, da comunidade e de toda a cidade (PACHECO; BOMFIM, 2021).

Em relação ao “Apoio/Ajuda”, os moradores relatam a importância da participação de agentes externos à comunidade, tais como movimentos sociais, estudantes universitários, políticos e assessorias jurídicas, que contribuam para o entendimento dos processos políticos, jurídicos e sociais que permeiam o caso. Conforme aponta Lindalva, *“Agora estamos mais firmes... Com ajuda de quem? Dos apoiadores, né? [...] Porque se a gente não tivesse... Sem saber da lei... Se a gente não tivesse esse apoio, a gente tava meio desprotegido”* (Entrevista de Lindalva, 2022). Beta também aponta que *“[...] o que salvou muito a gente foi o apoio que a gente recebeu dos estudantes, né? Os universitários que são pessoas mais esclarecidas e viram que a nossa situação não era como a construtora chegou aqui empregando, né?”* (Entrevista de Beta, 2022). Todo esse suporte contribuiu para o fortalecimento do movimento de resistência (ROCHA, 2021), gerando a sensação de que *“a gente se sente mais seguro, né? Depois de ver todos aqueles estudantes, aquele movimento, aí a gente tá seguro* (Entrevista de Lourdes, 2022).

Embora seja importante todo o apoio que os moradores vêm recebendo, cabe destacar que é necessário que eles se vejam como protagonistas das ações de resistência, não como receptores e/ou passivos das boas ações dos agentes externos. Nesse sentido, os oprimidos devem estar convencidos e que sua luta por libertação não é doação, mas é resultado de sua conscientização; convencimento de que sua “[...] necessidade de lutar, que constitui uma

dimensão indispensável do saber revolucionário, não lhe foi doado por ninguém, se é autêntico” (FREIRE, 2021).

Com a organização do grupo de resistência e o encontro com os agentes externos, os moradores também apontam que passaram, inclusive, a se conscientizar mais: “*Aí foi que eu vim realmente me conscientizar que a gente tinha que lutar pra continuar a moradia aqui, porque não tinha outro canto pra ir!*” (Entrevista de Maria, 2022). Socorro também relata:

Eu fico tentando buscar as melhores soluções pra fazer a regularização dela, apesar das dificuldades que o próprio poder público coloca pra que isso não aconteça. [...] Então fico todo tempo correndo atrás de formas pra ajudar pra que ela seja regularizada, seja reconhecida, né? Que a gente tenha a nossa casa sob a nossa posse, legal, com papel na mão (Entrevista de Socorro, 2022).

A conscientização consiste em um processo de “[...] tomar posse da realidade [...], é o olhar mais crítico possível da realidade, que a ‘des-vela’ para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante” (FREIRE, 1980, p. 29). A conscientização possibilita refletir a relação pessoa-ambiente em uma perspectiva transformadora, contribuindo para que “[...] o sujeito se veja como parte integrante do meio com o qual interage de forma reflexiva e comprometida, percebendo-se ator histórico”, que tem um papel fundamental na preservação do meio (NÓBREGA; ELIAS; FERREIRA; 2018, p. 26). No caso da Vila, foram desenvolvidas diversas atividades comunitárias voltadas para o resgate, a preservação e construção histórica da comunidade; recreação; discussão e mobilização; e diálogo com representações da sociedade civil (FELIX *et al.*, 2021), demonstrando a implicação potencializadora dos moradores em prol da preservação e defesa de suas moradias.

Quando perguntados sobre como percebem que está a situação da Vila agora, seis anos após o auge dos conflitos, os moradores relatam que vêm perdendo o medo, ficando mais tranquilos, principalmente por conta do andamento dos processos de tombamento e de regularização fundiária (Quadro 09). Quanto à tranquilidade, os moradores até apontam que “[...] a gente tem ainda algumas questões, mas tá bem mais tranquilo do que antes” (Entrevista de Leticia, 2022), o que contribuiu para que fossem “*perdendo mais o medo, né? Saber que tem gente pra nos ajudar, né? Porque quando a gente tava só não sabia o que fazer*” (Entrevista de Lourdes, 2022). Em Espinosa, o medo é uma tristeza instável, que aparece em conjunto com a esperança, ambos caracterizados pela instabilidade e pela dúvida; com efeito, se há medo, há também a esperança de que este medo seja suprimido (BRANDÃO, 2012).

Quadro 09 - Percepção de como a situação está agora (Resistência)

Percepções
Tranquilidade (08)*, Andamento dos processos (08) e Perder medo (03).

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

*Os números estão relacionados à quantidade de entrevistas em que o elemento apareceu; na mesma entrevista de um participante, podem aparecer diversos elementos apontados no quadro.

Essas percepções atuais de tranquilidade e segurança se dão, principalmente por conta dos processos em andamento, como o Tombamento Municipal da comunidade, avaliado pela Secretaria de Cultura de Fortaleza, e o Plano Integrado de Regularização Fundiária, sob responsabilidade do Instituto de Planejamento de Fortaleza. Como relata Josué, *“Atualmente a gente pode se sentir um pouco mais seguro, devido a como está o andamento na justiça e com isso a gente já fica um pouco mais tranquilo, não totalmente, mas é um pouco mais seguro a mais que a gente tem aqui na vila”* (Entrevista de Josué, 2022). Ressalta, no entanto, que são sensações instáveis de tranquilidade e de segurança, uma vez que os processos, embora em andamento, têm sido desenvolvidos de modo demorado, como aponta Socorro:

Eu consegui, com ajuda de muitos, com a mão do grupo da resistência, e lutamos há seis anos por essas regularizações que ainda não saíram, né? O tombamento tá provisório, e a regularização como ZEIS, apesar do PIRF tá pronto, mas ainda tem que caminhar um bocado pra gente conseguir chegar na vitória final da posse da vila (Entrevista de Socorro, 2022).

Assim como os resistentes, os moradores “não-resistentes” percebem o viver sob ameaça de desapropriação, majoritariamente, de modo despotencializador, como mostra o Quadro 10. Dentre os elementos que mais se destacaram, observa-se “Acusações/Divergências” (4), “Difícil” (2), “Ruim” (2) e “Horível” (2). Diferentemente do grupo da Resistência, cuja imagem afetiva de despotencializadora de destaque foi a Insegurança, entre os moradores “não-resistentes”, a imagem que se destaca é a de Destruição, expressas principalmente pelas palavras “Acusações/Divergência”. A imagem afetiva de Destruição, assim como a imagem de Insegurança, expressa o adoecimento das relações de convivência, podendo gerar as sensações de sufoco, solidão e desamparado, que caracterizam, principalmente, as grandes cidades (BOMFIM; FEITOSA; FARIAS, 2018).

Quadro 10 - Percepção do período de ameaças de desapropriação (“Não-resistentes”)

Percepções Potencializadoras	Percepções Despotencializadoras
Deu tudo certo (2)*, Calmo (01).	Acusações/Divergências (4), Difícil (2), Ruim (2), Horrível (2), Chato (01), Abalada (01), Sofrimento (01), Nervosa (01), Passar mal (01), Triste (01), Medo (01), Tumultuado (01), Desabrigado (01).

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

*Os números estão relacionados à quantidade de entrevistas em que o elemento apareceu; na mesma entrevista de um participante, podem aparecer diversos elementos apontados no quadro.

Desse lado da história, os moradores apontam que o desgaste com a moradia na Vila se deu, principalmente, pelas acusações que sofreram, sendo vistos como “*os traíras que queriam vender a Vila*” (Entrevista de Sabrina, 2022). Então, “[...] *na época foi meio chato,tava bem ruim de viver morando aqui, por causa desses problemas que tava tendo com alguns morador, né? O morador chama a gente de traíra, saindo dizendo que a gente era traidor*” (Entrevista de Américo, 2022). Joana também relata que o período tem sido “[...] *triste porque me colocaram como o bicho, eu era aquela pessoa que tava lá assinando papel pra ser vendida a vila, onde eu nunca fiz isso, certo?*” (Entrevista de Joana, 2022).

Sete moradores relatam que, de fato, pensaram em negociar suas casas, o que aumentou os tumultos e atritos. Porém, tal iniciativa se deu, segundo os relatos, pelo medo de ficarem desabrigados, mas não porque não gostavam da Vila: “*Queria vender minha casa pra comprar outra aqui por perto [...] Num é querer sair daqui. Quem é que quer sair daqui? Que sair dessa vila é meio complicado, porque aqui é um lugar bom de se viver*” (Entrevista de Américo, 2022). Nessa fala é possível compreender a dimensão afetiva e identitária da vinculação com o lugar, visto que moradores esperavam manter relações com a comunidade, mesmo com a distância entre o bairro e a nova habitação. Nota-se que, como afirmam Esteves e Cohen (2021), mais do que ter a propriedade de um espaço, o pertencimento é se sentir parte de um lugar.

As negociações foram apontadas, portanto, como uma forma de ter a segurança de que não ficariam desamparados e, principalmente, teriam um lugar com a titularidade de posse. A este respeito, Sabrina relata que

Foi um pouco tumultuado, porque veio a negociação, eu queria negociar, não vou mentir, queria, que eu queria ter um canto, o meu mesmo, comprado com o meu dinheiro. [...] Antigamente, era um local bom, com os vizinhos, os moradores, a gente se dava bem, falava com todo mundo, hoje em dia não, ficou o lado de lá e o lado de cá, a gente não é mais bem visto aqui, porque queria negociar, então tudo o que se acontecesse aqui na vila a gente não sabe, porque... houve uma separação. (entrevista de Sabrina, 2022).

Percebe-se que é a condição irregular das moradias na comunidade que faz muitos moradores considerarem a permanência no local como sinônimo de incerteza e insegurança, pois, devido aos interesses imobiliários, um novo projeto poderia ocorrer. A realocação a um conjunto habitacional para esses moradores mostra-se como uma garantia de evitar um processo semelhante ou até mais violento que esse no futuro (ESTEVES; COHEN, 2021).

Quanto aos aspectos positivos, expressos pelos elementos “Deu certo” e “Calmo”, presentes em três entrevistas, estes aparecem de modo ambíguo, configurando uma imagem de Contraste. Pelo relato das moradoras, há a percepção de que o período foi “difícil” e “tenso”, gerando sensações ruins, mas que agora está “calmo”, pois “deu certo”, conforme se pode ver nos relatos de Maria Moreira e Jaqueline: *“Eu fiquei muito nervosa, ainda passei mal ainda aí, né? mas graças a Deus já acabou, né? Tá calmo, graças a Deus”* (Entrevista de Jaqueline); e *“Foi um momento muito tenso, um momento de grande dificuldade, o qual tivemos muito medo, né? Dessa desapropriação, mas graças a Deus que tudo deu certo”* (Entrevista de Maria Moreira). Assim como observado entre os moradores da Resistência, acredita-se que essa percepção potencializadora deve-se ao período atual de maior estabilidade entre as relações comunitárias e, principalmente, pela diminuição das ameaças de desapropriação, em decorrência do andamento dos processos de tombamento patrimonial e de regularização fundiária.

5.5 O que dizem os números sobre a relação morador-Vila Vicentina

Para o desenvolvimento desta seção, utilizou-se, principalmente, os dados obtidos pela Escala Estima de Lugar e o Índice de Sentido de Comunidade. A discussão dos resultados é amparada nos relatos das entrevistas, de modo a contextualizar os indicadores numéricos com as experiências subjetivas dos moradores.

Inicialmente, os moradores apresentaram dificuldades para responder às escalas, pois não sabiam como pontuar o grau de concordância em relação aos itens. Então os itens foram lidos, um a um, para os moradores, seguidos pela instrução: “Que nota a senhora dá a

essa afirmação? A nota um se senhora discorda totalmente; a nota dois se a senhora discorda, mas não muito disso; a nota três se a senhora nem discorda nem concorda....”. Esse processo, inclusive, possibilitou que outras informações fossem obtidas, uma vez que, logo após a leitura do item, o morador relatava alguma vivência na comunidade para explicitar a afirmativa para qual atribuía uma nota, fato que também aconteceu na pesquisa anterior (PACHECO, 2018).

Na Escala de Estima de Lugar, componente complementar do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos, os indicadores afetivos das imagens de Agradabilidade e Pertencimento convergem para a construção de um fator de Estima de Lugar Potencializadora; e as imagens de Destruição e Insegurança, para um fator de Estima de Lugar Despotencializadora (BOMFIM *et al.*, 2014). Após análise, se o número resultante for acima de zero, a estima é potencializadora; por outro lado, se o número estiver abaixo de zero, a estima é despotencializadora.

Como mostra o Quadro 11, de modo geral, todos os moradores, de ambos os lados, apresentam uma média de Índice de Estima de Lugar (IEL) próxima (32,2 para o grupo de Resistência e 32,3 para os moradores “não-resistentes”), ambas potencializadoras. Embora a diferença entre as médias seja baixa (0,1), surpreende-se, em um primeiro momento, que a estima dos “não-resistentes” seja maior. Ao notar esse resultado, recordou-se que, dentre os identificados como “não-resistentes”, há três moradoras (Alba, Carla e Jaqueline) que, embora ainda não sejam identificadas como “resistentes” pelos próprios moradores resistentes, estão se aproximando do grupo Resistência Vila Vicentina. Com isso, a média foi calculada novamente, desconsiderando os resultados das três, obtendo o IEL igual a 26,14.

Especificamente em relação aos moradores da Resistência, todos apresentam um índice de estima de lugar potencializador, sendo o mais baixo o de Cláudia. No caso de Cláudia, acredita-se que o distanciamento das atividades desenvolvidas na comunidade pode ter contribuído para a diminuição do índice, já que a moradora relata que “*Poucas vezes eu fui para a reunião, somente*” (Entrevista de Cláudia, 2022). Observou-se, anteriormente, que a participação em atividades comunitárias repercute em um maior índice de estima potencializadora, contribuindo para um maior engajamento, fortalecimento de vínculos e a integração dos moradores à luta de outras comunidades que também sofrem com as desigualdades. Consequentemente, percebeu-se uma relação com os processos de transformação da consciência, cujos índices mais elevados de estima de lugar estavam relacionados aos moradores que apresentavam consciência crítica-reflexiva, que expressa pela

profundidade na análise dos problemas, em que os sujeitos dispõem-se sempre a revisões, despindo-se de preconceitos a fim de evitar deformações (PACHECO; BOMFIM, 2022).

Quadro 11 - Índice de Estima de Lugar (IEL)

RESISTÊNCIA			NÃO-RESISTÊNCIA		
Identificação	IEL	Estima de Lugar	Identificação	IEL	Estima de Lugar
Amanda	38	Potencializadora	Alba	53	Potencializadora*
Beta	44	Potencializadora	Américo	41	Potencializadora
Cláudia	09	Potencializadora	Bribola	12	Potencializadora
Cristina	50	Potencializadora	Carla	45	Potencializadora*
Girassol	45	Potencializadora	Renato	26	Potencializadora
Josué	28	Potencializadora	Grilo	41	Potencializadora
Letícia	43	Potencializadora	Jaqueline	45	Potencializadora*
Lindalva	39	Potencializadora	Joana	-3	Despotencializadora
Lourdes	33	Potencializadora	Maria Moreira	39	Potencializadora
Mabel	37	Potencializadora	Sabrina	24	Potencializadora
Maria	26	Potencializadora	*Moradores que, embora identificados ainda como “não-resistentes”, estão se aproximando do Grupo de Resistência. Desconsiderando os valores do IEL delas, a média de estima de lugar dos “não-resistentes” é 26,14.		
Rosana	38	Potencializadora			
Sandra	38	Potencializadora			
Sara	24	Potencializadora			
Socorro	35	Potencializadora			
Média do IEL	32,2	Potencializadora			

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2022).

Quanto aos moradores “não-resistentes”, observa-se também que a maioria (09) apresenta uma estima potencializadora. Tem-se que, mesmo que os moradores “não-resistentes” não participem das atividades comunitárias de resistência à desapropriação, eles ainda têm uma avaliação potencializadora em relação à Vila, com exceção de Joana, cuja estima apresenta-se despotencializadora. Neste caso, em seus relatos, há o sentimento de tristeza ocasionado, principalmente, pelas acusações de que ela estava entre as pessoas responsáveis pelas negociações das casas: “[...] me colocaram como o bicho, eu era aquela pessoa que tava lá assinando papel pra ser vendida a vila, onde eu nunca fiz isso, certo? [...] Foi pesado. Eu

nunca pensei na vida de passar por aquilo e nem quero nunca mais na vida, porque foi triste” (Entrevista de Joana, 2022). Além disso, a moradora relata que sua permanência, mesmo gostando e desejando permanecer na Vila, depende da decisão de um parente: *“meus meninos dizem assim ‘Mãe, a senhora vive em cima do muro [...] porque se o XXX dizer sim, a senhora diz sim, se o XXX dizer não, a senhora tem que dizer não”* (Entrevista de Joana, 2022).

Atentando-se para os maiores índices de estima de lugar, percebe-se que os valores são referentes às moradoras que, nos últimos meses, vêm se aproximando do grupo da Resistência (Alba, IEL 53; Carla, IEL 45; e Jaqueline, IEL 45), como afirma uma moradora: *“Eu tô participando. Essa participação que a gente dá uma pequena contribuição, né? Pra ajudar a manter a limpeza, né? Que eles cuidam muito bem, né?”* (Entrevista de Alba, 2022). Pontua-se, no entanto, que essa aproximação ainda é incipiente, muito mais relacionada ao pagamento de uma taxa para a manutenção dos espaços do que à participação nas atividades comunitárias de lutas - questões que serão discutidas no capítulo seguinte -; mas que, ainda assim, pode ter contribuído para o aumento da estima pela comunidade.

Aprofundando a análise da pontuação na Escala de Estima de Lugar, desejou-se compreender quais foram os itens com maior grau de concordância entre os moradores da comunidade. Desse modo, nos Quadro 12 e Quadro 13, são apresentadas todas as afirmativas da escala, distribuídas nos Fatores I (Estima de Lugar Potencializadora) e Fator II (Estima de Lugar Despotencializadora), seguidos pelo total de score brutos, a média e o desvio padrão.

Conforme mostra o Quadro 12, todos os itens de maiores pontuações estão relacionados à estima potencializadora, correspondentes à imagem de Pertencimento, destacando-se as afirmativas “20. Me sinto identificado com ele” e “39. Defenderia se necessário”, que indicam uma forte vinculação e identificação dos moradores com o lugar, o qual pode ser considerado como parte integrante da identidade pessoal, contribuindo para a mobilização em defesa da comunidade (BOMFIM *et al.*, 2014). No estudo de 2018, os resultados apontaram que, entre os seis (06) itens mais pontuados, quatro correspondiam à imagem de Pertencimento e dois à imagem de Agradabilidade, sendo eles “20. Me sinto identificado com ele”; “26. Tenho prazer”; “32. Amo”; “35. Tem tudo a ver comigo”; “39. Defenderia se necessário”; e “41. Me sinto apegado” (PACHECO, 2018). Com isso, percebe-se um aumento da concordância em relação ao pertencimento à comunidade.

Quadro 12 - Itens mais pontuados na EEL (Resistência)

Fatores	Itens (Score bruto; Média; Desvio Padrão)
<p>Fator I (Estima Potencializadora)</p>	<p>20. Me sinto identificado com ele. (75; 4,6; 0,0) 39. Defenderia se necessário. (75; 4,6; 0,0) 5. Não trocaria por nada. (74; 4,6; 0,2) 6. Considero parte da minha história. (73; 4,5; 0,3) 19. Se não estou nele, quero voltar. (73; 4,5; 0,3) 35. Tem tudo a ver comigo. (73; 4,5; 0,3) 25. As coisas que acontecem nele são importantes para mim. (72; 4,4; 0,5) 32. Amo. (72; 4,4; 0,5) 41. Me sinto apegado. (72; 4,4; 0,5) 26. Tenho prazer. (71; 4,4; 0,6) 27. É atraente para mim. (70; 4,3; 0,8) 29. Me deixa orgulhoso. (69; 4,2; 1,1) 21. Admiro por sua beleza. (69; 4,2; 0,8) 23. Sinto que faço parte. (67; 4,1; 1,4) 1. Considero como algo meu. (62; 3,8; 1,1) 34. Me divirto. (61; 3,7; 1,5) 16. Tenho oportunidades. (58; 3,5; 1,6)</p>
<p>Fator II (Estima Despotencializadora)</p>	<p>33. Devo estar alerta. (63; 3,8; 0,8) 8. Desconfio das pessoas. (52; 3,2; 1,1) 40. Tudo pode acontecer. (52; 3,1; 1,3) 10. Há riscos. (41; 2,4; 1,6) 37. Tenho a sensação de que algo ruim pode acontecer. (41; 2,6; 1,4) 18. Com estruturas precárias. (29; 1,8; 0,9) 30. Me sinto inseguro. (29; 1,8; 1,1) 11. Sinto medo. (28; 1,7; 1,3) 15. Me indigna. (26; 1,6; 1,3) 2. Está poluído. (25; 1,6; 0,6) 38. Há sujeira. (25; 1,6; 1,1) 36. Está destruído. (24; 1,5; 1,0) 13. O perigo é constante. (23; 1,4; 0,9) 3. Tenho a sensação de que estou desamparado. (21; 1,3; 0,9) 17. Me sinto tranquilo. (20; 1,2; 0,8)* 28. Sinto que estou desprotegido. (20; 1,2; 0,8) 7. Parece abandonado. (19; 1,2; 0,4) 4. Me sinto sossegado. (19; 1,2; 0,59)* 22. Me deixa com raiva. (19; 1,2; 0,7) 14. Acho feio. (18; 1,1; 0,4) 24. Me sinto sufocado. (18; 1,1; 0,5) 9. Me envergonha. (16; 1,0; 0,2) 12. É ruim. (16; 1,0; 0,2) 31. É desprezível. (15; 1,0; 0)</p>

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2022).

*Originalmente, os itens 4 (Me sinto sossegado) e 17 (Me sinto tranquilo) pertenciam ao fator correspondente à estima de lugar potencializadora. No entanto, conforme a análise fatorial, os itens obtiveram saturação negativa no fator correspondente à estima de lugar despotencializadora (BOMFIM *et al.*, 2014).

Quanto aos indicadores da estima despotencializadora, todos os cinco itens mais pontuados estão relacionados à imagem de Insegurança (“33. Devo estar alerta”; “8. Desconfio das pessoas”; “40. Tudo pode acontecer”; “10. Há riscos”; e “37. Tenho a sensação de que algo ruim pode acontecer”), indicadores que apontam para a incerteza quanto à permanência dos moradores no lugar e à instabilidade nas relações comunitárias. Em 2018, os itens mais pontuados foram “33. Devo estar alerta”; “40. Tudo pode acontecer”; “37. Tenho a sensação de que algo ruim pode acontecer”; “36. Está destruído”; e “38. Há sujeira”, sendo três referentes à imagem de Insegurança e dois à Destruição.

Nesse caso, observa-se a substituição dos itens de Destruição (36 e 38) por itens de Insegurança, acrescentando, inclusive a instabilidade nas relações comunitárias (item 8). O que se pode inferir, considerando o momento atual da comunidade, é que, por conta das atividades de reconstrução das casas, os mutirões de limpeza e o andamento dos processos de tombamento e de regularização fundiária, os aspectos físicos da comunidade melhoraram, afastando-se das imagens de casas destelhadas e/ou demolidas, cujos entulhos, por medida judicial, não podiam ser retirados à época. Para as pessoas que permaneciam no Tabor nesse período foi um momento difícil, especialmente pela aparência destruída que o bairro assumiu, com escombros e entulho pelo caminho (ESTEVES; COHEN, 2021).

Em relação aos moradores “não-resistentes”, conforme mostra o Quadro 13, considerando o fator potencializador, observa-se que, entre os cinco itens mais pontuados, três pertencem à imagem de Agradabilidade (“27. É atraente para mim”; “26. Tenho prazer”; e “25. As coisas que acontecem nele são importantes para mim”) e dois à imagem de Pertencimento (“6. Considero parte da minha história”; e “20. Me sinto identificado com ele”), que indicam uma avaliação positiva dos espaços físicos da comunidade, identificando-se com ela por fazer parte de sua história. Neste caso, a qualidade da estima dos moradores “não-resistentes” diferencia-se em relação aos do grupo da Resistência por aqueles apresentarem menor concordância com os itens “39. Defenderia se necessário”; “5. Não trocaria por nada”; e “19. Se não estou nele, quero voltar”; inferindo-se que tais resultados mostram-se coerentes com os dados das entrevistas, uma vez que, por devidas circunstâncias, os moradores “não-resistentes” cogitaram negociar suas casas.

Quadro 13 - Itens mais pontuados na EEL (Não-Resistência)

Fatores	Itens (Score bruto; Média; Desvio Padrão)
<p>Fator I (Estima Potencializadora)</p>	<p>6. Considero parte da minha história. (49; 4,9; 0,3) 27. É atraente para mim. (48; 4,8; 0,6) 20. Me sinto identificado com ele. (46; 4,6; 1,2) 26. Tenho prazer. (46; 4,6; 0,8) 25. As coisas que acontecem nele são importantes para mim. (46; 4,6; 0,8)</p> <p>23. Sinto que faço parte. (45; 4,5; 0,9) 32. Amo. (45; 4,5; 0,9) 39. Defenderia se necessário. (45; 4,5; 1,2) 41. Me sinto apegado. (44; 4,4; 1,3) 35. Tem tudo a ver comigo. (43; 4,3; 1,2) 29. Me deixa orgulhoso. (42; 4,2; 1,3) 21. Admiro por sua beleza. (41; 4,1; 1,1) 16. Tenho oportunidades. (40; 4,0; 1,3) 19. Se não estou nele, quero voltar. (39; 3,9; 1,8) 1. Considero como algo meu. (34; 3,4; 1,5) 5. Não trocaria por nada. (31; 3,1; 1,7) 34. Me divirto. (28; 2,8; 1,3)</p>
<p>Fator II (Estima Despotencializadora)</p>	<p>37. Tenho a sensação de que algo ruim pode acontecer. (32; 3,2; 1,9) 33. Devo estar alerta. (31; 3,1; 1,9) 8. Desconfio das pessoas. (28; 2,8; 1,4) 3. Tenho a sensação de que estou desamparado. (21; 2,1; 1,2) 18. Com estruturas precárias. (18; 1,8; 1,1) 40. Tudo pode acontecer. (18; 1,8; 1,4)</p> <p>38. Há sujeira. (17; 1,7; 1,0) 2. Está poluído. (16; 1,6; 1,2) 4. Me sinto sossegado. (15; 1,5; 1,2)* 7. Parece abandonado. (15; 1,5; 1,0) 14. Acho feio. (15; 1,5; 0,8) 10. Há riscos. (14; 1,4; 0,8) 24. Me sinto sufocado. (14; 1,4; 0,9) 28. Sinto que estou desprotegido. (14; 1,4; 0,7) 36. Está destruído. (14; 1,4; 0,6) 11. Sinto medo. (13; 1,3; 1,6) 22. Me deixa com raiva. (13; 1,3; 0,6) 13. O perigo é constante. (12; 1,2; 0,6) 9. Me envergonha. (12; 1,2; 0,6) 15. Me indigna. (12; 1,2; 0,6) 17. Me sinto tranquilo. (12; 1,2; 0,6)* 30. Me sinto inseguro. (12; 1,2; 0,6) 12. É ruim. (11; 1,1; 0,3) 31. É desprezível. (10,0; 1,0; 0)</p>

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2022).

*Originalmente, os itens 4 (Me sinto sossegado) e 17 (Me sinto tranquilo) pertenciam ao fator correspondente à estima de lugar potencializadora. No entanto, conforme a análise fatorial, os itens obtiveram saturação negativa no fator correspondente à estima de lugar despotencializadora (BOMFIM et al., 2014).

Quanto ao fator de estima de lugar despotencializadora, cinco dos seis itens de maior concordância estão relacionados à imagem de Insegurança (“37. Tenho a sensação de que algo ruim pode acontecer”; “33. Devo estar alerta”; “8. Desconfio das pessoas”; “3. Tenho a sensação de que estou desamparado”; e “40. Tudo pode acontecer”), que revelam a sensação de incerteza quanto ao que ainda pode acontecer com a Vila e o desamparo em decorrência da fragilidade dos laços comunitários. Somente um item da imagem de Destruição destacou-se (“18. Com estruturas precárias”), que pode estar relacionado ao fato de que, pela incerteza quanto à permanência, estes moradores não estejam fazendo reparos em suas casas. Infelizmente, não há estudos anteriores com os moradores “não-resistentes” utilizando a Escala de Estima de Lugar para que seja possível realizar as comparações entre as percepções referentes ao auge dos conflitos com demolições das casas e atualmente com a diminuição das ameaças e reconstrução dos espaços.

Há uma relação intrínseca entre a comunidade e o sentido de comunidade (MONTERO, 2004), que se refere-se ao “[..] sentimento de que fazemos parte de uma rede de relacionamento de suporte mútuo, sempre disponível e da qual podemos depender” (SARASON, 1974, p. 1). Com efeito, os moradores se sentem pertencentes a um determinado lugar, fazendo parte de um grupo de pessoas, onde todos têm importância uns para os outros, compartilham crenças, costumes e hábitos e, em consequência dessa convivência, sentem-se protegidos e consideram que suas necessidades são atendidas (MCMILLAN; CHAVIS, 1986). Tendo isso em vista, o Índice de Sentido de Comunidade também foi aplicado com os moradores participantes da pesquisa.

O sentido comunidade diz respeito ao modo como observa-se no Quadro 14, a média do Índice de Sentido de Comunidade é maior para os moradores resistentes (34,6), em comparação aos moradores “não-resistentes” (29,8). Considerando a subtração das pontuações referentes às três moradoras que estão se aproximando do grupo Resistência Vila Vicentina, a média praticamente não se altera, totalizando 29,7. É importante destacar que o sentido de comunidade está relacionado ao bem-estar pessoal (NEPOMUCENO *et al.*, 2017), com efeito, quanto maior é o sentido de comunidade, maior será a participação dos membros em questões relacionadas à comunidade, resultando em maior suporte social, maior satisfação e qualidade de vida, auxiliando na proteção da saúde biopsicossocial (ELVAS; MONIZ, 2010).

Quadro 14 - Índice de Sentido de Comunidade (ISC)

RESISTÊNCIA		NÃO-RESISTÊNCIA	
Identificação	SdC	Identificação	SdC
Amanda	36	Alba	36*
Beta	35	Américo	32
Cláudia	32	Bribola	29
Cristina	34	Carla	26*
Girassol	39	Grilo	30
Josué	32	Jaqueline	28*
Letícia	33	Joana	23
Lindalva	29	Renato	31
Lourdes	36	Maria Moreira	38
Mabel	38	Sabrina	25
Maria	30	*Moradores que, embora identificados ainda como “não-resistentes”, estão se aproximando do Grupo de Resistência.	
Rosana	39		
Sandra	33		
Sara	40		
Socorro	33		
Média do SdC	34,6	Média do ISdC	29,8

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2022).

Para entender melhor esses resultados, analisou-se os níveis de concordância atribuídos aos itens do Índice de Sentido de Comunidade. Este apresenta quatro importantes componentes, com os quais é possível compreender a dinâmica da comunidade, a saber, filiação como membro, influência, integração e satisfação das necessidades e conexão emocional compartilhada (MCMILLAN; CHAVIS, 1986), os quais originam fatores avaliados pela escala. O Quadro 15 mostra a média do nível de concordância dos moradores em relação aos quatro componentes.

Quadro 15 - Média dos elementos do Índice de Sentido de Comunidade

RESISTÊNCIA		NÃO-RESISTÊNCIA	
Elementos	Média	Elementos	Média
Filiação	10,8	Filiação	10,5
Influência	6,8	Influência	3,8
Conexão Emocional	9,2	Conexão Emocional	8,9
Integração e Satisfação das Necessidades	7,6	Integração e Satisfação das Necessidades	6,6

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2022).

No que tange à Filiação, o indivíduo se sente pertencente ou compartilha um sentimento pessoal com um grupo (MCMILLAN; CHAVIS, 1986), apresentando identificação uns com os outros e compartilhando um sistema simbólico com quem pertencente ou não à comunidade. Neste elemento, observa-se que, em ambos os grupos, há um elevado nível de concordância (10,8 para os resistentes; e 10,5 para os “não-resistentes”), mostrando-se coerente com os resultados da Escala de Estima de Lugar e da análise das entrevistas.

A segunda maior média em ambos os grupos é referente à Conexão Emocional (9,2 para os resistentes; e 8,9 para os não resistentes). Este elemento se caracteriza pela partilha de compromissos, crenças e costumes, e lembranças coletivas, pelas quais “[...] os membros compartilharão a história da comunidade, tempos juntos e experiências semelhantes” (MCMILLAN; CHAVIS, 1986, p.9). Tais resultados podem ser explicados pela história de chegada de cada morador à comunidade, bem como os sistemas de regras que compartilham desde o ingresso à Vila.

O elemento Integração e Satisfação das Necessidades é o que apresenta o terceiro maior nível de concordância (7,6 para os resistentes; e 6,6 para os “não-resistentes”). Este elemento diz respeito ao fato de que, na comunidade, os moradores podem sentir que suas necessidades são atendidas, a partir da integração, reconhecimento e articulação entre os moradores (MCMILLAN; CHAVIS, 1986). Acredita-se que a diminuição de concordância no elemento de Integração e Satisfação das Necessidades, principalmente em relação aos moradores “não-resistentes”, decorra da instabilidade de permanência na comunidade que gerou a fragmentação das relações, diminuição do investimento na transformação dos espaços e no uso dos lugares comuns, como observou-se na análise das entrevistas: “A igreja é pra ser

liberada pra qualquer um, mas não é. A igreja proibiu, hoje, se você quiser rezar na igreja, não pode, aí só se pedir autorização do pessoal que manda aí, que toma conta, né?” (Entrevista de Renato, 2022).

Por fim, o elemento menos pontuado foi o de Influência (6,8 para os resistentes; e 3,8 para os “não-resistentes”), caracterizado pela percepção dos moradores de que são importantes no grupo, de que fazem diferença no contexto comunitário e pode influenciar nas decisões do grupo, sentindo-se capazes de interferir na dinâmica da comunidade (MCMILLAN; CHAVIS, 1986). Neste elemento, o menor nível de concordância é também entre os moradores “não-resistentes”. Acredita-se que a baixa pontuação na Influência decorra, principalmente, do controle exercido pelos moradores do grupo Resistência Vila Vicentina, que tem reorganizado os espaços da comunidade, estabelecidos novas regras e, em determinadas situações, afastando os demais moradores da tomada de decisões coletivas, com o receio de que os “não-resistentes” possam captar informações e utilizá-las de modo a prejudicar a permanência da comunidade, como relata uma moradora resistente “[...] *é nesse outro grupo da resistência, que é mais secreto, é entre a gente, porque a gente não tem aquela confiança ainda totalmente, né? De botar uma pessoa estranha e passar outras informações, né? Ainda tem esse cuidado, né?*” (Entrevista de Lourdes, 2022). A percepção é de que os moradores resistentes “[...] *têm a opinião deles, eles não aceitam a opinião da gente*” (Entrevista de Sabrina, 2022); e que são eles, resistentes, que mandam nos espaços da Vila, como apontado no elemento anterior a partir do relato de Renato.

6 ESTUDO III: PROCESSOS GRUPAIS E AS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DA (NÃO) RESISTÊNCIA À DESAPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

Este estudo é delineado a partir do terceiro objetivo específico, que consiste em compreender as organizações grupais de (não) resistência à desapropriação do espaço e as suas implicações psicossociais no cotidiano comunitário. Na pesquisa de mestrado, entre os fatores apontados como os que mais entristecem os moradores no contexto de desapropriação, destacou-se a fragmentação dos vínculos comunitários. Sobre este ponto, observou-se um clima de instabilidade, caracterizado pela fofoca, insegurança, falta de confiança e agressões verbais entre os moradores (PACHECO, 2018). No entanto, essas percepções estavam restritas aos moradores que fazem parte do grupo Resistência Vila Vicentina. Tendo isso em vista, a importância desse estudo, portanto, está na análise da integralidade, a partir da dialética das relações comunitárias, de como os moradores têm se organizado em grupos dentro da Vila, de que maneira têm participado desses grupos e como isso repercute na relação com o espaço físico, afetivo e simbólico da comunidade em contexto de desapropriação.

Para o desenvolvimento deste capítulo, utilizou-se das informações levantadas pela observação participante, diário de campo e entrevistas semiestruturadas. A apresentação dos resultados e discussões foi organizada em três seções principais, a saber, *I) (Não)Resistir: os discursos sobre as decisões de (não)permanecer na comunidade*, que discute as percepções e as motivações que os moradores resistentes atribuíram aos “não-resistentes” sobre o período de negociações das casas, bem como apresenta, de fato, o que estes últimos pensavam e sentiam à época; *II) Formação e processualidade dos grupos*, subseção voltada para a compreensão da constituição dos processos grupais na Vila, com suas identidades, atividades e relações de poder; e, por fim, *III) Relações comunitárias em contexto de desapropriação do espaço*, que enfatiza a compreensão das relações estabelecidas entre todos os moradores da comunidade, bem como as relações internas de cada subgrupo.

6.1 (Não)Resistir: os discursos sobre as decisões de (não)permanecer na comunidade

No diagnóstico realizado pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), 58% dos entrevistados afirmaram que iniciaram as negociações de suas casas, sendo que 27,27% desses ainda afirmaram que continuam com interesse na negociação (IPLANFOR, 2020). Ainda, alguns moradores expressaram a vontade de sair da comunidade,

antes mesmo de saberem sobre a ZEIS, tendo essa vontade aumentada por conta das demolições ocorridas, que geraram ainda mais as rupturas dos laços e levantaram preocupações sobre a falta de confiança entre os moradores (IFCE, 2020).

Em pesquisa anterior, observou-se, nas falas dos moradores resistentes, que o lado “não-resistente” aceita as negociações por medo de perder a moradia ou com a esperança de ganhar uma boa indenização, ou por serem “fracos” e “traíras” (PACHECO, 2018; ROCHA, 2021). Nessa seção, acredita-se alcançar o entendimento socioafetivo dos discursos de todos os moradores, compreendendo a não-resistência distante de um processo de culpabilização por suas decisões, uma vez que suas posições parecem estar atreladas a fatores ideológicos e políticos, transformando-os em agentes passivos diante do processo de desapropriação.

Como pontapé inicial, realizou-se a seguinte pergunta: “Por que você acha que os moradores ‘não-resistentes’ cogitaram sair da Vila?” Os resultados e as discussões são apresentados em duas subseções: I) “*Eles tão visando mais é o dinheiro*”, que discute sobre o olhar da Resistência Vila Vicentina a respeito das decisões dos moradores que não se vincularam à luta de resistência; e II) “*É a história de eu achar que eu não tenho direito*”, abordando os impasses vividos pelos “não-resistentes” quanto às decisões de ficar ou partir da comunidade.

6.1.1 “*Eles tão visando mais é o dinheiro*”

Durante os primeiros anos de inserção em campo (2016 - 2017), comumente ouvia-se os relatos dos membros do grupo Resistência Vila Vicentina sobre as motivações dos moradores “não-resistentes” quanto às negociações de suas casas. De modo geral, apontavam que o “outro lado” parecia não gostar da Vila, pois eram fracos e aceitavam as negociações. Tendo isso em vista, buscou-se apreender de modo mais sistemático o olhar da Resistência Vila Vicentina sobre as posições do outro lado, questionando-os “O que você acha que fez com que os moradores que não são da Resistência cogitassem negociar suas casas?”.

Conforme observa-se no Quadro 16, dentre os motivos que os moradores da Resistência atribuem para que os “não-resistentes” desejem sair da Vila, destacam-se o “Dinheiro” (05) e a busca por “Melhor moradia” (02). Quanto ao dinheiro, Leticia relata: “*Eu acho que por dinheiro, mesmo. [...] Sinceramente, eu não entendo, porque a vila é um canto muito tranquilo e eles queriam, não sei, por uma casa maior, mais bonita, mais chique, eu não sei*” (Entrevista de Leticia, 2022). Outra moradora aponta: “*Se ela tá interessada em sair daqui*

porque ela visa só um lucro, naquele momento, um dinheiro específico, [...] eles tão visando mais é o dinheiro, [...] só vejo o lado financeiro nisso aí” (Entrevista de Rosana, 2022).

Quadro 16 - Motivos atribuídos pela Resistência

Motivos para sair da Vila
Dinheiro (05)*, Melhor moradia (02), Não gostar da Vila (01), Ameaçado (01), Falta de caráter (01),

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

*Os números estão relacionados à quantidade de entrevistas em que o elemento apareceu; na mesma entrevista de um participante, podem aparecer diversos elementos apontados no quadro.

Também há relatos sobre a decisão ser pautada não necessariamente pelo dinheiro, mas pela falta de afetos potencializadores pela comunidade, *“Na minha opinião, se eles querem vender é porque eles não gosta daqui. Porque quando, se você gosta de morar num lugar tranquilo, sossegado, que você gosta, dinheiro nenhum compra sua casinha não, sua moradia”* (Entrevista de Amanda, 2022).

Outra moradora também aponta que não é questão de dinheiro, mas falta de caráter dos moradores “não-resistentes”: *“Não é questão de dinheiro, não. É questão, mesmo assim, de que não tem mesmo aquele caráter, porque eu tiro...É questão de ganância”* (Entrevista de Lindalva, 2022). Aspectos relacionados ao processo indenizatório podem causar conflitos internos em comunidades ameaçadas de desapropriação. A perspectiva de um indivíduo com nível de pertencimento e participação social bastante alto vê o outro indivíduo que não possui implicação com o seu território como alguém sem vínculos fortes ao lugar, sendo, portanto, o recebimento da indenização visto como “ganância” e sinal de “desprezo” ao lugar.

Somente uma moradora do grupo da Resistência apontou como motivo possível para a negociação o “sentir ameaçado”, como mostra seu relato: *“Talvez ameaçado, é o que eu penso, se sentiu ameaçado, né? E aí aceitou aquele valor que ela ofereceu”* (Entrevista de Girassol, 2022). Quando se entra em contato com estudos sobre desapropriação, como o de Silva (2016), percebe-se que o medo de perder tudo o que têm e a pressão da especulação imobiliária são fatores que pesam na escolha de aceitar medidas financeiras imediatas, como é exemplificado sobre a prática dos “cheques despejos”. Nos sentimentos descritos no estudo anterior, observa-se a predominância do aspecto medo nas falas dos não-resistentes, como é observada a repetição das respostas “Tenho a sensação de que algo ruim pode acontecer.” e

“Devo estar alerta”. O sentimento de estar ameaçado pode guiar os sujeitos a buscar formas imediatistas de diminuir os impactos causados por essa ameaça, como por exemplo aderir à busca prévia pela indenização.

De modo geral, acredita-se que, em decorrência da não vinculação ao grupo de resistência, os demais moradores acabam por serem lidos como pessoas que não têm caráter, preocupadas somente pelo dinheiro que poderiam conseguir com a venda de suas casas. Em nenhum relato, embora uma moradora tenha apontado a possibilidade de a motivação ter ocorrido por conta das ameaças, observou-se uma procura por parte dos resistentes em buscar entender as motivações. Como será discutido mais adiante, acredita-se que, logo que as informações sobre determinados moradores terem vendido suas casas se espalharam, houve uma ruptura na comunidade, afastando-os do diálogo.

6.1.2 “É a história de eu achar que eu não tenho direito”

No primeiro período de inserção na comunidade, a participação do pesquisador voltou-se, principalmente, para as atividades comunitárias de resistência à desapropriação e de visibilidade da luta. Com isso, não foi possível ouvir, de fato, as motivações dos “não-resistentes” no período, também porque, em decorrência da fragmentação da comunidade, estes moradores não frequentavam os espaços onde, normalmente, ocorriam as atividades, sendo, portanto, difícil de encontrá-los à época. Neste estudo, então, preocupou-se também em compreender as motivações e os impasses em relação às negociações por parte dos “não-resistentes”.

Quando questionados “Você sente mais vontade de ficar ou de sair da Vila? Por que?”, os moradores “não-resistentes”, em sua maioria (06), apontaram que até cogitaram negociar suas casas, mas desistiram. Em relação à negociação, Alba afirma que “*Meu filho, até que passou um tempo que eu tinha vontade de sair, sabe? Mas aí, depois, eu não quis sair mais não*” (Entrevista de Alba, 2022). E outra moradora sentiu que “[...] *não dava pra nós ir*” (Entrevista de Grilo, 2022). As moradoras, em seus relatos, apontam que cogitaram, principalmente por não saberem ao certo o que estava acontecendo, porém perceberam que as negociações também eram incertas, o que fez com que cessassem as negociações.

Questionou-se também se, atualmente, desejam ficar ou partir da Vila. Sete (07) moradores afirmaram que gostariam de ficar, uma vez que “*Eu sinto bastante vontade de ficar, né? Porque é um local onde a gente se sente à vontade, tem uma boa convivência e, é... Além*

disso, também é próximo a tudo, né?” (Entrevista de Maria Moreira, 2022). Tal fala remete ao que é discutido por Giuliani (2004), que aponta que o apego ao lugar também pode ser resultado de um processo em que há consideração positiva da qualidade do local ante às necessidades do indivíduo. Nesse ponto, importa se o ambiente é capaz de dar oportunidades de satisfação e realização aos indivíduos.

Somente uma moradora verbalizou a vontade de sair: *“Dando o meu canto? É sair. Eu ia pra outro lugar”* (Entrevista de Bribola, 2022). Nesse caso, a moradora apontou como motivo para a sua saída não o fato de não amar a Vila, mas a sensação de que não tem direito à sua moradia: *“Ah, como é que ela disse que quer ir e ela ama a vila? Ela gosta da vila? Gosto de todos, mas é a história de eu achar que eu não tenho direito, de que isso aqui não é meu”* (Entrevista de Bribola, 2022). Desse modo, há afetos contrastantes na relação da moradora com a comunidade, configurando potencializadores em relação ao lugar e às pessoas que nele vivem, porém despotencializadores quanto à posse, que leva a moradora a achar que não tem direito sobre sua casa. No Quadro 17, apresenta-se os demais motivos que os moradores “não-resistentes” apontaram para as suas decisões:

Quadro 17 - Motivos para sair

Motivos para sair
Ter algo meu (03)*, Sem a posse da Vila/Sem direito (02), Medo do desabrigo (02), Conflitos interno na Vila (02), Insegurança (01) e questões familiares (02).

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

*Os números estão relacionados à quantidade de entrevistas em que o elemento apareceu; na mesma entrevista de um participante, podem aparecer diversos elementos apontados no quadro.

Dentre os motivos mais apontados pelos moradores, destaca-se o desejo de ter algo próprio, de ter a garantia jurídica de que o imóvel lhes pertence, como aparece no seguinte relato: *“não é querer ir embora, eu queria negociar [...] Pra ter um direito meu, pra comprar um canto e dizer assim “É meu!” A escritura é minha. Como eu vou provar que isso aqui é meu? Eu sei que tem gente lutando por isso aqui, mas não tem um documento”* (Entrevista de Sabrina, 2022). No mesmo sentido, atrelado à insegurança, Américo afirma:

É, rapaz, é essa questão da insegurança, né? Que querendo ou não, por mais que nós tenha nosso direito de posse [...] devido ao tempo que você tá aqui, mas qual a segurança de que você tá se você não tem o documento? né? Você tem que ter o papel

provando que aquele negócio é seu e tal, aí é nesse lado aí é que pesa em você querer negociar... (Entrevista de Américo, 2022)

Em duas entrevistas também foi apontando como motivo o medo de ser desabrigado, como mostram os relatos de Alba e Carla: *“Ah, todo mundo falava uma coisa, que iam botar todo mundo pra fora, ia ficar todo mundo sem moradia, derrubar as casas. Aí a gente fica com aquele medo”* (Entrevista de Alba, 2022); e *“No primeiro momento a gente pensou que ia ficar sem nossa... Sem nosso espaço, sem nossa casa, ficar desabrigado, é... Abalou bastante”* (Entrevista de Carla, 2022). Este relato, também, assemelha-se ao que é pontuado por Harvey (2012), sobre o pobre, em situação de insegurança de renda e frequentes dificuldades financeiras, ser persuadido facilmente a comercializar seus bens por um pagamento relativamente baixo, enquanto o caracteristicamente rico se recusa a dar seus recursos por qualquer preço oferecido.

Em duas entrevistas, as motivações para a negociação estavam relacionadas às questões familiares, tais como adoecimentos: *“É, foi, porque na época que [a moradora adoeceu], e pegou, foi muito num abalo, porque foi a doença dela, foi muito rápido, né? [...] como tava acabado com o negócio da XXXX da XXX, pra mim, sair daqui seria uma boa, né?”* (Entrevista de Renato, 2022). Por fim, também foram apontados os conflitos internos na comunidade, caracterizados pela divisão entre os moradores e acusações de traição. A esse respeito, uma moradora afirma que *“[...] nós fomos acusados de muitas coisas sem ter... Que não foi verdade, isso me fez muito... Aí eu tive vontade de sair mesmo”* (Entrevista de Grilo, 2022).

Observou-se que, em nenhum relato, houve menção às questões financeiras ou falta de bons afetos em relação aos moradores. De modo geral, a motivação mais evidente foi a insegurança quanto à permanência no lugar e o medo de ficar desabrigados. Outras questões também, para além da negociação, causaram certa influência na decisão de negociar, como as acusações e os conflitos internos entre os moradores.

6.2 Formação e processualidade dos grupos

O grupo humano pode ser definido como uma estrutura de vínculos e relações entre pessoas que canaliza, em cada circunstância, necessidades individuais e/ou interesses coletivos (MARTÍN-BARÓ, 2017). Ao realizar uma revisão de diferentes teorias sobre grupos, Lane (1984) encontrou duas grandes posições, a saber, uma tradicional, que entende o grupo em

função da definição de papéis e, por consequência, da garantia da produtividade dos indivíduos por meio da manutenção de relações harmônicas; e outra perspectiva de caráter mediador das relações entre os indivíduos e a sociedade. Nesta posição, prevalece a preocupação com o processo pelo qual o grupo se produz, considerando as determinações sociais presentes nas relações grupais (LANE, 1989).

A partir do pensamento dialético, Lane propõe algumas premissas para se conhecer o grupo. A primeira delas afirma que o significado da existência e da ação grupal só pode ser encontrado dentro de uma perspectiva histórica que considere a inserção do grupo na sociedade, com suas determinações econômicas, institucionais e ideológicas. Já a segunda premissa destaca que o próprio grupo só poderá ser conhecido enquanto um processo histórico e, sendo assim, seria mais correto referir-se a processo grupal, em vez de grupo (LANE, 1989).

Martín-Baró (2017), assim como Silvia Lane, compreende as interações de grupos como um processo, não simplesmente como grupo ou dinâmica de grupo (MARTINS, 2003). Ao falar em processo, ambos os autores consideram o grupo como uma experiência histórica, construindo-se em determinado espaço e tempo, a partir das relações cotidianas e, ao mesmo tempo, trazendo ao presente experiências gerais das contradições que emergem dos grupos sociais (MARTINS, 2003).

Para Martín-Baró (2017), há três elementos essenciais em cada grupo, a saber, a) o caráter estrutural, b) o caráter instrumental e c) as necessidades pessoais e os interesses coletivos. O caráter estrutural diz respeito a uma unidade de vínculos e relações entre pessoas, estabelecendo relações mútuas, mesmo que estas não estejam necessariamente atadas a qualquer indivíduo enquanto tal.

O caráter instrumental relaciona-se às necessidades e os interesses humanos, o que remete às circunstâncias concretas; ou seja, se os grupos existem, é porque agrupar-se é essencial para satisfazer as necessidades de seus membros. Por fim, os grupos podem canalizar tanto as necessidades pessoais quanto os interesses coletivos, articulando-as entre si. Dessa forma, todo grupo tem uma dimensão de realidade, referente aos seus membros, e outra dimensão mais estrutural, relacionada à sociedade em que é produzido, estando ambas as dimensões, pessoal e estrutural, intrinsecamente interligadas (MARTÍN-BARÓ, 2017).

Além disso, em seu modelo psicossocial de análise dos grupos, Martín-Baró (2017) postula três parâmetros essenciais, a saber, a identidade, a atividade e o poder. A identidade grupal é tomada como a resposta aos questionamentos “sobre o que é o grupo?” ou “qual é este grupo concreto?”. Quanto ao poder, este é concebido como os recursos que as pessoas possuem

que permitem conquistar ou não poder em suas relações, de acordo com a natureza de cada relação e das pessoas com quem se relacionam. Por fim, a definição de grupo deve incluir o que esse grupo faz ou realiza, ou seja, a sua atividade. Neste caso, um grupo não pode ser concebido como uma realidade estática, mas a partir do entendimento sobre o que ele produz, considerando a contribuição para os seus membros e para a sociedade em geral.

Considerando as perspectivas grupais de Lane (1984) e de Martín-Baró (2017), analisa-se a formação dos grupos na comunidade Vila Vicentina. Desse modo, resgatou-se as histórias de construção do grupo Resistência Vila Vicentina e do grupo dos “não-resistentes”. A análise foi organizada em quatro subseções, a saber, I) *“O nome já criou por ser resistência, nós queríamos ficar”*, que aborda sobre o que é o grupo Resistência Vila Vicentina; II) *“Qualquer um pode participar, desde que você queira apoiar aquela causa”*, discute-se qual o perfil de seus membros e quem pode participar; III) *“Ser Resistente” ou “Pagar a Resistência”*, tanto refere-se às atividades desenvolvidas pela Resistência quanto à aproximação dos moradores do “outro lado”; e, por fim, VI) *“Tá todo mundo é, dizer assim, cada um por si”*, na qual discute-se sobre a configuração de não-grupo dos “não-resistentes”.

6.2.1 “O nome já criou por ser resistência, nós queríamos ficar”

Para compreender como foi organizado o grupo Resistência Vila Vicentina e como se dão as relações entre os resistentes e os “não-resistentes”, é interessante retomar a noção de identidade grupal. De acordo com Martín-Baró (2017), ao se questionar sobre o que é um grupo e qual é este grupo concreto, a resposta deve revelar o caráter que define a essência de cada grupo e o que o diferencia de qualquer outro. Com isso, três aspectos conformam a identidade de um grupo, a saber, sua formalização organizativa, suas relações com outros grupos, e a consciência de seus membros. Tendo isso em vista, foi perguntado aos moradores resistentes “O que é o grupo Resistência Vila Vicentina?”, cujos principais elementos presentes nas respostas podem ser observados no Quadro 18:

Quadro 18 - O que é a Resistência

O que é a resistência
Resistência/Permanência (11)*, União (04), Divisão (04), Manutenção da comunidade (03), Informação/Conhecimento (03), Necessidade (02), Luta (02), Gostar da comunidade (01)

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

*Os números estão relacionados à quantidade de entrevistas em que o elemento apareceu; na mesma entrevista de um participante, podem aparecer diversos elementos apontados no quadro.

Em sua maioria, os moradores apontaram que o grupo de resistência se constituiu como forma de lutar pela permanência na comunidade, reunindo as famílias que não tinham interesses em negociar suas casas. Inicialmente, moravam 42 famílias na Vila, com as ameaças de desapropriação, alguns moradores negociaram e saíram das casas, fato que, posteriormente, levou à demolição de três casas e o destelhamento de outras cinco. Outros moradores não chegaram a efetivar a negociação, no entanto, também não se vincularam ao grupo de resistência que começava a se formar. Conforme uma moradora, “[...] *na verdade aqui era um grupo de 42 famílias, né? Então teve uns que optaram por sair, vender suas casas e a gente que somos da resistência hoje reunimos um grupo de umas quinze famílias, eu acho*” (Entrevista de Amanda, 2022).

Cabe destacar que o tamanho de um grupo pode ser um de seus recursos mais importantes nas relações sociais. Todavia, o valor real do número de membros na disputa social depende, por sua vez, do envolvimento dos indivíduos com o grupo, isto é, do seu compromisso grupal. Por outro lado, o poder grupal depende da identidade do grupo, o que em parte significa que depende da consciência e da identificação que os membros possuem com os objetivos grupais (MARTÍN-BARÓ, 2017). Desse modo, a comunidade começou a ser dividida em dois grupos, com tamanhos e poderes diferentes, conforme aponta uma moradora: “[...] *existe dois lados, né? Aqui existe o lado que quer sair, outros que ficar*” (Entrevista de Sandra, 2022).

A organização da Resistência deu-se aos poucos, pois os próprios moradores ainda não sabiam como lidar com as situações de ameaças. Com isso, os resistentes começaram a realizar “[...] *reuniões, a perguntar quem realmente queria permanecer aqui na vila, nas suas casinhas. Ai surgiu umas quinze a dezesseis famílias, outras não quiseram, né?*” (Entrevista de Maria, 2022). Para Rosana, quando as casas negociadas foram demolidas,

Foi aquele “Acorda, menina!”... Eles já chegaram com tudo, eles já chegaram com tudo dizendo que ia desapropriar, que “iam sair”, que ninguém não tinha direito a nada,

não sei o quê, aquele terror. E aí eu acho que os moradores meio que tomaram um susto, e ao mesmo tempo, esse susto, fez com que os moradores criassem forças (Entrevista de Rosana, 2022).

Desse modo, o grupo originou no auge do conflito fundiário, marcado pelas instabilidades das relações e a incerteza quanto à permanência na comunidade. Como afirma Letícia, “[...] *a resistência foi um grupo que surgiu quando naquele momento de apreensão, né? E surgiu no momento essencial que houve a divisão da Vila*” (Entrevista de Letícia, 2022). Com efeito, tem-se que a organização do grupo deu-se pela “[...] *necessidade da ameaça da remoção, a gente viu que tinha que se organizar de algum jeito pra poder correr atrás, né? Dos nossos direitos e conseguir mais apoiadores pra nossa causa*” (Entrevista de Socorro, 2002). Nesse sentido, enxergou-se que o grupo foi criado pela necessidade dos moradores frente às ameaças de desapropriação, tornando-se significativo para seus membros à medida que ele permite que os indivíduos se aproximem de seus objetivos ou satisfaçam suas necessidades (MARTÍN-BARÓ, 2017).

Como modo de visibilizar a luta da comunidade, foi criada uma página na rede social Facebook, Resistência Vila Vicentina, cujo “[...] *nome já criou por ser resistência, nós queríamos ficar, né?*” (Entrevista de Rosana, 2022). Além deste, houve a criação de um grupo em outra rede social, WhatsApp, no qual as lideranças foram incluindo os moradores que desejavam se integrar à luta pela defesa da comunidade. A utilização das redes sociais enquanto instrumento de difusão de lutas sociais é uma estratégia que visa aumentar a visibilidade do problema para outras comunidades e buscar alianças com movimentos sociais que possuem o mesmo foco (ROCHA, 2021).

Assim, os moradores “[...] *se reuniu e foi bolando, né? Achando as cabeças de quem realmente queria bater o pé e ficar, com ameaça ou não. Aí foi: ‘Ai, quem quer participar? Quem não quer?’ e foi se juntando até formar o grupo de resistência*” (Entrevista de Lindalva, 2022). Sobre esse processo, Girassol relata como foi abordada: “[...] *‘Tu não tem o grupo da resistência, não? Pra tu saber’ e tal e tal, ‘Não, eu não tenho’. Aí perguntou se eu queria participar, então podia colocar, pronto [...] Do que houver a gente fica atenta, a gente tá ali, informado, né? E assim se manter informado*” (Entrevista de Girassol, 2022).

Ao pensar sobre o conceito de resistência, Montero (2006) afirma que ele diz respeito à capacidade de adaptação, poder de recuperação em situações de dificuldades, bem como resistir às pressões e aos constrangimentos. Enquanto identidade, a resistência é constituída por atores sociais que se encontram em situações de desvalorização e/ou

estigmatizadas pelas relações de dominação (CASTELLS, 2003). A resistência, nesse caso, torna possível que os oprimidos possam resgatar ou conquistar seus direitos, uma espécie de sobrevivência enquanto indivíduos e sua afirmação de cidadania (CASTELLS, 2003).

Martin-Baró (2017) pontua que os grupos têm uma formalização organizativa, que diz respeito à estruturação interna do grupo, a sua institucionalização. Com a formalização, há a explicitação sobre como as relações são reguladas, a divisão de funções, sistematização de tarefas e distribuição de atribuições. Neste sentido, quando perguntados sobre a organização interna, os moradores relataram que os membros da resistência pagam uma taxa de manutenção: *“Eles pagam uma taxa todos os meses né, pra poder fazer a manutenção da vila. Fazer limpeza, pintura, plantação que fizeram. Aí, desse dinheiro, eles fazem tudo isso, compra tinta, fazem tudo isso”* (Entrevista de Cláudia, 2022). Josué resume a organização do grupo do seguinte modo:

A resistência é basicamente um grupo organizado pelos moradores, onde a gente se reúne, através de reuniões presenciais ou até mesmo nos grupos de Whatsapp, dando a nossas opiniões do que tá acontecendo, de como combater algo que esteja acontecendo de ruim e até mesmo que seja uma ideia de retirar um lixo, algum entulho que esteja (Entrevista de Josué, 2022).

Como apontado anteriormente, a definição de um grupo deve incluir o que o grupo produz ou realiza, ou seja, a sua atividade, que deve ser significativa em determinadas circunstâncias e situações históricas (MARTÍN-BARÓ, 2017). Na análise da atividade grupal, três elementos importantes, a saber, I) o que o grupo faz, que consiste no tipo de atividade que ele desenvolve e a finalidade; II) como e quando o grupo atua, relacionado à frequência ou intensidade, demarcando as relações de autonomia e dependência; e III) os efeitos da atividade e sobre quem esse efeito atua (sobre os membros, outros grupos ou demais setores sociais, etc.) (MARTIN-BARÓ, 2017).

Neste sentido, observou-se que há uma divisão de tarefas dentro do grupo, com uma representação interna e outra externa. Nesse caso, alguns moradores são responsáveis pela arrecadação da taxa e a realização dos serviços de manutenção da comunidade, enquanto outros ficam responsáveis pela representação da comunidade em espaços externos, tais como em reuniões com órgãos públicos e encontros com movimentos sociais: *“Estão a frente da parte financeira da vila, que não é o meu caso. Eu tô na frente da parte burocrática, que eu me identifico muito e que tem dado certo até hoje”* (Entrevista de Socorro, 2022).

A partir da observação participante, percebeu-se que essa organização de atividades internas e externas também implica em como as lideranças comunitárias são reconhecidas e

legitimadas dentro e fora da comunidade (DC, 2020). Acredita-se que as lideranças cujas atividades ocorrem dentro da comunidade, a partir da organização e manutenção dos espaços coletivos, têm mais influência e poder de decisão no que envolve o funcionamento da Vila. Por outro lado, as lideranças que, normalmente, representam a Vila em atividades externas, tais como audiências, palestras, reuniões com movimentos sociais, etc., são tidas como as referências da Resistência da comunidade, normalmente com maior poder sobre os aspectos jurídicos e institucionais com outros setores, como órgãos da prefeitura e a assessoria jurídica que acompanha o caso.

Ressalta-se, no entanto, que essa configuração, em determinados momentos, parece conflituosa (DC, 2021). Percebeu-se que algumas lideranças, cujas atividades são internas, não aceitam as opiniões das lideranças cujas atividades são desenvolvidas externamente. Com efeito, há um desencontro de decisões quanto aos processos da comunidade, ocorrendo, por vezes, decisões advindas das lideranças externas, a partir de discussões com advogados e demais movimentos sociais, que não são respeitadas e legitimadas pelas lideranças internas, optando por tomar outras decisões, considerando outros fatores de organização.

De modo geral, embora as configurações de lideranças tenham o mesmo objetivo de permanência, há uma polarização de como compreendem o que deve ser feito na comunidade. De um lado, há uma busca por resguardar a comunidade a partir do aparato jurídico, amparando-se nas políticas públicas em andamento na comunidade (tombamento provisório e regularização fundiária), que, por vezes, restringem alterações nos espaços físicos da Vila. Do outro lado, entende-se que resistência também é reorganizar os espaços, transformá-los para melhorar a qualidade de vida, o que implica na modificação e gestão de alguns espaços físicos.

6.2.2 “Qualquer um pode participar, desde que você queira apoiar aquela causa”

Ao analisar a formalização dos grupos, é necessário atentar-se para as normas formais e/ou informais, ou seja, o que explicita as condições de pertencimento e de exclusão dos membros (MARTÍN-BARÓ, 2017). Nesta perspectiva, buscou-se entender quais e como as pessoas poderiam participar do grupo de resistência. Quando perguntados sobre quem pode, atualmente, participar do grupo de resistência, sete (07) moradores apontaram que todos podem participar; três (03) afirmaram que somente os que resistiram no primeiro momento; e outros cinco (05) disseram não saber. Entre os que responderam que todos podem participar, há o

relato de que “[...] *Como é uma questão de lutar por moradia, lutar por ter um bom lugar pra se viver, acho que qualquer um pode participar, desde que você queira apoiar aquela causa, desde que você queira apoiar os moradores que querem ficar*” (Entrevista de Rosana, 2022).

Sobre essa questão, Martín-Baró (2017) pontua que a identidade grupal se afirma e se consolida por meio da consciência que os membros têm do seu pertencimento ao grupo e, também, por meio do que o grupo é e exige, do que o grupo significa e pretende realizar. Esta consciência dos membros é aquilo que foi chamado de pertencimento subjetivo dos indivíduos ao grupo. Assim sendo, a referência grupal depende da identificação do indivíduo com o grupo, isto é, da aceitação do que é o grupo e da apropriação dos seus objetivos.

Alguns moradores da Vila salientam que, inclusive, o certo seria se todos participassem, pois vivem na comunidade como “[...] *uma família, né? Porque aqui, um lugar desse que de um quintal, sai a frente do outro quintal de outra pessoa, né?*” (Entrevista de Girassol, 2022), destacando a configuração da Vila como promotora de relação de proximidade e intimidade. No entanto, alguns moradores fazem algumas ressalvas sobre a participação de todos, pois acreditam que, para ser da Resistência, não é só dizer que faz parte e não assumir as responsabilidades do grupo:

Porque não adianta você “Ai, eu quero participar!”, mas você, é... Vai cortar pro outro lado, entendeu? Quem tem caráter e queira trabalhar, né? Porque não é só ser resistente, “Ai, eu sou resistente”, mas você não faz nada. Você não varre uma calçada. Não é obrigado eu pensar como você, mas numa luta, você não pode ficar em cima do muro, ou você tá ou você cai, né? Você não pode amar dois deuses ao mesmo tempo (Entrevista de Lindalva, 2022).

A este respeito, entende-se que o conceito de participação implica em um processo organizado, coletivo, livre e inclusivo, no qual há diversos atores, atividades e graus de comprometimento, guiado por valores e objetivos compartilhados, em que são alcançadas transformações comunitárias e individuais (MONTERO, 2004). Nota-se, pois, que a participação comunitária tem um efeito político no sentido de formar a cidadania, desenvolver e fortalecer a sociedade civil, ao mesmo tempo em que aumenta a responsabilidade social (MONTERO, 2004).

Alguns entrevistados, inclusive, apontaram que os moradores que, em primeiro momento pensaram em desistir, podem participar da resistência, desde que tenha mudado de ideia: “*Muitas pessoas chegou a virar, que começou a ter aquilo ‘Não, é a vila mesmo, a gente tem direito’, então eu acho que a resistência é de quem quer lutar pra ficar, né?*” (Entrevista de Beta, 2022), principalmente porque acredita que há alguns moradores que “[...] *no momento*

das confusão, ficou pela construtora, só que eles estavam sendo influenciados por pessoas que tava corpo a corpo com a construtora pra isso aqui se acabar, né?” (Entrevista de Beta, 2022). Porém, outros moradores da Resistência pensam diferente, apontando que só podem participar os que “[...] lutaram de 2016 até hoje. Que tem aquele objetivo de ficar. Já as pessoas que tem o intuito de sair, de vender, infelizmente não faz parte desse grupo da resistência” (Entrevista de Amanda, 2022).

Observa-se que tais posicionamentos corroboram com as ideias de Martín-Baró (2017), quando este afirma que o aspecto mais fundamental de um grupo diz respeito à sua conexão com as exigências, necessidades e interesses de uma classe social. Nesse sentido, o grupo configura-se como uma mediação concreta entre uma determinada situação e uma circunstância histórica, sendo a identidade do grupo mais clara e o seu enraizamento mais profundo se existir forte vinculação entre os interesses de determinada classe social.

Além dos próprios moradores da comunidade, também foi apontada a possibilidade de apoiadores externos: *“Aqui na vila, não somente os moradores, mas também os nossos apoiadores são bem vindos”* (Entrevista de Josué, 2022); e *“às vezes alguns grupos, né? Que querem auxiliar de alguma forma”* (entrevista de Leticia, 2022). De modo geral, observou-se que não há um consenso sobre quem pode participar. No entanto, todos concordam no que diz respeito ao colocar como critério o “querer ficar na Vila”, devendo integrar-se ao grupo também como alguém que luta em sua defesa.

6.2.3 “Ser Resistente” ou “Pagar a Resistência”

Nos últimos dois anos (2020-2022), notou-se que alguns moradores identificados como “não-resistentes” começaram a se aproximar de algumas atividades realizadas na Vila, como missas, eventos de confraternização e em algumas reuniões sobre os processos de tombamento e a regularização fundiária (DC, 2021). Quando questionados sobre a possibilidade de aproximação dos “não-resistentes” ao grupo da Resistência, todos os entrevistados apontaram que aceitariam. Para alguns, a aproximação seria algo positivo para a luta pela permanência, como relatou Rosana:

Eu nunca que me opus a querer que essas pessoas participassem, até porque eu acho que quanto mais gente na luta, melhor. Se todos quiserem ficar, vai ser melhor, vai ser mais gente pra luta, pra bater o pé, “Não, quero ficar aqui”. Eu vejo como algo bom, eu faço questão que eles se integrem, que eles interajam com a gente, a partir do momento que eles botam na consciência deles que o melhor é ficar aqui (Entrevista de Rosana, 2022).

No entanto, essa aceitação ocorre com desconfiança. Com isso, a participação dos “não-resistentes” teria algumas restrições, assim, não poderiam participar das reuniões internas da Resistência nem teriam o direito de opinar sobre os processos jurídicos da comunidade, como apontou Amanda:

Sim, eles podem participar de qualquer evento da resistência, missa, qualquer tipo de evento. Agora o que não pode é participar das nossas reuniões internas. Sendo que todas as reuniões que a gente tem aqui na vila é para o bem da vila. Só que eles não são inclusos porque a opinião deles, assim né, no meu ponto de vista, a opinião dele não nos interessa porque eles tem o objetivo de sair daqui e nós de permanecer. Então, tudo é com o grupo da resistência, grupo de confiança. Só que tem, tem reunião interna que eles não participam e nem opinam, quem opina é o pessoal da resistência, é o pessoal que quer ficar, entendeu? (Entrevista de Amanda, 2022).

Ademais, entre os resistentes, há o receio de que, quando aceitos para o grupo de resistência, os “não-resistentes” possam apenas coletar informação para usar contra o movimento. Com isso, sentem que

gosto, mas ao mesmo tempo eu fico meia... Porque como eles já fizeram uma traição com a gente, né? Então eu tenho receio de eles estarem se aproximando e... Se tiver alguma ameaça, né? Eles fraquejarem, né? E tentarem fazer alguma coisa contra, né? É isso que eu tenho receio (Entrevista de Mabel, 2022).

Tais discursos vão ao encontro das ideias de Pichon-Riviève (2005), ao analisar o processo grupal. O autor aponta a existência de medos básicos dentro do funcionamento dos grupos, que seriam o medo da perda e o medo do ataque. O primeiro diz respeito ao medo da perda do equilíbrio já obtido na situação anterior, e o último se refere ao medo do ataque na nova situação, na qual o sujeito não se sente adequadamente instrumentado. Os dois medos, que coexistem e cooperam, configuram a ansiedade diante da mudança, geradora da resistência à mudança. Essa resistência à mudança expressa-se em termos de dificuldades na comunicação, o que se nota nas falas dos moradores da Vila. Outra moradora, inclusive, aponta que esse receio se dá com ela, principalmente, porque “alguém do outro lado” tentou se aproximar dela para cooptá-la:

Essa desconfiança do pessoal do outro lado, a gente não confia neles, até porque muito recentemente um deles tentou me cooptar também, pra visitar uma imobiliária aqui próximo pra aceitar um pedido de negociação ao qual eu estaria a frente e teria que fazer a cabeça dos outros moradores da vila, no caso os da resistência, e que eu não aceitei. (Entrevista de Socorro, 2022).

Outros moradores afirmaram que até gostariam da aproximação, “[...] *que se eles puderem vir, eu dou total apoio*” (Entrevista de Rosana, 2022). No entanto, algumas relações

já estão bastante desgastadas e fragilizadas, ao ponto de que a aproximação talvez não fosse mais possível, uma vez que *“tem pessoas que, de fato, foram totalmente discriminadas, né? Eu vejo que algumas pessoas ainda tem, não aquele negócio de a gente não aceitar, mas ficar com piadinhas internas, entende?”* (Entrevista de Josué, 2022).

Sobre isso, outra moradora acredita que seria necessário *“[...] que as intrigas, essas picuinhas deveriam realmente acabar, mas é, tem muita gente que tem machucado por conta disso, muita gente foi agredida, muita gente passou por N situações que fica difícil aturar eles* (Entrevista de Rosana, 2022). Nota-se, deste modo, o receio de que essa fragilização dos laços comunitários possa desmobilizar a própria organização comunitária, enfraquecendo a capacidade de ação dos sujeitos em prol de uma transformação da realidade, como discutido por Nepomuceno *et al.* (2017).

Durante as entrevistas, foi mencionado a percepção de que, nos últimos eventos realizados pelo grupo de resistência, como a missa de comemoração dos seis anos de luta, já haviam alguns moradores “não-resistentes” participando. Com base nisso, foi perguntado o que eles achavam dessa aproximação. A esse respeito, Maria respondeu que, de fato, *“no início não quiseram ficar do lado da resistência, mas que agora, já estão começando a participar, não das reuniões, mas de eventos da resistência”* (Entrevista de Maria, 2022).

Outra moradora relatou, com surpresa, que alguns permaneceram até mesmo após a missa, para participar da confraternização (Ver Figura 08), *“foi a primeira vez depois desses seis anos que eu vi que eles ficaram, porque quando terminava a missa todo mundo já ia embora, saía já e não queria nem conversa, né? Dessa vez não, já bateram foto, já ficaram pra comer e tudo, né?”* (Entrevista de Cristina, 2022). Essa aproximação gera desconfiança e receio nas moradoras, como afirma Letícia: *“Eu fico meio receosa ainda, confesso [...] não confio totalmente, mas se eles puderem ajudar de alguma forma, a gente sempre tá disposto”* (Entrevista de Letícia, 2022).

Figura 08 - Confraternização de seis anos da Resistência Vila Vicentina



Fonte: Página Resistência Vila Vicentina³⁰

Adentrando sobre essa aproximação, os moradores afirmaram que até já tem duas famílias, que antes estavam “do outro lado”, participando da Resistência. No entanto, essa participação é de modo limitado: “*Só que assim, eles pagam a taxa normal, mas a gente não confia. A gente não passa as coisas pra eles*” (Entrevista de Amanda, 2022). Desse modo, os moradores da Resistência compreendem duas formas de participar do grupo de Resistência da Vila, a saber, o “ser resistente” e o “pagar a resistência”.

O primeiro diz respeito aos membros que estão vinculados, desde o início, à luta, cujas relações são marcadas pela confiança e os objetivos são os mesmos. Já os pagantes da resistência dizem respeito aos moradores que, anteriormente, estavam “em cima do muro” e agora têm demonstrado interesse em ingressar no grupo da Resistência. Sobre isso, Lindalva explicou como funciona:

É assim, por exemplo assim, o que é você “pagar a resistência”? É você morar na Vila, e você participar e você vê a Vila progredindo, tanto como a iluminação a noite como o bem estar da vila. E o que é “ser resistente”? É a pessoa que você sabe que vai trabalhar, sabe que você não vai se vender, porque nós, resistentes, as famílias resistentes, a gente sabe que nenhum, até agora, nenhum se vende. Então a diferença é essa, é você “ser resistente” mesmo, e você “pagar a resistência” (Entrevista de Lindalva, 2022).

³⁰Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=423855999935365&set=pcb.423857399935225>. Acesso em: 27 Nov. 2022.

Retorna-se, aqui, a noção de resistência enquanto processo de identidade, “o ser resistente”, que se assemelha ao postulado por Castells (2003, pp.4-5), ao afirmar que “A identidade de resistência, formada em meio aos conflitos, pode se tornar em identidade de projeto” (CASTELLS, 2003, pp. 4-5). A partir dos relatos dos moradores, a resistência implica em uma identidade-ação, em se reconhecer como um agente que luta pela permanência da comunidade, assumindo valores e responsabilidades quanto às ações desenvolvidas pela RVV.

Ainda sobre a aproximação dos moradores “não-resistentes”, os membros da RVV acreditam que essa procura se dá, principalmente, por conta das benfeitorias realizadas nos espaços coletivos da comunidade. Assim, *“pediram pra ajudar a pagar porque como eles tão vendo a Vila limpa, organizada, muita iluminação, câmara também: Ai eles tão meio juntos querendo participar”* (Entrevista de Lourdes, 2022). Nesse caso, os “não-resistentes” estariam interessados na organização e cuidado da comunidade, beneficiando-se desses processos, o que não os torna, necessariamente, um “resistente” enquanto identidade de luta frente às ameaças de desapropriação do espaço.

Salienta-se que, como apontado anteriormente, essa aproximação é recebida com desconfiança, como aponta Socorro: *“Eu fico muito feliz, porque o meu desejo é a união total dos moradores, embora eu desconfie das intenções”* (Entrevista de Socorro, 2022). Por conta disso, os moradores da Resistência identificam esses moradores como um subgrupo pertencente à Resistência, mas não um “ser resistente”. Nesse sentido, haveria um grupo mais restrito, cujas informações de lutas ficariam *“[...] mais secreto, entre a gente, porque a gente não tem aquela confiança ainda totalmente, né? De botar uma pessoa estranha e passar outras informações, né? [...] E a prestação de contas, tá nesse outro grupo [de pagantes da resistência]”* (Entrevista de Lourdes, 2022).

6.2.4 “Tá todo mundo é, dizer assim, cada um por si”

Para Martín-Baró (2017), a identidade de um grupo é configurada e, depois, sustentada pela relação com outros grupos, definindo a sua realidade, seja pelos vínculos positivos ou negativos, colaboração ou competição, relações formais ou informações ou mesmo pelas relações de dominação-submissão. Neste sentido, considerando a divisão da comunidade entre o lado resistente e o “não-resistente”, foi perguntado aos membros da Resistência se o “outro lado”, atualmente, tem algum grupo estruturado como a Resistência. Sete (07) moradores

responderam que sim, cinco (05) disseram que não e os demais (03) não sabem. Os moradores que disseram não saber, afirmam que, *“até o momento não foi descoberto isso não”* (Entrevista de Girassol, 2022), podendo *“[...] até ter, mas eu nunca ouvi falar, nenhum comentário a respeito disso”* (Entrevista de Socorro, 2022).

Outros sete moradores acreditam que ainda haja um grupo, porém a movimentação entre os membros “não-resistentes” ocorre de modo discreto, sendo difícil ver as atividades que desenvolvem. Conforme os relatos, esse grupo surgiu ainda no início das ameaças de desapropriação, sendo ele, inclusive, o responsável por mediar as negociações entre os demais moradores e as imobiliárias. Leticia relata que o grupo dos “não-resistentes” *“[...] surgiu justamente quando eles queriam fazer a cabeça de alguns pra se vender, né? Eu não sei como é que eles estão atualmente, mas eu vejo que eles ainda estão se articulando”* (Entrevista de Leticia, 2022).

A esse respeito, alguns moradores da Resistência relataram que, inicialmente, o grupo dos “não-resistentes” originou-se com os membros da antiga associação de moradores da própria comunidade. De acordo com eles, essa associação foi criada para proteger todos os moradores, só que, posteriormente, quando começaram as especulações sobre a possível venda do terreno, os representantes da associação fizeram acordos com as imobiliárias envolvidas, deixando de fora os demais moradores. Conforme Socorro,

Houve um racha dessa associação. Nessa associação, tinha pessoas que queriam permanecer na vila quando houve a ameaça de remoção e houve o racha porque teve pessoas que queriam negociar, entendeu? Houve o racha da associação na época exatamente da negociação das casas. Porque uns queriam permanecer e outros queriam sair. Por isso que existe o atrito até hoje, né? (Entrevista de Socorro, 2022).

Alguns representantes da associação, então, começaram a influenciar os demais moradores: *“Ó, a vila já tá vendida, não tem pra onde correr, ou você pega essa oferta que ela tá dando, ou você, em dezembro de 2016, vocês vão sair sem nada”* (Entrevista de Beta, 2022). Para alguns entrevistados, esse mesmo grupo foi o responsável por gerar conflitos entre os moradores, uma vez *“[...] esse grupo blindado deles que tá na frente com a construtora aqui, fazendo essas intrigazinha, passando informação falsa...”* (Entrevista de Beta, 2022). No entanto, esse grupo seria pequeno, somente com alguns dos moradores identificados como “não-resistentes”, cujos membros já haviam recebido ofertas das construtoras. Quanto aos demais moradores “não-resistentes”, *“Esses traíras, eles acreditavam na liderança, que era esse advogado, que prometeu céus e terras pra eles, né? Só que o plano não deu certo”*

(Entrevista de Beta, 2022). Com isso, houve uma ruptura entre os membros dessa associação e entre os demais moradores “não-resistentes”.

Ademais, os resistentes pensam que, mesmo que o grupo não se reúna como a Resistência, “[...] *na hora que aparecer uma construtora aqui, pra querer vender aqui as casinha, eles fazem reunião, fazem tudo. Tudo entre eles, né? O grupo que quer sair*” (Entrevista de Amanda, 2022). Mesmo com a aparente pouca movimentação do tal grupo, os membros da Resistência afirmaram que, eventualmente, “[...] *surgem boatos, ou uma conversa aqui acolá e eu sei que eles participam, eu acredito que deve ter um grupo entre eles sim*” (Entrevista de Rosana, 2022).

Cinco (05) moradores, no entanto, acreditam que esse grupo se desfez, existindo nenhuma organização atualmente. A formação do grupo “não-resistente” surgiu, portanto, em decorrência do desespero, não por interesses compartilhados por todos: “*Eles se juntaram porque foi um desespero. Que se juntou ali, mas no decorrer do tempo a verdade foi surgindo e foi ‘desprendendo’; ou seja, o outro lado não tem organização, foi aquele momento de pressão*” (Entrevista de Beta, 2022). Com isso, o grupo enfraqueceu quando perceberam que só uma parte dos moradores “não-resistentes” teria uma negociação melhor: “*No início mesmo da derrubada, eles se uniram só pra, o quê? [...] ‘Eu vou negociar, aí... Eu vou dar teu nome’, mas tu mandava eu negociar, mas tu não negociava. Então a união deles foi um pra derrubar o outro*” (Entrevista de Lindalva, 2022).

Foi questionado aos membros da Resistência, então, como eles achavam que era a relação entre os moradores “não-resistentes”. Alguns acreditam que uma relação “natural”, pois assim como há o grupo da resistência, eles formam um grupo também: “[...] *de quem querem sair, eles têm que lutar pelo que eles acreditam, que seja algo bom pra eles, né?*” (Entrevista de Rosana, 2022). Outros moradores relataram que “[...] *a gente não vê muito não, eles assim, muito juntos, não, né?*” (Entrevista de Cristina, 2022), o que contribuiu para a percepção de que não há um grupo, mas que eles ainda mantêm as relações comunitárias entre eles.

Por outro lado, duas (02) moradoras relataram que a relação entre os “não-resistentes” foi só por negócios, sendo “[...] *a união deles foi só negócio de dinheiro, só pra fazer a cabeça do outro*” (Entrevista de Lindalva, 2022). Por conta dessa configuração, relação de interesses, acreditam que há atritos internos, porque “[...] *tem pessoas que se acham mais importantes uns do que os outros, né? [...] Aí eu acho que aqui acolá tem um, é tem uma aversão entre eles por conta disso. Porque uns visam coisa maior e pros outros eles querem dar mixaria*” (Entrevista de Amanda, 2022).

Quando entrevistados, também foi perguntado aos moradores “não-resistentes” se, atualmente, havia algum grupo organizado entre eles, com o intuito de negociar as casas. Oito (08) moradores afirmaram que não e dois (02) disseram não saber. No entanto, entre os dez, cinco afirmaram que, no início, havia um grupo. Em relação a vida do grupo que existiu no início, os moradores “não-resistentes” relataram que “[...] *entrou a resistência e o lado ruim é sempre o que dá certo, né? [...], aí o lado bom perde um pouco a força. Aí o pessoal apoia mais pelo lado ruim, e é o caso que tá acontecendo aqui na vila*” (Entrevista de Renato, 2022). Outra moradora relata que, “*Se existe, existe sem me colocarem no meio. Só foi só nessa época que houve [...] esses encontros, que chamavam pra gente ir, porque diziam que lá iam resolver*” (Entrevista de Joana, 2022).

Com o fim do grupo, os moradores “não-resistentes” afirmaram que a situação na Vila ficou mais calma, como relatou Grilo: “*Ficou tudo tranquilo. Não quis mais saber de nada! Não quero mais saber de nada... Já tem uma história aí, ‘Vão vender a Vila’, eu digo ‘Olha, se vai sair, sai todos. Ou todos ou nenhum’. Pronto, né?*” (Entrevista de Grilo, 2022). Com a desintegração do grupo, “[...] *tá todo mundo é, dizer assim, cada um por si*” (Entrevista de Américo, 2022). Alguns moradores, inclusive, afirmam que “*Hoje, eu não sei mais a opinião de ninguém*” (Entrevista de Bribola, 2022).

Como observado pelos relatos, atualmente, não há um grupo de “Não-Resistentes” com organização tal qual o da Resistência Vila Vicentina. Embora, inicialmente, alguns moradores tenham se reunido para discutir sobre as possibilidades de negociação, isso não caracteriza exatamente um grupo, mas um agrupamento (LANE, 1989). Nesse sentido, é mister lembrar da categoria de “não-grupo”, formulada por Lane (1989), em que não há grupos se não houver ações encadeadas para atingir um produto coletivo, pois um grupo só o é quando produz algo, desenvolvendo e transformando as relações de seus membros. Para a autora, as pessoas podem estar conversando assuntos mais diversificados em um mesmo espaço, agrupadas, mas se cada uma fizer somente seu trabalho, sem que as relações entre elas se alterem, por mais que estejam juntas, isso se configura como um não-grupo.

Cabe lembrar que, dentre os moradores entrevistados identificados como “não-resistentes”, três estão começando a participar da RVV. Quando perguntados sobre como é essa participação, uma moradora afirmou que “[...] *dá uma pequena contribuição, né? Pra ajudar a manter a limpeza, que eles cuidam muito bem*” (Entrevista de Alba, 2022), fala que reforça as informações sobre as subdivisões dos grupos da Resistência, entre o “ser resistente” e o “pagar a resistência”.

Para Lane (1984), se o grupo apenas executa tarefas, sem o resgate da consciência de seus membros, ele apenas está se reajustando, sem transformações qualitativas nas relações entre seus membros. Nesse sentido, entende-se que o “ser pagante”, embora represente já uma certa aceitação por parte da RVV, ainda demarca interações de dominador-dominado, sem a efetiva mudança nas relações e, conseqüentemente, não contribui para uma conscientização.

6.3 Relações comunitárias em contexto de desapropriação do espaço

Uma comunidade é feita de relações entre pessoas e de relações entre as pessoas e um lugar, que, junto com ações compartilhadas, com medos e alegrias, com fracassos e triunfos sentidos e vividos, constitui memórias que são individuais e coletivas (MONTERO, 2004). A comunidade se torna, portanto, um lugar físico e emocionalmente construído, do qual as pessoas se apropriam e que também as apropria. Para entender as relações comunitárias, como discute Guareschi (2007), inicialmente, deve-se entender que “relação” é um direcionamento de uma coisa a outra, complementando-se, de forma que uma coisa não pode existir sem a outra. Comumente, acredita-se que as relações são baseadas somente naquilo que une positivamente as partes, no entanto, elas também apresentam configurações conflituosas “e se há exclusão, há alguém que exclui, e alguém que é excluído” (GUARESCHI, 2007, p.83).

Com base nesse entendimento de comunidade e relações comunitárias, não se deve esquecer que, como parte de sua dinâmica, as relações internas podem também serem conflituosas e, em alguns casos, acontecerem divisões, desintegrações e perdas de identidades grupais. A partir de tais considerações, essa seção se volta para a compreensão, especificamente das relações entre os moradores de toda a comunidade. Para isso, organizou-se a apresentação dos resultados e discussões em quatro subseções, a saber, I) “*Agora é que tá mais ou menos*”, que aborda as percepções gerais sobre as relações comunitárias; II) “*Vivem uma família desunida*”, discutindo as relações internas da Resistência Vila Vicentina; III) “*Eles têm a opinião deles, eles não aceitam a opinião da gente*”, que traz o olhar dos moradores “não-resistentes” sobre a Resistência; e, por fim, IV) “*Eu sinto, assim, que a gente é um pouco rejeitada*”, que discute sobre a aproximação e o contato dos “não-resistentes” com a Resistência.

6.3.1 “Agora é que tá mais ou menos”

Antes das ameaças de desapropriação segundo os relatos dos moradores, as relações eram tranquilas, não havendo desavenças. Em meados de 2016, quando as ameaças apareceram com mais frequência, tanto pelo Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo como pelas imobiliárias, as relações começaram a ficar estremecidas, havendo, inclusive, rupturas. Ao entrevistar os moradores do grupo Resistência Vila Vicentina, foi perguntado sobre como estão as relações comunitárias entre os todos os moradores. No Quadro 19, observa-se as percepções que mais se destacaram:

Quadro 19 - Percepção dos moradores resistentes quanto às relações comunitárias na Vila

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
Normalizando/Melhorando (7)*, Bem (4), Integrando a resistência (02).	Separação/Divisão (4), Ruptura (04), Desconfiança (4), Briga/Conflito (2), Fofoca (01), Conturbado (01), Difícil (01).

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

*Os números estão relacionados à quantidade de entrevistas em que o elemento apareceu; na mesma entrevista de um participante, podem aparecer diversos elementos apontados no quadro.

Em sua maioria, os moradores apontaram aspectos negativos sobre as configurações das relações, destacando-se a divisão da comunidade em grupos, a desconfiança e os conflitos. No que tange à divisão entre os moradores, como discutido ao longo do trabalho, deve-se ao fato de que uma parte da comunidade, ao ser ameaçada, resolveu organizar-se em um grupo de resistência; a outra parte, liderada inicialmente por antigos membros da associação de moradores, iniciou as negociações de suas casas (alguns, inclusive, chegaram a deixar a comunidade); e, ainda, há outra parte que “ficou em cima do muro”. No entanto, para os moradores resistentes, há somente dois grupos na comunidade, os que são resistentes e os “traíras” (ROCHA, 2021).

Com isso, observa-se o distanciamento entre os moradores, uma vez que “[...] tem umas pessoas que é mais isolada, eu vejo, né? Mais isoladas... Tipo assim, tipo ‘A’ e ‘B’. O ‘A’ do nosso lado, né? Se mantém informado e tudo... O lado ‘B’ que eu cito é o outro lado que o pessoal não tá nem aí, né?” (Entrevista de Girassol, 2022). Girassol ainda que, apesar do passar dos últimos seis anos, essa divisão também ocorre porque o lado “não-resistente” não se

aproxima “[...] para dar uma opinião, ou a sugestão de alguma coisa, o que devemos fazer pra melhorar alguma coisa, ou ajudar a contribuir em alguma coisa assim, pra alguma coisa” (Entrevista de Girassol, 2022).

No início do conflito, em 2016, os moradores apontaram que as relações foram conturbadas, o que acirrava as divergências de pensamento sobre o destino da Vila, “[...] tanto que algumas pessoas saíram, tivemos problemas com isso, né?” (Entrevista de Sara, 2022). Mesmo após os seis anos, os moradores observam que as amizades continuam estremecidas, principalmente por conta da desconfiança que os moradores da Resistência têm em relação aos “não-resistentes”, como afirmou Amanda: “Não tem mais aquela amizade como antes, né? Mas se passar falando com a gente, normal, de boa. Mas a gente sabe que é um pessoal que não pode confiar, o lado de lá. Que a gente sabe que a qualquer momento eles podem trair a gente” (Entrevista de Amanda, 2022).

Quatro (04) moradores resistentes relataram que não se relacionam mais com o “outro lado”, apontando que houve rupturas, restringindo a comunicação aos membros da Resistência: “Eu não tenho muita relação com as pessoas que não são da resistência” (Entrevista de Maria, 2022); e “Eu não me relaciono muito com o outro, não, com outros não, né? Mais só com a turma da resistência mesmo” (Entrevista de Cristina, 2022). Outros já disseram que, embora algumas relações tenham sido rompidas inicialmente, alguns desses laços estão sendo refeitos: “[...] uns aqui não se falam. Os da resistência não falam com os que queriam sair, né. Agora é que já tão mais ou menos se falando, já sossegado, sabe? Mas no começo não falava de jeito nenhum” (Entrevista de Cláudia, 2022).

Sobre os atritos e as rupturas nas relações, Beta acredita que se trata de uma estratégia das imobiliárias. Conforme ele, “[...] essa construtora, quando ela entrou aqui, ela praticamente, ela botou... Botou várias estratégias, né? A estratégia pra desunir os moradores, informações falsas, né? Foram dizer que tem morador da resistência que já tinha negociado” (Entrevista de Beta, 2022). De fato, tal clima de insegurança perante às negociações pode ser visto como uma estratégia de desmobilização social, afetando diretamente os movimentos de resistência dos atingidos (ACSERALD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Quanto aos aspectos positivos, os moradores da resistência acreditam que as relações estão melhorando, estão ficando “bem”, inclusive que o “outro lado” está se aproximando da Resistência. Cláudia diz que “[...] os moradores, quando começou, era muita briga, muita briga mesmo. Agora é que tá mais ou menos, o pessoal se dando bem” (Entrevista de Cláudia, 2022). Com o passar do tempo, além da estabilidade alcançada pela comunidade

por conta do andamento dos processos de Tombamento Provisório e Plano Integrado de Regularização Fundiária, os resistentes começaram a perceber que “*Agora tão tudo mais tranquilo, a gente não vê mais negócio de picuinha, esses coiso, fofoca, falando de... Tá mais calmo, né?*” (Entrevista de Lourdes, 2022).

No entanto, para a moradora Lindalva, “[...] *Aqui é assim, você pode até ser do outro lado, mas na hora da precisão, se alguém passar mal [...] e a gente não vê ninguém da família com um transporte, todo mundo ajuda. Todo mundo se apoia*” (Entrevista de Lindalva, 2022). A esse respeito, salienta-se a importância do apoio social entre os moradores. Como uma das fontes do apoio social, tem-se o apoio comunitário, que se constitui com base nas relações comunitárias, proporcionando a criação de redes de apoio mútuo e solidário, que é fortalecido pelas partilhas de vida e do diálogo (SILVA *et al.*, 2016).

Além da diminuição das ameaças, outro fator que pode ter contribuído para a diminuição dos atritos seja o fato de os moradores, em ambos os lados, evitarem tocar no assunto das negociações das casas. Assim, “*A relação com o tempo ela voltou a normalizar, né? Os vizinhos sempre dão ‘bom dia’ e tudo. Só que ninguém toca mais nesse assunto... Que queria sair*” (Entrevista de Beta, 2022).

6.3.2 “*Vivem uma família desunida*”

Para analisar as relações internas do grupo Resistência Vila Vicentina, foi perguntado “*Como é a relação entre os moradores da Resistência?*”. Conforme mostra o Quadro 20, os moradores resistentes tanto apontaram aspectos positivos quanto negativos. Em relação aos primeiros, destacam-se a concordância quanto às decisões sobre a Vila, por meio de votação, e as boas relações. Por outro lado, aparecem os conflitos de relação e afastamentos, ocasionados, em parte, pela falta de diálogo e de respeito às opiniões diferentes.

Quadro 20 - Relação interna do grupo de Resistência

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
Objetivo Maior/Votação (6)*, Bem/boa (4), União/Harmoniosa (3), Tranquila (02), Organizada (01).	Divergências de opinião (6), Conflitos de relação (5), Afastamento (04), Disputa de Poder (3), Falta de diálogo (03).

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

*Os números estão relacionados à quantidade de entrevistas em que o elemento apareceu; na mesma entrevista de um participante, podem aparecer diversos elementos apontados no quadro.

De modo geral, os resistentes concebem as relações como boas, embora não “[...] seja totalmente perfeito, mas são tranquilos, não tem essas coisas de picuinhas, não tem intrigas, é bem tranquilo mesmo” (Entrevista de Josué, 2022). Cristina disse que “*me sinto bem, não vou mentir, né? Eu me sinto bem com a resistência*” (Entrevista de Cristina, 2022). Essas boas relações refletem na organização do grupo, possibilitando que as informações importantes relacionadas à luta sejam repassadas, incentivando a participação de todos.

No entanto, os moradores, em determinados momentos, parecem com uma “*família desunida*”, como compara Socorro: “*Muito difícil, infelizmente eu sou obrigada a dizer isso, né? Vivem uma família desunida. Numa hora tá todo mundo unido, numa hora tá todo mundo brigando, [...] mas no final das contas eles acabam se entendendo, né? Entre eles*” (Entrevista de Socorro, 2022). Dentre as questões geradoras de conflitos, apontaram a falta de participação dos membros da Resistência nas atividades comunitárias, tanto as internas de manutenção dos espaços coletivos quanto as de representação externa, junto aos órgãos públicos e/ou com movimentos sociais.

Quanto às atividades internas, Letícia relatou que “*Quando tem esses mutirões, que eles se juntam pra, tipo, pra varrer, pra pintar, as vezes tem gente que não vai... Acho que isso é parte dessa influência em questão da relação do dia-a-dia*” (Entrevista de Letícia, 2022). Já sobre as atividades externas, Socorro compreende que é importante que a comunidade esteja limpa e organizada, porém também acredita que não é só isso, pois “[...] a luta dos direitos é externa [...] Se a gente fizer só isso [atividades internas] e não correr atrás dos nossos direitos, a gente não vai conseguir sair do canto e a gente não vai conseguir” (Entrevista de Socorro, 2022). Ainda quanto às reclamações sobre a falta de participação nas atividades internas e externas, Sandra relata que parte desses conflitos se devem ao modo como alguns moradores realizam as cobranças:

Tem determinadas pessoas que falam coisas, que tipo assim, “Ah, o povo quer ser resistência, mas não fala, não contribui, não ajuda”. Às vezes, eu não participo pelo tom das pessoas, entendeu? Porque, assim, tu quer ajuda de alguém? Então chega, “Ó, fulano”. Mas não ficar criticando ou soltando indireta no grupo, então por isso eu me afasto. “Ah, você quer fazer parte do grupo”, “Ah, não faz nada”, isso enche o saco, de qualquer ser humano, porque ninguém é obrigado. Você quer ajuda?, então: “Oh, gente, tá precisando de ajuda, vamos”, numa boa, não ficar jogando na cara (Entrevista de Sandra, 2022).

Tal relato lembra o que Freire (2021a) diz sobre ação revolucionária, que se dilui se não houver liderança, disciplina, ordem, decisões, objetivos, tarefas a cumprir e contas a prestar. No entanto, isso não implica que as relações entre as pessoas sejam manejadas de modo

a promover sua “coisificação”. Nesse sentido, a liderança comunitária, ao contrário, deve estar comprometida com a liberdade das massas oprimidas; não conquistá-las, mas conseguir a adesão para a conquista da libertação. Entende-se, então, que somente com um alto grau de identificação e consciência é que se pode levar ao compromisso profundo das pessoas com os grupos; por outro lado, uma consciência débil ou falta de identificação leva aos membros não se sentirem comprometidos com o processo grupal (MARTIN-BARÓ, 2017). Pelo relato de Sandra, observa-se que ela compreende a importância da participação das atividades, porém discorda quanto ao modo como os moradores são cobrados, quase como se fosse por meio de acusação de uma não implicação com a luta.

Por se tratar de um grupo grande, atualmente com mais de 20 famílias pertencendo à Resistência, os moradores acreditam que isso contribui para o aumento das divergências, pois são muitas opiniões. Então, alguns moradores têm optado por se afastarem de determinados espaços e funções relacionados à vida comunitária: *“Eu, atualmente, tô um pouco afastada, mas eu participo ainda de reuniões fora daqui, não mais muito dentro, né? É porque tive pequenas discordâncias, né? [...] Continuo na luta, se for preciso, eu vou pras reuniões, vou pras audiências, seja aonde for”* (Entrevista de Maria, 2022). Outra moradora, em sua entrevista, também adotou a mesma postura de afastamento para evitar os conflitos: *“Às vezes, eu acho que é um pouco de egoísmo da parte de alguns, né? Mas a gente não pode mudar as pessoas assim, né? Aí, é melhor até, assim [se afastar] [...] pra não desestabilizar e criar aquelas divisões, né?”* (Entrevista de Mabel, 2022).

Outras moradoras discorreram sobre situações referentes ao poder que alguns moradores resistentes querem ter uns sobre os outros: *“[...] quando você dá o poder pra alguém [...] às vezes, aquela liderança cai na sua cabeça”* (Entrevista de Lindalva, 2022). E Continua seu relato:

Porque a vida não é só de amor não, mas acho que você tem que saber respeitar o espaço, né? Se eu não gosto, não gosto. Mas não obrigo você a num gostar, né? [...] Então eles não, é... A maioria não quer respeitar... Não é ditadura. Não luta tanto pela democracia? Eu acho assim, que é nessa parte que tá faltando, sabe assim, uma conversa. (Entrevista de Lindalva, 2022).

Sobre este fato, entende-se a partir de Lane, que a sociedade reproduz papéis sociais ideologicamente marcados pela dialética dominador-dominado, caracterizando relações de poder (LANE, 1989). Neste sentido, a autora compreende que todo grupo apresenta uma função histórica de manter ou transformar as relações sociais e, “[...] sob este aspecto, o grupo, tanto

na sua forma de organização como nas suas ações, reproduz ideologia, que, sem um enfoque histórico, não é captada” (LANE, 1989, p. 81-82).

Observa-se que, como bem discute Freire, um dos grandes problemas é que, muitas vezes, os oprimidos “hospedam” o opressor em si. Neste sentido, quase sempre, “[...] os oprimidos, em vez de buscar a libertação na luta e por ela, tendem a ser opressores também, ou sub opressores” (FREIRE, 2021, p.43). Essa “hospedagem do opressor”, perpetuando a dialética de dominação, se dá porque a superestrutura produz e reproduz uma ideologia e cultura de serviço aos opressores. Com efeito, valores dominantes, ideológicos e culturais acabam por ser interiorizados pelos oprimidos, fazendo com que eles, em determinadas situações, ocupem e perpetuem os mesmos papéis da dialética dominação-opressão (GOES; XIMENES; MOURA JR., 2015).

Tais conflitos de relação têm chamado a atenção de alguns moradores quanto aos prejuízos que podem causar à luta da comunidade. Por conta da desconfiança que têm quanto aos moradores “não-resistentes”, alguns membros da Resistência receiam que o “outro lado” percebam as fragilidades do grupo e as utilizem, de algum modo, para causar mais desunião, como apontou Mabel: *“Bom, eu chamo o lado de traíra, né? Que é contra a resistência, saber dessas divergências de opiniões que tem entre o pessoal da resistência e eles, ah, acharem muito bom... Vai tipo querendo enfraquecer, né? ‘Ai, eles tão brigando entre eles’, ‘Bem feito”* (Entrevista de Mabel, 2022). Tais aspectos revelam o que, anteriormente, foi apontado como o medo do ataque (PICHON-RIVIÈRE, 2005), de que o funcionamento grupal seja prejudicado ao explicitar suas contradições.

Ao mesmo passo que percebem os conflitos internos, alguns resistentes também enxergam possibilidades para resolver tais questões. Três moradoras pensam que o principal fator que causa desconforto entre os resistentes é a falta de diálogo, porém acreditam que podem resolver o problema *“[...] conversando, né? Mas pelo visto, sinceramente, [...] eu não sei se eles conversaram entre si pra tentar resolver essas questões”* (Entrevista de Letícia, 2022). Nesse mesmo sentido, Rosana pensa que *“[...] várias cabeças conduzindo um trabalho de decisões e tudo, cada um pensa de uma maneira, às vezes você pode até discordar do posicionamento de uma pessoa, mas que conversando tudo se ajeita”* (Entrevista de Rosana, 2022).

A esse respeito, resgata-se o que Freire (2021) concebe sobre o diálogo. Este, para o autor, é uma relação horizontal de A com B, nutrindo-se de amor, esperança, humildade e confiança. Quando dois lados do diálogo se ligam, os fazem críticos em busca de algo,

instalando uma relação de simpatia em que, autenticamente, há comunicação. Por outro lado, não há diálogo se não houver humildade na relação, quando se qualifica o outro como “isto”, inferiorizando-o. No diálogo, a liderança se esforça para a união dos oprimidos entre si e, juntos, buscam a libertação. O diálogo também é força motriz do processo de conscientização, possibilitando o abandono da mecânica reprodutora de relações de dominação-submissão (MARTÍN-BARÓ, 1996).

Retornando aos aspectos positivos presentes na avaliação das relações internas do grupo de Resistência, encontraram outra estratégia para a diminuição dos impactos dos conflitos, a realização de votação considerando o objetivo maior de permanência na comunidade. A esse respeito, seis moradores relataram que, “[...] apesar de tudo, todo mundo luta pelo um bem maior, né?” (Entrevista de Sandra, 2022), então “[...] gente faz, geralmente, uma reunião e aí faz uma votaçãozinha, né? Uma votação, aí quando um grupo ganha, aí a gente ‘bora, bola pra frente, né?’” (Entrevista de Beta, 2022), pois “[...] se a nossa luta é a permanência dos moradores, das nossas casas, então todos estão de acordo nesse ponto aí” (Entrevista de Maria, 2022).

6.3.3 “Eles têm a opinião deles, eles não aceitam a opinião da gente”

Assim como foi perguntado sobre a percepção do grupo da Resistência sobre os moradores “não-resistentes”, estes também foram questionados sobre como enxergam a organização e a relação com o grupo RVV. Como mostra o Quadro 21, há percepções tanto positivas quanto negativas sobre o grupo:

Quadro 21 - Percepção sobre a Resistência Vila Vicentina

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
Fazendo coisa boa (02), Coragem (02), Resistência/Persistência (01), Unidos (01), Respeito (01).	Desconfiança (01), Mentira (01), Piadas (01), Autoridade (01), Não aceitam opinião (01).

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

*Os números estão relacionados à quantidade de entrevistas em que o elemento apareceu; na mesma entrevista de um participante, podem aparecer diversos elementos apontados no quadro.

Quanto aos pontos positivos, os moradores destacam a aparente união e coragem entre os resistentes em prol da luta de resistência à desapropriação, como destacou uma moradora: *“Não sei se é só aparência, mas entre eles, eles são unidos, de se unirem, ir atrás das coisas, como eu sempre disse, eles sempre foram atrás, eles sempre lutaram”* (Entrevista de Sabrina, 2022). Nesse sentido, duas moradoras acreditam que a Resistência está fazendo “uma coisa boa”, ou seja, como *“o próprio nome já diz, né? ‘resistência’, e eles tiveram muita força de vontade e bastante coragem pra levar essa resistência à frente [...] E graças a eles, muita persistência, né? As coisas vêm dando certo”* (Entrevista de Maria Moreira, 2022).

Por outro lado, também foram apontados aspectos negativos, tais como desconfiança, mentira, piada, autoridade e não aceitação de opinião divergente do grupo resistente. Um morador relatou a dificuldade de confiança em relação aos moradores da Resistência pela forma como o chamava: *“[...] ‘o Américo é um traidor’, [...] mas traidor é quando você diz assim, ‘Ó aqui, tu promete uma coisa comigo, junta, e vamos até o fim’, aí por trás tu vai lá e quer negociar? Traidor tá sendo é você”* (Entrevista de Américo, 2022). Nesse caso, o morador destaca que não gosta de ser visto como traidor ou “traíra”, pois expressou abertamente sua decisão de negociar sua casa. Atrelado a isso, os moradores “não-resistentes” relataram o uso de “indiretas” e “piadinhas” para constranger aqueles que não se integraram à Resistência: *“Agora o chato era as piadas, não eram todos, mas tinha gente que chegava gritando, ficava com umas piadinha aqui, piadinha acolá”* (Entrevista de Sabrina, 2022).

Em relatório realizado pelo Núcleo De Estudos Afro-brasileiros Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), constatou-se que, muitas vezes, a questão das fofocas dentro da comunidade, entre os moradores dos dois lados, toma dimensões significativas no que diz às fraquezas e fragilidades da Vila. Essas fofocas acabam por gerar inverdades e desentendimentos entre os moradores, fragmentando ainda mais as relações. O relatório destaca que justamente a divisão entre os dois grupos tem aumentado a desconfiança entre eles (IFCE, 2020). Em entrevista realizada em 2018, uma moradora fala das tristezas que essas ações têm ocasionado: *“[...] ameaças, desavenças, essas intrigas por parte deles. Antes todos se falavam, agora não, ficam soltando piadas”* (Entrevista de Aline, 2018).

Sobre a fofoca, Elias e Scotson (2000) ressaltam ser não um fenômeno independente, pois o que se mostra digno dele depende das normas e crenças coletivas e das relações comunitárias. Para o autor, por meio da fofoca, há também atribuição de falhas aos indivíduos que sequer tenham feito algo para merecê-las, mas pelo simples fato de serem

identificados como pertencentes a determinado grupo julgado digno das falhas (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Assim, a fofoca pode servir como um recurso eficaz para humilhar e ferir membros de outros grupos e, conseqüentemente, assegurar a posição do grupo que compartilhou a fofoca (ELIAS; SCOTSON, 2000). De modo geral, a fofoca apresenta dois polos, aqueles que comunicam a fofoca e aqueles sobre quem ela é circulada. Quando o sujeito e o objeto da fofoca são de grupos diferentes, deve-se analisar a fofoca não apenas dentro do grupo de mexeriqueiros, mas considerando as estruturas e as relações que os grupos diferentes estabelecem entre si.

Outros dois aspectos que chamaram atenção nas entrevistas dizem respeito à questão de “não aceitar opiniões diferentes” e a dimensão do “poder e autoridade” por parte da Resistência. Quanto ao primeiro aspecto, uma moradora relatou que “[...] *eles têm a opinião deles, eles não aceitam a opinião da gente, hoje em dia algumas pessoas já se falam, mas tem outros que não falam*” (Entrevista de Sabrina, 2022). Quando analisado o Índice de Sentido de Comunidade, percebeu-se que o elemento de menor pontuação foi o de Influência, principalmente em relação aos moradores “não-resistentes” (média de 3,8 para os “não-resistentes”; e 6,8 para os resistentes). Este elemento avalia, justamente, a percepção que os moradores atribuem à sua própria participação no contexto comunitário, se sentem-se ou não capazes de interferir na dinâmica do lugar (MCMILLAN; CHAVIS, 1986). Com as médias menores, reforça-se a percepção sobre a fragilidade dos vínculos e da coesão dos grupos, de modo que isso causa interferências no desenvolvimento e na participação nos processos comunitários (MONTERO, 2004).

Já em relação à autoridade, Renato apontou que a Resistência até faz coisas boas para a Vila, mas está na base da mentira e, ainda, há posturas autoritárias em relação aos demais moradores: “*Eles que mandam. [...] hoje, se você quiser rezar na igreja, não pode, aí só se pedir autorização do pessoal que manda aí, que toma conta, né? [...] Eu acho que tá havendo um pouco de autoridade e cheio de mentira que tá aí havendo agora*” (Entrevista de Renato, 2022). Ambos os aspectos, “aceitação de opiniões diferentes” e “questões de poder” apareceram também nos relatos dos moradores resistentes, ao avaliarem as relações internas da Resistência.

Como apontado anteriormente, a dimensão do poder de um grupo não é concebida como um objeto que o grupo possui, mas pelos recursos que seus membros têm ou não para conquistar o poder em relação aos demais grupos (MARTÍN-BARÓ, 2017). Nesse sentido, o poder deixa de ser algo abstrato, sendo mensurado a partir da disposição dos recursos

disponíveis de cada grupo, que vão apontar para a força que têm em conquistar ou não o poder em relação aos outros grupos. Nas palavras de Martín-Baró (2017, p.215) “[...] o poder é definido como a desigualdade das relações sociais que se funda na posse diferencial de recursos, permitindo a alguns realizarem e imporem seus interesses pessoais, grupais ou de classe sobre outros”. No caso da Vila, os resistentes acreditam ter mais poder sobre a organização da comunidade porque, graças às suas lutas, todos os moradores permanecem nela. Com isso, a Resistência tem controlado o uso dos espaços.

Entende-se que a apropriação do espaço não é um processo instantâneo ou automático, mas um processo constante que exigem várias "reapropriações", apresentando vários níveis para a escolha de objetivos e meios para alcançá-los, podendo estes serem atingidos com sucesso ou serem fracassados (PROSHANSKY, 1976). Ao considerar os aspectos negativos, a partir das falas dos moradores, resistentes e "não-resistentes", observa-se que os moradores, principalmente os membros da Resistência, têm realizado alterações na comunidade, tais como reorganização dos espaços coletivos, como a criação de uma pracinha (em geral, usada apenas pelos resistentes) em parte do quintal comunitário, onde anteriormente havia um campinho de futebol para as crianças; e a alteração das regras de uso de alguns espaços, como a igreja. Ademais, os moradores da Resistência estão à frente dos processos de tombamento provisório e da regularização fundiária da Vila, o que implica que eles têm mais vozes na definição das alterações no ambiente.

Nesse caso, pode-se perceber uma reapropriação dos espaços da Vila, com ações-transformações e novas regras de funcionamento. Por serem ações, de modo geral, realizadas por um lado da comunidade, tal processo pode implicar em uma “desapropriação interna”, ao restringir as opiniões de uma grande parcela dos moradores, os “não-resistentes”, que se sente sem influência nas decisões sobre a comunidade e, no entanto, está sob o funcionamento dessas novas organizações; tornando-se, assim, alheia ao próprio ambiente onde mora, como resultado da desapropriação (POL, 1996).

A respeito da influência, a partir do se posicionar e sentir-se que é ouvido na comunidade, McMillan e Chavis (1986) discorrem que, à medida que a influência sobre uma comunidade é diminuída, ou retirada, a integração e coesão grupal são ameaçadas. Por outro lado, há uma relação entre os conceitos de poder, influência e participação no desenvolvimento do sentido de comunidade, possibilitando a organização de sindicatos e movimentos sociais. Com efeito, enquanto a Resistência se fortalece enquanto grupo, adquirindo poder sobre a

organização da comunidade; os “não-resistentes” vão tornando-se alheios à Vila, perdendo o poder de influência nas decisões que afetam a vida no ambiente.

6.3.4 “*Eu sinto, assim, que a gente é um pouco rejeitada*”

Por fim, questionou-se aos moradores “não-resistentes” se eles se integrariam ao grupo Resistência Vila Vicentina; e como avaliam as relações entre os resistentes. O Quadro 22, apresenta que, de modo geral, os moradores “não-resistentes” não têm nada contra à Resistência, achando interessante a organização do grupo, como diz Bribola “*Eu não tenho nada contra nenhum, não*” (Entrevista de Bribola, 2022); e enxergando que há uma boa relação entre eles, como aponta moradora: “*Realmente, eu não faço parte da resistência, mas, ao meu ver, é uma relação também de amizade e confiança e que ambos, né? Tem bastante respeito, uns pelos outros*” (Entrevista de Maria Moreira, 2022).

Quadro 22 - Aproximação com a Resistência

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
Nada Contra (02), Tranquilidade (02), Interessante (01), Respeito (01).	Não ser aceito/Rejeição (02) Receio da aproximação

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

*Os números estão relacionados à quantidade de entrevistas em que o elemento apareceu; na mesma entrevista de um participante, podem aparecer diversos elementos apontados no quadro.

Porém, também relataram que têm receio de se aproximar do grupo; e alguns sentem que não são aceitos e/ou são rejeitados. Quanto à rejeição, uma moradora justificou: “*Porque eu sinto, assim, que a gente é um pouco rejeitada, [...] Por causa da confusão que teve, sabe? Que teve umas acusações com a gente aqui desse lado [...] Eu acho que são fechados*” (Entrevista de Grilo, 2022). Outra moradora apontou que os resistentes não têm empatia por eles, “não-resistentes”: “*Eles não têm [...] muita empatia por a gente, não, e é porque era pra sentir, porque é todo mundo aqui há muitos anos*” (Entrevista de Joana, 2022). Sobre a participação na Resistência, Sabrina contou que

A gente não vai lutar junto com eles porque eles nunca aceitaram que a gente fosse, depois disso, né? Teve um tempo, há um ano atrás, eu fui perguntar se eu podia fazer parte da associação pra mim pagar, perguntei o vice, né? Ele disse que ia conversar com as pessoas e depois ele chegou pra mim ele disse que as pessoas, duas, três, não aceitou,

disse que não queria a minha ajuda. [...] aqui é uma comunidade, então era pra todo mundo agora tá unido, lutar pela mesma coisa, porque aqui é pra todo mundo que mora aqui. Mas não aceitam. [...] Aí eu me sinto chateada. Eu me sinto presa nisso aí, porque se eu moro aqui, a gente tinha que participar. Por isso que eu acho que se é pra lutar, vamos lutar todo mundo junto. O que passou, passou, vamos viver o presente, esquece o passado (Entrevista de Sabrina, 2022).

A esse respeito, lembra-se que, muitas vezes, os oprimidos exercem um certo tipo de violência horizontal com seus próprios companheiros, explicitando ainda mais as dualidades da relação de opressor-oprimido. No entanto, ao violentarem seus companheiros, agridem a si mesmos (FREIRE, 2021). A luta, para o autor, só tem sentido quando os oprimidos, ao recuperarem sua humanidade, recriando-a, não se constituem opressores, muito menos se tornam opressores dos opressores. Assim, a libertação ocorre quando há a libertação e humanização de ambos os lados; “E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos - libertar-se a si e aos opressores” (FREIRE, 2021, p.41).

Cabe lembrar que três moradoras identificadas como “não-resistentes” têm se aproximado do grupo Resistência. Porém essa participação ocorre de modo restrito, ou seja, essas moradoras são vistas como “pagante da Resistência” não como “ser resistente”, pois usufruem das melhorias realizadas na comunidade pela RVV, mas ainda não são de “confiança”.

Ainda quanto à aproximação, entre os anos de 2016 a 2020, os moradores “não-resistentes” não eram bem-recebidos em reuniões realizadas na capela da Vila, inclusive para tratar de assuntos relacionados ao tombamento e a regularização fundiária, que envolvem todos os moradores independentemente se querem ou não sair da comunidade (DC, 2020). Somente a partir de 2021 que, progressivamente, eles foram sendo bem recebidos e, em determinadas ocasiões, convidados pelo próprio grupo da Resistência. A esse respeito, Joana contou que: “*De primeiro eu dizia ‘Ah, eu vou pra reunião, mas eu vou com vergonha’, porque eu tinha medo de chegar lá e o pessoal me mandar embora, ai que vergonha, né? Hoje até foto a gente já tira porque de primeiro nem isso o povo queria, né?*” (Entrevista de Joana, 2022).

Ao refletir sobre essa aproximação e início de aceitação, pode-se perceber um locus de atuação dos agentes, tanto internos quanto externos, voltada para o reestabelecimento dos vínculos. Acredita-se que o fortalecimento de redes comunitárias traz benefícios aos moradores, tais como a melhoria do bem estar e da qualidade de vida pessoal e coletiva, bem como a ampliação do apoio social (NEPOMUCENO *et al.*, 2017). Como ressaltam Silva *et al.*, (2016), o apoio social, e seus consequentes benefícios à saúde, é atravessado pela percepção do

indivíduo de que há confiança e identificação dentro das relações, com o sentimento de “ter com quem contar em situações difíceis”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS³¹

Seis anos se passaram desde que coloquei os pés pela primeira vez na Vila. Na capela lotada, olhos curiosos e corações palpitantes me receberam. Foi a primeira plenária de apoiadores do movimento Resistência Vila Vicentina, na qual várias histórias foram contadas sobre as relações dos moradores com aquele lugar; cada fala me contagiou, dizendo-me para continuar ali. À época, eu visitava outras comunidades, com as quais cogitava desenvolver minha pesquisa de mestrado, mas fui firmando cada vez mais os pés na Vila, participando das atividades, envolvendo-me nos pedidos de presença.

Lembro que, certa vez, à tardinha, estava no Locus pensando sobre qual campo de estudos poderia escolher para dar continuidade à pesquisa. Conversava com a querida Zelfa, que à época também estava tomada pela vivência em campo, na Aldeia Pitaguary, em Pacatuba. Eu falava sobre “escolher um campo” e Zelfa me fez perceber que o campo havia me escolhido. Eu já acompanhava a Vila há dois meses, participava de todas as atividades comunitárias realizadas nos finais de semana, os moradores me conheciam, vez ou outra, quando chegava à comunidade, era recebido com os cumprimentos “chegou o psicólogo da Vila” ou “chegou nosso apoiador fiel”. As portas estavam abertas e eu tinha os convites para entrar. Zelfa me ajudou a perceber que a pesquisa já acontecia ali, que eu já estava vivenciando o campo. Que talvez eu só estivesse confuso sobre o que é pesquisar, sob uma perspectiva tradicional positivista, e o que é vivenciar uma comunidade, sob o olhar de uma pesquisa afetivamente implicada.

Hoje, seis anos depois dos primeiros encontros, diante da escrita dessas considerações finais, eu sinto que, de algum modo, o mais difícil é sair da vivência em campo. É difícil pensar em palavras finais sobre esta história. Isso me lembra de que, mesmo no período entre o término do mestrado e início do doutorado, em torno de oito meses, eu não deixei “meu campo de estudos”, este havia se tornado apenas a Vila, cujas histórias me convocavam a ficar. Creio que é exatamente essa convocação que torna tão difícil tecer considerações finais quando sei que não estou encerrando algo, que as considerações são inacabadas, que o fluxo continua e as relações a cada dia se (re)configuram. Aqui, penso agora, é só uma passagem para um outro modo de como estar.

³¹ Assim como na subseção 1.1 da Introdução, optei por escrever as considerações finais em primeira pessoa do singular, de modo a deixar mais livre meus sentimentos em relação ao encerramento desse ciclo.

Então aqui, por agora, penso que todo este trabalho foi uma segunda pausa para contar para as universidades as histórias que ouvi, usando até palavras típicas das ciências com seus trajes de “escrita acadêmica”. Torço para que, assim como fui contagiado, tais histórias também possam contagiar tantos outros estudantes e pesquisadores a viverem uma comunidade, implicando-se com sua dinâmica, engajando-se ético-politicamente contra os desigualdades e vulnerabilidades que, por vezes, ali atuam para impedir que a vida possa se expandir.

Como vinha contando, fui bem recebido na Vila. Conversas nas calçadas, café com tapioca no quintal, suco de frutas para apaziguar o calor. Nesse último mês de novembro (2022), foram vinte e cinco conversas acompanhadas por catorze xícaras de café e onze copos de sucos de caju, acerola, maracujá e manga.

Quando cheguei à Vila, em 2016, as histórias que ouvia eram dos moradores que ali lutavam para permanecer. Em toda a comunidade, nem todos pareciam querer ficar; e me contavam que alguns “estavam em cima do muro” e, por vezes, que eram “traíras”. Por dois anos, eu tive curiosidade em ouvir as demais histórias, em me aproximar do outro lado, pois sentia que, de algum modo, esse outro lado brechava por trás das persianas das portas e janelas a presença de todas aquelas pessoas ali, os apoiadores. Mas, nesse período, sentia-me convocado para, primeiro, compreender quais os afetos e as implicações psicossociais do viver sob as ameaças da desapropriação do espaço, a partir de quem declaradamente resiste à remoção. Era o que também eu conseguia dar conta no período; e também era, por urgência das questões da comunidade, uma participação que poderia, de algum modo, contribuir para que ela não fosse destruída.

Entendi que os moradores resistentes, em sua maioria, apresentavam afetos contrastantes. Essa imagem afetiva, como delineada por minha querida orientadora Zulmira Bomfim, demarca uma avaliação da relação pessoa-ambiente com sentimentos ambíguos e contraditórios, amando e odiando ao mesmo tempo. Com o aprofundamento da configuração dessa imagem dentro da Vila, percebi, então, que os sentimentos despotencializadores em relação à comunidade configuram um plano de frente para a vivência na comunidade, marcado pela insegurança, medo e incerteza quanto à permanência na Vila. Era um plano de frente de uma vivência situacional com o lugar, que emergiu pelo contexto das ameaças de desapropriação. Por outro lado, havia um plano de fundo com sentimentos potencializadores em relação à Vila, marcado com sentimentos de amor, apego, pertencimento e pela construção de identidade. Esse plano expressava vivências mais duradouras em relação à comunidade.

Assim, com o mapeamento afetivo, compreendi que os moradores não sentiam afetos ruins pela Vila, pois todos os sentimentos de plano de fundo, marcado por vivências mais duradouras, eram potencializadores. O plano de frente, que apresentava sentimentos despotencializadores, estava relacionado às vivências daquele momento, cujos afetos se referiam às ameaças da desapropriação, não à comunidade.

Pela pesquisa, visualizei também que as atividades comunitárias desenvolvidas pelos moradores tinham implicações no processo de conscientização. Assim, observei que, quanto mais ativa era a participação dos moradores nas atividades, maior era o seu índice de estima de lugar e seus discursos pareciam problematizar de modo mais crítico-reflexivo a situação da comunidade.

Entre outras coisas que captei nesse processo, também me chamou a atenção o que alegrava e o que entristecia os moradores. Tanto na alegria quanto na tristeza, as relações comunitárias ficaram em evidência. Como alegria, os moradores relataram boa convivência, amizade, apoio social, partilha de história de vida, etc. Por outro lado, como tristeza, contaram sobre a fragmentação dos laços, intrigas, divisão da comunidade, fofocas, etc. Este foi, então, um outro chamamento que senti para continuar pesquisando na Vila. Eu senti que precisava entender como essas configurações das relações comunitárias implicavam nas decisões sobre ficar ou partir na Vila, entender como ambos os lados enxergam essas relações e de que modo isso afeta a relação morador-comunidade.

Nos últimos anos, com certa diminuição das ameaças de desapropriação, pude me aproximar de outras versões das histórias. E os quatro anos de doutorado, com o suporte teórico-metodológico, ajudaram-me a me envolver com as histórias sem ficar ludibriado por algum lado. Desde o início, explicitiei que, enquanto pesquisador ou apoiador de movimentos sociais, minha posição era e é pela permanência da comunidade, em defesa pela moradia digna das pessoas. Mas essa luta também é pelo direito de escolha, pela liberdade de, sem pressão e ameaças, poder escolher ficar ou partir sem que essa decisão implique no ficar ou partir dos demais; posicionando-me muito mais contra as injustiças sociais advindas dos processos de segregação socioespacial na construção do espaço urbano.

A partir de 2019, os moradores identificados como “não-resistentes”, aqueles tidos como “em cima do muro” ou “traíras” pelos resistentes, começaram a aparecer em algumas reuniões na capela da Vila. Essas reuniões eram promovidas pelo Conselho Gestor da comunidade, juntamente com o Instituto de Planejamento de Fortaleza, com o objetivo de construir o Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) da Zona Especial de Interesse

Social (ZEIS) Dionísio Torres, onde a Vila está situada. Quando chegavam à capela, esses moradores, normalmente, sentavam nos bancos de trás e, na maioria das vezes, não se apresentavam nem falavam, apenas ouviam. Com o tempo, começaram a fazer perguntas - e alguns moradores da resistência temiam que essas falas pudessem atrapalhar os processos.

Com o andamento da elaboração PIRF, por demanda dos moradores, eu fui incluído na equipe técnica como voluntário. Essa inclusão possibilitou que eu me aproximasse do outro lado da história, ao adentrar em suas casas para realizar entrevistas sobre as condições de moradia e explicar como os processos da regularização das ZEIS e do tombamento funcionam. A inserção e familiarização ajudaram no estabelecimento de vínculo e, com um tempo, passei a ser reconhecido pelos “não-resistentes” como alguém que poderia lhes tirar dúvidas.

No ano de 2020, em decorrência da pandemia ocasionada pelo coronavírus (Covid-19), as atividades presenciais na comunidade foram suspensas, seguindo as recomendações da Organização Mundial de Saúde de realizar o isolamento social para que o vírus não se espalhasse e mais vidas pudessem ser salvas. Até 10 de julho de 2021, eu mantive somente contato virtual com os moradores do grupo Resistência Vila Vicentina, principalmente os que fazem parte do Conselho Gestor da comunidade, já que algumas reuniões voltadas para a construção do PIRF se mantiveram. Confesso que temia que esse distanciamento pudesse, de algum modo, quebrar o vínculo recém construído com o outro lado.

Com o retorno das atividades presenciais, observei uma maior presença dos moradores “não-resistentes” nas atividades que ocorriam na capela. Tais percepções me ajudaram a reorganizar a pesquisa para essa tese. Com isso, estabeleci como objetivo principal analisar as relações comunitárias, em contexto de desapropriação do espaço, de uma comunidade em Fortaleza-Ceará. Para alcançar este objetivo, três estudos foram desenvolvidos.

O primeiro estudo, denominado de “*A construção sócio-histórica da comunidade Vila Vicentina da Estância*”, foi desenvolvido a partir do primeiro objetivo específico da tese, a saber, discorrer sobre a construção sócio-histórica da comunidade Vila Vicentina da Estância, considerando o processo de segregação socioespacial na cidade de Fortaleza. Ao construir esse estudo, resgatei as principais vivências observadas em campo durante esses seis anos, incluindo informações levantadas para a pesquisa de mestrado e outras atuais, construídas após 2018, com o andamento da pesquisa de doutorado.

No referido estudo, apresentei a origem da comunidade, destacando sua dimensão histórica que, desde o início, surge já com um caráter de enfrentamento às adversidades ocasionadas pelas vulnerabilidades. Embora a caridade, muitas vezes, contribua com os

processos de alienação e fatalismo, como discutem autores como Paulo Freire, Ignacio Martín-Baró, Silvia Lane, entre outros, a doação do terreno da Vila, na década de 1930, permitiu que pessoas vulneráveis tivessem abrigo e fossem aparadas, conseguindo, com o tempo, reestruturar suas vidas.

O problema vai se delineando ao longo dos anos, quando a cidade começa a se expandir, urbanizando-se, e os territórios passam a ganhar outros valores sociais. No caso de Fortaleza, espaços que anteriormente não tinham tanto “valor”, como próximos às praias ou em zonas pouco povoadas, passaram a chamar a atenção dos setores imobiliários. Iniciou-se, então, um movimento de realocar os moradores desses espaços, hoje tidos como nobres, para as periferias da cidade e/ou região metropolitana.

A Vila, que foi construída onde só tinha mato, hoje está situada em um dos bairros de maior Índice de Desenvolvimento Humano na cidade. Ao transitar pela região, pelos estereótipos de bairros ricos, é de se estranhar que aquelas casinhas simples, horizontalizadas, permaneçam ali, onde o metro quadrado é tão caro. A especulação imobiliária chegou lá também.

O conflito, então, passa a ser sobre quem tem a posse da Vila. Como fruto de uma doação para uma sociedade religiosa, esta reivindica a titularidade, alegando problemas financeiros que justificam a venda do terreno. Os moradores, por outro lado, que vivem lá há décadas, não querem sair, pois além de gostarem de suas moradias, as indenizações pelas casas são de valor muito baixo, não possibilitando que possam refazer a vida com moradia digna em outro lugar. Com as ameaças de desapropriação, alguns moradores, temendo “perder tudo”, cogitaram negociar suas casas. Outros negociaram e já saíram da comunidade.

As casas desocupadas, no auge do conflito, foram demolidas, ocasionando mais medo e tensão entre os moradores. É nesse momento que os conflitos se acirram e a luta dos moradores que resistem à remoção ganha visibilidade na cidade, atraindo diversos movimentos sociais, assessorias jurídicas, estudantes vinculados a laboratórios de pesquisa e extensão de universidades e demais atores sociais. Com o suporte jurídico, os moradores descobriram irregularidades no processo, uma vez que a própria certidão do terreno apresenta equívocos quanto à titularidade de posse.

Com o suporte de professores e estudantes de arquitetura, descobriram o valor arquitetônico, histórico e patrimonial da comunidade, os quais devem ser preservados, então foi solicitado um tombamento. Os moradores também descobriram, com a ajuda dos movimentos sociais de direito à moradia, que a comunidade está situada em uma área

demarcada como Zona Especial de Interesse Social, cuja política pública diz que essas áreas devem ser utilizadas somente para habitações sociais, a fim de evitar processos de segregação socioespacial.

Em meio a tantas descobertas, os moradores mais à frente pela permanência organizaram um grupo denominado Resistência Vila Vicentina. Neste, podiam participar os moradores que não desejavam negociar suas casas. Este grupo, ao longo desses anos, vem desenvolvendo atividades comunitárias que possibilitaram dar andamento aos processos de tombamento provisório e regularização fundiária (embora ambos ainda estejam por aprovação final por parte dos órgãos públicos).

Mesmo com as conquistas que trouxeram certa estabilidade aos moradores quanto à permanência, outros conflitos foram chamando atenção dos moradores e dos apoiadores externos. Entre eles, observei que, muitas vezes, os moradores da Resistência culpabilizavam os demais moradores pelas derrubadas das casas e o avanço do setor imobiliário dentro da comunidade, pois alguns iniciaram as negociações. Desse modo, acreditavam que esses moradores eram “traíras” que não gostavam da Vila.

Tendo isso em vista, desenvolvi o estudo “*Relação morador-comunidade em contexto de desapropriação do espaço*”, com base no segundo objetivo específico da pesquisa, que consiste em analisar, a partir da afetividade, a relação pessoa-ambiente em contexto de desapropriação do espaço. Ao realizar uma avaliação sobre o que pensam da Vila, os moradores da Resistência destacaram apenas aspectos positivos, tais como a vizinhança, tranquilidade, boa localização e segurança na comunidade. Estes elementos qualificam as imagens afetivas de Pertencimento, ao expressar afetos de identificação com o lugar e boas relações de vizinhança; e Agradabilidade, pela avaliação de que a comunidade dispõe de acessibilidade aos equipamentos e serviços da cidade (escolas, supermercados, postos de saúde, etc.) e pela tranquilidade e sensação de segurança, cuja a própria estrutura física da Vila contribui para essa percepção, por ser pequena e todos os moradores se conhecerem.

Quanto aos “não-resistentes”, percebi que, de modo geral, a avaliação é potencializadora, demarcada pelos indicadores de gostar da moradia, ser um lugar de apoio, com segurança e boa vizinhança, aspectos que configuram uma imagem afetiva de Agradabilidade. Por outro lado, houve também uma avaliação despotencializadora relacionada à administração dos espaços coletivos. A este respeito, percebi que a Resistência, por estar à frente na luta pela defesa da comunidade, tem organizado e controlado os espaços coletivos, criando novas regras para seus usos.

Em relação aos sentimentos que vivenciam pela Vila, os moradores resistentes expressaram amor e irmandade, aspectos também de uma imagem de Pertencimento; no entanto, houve o destaque de um elemento despotencializador, a apreensão, que está relacionada aos receios de que ainda sofram com as ameaças, uma vez que estas apenas se reduziram. Quanto aos moradores “não-resistentes”, os afetos potencializadores mais expressos foram bem-estar e amor, que configuram imagens de Agradabilidade e Pertencimento; mas também expressaram a sensação de julgados, por serem apontados como aqueles que queriam vender suas casas, como se não gostassem da comunidade.

Durante o auge dos conflitos fundiários, com as intensas ameaças e derrubadas das casas, os moradores resistentes apontaram que sentiram muita insegurança, medo, preocupação em relação à permanência; e, ainda, sentiram que, dentro da comunidade, as relações estavam conturbadas, havendo muitos atritos entre os moradores. Além desses elementos despotencializadores, percebi também a presença de implicações potencializadoras, ao expressarem que, nesse período, também houve grande união entre as pessoas que queriam permanecer, o que gerou a sensação de ter apoio. Ademais, outros atores sociais apoiaram a causa, dando mais suporte e contribuindo na conscientização sobre os fenômenos em torno da luta, o que gerou nos moradores a sensação de que a situação agora está mais tranquila, principalmente, por perceberem o andamento dos processos de tombamento e regularização fundiária.

Entre os “não-resistentes”, o que mais se destacou em relação ao auge das ameaças foram elementos despotencializadores, tais como acusações, divergências, dificuldades nas relações, etc. Tais fatores estão relacionados porque, ao não se posicionarem a favor da Resistência, eles foram considerados como traidores ou como responsáveis pelas negociações. Por outro lado, houve também a percepção de pontos potencializadores, como a sensação de que a situação está se acalmando, implicando que a luta dos Resistentes tem dado certo.

De modo geral, a estima de lugar de ambos os lados da comunidade, resistentes e “não-resistentes”, é potencializadora, não havendo diferenças significativas. No entanto, ao analisar na escala os itens de maiores concordâncias entre os moradores, percebi que os do grupo da Resistência apresentavam maiores pontuações, no fator potencializador, relacionadas às afirmativas de Pertencimento; enquanto os “não-resistentes”, aos itens de Agradabilidade. Já quanto ao fator despotencializador, ambos os lados apresentaram concordância maior com os itens de Insegurança.

Quando analisei o sentido de comunidade dos moradores, o resultado que mais se mostrou discrepante foi relacionado ao elemento de Influência, que se refere à percepção de que são importantes na comunidade e podem influenciar nas decisões do grupo. A diferença de percepção quanto à Influência é ainda mais discrepante quando faço a comparação entre as médias dos grupos (6,8 para os resistentes; e 3,8 para os “não-resistentes”). Acredito que essa baixa pontuação ocorre por conta da organização e do poder que o grupo Resistência Vila Vicentina tem tido dentro da comunidade, o que, por vezes, acaba gerando o afastamento dos moradores “não-resistentes”, já que estes não sentem que têm suas opiniões respeitadas.

Esses resultados me ajudaram a melhor pensar a construção do estudo “*Processos grupais e as implicações psicossociais da (não) resistência à desapropriação do espaço*”, orientado a partir do terceiro objetivo específico da pesquisa, a saber, compreender as organizações grupais de (não) resistência à desapropriação do espaço e as suas implicações psicossociais no cotidiano comunitário. Iniciei o estudo com a intenção de entender quais as motivações por trás das decisões de permanecer ou sair da comunidade quando se vive sob ameaças.

Inicialmente, perguntei aos moradores resistentes porque eles acreditavam que os demais moradores da Vila, aparentemente, queriam sair da comunidade. Boa parte dos entrevistados respondeu que o outro lado visava dinheiro, queriam melhor moradia, não gostavam da comunidade ou mesmo por falta de caráter. Somente uma moradora resistente disse acreditar que o outro lado pudesse se sentir ameaçado. No entanto, quando perguntei aos “não-resistentes” se eles tinham vontade de sair da comunidade, eles demonstraram impasses quanto à resposta, mas, de modo geral, queriam ficar e os motivos de terem cogitado sair da comunidade estavam relacionados ao desejo de ter algo próprio, a não terem a titularidade de suas casas, ao medo do desabrigo e, ainda, aos conflitos internos que desgastaram as relações de vizinhança.

Adentrando à compreensão dos processos grupais, observei que o grupo Resistência é bem estruturado, com objetivos, identidades, papéis e atividades bem definidas. Surgiu a partir da necessidade de união dos moradores para o enfrentamento das ameaças de desapropriação, desenvolvendo ações internas e externas à comunidade. As internas dizem respeito às atividades de organização e gestão dos espaços; já as externas referem-se às desenvolvidas junto a outros órgãos públicos e/ou com movimentos sociais.

Quanto à identidade do grupo, percebi que os resistentes qualificam a participação do grupo em “ser resistente” ou “pagante da resistência”. O primeiro diz respeito a assumir uma

identidade de luta, aquele morador que, desde o início dos conflitos, se posicionou em defesa da Vila, sendo, portanto, confiável. Já o ser “pagante da resistência” está relacionado aos moradores que anteriormente estavam “em cima do muro” e agora vêm se aproximando dos resistentes. Essa aproximação inicial se deve pela percepção de que o grupo de resistência tem investido em melhorias nos espaços físicos da comunidade, então resolveram pagar a taxa da resistência para ajudar na manutenção.

Percebi nas análises que, embora essa aproximação já signifique um avanço nas relações, os membros da Resistência ainda enxergam com desconfiança. Desse modo, o “pagante da resistência” tem acesso às melhorias realizadas na comunidade, mas as informações quanto ao andamento dos processos jurídicos e demais organização de luta ficam restritas ao “ser resistente”.

Ainda quanto ao processo grupal da Resistência Vila Vicentina (RVV), percebi a ocorrência de conflitos internos. Entre os principais motivos, os moradores apontaram divergências de opiniões, a não participação em atividades internas e/ou externas e, ainda, disputa de poder entre os membros. Mesmo com tais conflitos, a grande maioria dos entrevistados afirmaram que esses problemas podem ser resolvidos por meio de diálogo e, principalmente, por votação entre eles, prevalecendo o que o grupo escolher como melhor para a luta.

Em relação ao processo grupal dos “não-resistentes”, percebi que não há uma organização como o grupo RVV. Eles até apontaram que, inicialmente, havia um grupo que, por vezes, os membros se encontravam para discutir sobre as negociações. Porém, no período de maior conflito, o grupo se desfez, ficando “cada um por si”. Nesse caso, entendi que os “não-resistentes”, na verdade, configuram um não-grupo, pois mesmo que eles sejam englobados em como “os que querem negociar suas casas”, não há identidade grupal nem atividades do grupo, tornando-se apenas um agrupamento.

Especificamente sobre as relações comunitárias entre a RVV e os “não-resistentes”, compreendi que elas têm melhorado. Os moradores resistentes relataram que já os convidam com mais frequência para algumas atividades, no entanto, não confiam completamente nessa aproximação, com receio de que, em momentos de maior ameaça, os “não-resistentes” possam prejudicá-los, traindo a Resistência.

Os “não-resistentes” também têm percepções de que as relações entre os moradores estão melhorando. No entanto, para alguns, os membros da resistência os rejeitam e não aceitam as suas opiniões. Também percebi que os “não-resistentes” têm sentido que eles têm menos

poder de decisão e de uso sobre os recursos e os espaços da comunidade. Pelos relatos, identifiquei uma certa reprodução das relações de dominador-dominado. Nesse caso, entendo que, pelo grupo RVV ter conquistado batalhas que proporcionaram certa estabilidade na comunidade, seus membros se sentem mais influentes sobre ela; e entendem que o outro lado, por não ter integrado à luta, tem menos direitos quanto à organização e gestão da Vila.

A partir dos estudos, pensei em alguns postulados:

Todos os moradores, resistentes ou não à desapropriação, sentem-se pertencentes à comunidade. Os afetos revelados pelos moradores mostraram que a relação com a comunidade continua sendo potencializadora, atuando como fonte de referenciais de identidade e configurando-se como lugar de boa moradia. Os afetos despotencializadores são referentes ao receio de que a relação morador-comunidade seja rompida, gerando outras vulnerabilidades, como a falta de moradia e a ruptura de boas relações.

A percepção de que há outros moradores que desejam permanecer, formando um grupo, aumenta a tendência de resistir às ameaças de desapropriação. Percebi que a organização grupal fortalece os vínculos entre os moradores, estimulando as relações de apoio comunitário que repercutem no desenvolvimento de atividades de enfrentamento aos problemas. Por outro lado, não pertencer a um grupo, nessas circunstâncias, pode fragilizar a relação morador-comunidade, que pode repercutir em uma implicação mínima com o lugar. Ainda, acredito que a diminuição do elemento de Influência sobre os processos da comunidade possa enfraquecer a relação pessoa-ambiente, por intensificar a sensação de rejeição pelo grupo e por produzir uma sensação de que não pode transformar os espaços, atribuindo suas características; ou seja, há uma diminuição do processo de ação-transformação, sendo este um elemento fundamental na apropriação do espaço.

A insegurança é uma sensação constante nos moradores que vivem sob ameaça de desapropriação e, naqueles que não se organizam em grupos, pode contribuir para a tomada de decisão de “sair da comunidade”. Pelos relatos, percebi que todos os moradores se sentem inseguros quanto à permanência, no entanto, aqueles que fazem parte de um grupo, sentem-se fortalecidos por meio do apoio comunitário e acreditam na vitória. Já os que não fazem parte de um grupo, a insegurança somada à sensação de rejeição e de desamparo pode contribuir para que os moradores busquem alternativas de resolver isso, nem que seja “negociando as casas para não ficar sem nada”, pois os vínculos ali estabelecidos estão esgarçados, diminuindo o pertencimento e a identificação com o lugar.

A desconfiança atua como o maior elemento despotencializador nas relações, contribuindo para o acirramento de conflitos e a ruptura de laços comunitários. Mesmo com a estabilidade que os moradores possam adquirir com os resultados de suas lutas, a desconfiança influencia suas avaliações e ações em relação a quem se aproxima. Nesse caso, percebi que a aproximação dos moradores que antes estavam “em cima do muro” ou cogitaram negociar suas casas é recebida com restrições. Nesse caso, os moradores resistentes não compartilham informações que poderiam atuar no processo de conscientização, pois têm receio de que a aproximação seja apenas por interesses de obter informações para usar contra a resistência.

A reprodução de relações de poder contribui para o enfraquecimento das relações comunitárias, podendo prejudicar as lutas de resistência. Percebi que os moradores resistentes, pela estabilidade que alcançaram com suas lutas, têm se colocado como organizadores e gestores de toda a comunidade. O problema é que essas funções estão sendo desempenhadas, em determinados momentos, de modo autoritário, o que dificulta a (re)apropriação dos espaços pelos demais moradores, principalmente os “não-resistentes”, gerando mais conflitos. Além disso, observei que, dentro do próprio grupo de resistência, são reproduzidas relações de dominador-dominado, ocasionando o distanciamento de membros, o que pode enfraquecer as ações de resistência.

A conscientização possibilita a análise crítica dos processos psicossociais da própria comunidade e de outras problemáticas sociais, contribuindo para a superação de conflitos entre os moradores e a libertação das relações de opressão. A partir do estudo que desenvolvi anteriormente, percebi que os moradores que mais participavam ativamente de atividades comunitárias apresentavam uma estima de lugar mais elevada e, em suas discussões, demonstravam maior análise crítica sobre os problemas da Vila e as demais comunidades da cidade. Acredito também que o processo de conscientização pode contribuir para a percepção de que a luta não deve ser contra os “não-resistentes”, pois estes também são oprimidos pelo sistema.

Pois bem, acredito ter me aproximado do alcance dos objetivos que propus. Mas a vida comunitária está em constante transformação e é bem possível que depois dessa pausa que dei para escrever este trabalho, tantos outros processos tenham ocorrido que minhas palavras, aqui, já se encontrem desatualizadas.

Como disse logo de início, escrever essas considerações seria difícil. E agora enxergo que essa dificuldade também se dá pela aproximação com o encerramento de um ciclo, que é o doutorado. Que desafiante foi, ainda mais em meio a uma pandemia. Em meio a tantos

cortes na educação. Em meio a tantos desmontes de políticas públicas em tão pouco tempo. Foi difícil, mas aqui é só uma pausa, enquanto outros ciclos se abrem com novas lutas.

Por fim, aos leitores que chegaram até aqui, vou me desculpando por qualquer coisa; por essa escrita um tanto prolixa e pouco acadêmica, talvez.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria Onira. **A História da Vila Cinzenta**. Fortaleza, 1970. [Não publicado]
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BARBOSA, Vilkiane Natércia Malherme. **As implicações psicossociais da pobreza na relação entre sentido de comunidade e desigualdades sociais de gênero no Parque da Liberdade**. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2020.
- BARBOSA, Guilherme Bezerra; SOUZA, Natália Brito; AZEVEDO, Laryssa Figueiredo. As zonas especiais de interesse social na judicialização de conflitos fundiários em Fortaleza: breves apontamentos sobre os casos Vila Vicentina e Salgadeira. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 49720-49738, 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERNAL, Cleide; BOMFIM, Zulmira Aurea Cruz; MUDO, Eloise. Vulnerabilidade, violência e pobreza na região metropolitana de Fortaleza. *In*: COSTA, Maria Cleide Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (org.). **Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p.245-272.
- BOMFIM, Zulmira Aurea Cruz. **Cidade e afetividade**: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo. Fortaleza: UFC Edições, 2010.
- BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz; NOBRE, Bruno Halysom Lemos; FERREIRA, Thais Leite Moraes; ARAÚJO, Lívio Marcio Alburquerque; FEITOSA, Maria Zelfa de Souza, MARTINS, Ana Kristian Silva. Affective maps: validating a dialogue between qualitative and quantitative methods. *In*: GARCIA-MIRA, Ricardo; DUMITRU, Adina (org.). **Urban Sustainability: Innovative spaces, vulnerabilities and opportunities**. A Coruña, Espanha: Instituto de Investigación Xoan Vicente Viqueira, 2014. p.131-148.
- BOMFIM, Zulmira Aurea Cruz; FEITOSA, Maria Zelfa de Sousa; FARIAS, Nazka Fernandes. Afetividade e lugar como categorias de mediação no Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental. *In*: LIMA, Alúcio Ferreira de; GERMANO, Idilva Maria Pires; FREIRE, José Célio (org.). **Sujeito e subjetividades contemporâneas**: estudos do programa de pós-graduação em psicologia da UFC. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p.455-482.
- BOMFIM, Zulmira Aurea Cruz; DELABRIDA, Zenith Nara., FERREIRA, Karla Patrícia. Emoções e afetividade ambiental. *In*: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice (org.). **Psicologia Ambiental**: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p.60-74.
- BOMFIM, Zulmira Aurea Cruz; PETROLA, Domingos Arthur; PACHECO, Fábio Pinheiro. Psicologia Social brasileira e as categorias sócio-históricas fundamentais. *In*: MOREIRA,

Maria Ignez.; SOUSA, Sonia Gomes (org). **Psicologia Sócio-Histórica: bases epistemológicas, categorias fundamentais e intervenções psicossociais**. Goiânia: Ed. da Puc, 2022. p.19-42.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Liberdade, 1998.

BRANDÃO, Israel Rocha. **Afetividade e transformação social: sentido e potência dos afetos na construção do processo emancipatório**. Sobral: Edições Universitárias, 2012.

BRASIL, Amíria. **A ineficácia das ZEIS: um problema de legislação ou uma questão político-social? O caso de Fortaleza**. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**: Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, 2001.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL. **Lei nº 14.216, de 7 de outubro de 2021**. Estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 3.365**, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1941.

CASAS de vila na Aldeota são demolidas e moradores protestam. **O Povo**, Fortaleza, 28 outubro 2016. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/10/casas-de-vila-na-aldeota-sao-demolidas-moradores-protestam.html>. Acesso em: 14 Set. 2017.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

CAVALCANTE, Sylvia; ELIAS, Terezinha. Apropriação. *In*: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice (org). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. p. 63-69.

CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henry. Appropriation of Space and Social Change. *In*: **Appropriation of Space**. IAPS. Strasbourg, France: Louis Pasteur University, 1976.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUARTE, Romeu *et al.* **Contribuição técnica ao tombamento municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE**. Fortaleza: UFC, 2017.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELVAS, Susana; MONIZ, Maria João Vargas. Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. **Aná. Psicológica**, Lisboa, v. 28, n. 3, p. 451-464, 2010. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312010000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 Maio 2022.

ESPINOSA, Baruch de. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ESTEVES, Egeu Gomez; COHEN, Nicolas François. Abordagem psicossocial das remoções urbanas: uma análise a partir do caso Tabor. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.25, n.46, p.90-100, 2021.

FÉLIX, Leonardo.; COSTA, Renan; PACHECO, Fábio Pinheiro; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Direito à cidade: experiência de extensão interdisciplinar no acompanhamento de atividades comunitárias. **EntreAções: diálogos em extensão**, v. 2, n. 1, p. 117-129, 2021.

FORTALEZA. **Lei nº 9.347**. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural e natural do município de Fortaleza, por meio do tombamento ou registro, cria o conselho municipal de proteção ao patrimônio histórico-cultural (comphic) e dá outras providências. Fortaleza, 2008.

FORTALEZA. **Plano Diretor de Fortaleza** (Lei 062/2009). 2009.

FORTALEZA. **Secretaria De Cultura De Fortaleza. Pedido de impugnação da abertura do processo de tombamento da Vila Vicentina da Estância** (Processo nº P430950/2016). Fortaleza, 2017.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021.

FREITAS, Clarissa; PEQUENO, Renato. Produção habitacional na Região Metropolitana de Fortaleza da década de 2000: avanços e retrocessos. **Estudos Urbanos e Regionais**. v.17, n.1, p.45-59, 2015.

GÁRCIA-MIRA, Ricardo. **La ciudad percibita**: una psicología ambiental de los barrios de A Coruña. Universidad da Coruña, 1997.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre, Artmed; 2009.

GIULLIANI, Maria Vitória. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. *In*: TASSARA, Eda de Oliveira; RABINOVICH, Elaine Pedreira; GUEDES, Maria do Carmo (org.). **Psicologia e Ambiente**. São Paulo: Educ, 2004. p. 89-106.

- GLEIZER, Marcos André. **Espinosa & a afetividade humana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- GOES, Nara Albuquerque; XIMENES, Verônica Moraes; MOURA JR., James Ferreira. Relações da Psicologia Comunitária com a Libertação a partir da dialética dominação-opressão. **Teoría y Crítica de la Psicología** v.6, p.140-161, 2015.
- GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia Comunitária: atividade e consciência**. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.
- GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Saúde Comunitária: pensar e fazer**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008.
- GOMES, Marília Passos. Entre a moradia e a especulação imobiliária: as cidades de contrastes. *In: RIBEIRO, Homero Bezerra et al. (org). Acesso à terra e direitos humanos*. Fortaleza: Edições UFC, 2016. p.49-76.
- GONDIM, Linda; ROCHA, Aline Maria. Repertórios de confronto em movimentos sociais urbanos: os casos da “Resistência Vila Vicentina” e do “Quem Dera Ser um Peixe”, em Fortaleza-CE. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 50, n. 1, p.365–407, 2019.
- GRAUMANN, Carl Friedrich. The Concept of Appropriation (Aneignung) And Modes of Appropriation of Space. *In: Appropriation of Space*. IAPS. Strasbourg, France: Louis Pasteur University, 1976.
- GUARESCHI, Pedrinho. Relações comunitárias: relações de dominação. *In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: 2007. p.81-99.
- GUNTHER, Hartmut; ELALI, Gleice; PINHEIRO, José. Multimétodos. *In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice (org.). Temas básicos em psicologia ambiental*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2011. p.239-249.
- HARVEY, David. A liberdade da cidade. *In: MARICATO, Ermínia (org.). Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 27-34.
- HELLER, Agnes. **Teoria de Los sentimientos**. Barcelona, Espanha: Fontamara, 2004.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE). **Cadernos da cartografia social da ZEIS Dionísio Torres – Vila Vicentina da Estância (2020)**: documentos de incorporação ao Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi). – Fortaleza: IFCE, 2020. 44 p.
- INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Informe N° 42**. Perfil Municipal de Fortaleza - Tema VII: Distribuição Espacial da Renda Pessoal. Fortaleza: CE, 2012.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE FORTALEZA (IPLANFOR). **Diagnóstico Socioeconômico, Histórico-cultural, Arquitetônico e Fundiário (Zeis Dionísio Torres)**. Fortaleza, 2020.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Economia política e avaliação em políticas públicas no Brasil pós-2014. **Cadernos Saúde Coletiva [online]** v. 29, n. spe, p. 103-114. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202199010366>. Acesso em: 2 Dez. 2022.

JODELET, Denise. A cidade e a memória. *In*: DEL RIO, Vicente; DUARTE, Cristiane; RHEINGANTZ, Paulo (org.). **Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contracapa/PROARQ, 2002. p.31-44.

LANE, Silvia. A psicologia Social na América Latina: por uma ética do conhecimento. *In*: CAMPO, Regina; GUARESCHI, Pedrinho (org.). **Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva Latino-Americana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 58-69.

LANE, Silvia A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. *In*: LANE, Silvia; CODO, Wanderley (org.). **Psicologia Social: o Homem Em Movimento**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1989. p.10-19.

LANE, Silvia. O processo Grupal. *In*: LANE, Silvia; CODO, Wanderley (org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p.78-98.

LANE, Silvia. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. *In*: LANE, Silvia; SAWAIA, Bader (org.). **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, Educ, 2006. p.55-66.

LANE, Silvia; CAMARGO, Denise de. Contribuições de Vigotski para o estudo das emoções. *In*: LANE, Silvia; SAWAIA, Bader (org.). **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, Educ, 2006. p.115-134.

LEITE, Kelma.; MIYASAKI, Júlia; LOPES, Ingrid A arquitetura como documento histórico: o caso da Vila Vicentina da Estância em Fortaleza, CE... *In*: Seminário Iberoamericano Arquitetura e Documentação, 5., 2018. Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/arqdoc/71614-a-arquitetura-comodocumento-historico--o-caso-da-vila-vicentina-da-estancia-emfortaleza-ce>. Acesso em: 29 Dez. 2021.

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013.

LIMA, Andie de Castro; BENTO, Halaine Cristina Pessoa; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz.. A vivência como unidade de análise em Psicologia Social: uma proposta decolonial a partir da Psicologia Sócio-Histórica. *In*: ROCHA, Wesley (org.). **Descolonizando a Psicologia: contribuições para uma prática popular**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p.86-106.

LIMA, Cristina; DUPAS, Giselle.; OLIVEIRA, Irma; KAKEHASHI, Seiko. Pesquisa etnográfica: iniciando sua compreensão. **Rev. latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 21-30,1996. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rlae/a/R44XpJ9nSdv4R6jGCdXR7qy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 Dez. de 22.

LISPECTOR, Clarice. **A Maçã no Escuro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MAIS de 1.440 famílias removidas em Fortaleza só este ano. **LEHAB**. 08 dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.lehab.ufc.br/wordpress/?p=646>. Acesso em: 18 Maio 2018.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. El hacinamiento residencial: ideologización y verdad de un problema real. **Revista de Psicología Social**, p.31-50, 1985.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v.2, n.1, p.7-27, 1996.

MARTIN-BARÓ, Ignacio. Para uma psicologia da Libertação. *In*: GUZZO, Raquel.; LACERDA JUNIOR, Fernando (org.). **Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. Campinas: Alínea, 2011. p.191-198.

MARTIN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MARTINS, Sueli Terezinha. Processo grupal e a questão do poder em Martín-Baró. **Psicologia & Sociedade [online]**. v. 15, n. 1, p.201-217, 2003. Disponível em: Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000100011>. Acesso em: 29 Nov. 2022

MARTINS, Cícera Mônica. **Afetividade em contextos de desapropriação: impactos psicossociais das obras do cinturão das águas do Ceará em comunidades rurais do município do Crato-CE**. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

MCMILLAN, David; CHAVIS, David. Sense of community: A definition and theory. **American Journal of Community Psychology**, n.14, v.1, p.6-23, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTERO, Maritza. **Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos**. Paidós: Buenos Aires, Argentina, 2004.

MONTERO, Maritza. **Hacer para transformar: el método en la psicología comunitaria**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

MONTEZUMA, Talita de Fátima. Avaliação de impacto ambiental e seus desafios na tutela do meio ambiente sociocultural: uma análise da implementação do Veículo Leve sobre Trilhos em Fortaleza-Ce. *In*: RIBEIRO, Homero *et al.* (org). **Acesso à terra e direitos humanos**. Fortaleza: Edições UFC, 2016. p.77-106.

MOSER, Gabriel. Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 3, n.1, p.121-130, 1998.

NEPOMUCENO, Bárbara Barbosa *et al.* Bem-Estar Pessoal e Sentimento de Comunidade: um estudo psicossocial da pobreza. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1, p. 1-2, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472017000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 Dez. 2022.

NEVES, Thamira Reis; OLIVEIRA, Bruno de Souza.; FERREIRA, André Vasconcelos. Assessoria jurídica universitária e moradia: o caso Vila Vicentina. **Extensão em Ação**, Fortaleza, v.2, n.14, p.44-57, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/extensaoemacao/article/view/20288> Acesso em: 04 Dez. 2022.

NÓBREGA, Lana; ELIAS, Terezinha; FERREIRA, Karla. Conscientização. *In:* CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice (org.). **Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. pp.60-74.

OBSERVATÓRIO das Remoções de Fortaleza: conflitos fundiários urbanos e a luta pela moradia. **Observatório das Metrôpoles**, Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/eJyfkB>. Acesso em: 23 Mar. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Conselhos sobre doença coronavírus (COVID-19) para o público**. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/pt/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>. Acesso em: 27 Nov. 2022.

PACHECO, Fábio Pinheiro. **Afetividade e implicações psicossociais vividas por moradores de uma comunidade ameaçada de desapropriação em Fortaleza**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

PACHECO, Fábio Pinheiro; MARTINS, Cícera Mônica; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Contribuições da psicologia para a análise de desapropriações de comunidades dos espaços urbano e rural cearenses. **Revista De Psicologia**, v.11, n.2, p.132 -140, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/43084>. Acesso em: 04 Dez. 2022.

PACHECO, Fábio Pinheiro; BOMFIM, Zulmira áurea Cruz. Memória e Espaço Urbano: a Luta Pela Preservação Histórica de uma Comunidade Ameaçada de Desapropriação. *In:* NASCIMENTO, Ives Romero; MARTÍNS, Cícera Mônica (org.). **Extensão universitária e desenvolvimento territorial: aprendizados e experiências cearenses**. 1ed. Juazeiro do Norte: UFCA, 2021a, p. 33-40. Disponível em: <http://sites.ufca.edu.br/ebooks/wp-content/uploads/sites/22/2021/08/e-book-Extensao-universitaria-e-desenvolvimento-territoria.pdf>. Acesso em: 24 Set. 2021a.

PACHECO, Fábio Pinheiro; BOMFIM, Zulmira áurea Cruz Bomfim. Afetos e implicações psicossociais do viver sob ameaça de desapropriação do espaço. **Psicol. Soc.** v.33, 2021b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33249219>. Acesso em: 04 Dez. 2022.

PACHECO, Fábio Pinheiro; BOMFIM, Zulmira áurea Cruz. Atividade comunitária, estima de lugar e conscientização: uma análise da participação social do movimento Resistência Vila Vicentina. **Interações (Campo Grande) [online]**. v. 23, n. 1, p. 247-261, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v23i1.3120>. Acesso em: 04 Dez. 2022.

PERKINS, Douglas; FLORIN, Paul; WANDERSMAN, Abraham.; CHAVIS, David. Participation and the social and physical environment of residential blocks: crime and community context. **American Journal of Community Psychology**, n.18, p. 83–115, 1990.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **O processo Grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PINTO, Daniela; MONZONI NETO, Mario; ANG, Hector. **Grandes obras na Amazônia: aprendizados e diretrizes**. São Paulo: FGV-EAESP/FGVces, 2018.

POL, Enric. La apropiación del espacio. *In*: IÑIGUEZ, Luis.; POL, Enric (org.). **Cognición, representación y apropiación del espacio**. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 1996. p.42-62.

POL, Enric; VALERA, Sergi. Symbolisme de l'espace public et identité sociale. **Villes em Parallele**, v. 28, n. 29, p.13-33, 1999.

PONTE, Alexandre Quintela; BOMFIM, Zulmira Aurea Cruz; PASCUAL, Jesus Garcia. Considerações Teóricas Sobre Identidade de Lugar à Luz da Abordagem Histórico-Cultural, **Psicol. Argum.** Curitiba, v.27, n.59, p.345-354, 2009.

PROSHANSKY, Harold. Appropriation and Misappropriation of Space. *In*: **Appropriation of Space**. IAPS. Strasbourg, France: Louis Pasteur University, 1976.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Lucvan. **Manual de investigações em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Gradiva, 2005.

ROCHA, Aline Maria. Direito à cidade, patrimônio e redes de mobilização: o caso do movimento Resistência Vila Vicentina, em Fortaleza-CE. *In*: XV Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2017, Salvador. **Anais do XV Simpurb**, 2017.

ROCHA, Aline Maria. **Mobilização, organização e confronto em movimentos sociais urbanos**: o caso da Resistência Vila Vicentina, em Fortaleza-CE. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

SARASON, Seymour. **The psychological sense of community**: Prospects for a community psychology. San Francisco: Jossey-Bass, 1974.

SAWAIA, Bader. O calor do lugar: segregação urbana e identidade. **São Paulo em Perspectiva**, v.9, n.2, p. 45-78, 1995.

SAWAIA, Bader. Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. *In*: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia Social Comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 35-53.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In* SAWAIA, Bader Burihan (org.). **As artimanhas da exclusão**: uma análise ético-psicossocial da desigualdade. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 97-118.

SAWAIA, Bader. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v.21, n.3, p.364-372, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010>. Acesso em: 04 Dez. 2022.

SCRUTON, Roger. **Espinosa**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SILVA, Renata. Desapropriação e direito à moradia: as especificidades da população de baixa renda. **Revista Direito Administrativo Contemporâneo**, São Paulo. v. 24, p.1-15, 2016.

SILVA, Lorena Brito; FEITOSA, Maria Zelfa; NEPOMUCENO, Bárbara.; SILVA, Alexandra; XIMENES, Verônica.; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Apoio Social como modo de enfrentamento à pobreza. *In*: XIMENES, Verônica; NEPOMUCENO, Bárbara; CIDADE, Elívia; MOURA JR., James (org.). **Implicações psicossociais da pobreza**: diversidades e resistências. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p.289-310.

SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO (SSVP). Conselho Geral Internacional da Sociedade São Vicente de Paulo. Manual da **Conferência Conselho Geral Internacional Sociedade de São Vicente de Paulo**. Paris. Disponível em: https://vincentians.ssvpglobal.org/wp-content/uploads/sites/2/2019/04/breve-guiaportugues-febrero-2019_final_impresora-1.pdf. Acesso em: 9 Maio. 2020.

VAN DER VEER, René; VALSINER, Jaan. **Vygotsky**: uma síntese. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.

VIGOTSKI, Lev. *La imaginación y el arte em la infância*. Madrid: Akal, 2006.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: 10.20396/tematicas.v22i44.10977 Acesso em: 24 Nov. 2022.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, Lev. **The Vygotsky reader**. Londres: Blackwell, 1994.

VYGOTSKY, L. **Obras escogidas**. Tomo 3: Problemas del desarrollo de la psique. Madrid: Visor, 1995.

VYGOTSKY, Lev. **Teoría de las emociones**. Madrid: Akal, 2004.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

XIMENES, Verônica; GÓIS, Cezar Wagner. Psicologia Comunitária: uma práxis libertadora latino-americana. *In*: LACERDA Jr., Fernando; GUZZO, Raquel (org.). **Psicologia & Sociedade**: interfaces no debate sobre a questão social. Campinas: Alínea, 2011. p.45-64.

XIMENES, Verônica Moraes; CIDADE, Elívia.; SILVA, Gisely Roberta. Pesquisas em Psicologia nos contextos de pobreza: Para que e para quem? *In*: XIMENES, Verônica; NEPOMUCENO, Bárbara; CIDADE, Elívia; MOURA JR., James (org.). **Implicações psicossociais da pobreza**: diversidades e resistências. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p.165-186.

XIMENES, Verônica. *et al.* Sentimento de comunidade e pobreza rural no nordeste, norte e sul do Brasil. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 19, n. 1, p. 1-13, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.rs.v0i0.e7923>. Acesso em: 22 Fev. 2021.

TOASSA, Gisele. Conceito de consciência em Vigotski. **Psicologia USP**, v. 17, n. 2, p. 59-83, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/41891>. Acesso em: 29 Nov. 2022.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ROTEIRO A - MORADORES QUE PARTICIPAM DO GRUPO RESISTÊNCIA VILA VICENTINA

1. Qual a sua história com a Vila?
2. O que você pensa da Vila Vicentina?
3. O que você sente pela Vila?
4. Como tem sido morar na Vila nesse atual contexto de ameaça de desapropriação/Pandemia?
5. Como os moradores que desejam permanecer na Vila se organizaram?
6. Como foi organizado o grupo Resistência Vila Vicentina?
7. Quem pode participar da Resistência?
8. Como é a relação entre os moradores da Vila Vicentina?
9. Como é a relação entre os moradores da Resistência?
10. Como é a relação com os moradores que não fazem parte da Resistência?

ROTEIRO B - MORADORES CONSIDERADOS “NÃO-RESISTENTES”

1. Qual a sua história com a Vila?
2. O que você pensa da Vila Vicentina?
3. O que você sente pela Vila?
4. Como tem sido morar na Vila nesse atual contexto de ameaça de desapropriação?
5. Como é a relação entre moradores da Vila Vicentina?
6. Como é a relação entre os moradores que não fazem parte da Resistência Vicentina?
7. Como é a relação entre os moradores que não fazem parte da Resistência com os que fazem parte?
8. Como você enxerga o grupo Resistência Vila Vicentina?
9. Por que você não participa do Grupo de Resistência?
10. Você gostaria de ficar ou sair da Vila? Por que?

ANEXO A - PARECER CEP

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Afetos e Implicações psicossociais vividas por moradores ameaçados de processo de desapropriação

Pesquisador: FABIO PINHEIRO PACHECO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 80788817.5.0000.5054

Instituição Proponente: Departamento de Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.456.364

Apresentação do Projeto:

O projeto "Afetos e Implicações psicossociais vividas por moradores ameaçados de processo de desapropriação" tem como tema o processo de segregação socioespacial enquanto expressão de desigualdades na cidade de Fortaleza.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar os afetos envolvidos no processo de desapropriação/remoção de comunidades e as suas implicações psicossociais.

Objetivo Secundário:

I) Descobrir sobre o processo de segregação socioespacial enquanto expressão de desigualdades na cidade de Fortaleza, a partir do caso de uma comunidade de Fortaleza; II) compreender a afetividade presente na relação pessoa-comunidade; e III) identificar as implicações psicossociais decorrentes do conflito e as transformações ocorridas no cotidiano dos moradores.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa não apresenta riscos significativos e beneficia os participantes ao possibilitar reflexões acerca de como a problemática das desapropriações impactam suas vidas. Ademais, os resultados, ao se pensar a dimensão subjetiva dos processos de desapropriação, podem auxiliar os gestores no desenvolvimento de políticas urbanas habitacionais que não considerem apenas a dimensão

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE **Município:** FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 2.456.364

física da habitação.*

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa será realizada com 20 pessoas ameaçadas de desapropriação, por meio do uso do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos e pelo círculo de cultura, que consiste em um conjunto de técnicas e/ou procedimentos sistemáticos de análise da comunicação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão presentes e são adequados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Concluiu pela aprovação do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1025204.pdf	05/12/2017 22:47:08		Acerto
Outros	TERMOCOMPROMISSOUTILIZACAODEDADOS.pdf	05/12/2017 22:48:37	FABIO PINHEIRO PACHECO	Acerto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	05/12/2017 22:45:57	FABIO PINHEIRO PACHECO	Acerto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	05/12/2017 22:45:29	FABIO PINHEIRO PACHECO	Acerto
Declaração de Pesquisadores	CONCORDANCIA.pdf	05/12/2017 22:45:08	FABIO PINHEIRO PACHECO	Acerto
Outros	AUTORIZACAO.pdf	05/12/2017 22:44:41	FABIO PINHEIRO PACHECO	Acerto
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	05/12/2017 22:43:58	FABIO PINHEIRO PACHECO	Acerto
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	05/12/2017 22:43:34	FABIO PINHEIRO PACHECO	Acerto
Folha de Rosto	FOLHAROSTO.pdf	21/11/2017 12:08:48	FABIO PINHEIRO PACHECO	Acerto
Outros	LATTES.pdf	21/11/2017 12:08:09	FABIO PINHEIRO PACHECO	Acerto
Outros	CARTAAPRECIACAO.pdf	21/11/2017 12:07:32	FABIO PINHEIRO PACHECO	Acerto

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 2.456.364

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 28 de Dezembro de 2017

Assinado por:

FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA
(Coordenador)

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

ANEXO B - ESCALA DE ESTIMA DE LUGAR

As frases abaixo dizem respeito a avaliações, impressões e sentimentos que você pode ter acerca de diversos lugares. Pensando na VILA VICENTINA DA ESTÂNCIA, onde você mora, leia atentamente cada uma e indique seu nível de concordância. Por favor, procure não deixar as sentenças em branco e, sabendo que não há respostas certas ou erradas, tente responder de forma mais sincera possível. Considere os seguintes valores:

- "1" para Discordo Totalmente
- "2" para Discordo
- "3" para Nem Concordo Nem Discordo
- "4" para Concordo
- "5" para Concordo Totalmente.

A Vila Vicentina é um lugar QUE/ONDE:					
1. Considero como algo meu.	1	2	3	4	5
2. Está poluído.	1	2	3	4	5
3. Tenho a sensação de que estou desamparado.	1	2	3	4	5
4. Me sinto sossegado.	1	2	3	4	5
5. Não trocaria por nada.	1	2	3	4	5
6. Considero parte da minha história.	1	2	3	4	5
7. Parece abandonado.	1	2	3	4	5
8. Desconfio das pessoas.	1	2	3	4	5
9. Me envergonha.	1	2	3	4	5
10. Há riscos.	1	2	3	4	5
11. Sinto medo.	1	2	3	4	5
12. É ruim.	1	2	3	4	5
13. O perigo é constante.	1	2	3	4	5
14. Acho feio.	1	2	3	4	5
15. Me indigna.	1	2	3	4	5
16. Tenho oportunidades.	1	2	3	4	5
17. Me sinto tranquilo.	1	2	3	4	5

18. Com estruturas precárias.	1	2	3	4	5
19. Se não estou nele, quero voltar.	1	2	3	4	5
20. Me sinto identificado com ele	1	2	3	4	5
21. Admiro por sua beleza.	1	2	3	4	5
22. Me deixa com raiva.	1	2	3	4	5
23. Sinto que faço parte.	1	2	3	4	5
24. Me sinto sufocado.	1	2	3	4	5
25. As coisas que acontecem nele são importantes para mim.	1	2	3	4	5
26. Tenho prazer.	1	2	3	4	5
27. É atraente para mim.	1	2	3	4	5
28. Sinto que estou desprotegido.	1	2	3	4	5
29. Me deixa orgulhoso.	1	2	3	4	5
30. Me sinto inseguro.	1	2	3	4	5
31. É desprezível.	1	2	3	4	5
32. Amo.	1	2	3	4	5
33. Devo estar alerta.	1	2	3	4	5
34. Me divirto.	1	2	3	4	5
35. Tem tudo a ver comigo.	1	2	3	4	5
36. Está destruído.	1	2	3	4	5
37. Tenho a sensação de que algo ruim pode acontecer.	1	2	3	4	5
38. Há sujeira.	1	2	3	4	5
39. Defenderia se necessário.	1	2	3	4	5
40. Tudo pode acontecer.	1	2	3	4	5
41. Me sinto apegado.	1	2	3	4	5

ANEXO C - ÍNDICE DE SENTIDO DE COMUNIDADE (Tradução de Ximenes *et al.*, 2019)

A seguir, há algumas afirmações que as pessoas podem fazer a respeito da Vila Vicentina da Estância, onde você mora. Leia atentamente cada uma e indique seu nível de concordância. Por favor, procure não deixar as sentenças em branco e, sabendo que não há respostas certas ou erradas, tente responder de forma mais sincera possível. Considere os seguintes valores:

- "0" - para Discordo Totalmente
 "1" - para Discordo
 "2" - para Nem Concordo Nem Discordo
 "3" - para Concordo
 "4" - para Concordo Totalmente.

Na Vila Vicentina:					
1. Você acha a sua comunidade um bom lugar para viver.	0	1	2	3	4
2. As pessoas na sua comunidade não compartilham os mesmos valores entre si.	0	1	2	3	4
3. Os vizinhos e você querem as mesmas coisas.	0	1	2	3	4
4. Você consegue reconhecer muitas pessoas que vivem na sua comunidade.	0	1	2	3	4
5. Você se sente em casa nesta comunidade.	0	1	2	3	4
6. Poucos vizinhos conhecem você.	0	1	2	3	4
7. Você se importa com o que os seus vizinhos pensam das suas ações.	0	1	2	3	4
8. Você não tem nenhuma influência sobre como é esta comunidade.	0	1	2	3	4
9. Se existir um problema nessa comunidade as pessoas que vivem aqui podem resolvê-lo.	0	1	2	3	4
10. Para você é muito importante viver nessa comunidade.	0	1	2	3	4
11. As pessoas desta comunidade geralmente não se dão bem.	0	1	2	3	4
12. Você espera viver nesta comunidade por um longo período.	0	1	2	3	4